

V.
37^{n.1}

ISSN 2236-4242

jan-mar 2024

LINHA D'ÁGUA

Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo



Revista Linha D'Água

Instituição

Universidade de São Paulo

Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-reitora: Maria Arminda do Nascimento Arruda

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Paulo Martins
Vice-diretora: Ana Paula Torres Megiani

Revista

Editor-chefe

Editor associado

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Universidade de São Paulo, Brasil

Gabriel Isola-Lanzoni

Universidade de São Paulo, Brasil

Revista Linha D'Água

Equipe técnica

Revisão e normalização de
Língua Portuguesa

André de Oliveira Matumoto

Universidade de São Paulo, Brasil

Lucas Pereira da Silva

Universidade de São Paulo, Brasil

Lucas Pivetta Maciel

Universidade de São Paulo, Brasil

Nathalia Akemi Sato Mitsunari

Universidade de São Paulo, Brasil

Theodoro Casalotti Farhat

Universidade de São Paulo, Brasil

Verônica dos Santos Modolo

Universidade de São Paulo, Brasil

Yuri Andrei Batista Santos

Université Grenoble Alpes, França

Revisão da Língua Inglesa

André de Oliveira Matumoto

Universidade de São Paulo, Brasil

Theodoro Casalotti Farhat

Universidade de São Paulo, Brasil

Verônica dos Santos Modolo

Universidade de São Paulo, Brasil

Revisão da Língua Francesa

Nathalia Akemi Sato Mitsunari

Universidade de São Paulo, Brasil

Yuri Andrei Batista Santos

Université Grenoble Alpes, França

Revisão da Língua Espanhola

Lucas Pivetta Maciel

Universidade de São Paulo, Brasil

Assistência editorial

Theodoro Casalotti Farhat

Universidade de São Paulo, Brasil

Editoração

Gabriel Isola-Lanzoni

Universidade de São Paulo, Brasil

Revista Linha D'Água

Indexadores



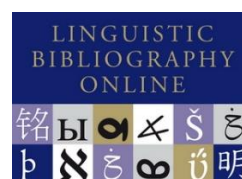
Web of Science - ESCI
Emerging Sources Citation Index
Presente no JCR desde 2020



Latindex
Sistema Regional de Información en Línea para
Revistas Científicas de América Latina, el Caribe,
España y Portugal



MLA
Modern Language Association Database



Linguistic Bibliography



DOAJ
Directory of Open Access Journals



REDIB
Red Iberoamericana de Innovación y
Conocimiento Científico



Diadorim
Diretório de Políticas Editoriais das Revistas
Científicas Brasileiras



EZB
Elektronische Zeitschriftenbibliothek
(Biblioteca de Periódicos Eletrônicos)



OAJI
Open Academic Journals Index



Google
Google Scholar

Revista Linha D'Água

v. 37, n. 1 - jan.-mar. 2024

Editor-chefe

Editor associado

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Universidade de São Paulo, Brasil

Gabriel Isola-Lanzoni

Universidade de São Paulo, Brasil

Comissão científica - v. 37, n. 1 - jan.-mar. 2024
"Diálogos Brasil-Portugal nos Estudos do Texto e do Discurso"

Alexandre Marques Silva
Universidade de São Paulo, Brasil

Assunção Aparecida Laia Cristovão
Universidade Estadual Paulista, Brasil

Bruna Bandeira
Universidade NOVA de Lisboa, Portugal

Camila Cesário Lérco
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Elionai Mendes da Silva
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Emília Mendes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Enio Soares
Universidade do Porto, Portugal

Filipe Mantovani Ferreira
Instituto Federal de São Paulo, Brasil

Isabel Muniz-Lima
Universidade Federal de Alagoas, Brasil

Issaaf Karhawi
Universidade Paulista | Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Inês Batista Campos
Universidade de São Paulo, Brasil

Mariza Angélica Paiva Brito
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil

Matilde Gonçalves
Universidade NOVA de Lisboa, Portugal

Naira de Almeida Vellozo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Nathália Luiz de Freitas
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, Brasil

Renata Palumbo
Faculdade Sesi, Brasil

Rodrigo Seixas
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Rony Petterson Gomes do Vale
Universidade Federal de Viçosa, Brasil

Rosalice Pinto
Universidade NOVA de Lisboa, Portugal

Rubens Damasceno-Morais
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Sandra Gomes Rasquel
Universidade de São Paulo, Brasil

Suelen Martins
Faculdade Arnaldo Janssen, Brasil

Suzana Leite Cortez
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Urbano Cavalcante Filho
Instituto Federal da Bahia | Universidade Estadual de Santa Cruz |
Universidade de São Paulo, Brasil

Vânia Lúcia Menezes Torga
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Sumário

Editorial

Diálogos Brasil-Portugal nos Estudos do Texto e do Discurso: uma apresentação ao número especial 1-4

Gabriel Isola-Lanzoni
Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Artigos originais

As metáforas conceptuais nos discursos parlamentares da Alemanha e do Brasil 5-24

Marina Sundfeld Pereira

Fome também é o que se come: as metáforas nos discursos do MST como construtoras de polêmica argumentativa sobre alimentos ultraprocessados 25-46

Amanda Guedes Mazza

Proposições e leis sobre (in)segurança alimentar na perspectiva da Análise Textual dos Discursos 47-67

Cláudia Cynara Costa de Souza Pinheiro
Maria das Graças Soares Rodrigues

O funcionamento pré-discursivo e as estratégias textuais 68-85

Mônica Magalhães Cavalcante
Mariza Angélica Paiva Brito
Mayara Arruda Martins

Discurso digital e divulgação científica no Twitter: análise da heterogeneidade tecnoenunciativa em tuíte reunido pela hashtag #divulgaçãocientífica 86-104

Eduardo Glück
Maria Eduarda Giering

Textualidade digital e enunciação: os comentários de webnotícias	105-127
Alena Ciulla Ananias Agostinho da Silva Rosalice Pinto Suzana Leite Cortez	
Poder, persuasão, exibição: análise de mensagens de “influenciadoras” na rede social Instagram	128-148
Isabel Roboredo Seara	
O contributo dos estudos discursivos na construção de mensagens publicitárias nos meios digitais: análise da comunicação de uma marca de água de mesa	149-169
Elsa Simões Sandra Tuna	
“Doutor, volta e pesquise melhor, falou besteira”: autoridade e argumentação em comentários no YouTube	170-196
Gabriel Isola-Lanzoni Lucas Pereira da Silva	
Afinal, o que é um argumento?	197-227
Paulo Roberto Gonçalves-Segundo	
O ethos da inexistência	228-244
Girlândia Gesteira Santos Yuri Andrei Batista Santos Vânia Lúcia Menezes Torga	
Bakhtin e Possenti em diálogo: caminhos para a compreensão do fenômeno do riso/humor na contemporaneidade	245-267
Beatriz Amorim de Azevedo e Silva	
Como os suportes revista, jornal e internet impactam a produção do gênero discursivo reportagem	268-282
Giulia Chiaradia Gramuglia Araujo	

Editorial

Diálogos Brasil-Portugal nos Estudos do Texto e do Discurso: uma apresentação ao número especial

Dialogue between Brazil and Portugal in Textual and Discourse Studies: an introduction to the special issue

Gabriel Isola-Lanzoni 

Universidade de São Paulo, Brasil
gabriel.lanzoni@usp.br
<https://orcid.org/0000-0003-2066-1298>

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo 

Universidade de São Paulo, Brasil
paulosegundo@usp.br
<https://orcid.org/0000-0002-5592-8098>

Este número especial da Revista Linha D'Água reúne um conjunto de artigos oriundos de trabalhos apresentados por ocasião das IX Jornadas Internacionais de Análise do Discurso (JADIS IX) e do IV Congresso Internacional de Estudos do Discurso (CIED IV).

Com cooperação desde 2016, os presidentes da comissão organizadora – a Profa. Dra. Maria Alexandra de Araújo Guedes Pinto, do Centro de Linguística (CLUP) da U.PORTO, a Profa. Dra. Zilda Gaspar Oliveira de Aquino e o Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves-Segundo, ambos do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa (FLP) da USP – promoveram três edições em parceria. A última edição foi realizada em outubro de 2022 na Universidade do Porto sob o tema “Passado, Presente e Futuro: discutindo a relevância dos Estudos do Discurso”. A edição buscava promover uma reflexão sobre o objeto *discurso* e discutir a sua relevância científica e social por meio do diálogo entre as diferentes perspectivas de trabalho.

Para divulgar os trabalhos apresentado no evento, e buscando dar continuidade à parceria entre as instituições, organizaram-se dois números de periódicos: este número especial na Revista Linha D'Água, vinculada à Universidade de São Paulo (FLP/FFLCH/USP), e um número especial na REDIS: Revista de Estudos do Discurso¹, vinculada à Universidade do Porto (CLUP/FLUP/U.PORTO).

¹ O número foi publicado em dezembro de 2023 e encontra-se disponível em: <https://doi.org/10.21747/21833958/red13>.

Neste número, reúnem-se 13 artigos, que se debruçam sobre a relação entre linguagem, texto e discurso a partir de variados enfoques: Linguística Cognitiva, Linguística Textual, Análise do Discurso, Teoria da Argumentação e Teoria Dialógica. A composição do número segue esta ordem, uma vez que busca reunir investigações que se aproximam seja por tema e/ou objeto, seja por perspectivas teóricas.

Os dois textos que abrem o número se lastreiam nos estudos de Metáforas Conceptuais, a partir do arcabouço da Linguística Cognitiva. O número segue com um conjunto de quatro textos que, em maior ou menor grau, ancoram-se nos estudos textuais, seja na perspectiva da Análise Textual do Discurso, seja na da Linguística Textual. Dois desses artigos se debruçam sobre práticas discursivas digitais, objeto que tem ganhado muita atenção na área. Isso fica visível em mais três outros artigos que compõem o número, uma vez que eles apresentam estudos sobre o digital a partir dos olhares da Retórica, da Análise Crítica do Discurso e da Teoria da Argumentação. A argumentação é o ponto de articulação entre o último texto do conjunto e o texto seguinte, que se debruça teoricamente sobre o conceito de argumento. Os três textos que encerram o número se lastreiam, em graus variados, na perspectiva dialógica da linguagem. O primeiro artigo desse conjunto estabelece a relação com o conjunto anterior ao focalizar uma das provas retóricas, o *ethos*.

Essa sumarização – e justificativa – da ordenação deste número ilustra a variedade de perspectivas colocadas em diálogo no âmbito das JADIS IX e do CIED IV. Passemos, então, à apresentação dos artigos.

No artigo *As metáforas conceptuais nos discursos parlamentares da Alemanha e do Brasil*, Marina Sundfeld Pereira discute o papel de metáforas na polarização política, enfocando os modos como políticos brasileiros e alemães perspectivam imigrantes em discursos proferidos no congresso brasileiro e no parlamento alemão. Pereira defende que há similaridades nas metáforas recrutadas por membros de partidos ligados à direita dos dois países para perspectivar imigrantes como um problema.

Ancorando-se também nos estudos de Metáforas Conceptuais, mas de forma articulada aos estudos sobre polêmica, Amanda Guedes Mazza investiga o papel das metáforas na manutenção do dissenso no âmbito da discussão sobre alimentos ultraprocessados e alimentos *in natura*. O artigo é intitulado *Fome também é o que se come: as metáforas nos discursos do MST como construtoras de polêmica argumentativa sobre alimentos ultraprocessados*.

O tema de alimentos também marcou o artigo de Cláudia Cynara Costa de Souza Pinheiro e de Maria das Graças Soares Rodrigues: *Proposições e leis sobre (in)segurança alimentar na perspectiva da Análise Textual dos Discursos*. No artigo, as autoras investigam projetos de lei a partir da Linguística Textual, da Linguística da Enunciação e da Análise Textual dos Discursos. O artigo abre uma sequência de trabalhos que se voltam aos estudos textuais.

Mônica Magalhães Cavalcante, Mariza Angélica Paiva Brito e Mayara Arruda Martins, no artigo *O funcionamento pré-discursivo e as estratégias textuais*, investigam a relação entre os pré-discursivos e o funcionamento textual, considerando a perspectiva da cognição distribuída, a partir da proposta de Paveau. Com esse trabalho, de cunho majoritariamente teórico, as autoras buscam detalhar de que forma o contexto, juntamente com os processos internos ao texto, constroem sentido.

Também lastreados nos estudos de Marie-Anne Paveau, Eduardo Glück e Maria Eduarda Giering, no artigo *Discurso digital e divulgação científica no Twitter: análise da heterogeneidade tecnoenunciativa em tuíte reunido pela hashtag #divulgaçãocientífica*, exploram um percurso metodológico de investigação de produções digitais em quatro etapas para analisar o fenômeno da heterogeneidade tecnoenunciativa. Debruçando-se sob um *tweet* de divulgação científica, os autores identificam estratégias de materialização heteroenunciativa, concluindo que discursos digitais são compósitos tecnolinguageiros, constituídos pela ambiência digital.

Focalizando a plataforma Instagram, Alena Ciulla, Ananias Agostinho da Silva, Rosalice Pinto e Suzana Leite Cortez discutem as relações entre enunciação e texto em comentários de webnotícias divulgadas no Instagram. Intitulado *Textualidade digital e enunciação: os comentários de webnotícias*, o artigo propõe repensar os conceitos de contexto e de textualidade para dar conta das formas de delimitar a unidade de textos digitais.

No artigo seguinte – *Poder, persuasão, exibição: análise de mensagens de “influenciadoras” na rede social Instagram* –, Isabel Roboredo Seara investiga as estratégias linguístico-discursivas em *posts* de uma influenciadora portuguesa, buscando identificar os distintos *ethé* construídos por meio dos *posts*. Articulando estudos de redes sociais, Análise do Discurso e Retórica, Seara conclui que a *glamourização* da influenciadora atua para construção de *ethé* que auxiliam na consolidação da influência.

Também interessadas nas formas de comunicação nos espaços digitais, Elsa Simões e Sandra Tuna investigam, no artigo *O contributo dos estudos discursivos na construção de mensagens publicitárias nos meios digitais: análise da comunicação de uma marca de água de mesa*, marcas da interação social, da arquitetura retórica do texto e da composição pragmática em peças publicitárias e partir de uma articulação entre Análise Crítica do Discurso, Retórica e Pragmática.

O último dos artigos que focaliza plataformas digitais – e que estabelece a ponte com os estudos de argumentação – é intitulado *“Doutor, volta e pesquise melhor, falou besteira”:* *autoridade e argumentação em comentários no YouTube*. No artigo, Gabriel Isola-Lanzoni e Lucas Pereira da Silva investigam as formas como a autoridade é questionada em vídeos de divulgação científica no YouTube. Partindo dos estudos argumentativos, Isola-Lanzoni e da Silva recrutam as categorias de esquemas argumentativos e perguntas críticas para analisar comentários que questionam a credibilidade, a confiabilidade e a consistência de um divulgador

científico, concluindo que a crise da autoridade contemporânea é marcada pela substituição dos critérios de definição dos atores aptos a serem reconhecidos como autoridades.

No artigo seguinte, intitulado *Afinal, o que é um argumento?*, Paulo Roberto Gonçalves-Segundo debruça-se sobre o conceito de argumento. O autor propõe uma definição de argumento, que o compreende como uma unidade de fundamentação de uma resposta a uma questão argumentativa, que realiza operações lógico-inferenciais, retóricas e dialéticas. A proposta unificadora e integradora é ilustrada pela análise de um *post* oriundo de um perfil da rede social X (antigo Twitter).

Na sequência, Girlândia Gesteira Santos, Yuri Andrei Batista Santos e Vânia Lúcia Menezes Torga investigam a construção do *ethos* da autora-narradora de uma obra autobiográfica. No artigo *O ethos da inexistência*, o/as autor/as partem dos estudos de Ruth Amossy, em articulação a conceitos do Círculo de Bakhtin, para defender que o *ethos* construído pela autora-personagem reflete e refrata a autorrepresentação feminina contemporânea, calcando-se em um não-lugar.

Beatriz Amorim de Azevedo e Silva, no artigo *Bakhtin e Possenti em diálogo: caminhos para a compreensão do fenômeno do riso/humor na contemporaneidade*, realiza uma discussão teórica sobre a relação entre o riso no contexto da cultura popular cômica medieval, tal como teorizado por Bakhtin, e o riso contemporâneo. A discussão é articulada aos estudos de Possenti para estabelecer uma distinção entre enunciados humorísticos e enunciados carnavalizados.

Finalizando o número, Giulia Chiaradia Gramuglia Araujo parte da teorização de Bakhtin sobre gêneros discursivos para investigar modificações decorrentes da alteração do suporte de concretização de textos de gêneros jornalísticos. No artigo *Como os suportes revista, jornal e internet impactam a produção do gênero discursivo reportagem*, a autora debruça-se sobre os gêneros ciber-reportagem, reportagem de jornal e reportagem de entrevista, buscando sistematizar as distinções.

Por fim, este número só foi possível graças às leituras minuciosas dos/as pareceristas – oriundos/as de mais de 17 instituições brasileiras e duas estrangeiras –, que asseguraram a qualidade dos textos publicados.

Desejamos a todos/as uma boa leitura!

Artigo / Article

As metáforas conceituais nos discursos parlamentares da Alemanha e do Brasil

The conceptual metaphors in German and Brazilian parliamentary speeches

Marina Sundfeld Pereira 

Universidade de São Paulo, Brasil

masp@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-8491-2899>

Recebido em: 06/08/2023 | Aprovado em: 09/10/2023

Resumo

Este artigo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento, em que metáforas sobre o tema "imigração" presentes em discursos parlamentares da Alemanha e do Brasil durante o ano de 2018 são identificadas e analisadas. Nosso objetivo é descobrir quais metáforas participam desses discursos e quais são os fatores, caso haja, que as tornam mais ou menos influentes na polarização política. Para isso, baseamo-nos na Teoria da Metáfora Conceptual e na Análise Crítica do Discurso. Os itens lexicais "migrante", "imigrante", "refugiado", *Migrant* e *Flüchtling* foram pesquisados nas transcrições das reuniões do Parlamento Alemão e da Câmara dos Deputados do Brasil com o auxílio da ferramenta "concordanciador" do *AntConc* para identificar padrões metafóricos. Em seguida, analisamos as metáforas com base na Análise Crítica do Discurso. Os resultados revelam que as metáforas contribuem para criar a divisão entre endo- e exogrupo, característica da polarização.

Palavras-chave: Linguística cognitiva • Análise crítica do discurso • Análise baseada em corpus • Imigração • Política

Abstract

This article presents partial results of an ongoing doctoral research, in which metaphors on the topic of "immigration" occurring in parliamentary speeches from Germany and Brazil in 2018 are identified and analyzed. Our aim is to find out which metaphors occur in these speeches and which factors, if any, make

them more or less influential in political polarization. To do so, this research is based on Conceptual Metaphor Theory and Critical Discourse Analysis. The lexical items “migrante”, “imigrante”, “refugiado”, “Migrant” and “Flüchtling” were searched in the transcripts of the meetings of the German Parliament and the Brazilian House of Representatives with the aid of the *AntConc*'s concordance tool to identify metaphorical patterns. Then, we analyzed the metaphors based on Critical Discourse Analysis. The results reveal that conceptual metaphors contribute to create the division between in- and outgroup, which is characteristic of polarization.

Keywords: Cognitive linguistics • Critical discourse analysis • Corpus-based analysis • Migration • Politics

Introdução

A partir de meados dos anos 10 deste século, com o maior engajamento político da sociedade através das redes sociais, pode-se notar o aumento da polarização política, bem como da popularidade de políticos de extrema direita. Motivados por isso, indagamo-nos se a polarização política se reflete também nas esferas de poder, nomeadamente, o Parlamento Alemão e a Câmara dos Deputados do Brasil.

Nosso objetivo é analisar criticamente discursos parlamentares proferidos durante o ano de 2018 na Alemanha e no Brasil. Esse ano foi escolhido por ter sido marcado pela polarização política em ambos os países: na Alemanha, 2018 é o primeiro ano com o partido de extrema direita AfD (*Alternative für Deutschland* – Alternativa para a Alemanha) no Parlamento; no Brasil, a sociedade estava engajada nas eleições presidenciais, que resultariam na vitória de um candidato da extrema direita.

Na pesquisa de doutorado¹, propomos que um discurso que se dá em torno de um tema que suscite a polarização política deve apresentar metáforas que realcem a divisão entre o endogrupo (“nós”) e o exogrupo (“eles”). Concentramo-nos em dois eixos temáticos: a “migração”, que estimula o debate polarizado principalmente na Alemanha, e a “corrupção”, que é uma das principais pautas no Brasil por conta de escândalos sofridos por integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT). No presente artigo, apresentamos os resultados parciais da pesquisa em torno do primeiro tema, a “migração”. Partimos da hipótese de que o discurso em torno da imigração deve ressaltar, por um lado, as características positivas do endogrupo, formado pelo povo, e, por outro, as características negativas do exogrupo, formado pelos imigrantes.

¹ Projeto de pesquisa sobre metáforas em discursos parlamentares vinculado ao Programa de Língua e Literatura Alemã da Universidade de São Paulo. Este artigo contempla sugestões feitas durante a JADIS IX/CIED IV, pelas quais a autora agradece. Agradecemos também à Capes e à Universidade Leipzig, pelo apoio, bem como à minha orientadora, profa. Dra. Maria Helena V. Battaglia, e aos pareceristas, pelas correções e sugestões.

Nossa análise está ancorada não somente na Análise Crítica do Discurso, mas também na Teoria da Metáfora Conceptual (Lakoff; Johnson, 1980), ambas apresentadas na seção 1 do presente artigo. Na seção 2, apresentamos a metodologia da pesquisa, que envolve o concordanciador, ferramenta oriunda da Linguística de Corpus. Nas seções 3 e 4, apresentamos a análise dos dados provenientes dos discursos do Parlamento Alemão e da Câmara dos Deputados do Brasil, respectivamente, e concentramo-nos nas seguintes questões: quais metáforas caracterizam o povo imigrante e, ao mesmo tempo, realçam seu pertencimento ao endo- ou exogrupo? Como os imigrantes são retratados pelos deputados pertencentes a diferentes partidos e espectros políticos? É possível identificar a polarização política através da observação das metáforas empregadas e/ou evocadas no discurso? Por fim, na seção 5, apresentamos uma discussão comparativa entre as línguas.

1 A metáfora conceptual combinada com a Análise Crítica do Discurso

Nesta seção, apresentamos o aporte teórico desta pesquisa sobre discursos parlamentares da Alemanha e do Brasil. A primeira subseção tem como objetivo apresentar a Teoria da Metáfora Conceptual, que está ancorada na Linguística Cognitiva e na ideia de que o pensamento é, em grande medida, de natureza metafórica. A segunda subseção apresenta a Análise Crítica do Discurso que, para os fins desta pesquisa, foi combinada com a Teoria da Metáfora Conceptual.

Essa combinação das teorias justifica-se na medida em que uma análise crítica sobre dados linguísticos deve ser, preferencialmente, sustentada por ferramentas oriundas da Linguística, por exemplo, a Linguística Cognitiva, a fim de evitar resultados enviesados (cf. Hart, 2014, p. 6). Ao mesmo tempo, a Teoria da Metáfora Conceptual, conforme elaborada em 1980, não explicava a metaforicidade no uso linguístico, uma vez que sua metodologia era baseada na introspecção. Em estudos mais recentes, os dados discursivos têm sido considerados a fim de evitar a subjetividade inerente a esse método (cf. Vereza, 2013). Assim, a combinação da Teoria da Metáfora Conceptual com a Análise Crítica do Discurso pode ser profícua para o objetivo de identificar os mecanismos sociocognitivos e discursivos que compõem a polarização política no Parlamento Alemão e na Câmara dos Deputados do Brasil.

1.1 Teoria da Metáfora Conceptual: uma abordagem cognitiva para as metáforas que ocorrem na política

Na teoria clássica, a metáfora é uma figura de linguagem, isto é, realiza-se na linguagem com algum propósito retórico ou poético. Para Aristóteles, metáfora é “a transferência do nome de uma coisa para a outra, ou do gênero para a espécie, ou de uma espécie para a outra, ou por analogia” (Poética, XXI, 128, p. 63). Embora não negue que as metáforas se realizam na

linguagem e podem exercer uma função específica no texto, a Teoria da Metáfora Conceptual rompe com o entendimento puramente linguístico da metáfora e passa a considerá-la um fenômeno da cognição, isto é, uma maneira de “compreender e experienciar uma coisa em termos de outra” (Lakoff; Johnson, 2002, p. 48).

Sem dúvida, uma das obras mais importantes para o estabelecimento dessa teoria é *Metaphors we live by*, de Lakoff e Johnson (1980), sendo a tradução para o português intitulada “Metáforas da vida cotidiana” (Lakoff; Johnson, 2002). Dentro desse paradigma teórico, a mente é corporificada, ou seja, considera-se que ela integra o corpo e depende dele para, através de experiências, compreender o mundo e formar seu próprio desenho da realidade. Por exemplo, a metáfora conceptual AFETO É CALOR surge a partir da experiência da criança ao ganhar afeto no colo da mãe e sentir o calor do seu corpo.

De acordo com Lakoff e Johnson (1980), a metáfora conceptual acontece quando mapeamos nosso conhecimento prévio de um domínio, geralmente concreto, chamado “fonte”, em outro, geralmente abstrato, chamado “alvo”. No exemplo anterior, o afeto é um sentimento, portanto, mais abstrato do que o conceito de calor, que é experienciado diretamente por nós através do contato físico. O termo “domínio” tem origem na teoria dos domínios de Langacker (1987) e faz referência a uma entidade conceptual que oferece a informação de base para compreendermos e utilizarmos conceitos lexicais na linguagem (cf. Evans; Green, 2006, p. 230). Croft e Cruse (2004, p. 16-17) argumentam que o termo “domínio” e o termo *frame* podem ser intercambiados, pois um *frame* também é todo o conhecimento evocado por um conceito. Por exemplo, o conhecimento evocado pela palavra “comprar” (comprador, vendedor, moeda etc.) é um *frame* e tem a mesma função do domínio.

Ao adotar a Teoria da Metáfora Conceptual, consideramos a existência de metáforas conceptuais, que formam o pensamento, e de metáforas linguísticas, que se encontram na língua em uso. As últimas são consideradas figuras de linguagem, enquanto as primeiras, figuras de pensamento (cf. Sardinha, 2007). Dizemos que as últimas são licenciadas pelas primeiras, isto é, são as metáforas conceptuais, no pensamento, que dão origem às metáforas linguísticas. Por exemplo, a metáfora conceptual do exemplo anterior, AFETO É CALOR, licencia expressões como “você é uma pessoa fria” e “ele deu um abraço caloroso nela”. Por isso, uma análise sobre as metáforas linguísticas fornece subsídios necessários para compreender o que ocorre no sistema conceptual humano.

A assunção de que nosso pensamento é, em alguma medida, metafórico implica compreender que as metáforas fazem parte do nosso entendimento de mundo e, com isso, também do nosso cotidiano. Ou seja, considera-se que todas as esferas da experiência humana são compreendidas, em grande medida, metaforicamente, incluindo a esfera política, que incorpora metáforas não apenas na persuasão, mas na maneira como cada ideologia distinta desenha a sua realidade. Exemplos de metáforas conceptuais na política são POLÍTICA É GUERRA (Charteris-Black, 2004) e NAÇÃO É FAMÍLIA, que mapeia GOVERNO É PAI (Lakoff, 2016),

metáfora para a qual o autor propõe dois modelos distintos de família: o modelo do pai severo, vinculado aos conservadores, e o modelo do pai cuidador, vinculado aos liberais dos Estados Unidos.

Um dos efeitos das metáforas conceptuais sobre nosso entendimento da realidade é chamado de realce e encobrimento (*highlighting* e *hiding*) (Lakoff; Johnson, 1980, p. 10-13), pois um mapeamento entre domínios não é feito de maneira perfeita, isto é, apenas alguns elementos são mapeados enquanto outros não. Os elementos mapeados são realçados e os não mapeados, encobertos. Por exemplo, a metáfora NAÇÃO É FAMÍLIA realça que o governo tem que cuidar dos cidadãos, mas encobre o fato de que o governo é pago por eles, pois o *frame* da família não inclui, necessariamente, uma transação financeira.

Uma das críticas sofridas pela Teoria da Metáfora Conceptual é o fato de Lakoff e Johnson (1980) terem exemplificado as metáforas com frases genéricas que, embora possam realmente ser usadas com frequência por falantes da língua inglesa, não foram retiradas de contextos reais de uso. Esse problema tem sido sanado pelos pesquisadores que, atualmente, conduzem pesquisas empíricas na área e se apoiam nas ferramentas oriundas da Linguística de Corpus (cf. Vereza, 2013).

Além disso, os efeitos da metáfora no discurso e sua relação com cultura e ideologia também passaram a ser estudadas. Charteris-Black (2004), por exemplo, embasou seu estudo sobre metáforas conceptuais em discursos políticos, religiosos e da imprensa na Análise Crítica do Discurso. Assim, um estudo sobre metáforas conceptuais deve ter em vista que elas são um fenômeno sociocognitivo, baseado na cultura e atuante, inclusive, na concepção e propagação de ideologias.

Mais recentemente, Peterssen e Soares da Silva (2023) estudaram a polarização política em eleições da Venezuela. Avançando na direção de se integrar metáforas conceptuais e efeitos discursivos das expressões por elas licenciadas, os autores propuseram o conceito de metáforas polarizantes, que são metáforas conceptuais que constroem e mantêm a polarização através de uma representação positiva do endogrupo e/ou representação negativa do exogrupo, ou seja, são uma estratégia cognitivo discursiva a serviço da promoção e manutenção de esquemas ideológicos polarizados.

O conceito de metáforas polarizantes foi incluído nesta pesquisa sobre polarização política, onde integramos cognição e discurso para desvelar disputas pelo poder dentro do Parlamento Alemão e da Câmara dos Deputados do Brasil. Por isso, além dos aportes da Linguística Cognitiva, incluímos a Análise Crítica do Discurso, apresentada na próxima subseção.

1.2 Análise Crítica do Discurso e Teoria da Metáfora Conceptual: uma abordagem sociocognitiva para discursos políticos

Por embasarmos-nos na combinação da Teoria da Metáfora Conceptual com a Análise Crítica do Discurso, seguimos Fairclough e consideramos que “o uso da linguagem é uma forma de prática social” (Fairclough, 2001, p. 90), ou seja, usar a linguagem é uma forma de agir e de transformar o mundo. Nesse sentido, “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (Fairclough, 2001, p. 91). Nesta pesquisa, o discurso analisado compreende cada pronunciamento de deputados na íntegra ou apenas seus excertos. Cada um deles é produzido aos moldes do Discurso parlamentar (com “d” maiúsculo, isto é, o conjunto de práticas convencionalizadas que direcionam as práticas dos membros da comunidade discursiva (cf. Hart, 2014)) de seu respectivo país.

Como a compreensão da realidade está vinculada à linguagem e ao pensamento, a análise de discursos políticos permite depreender qual realidade se apresenta e tenta se impor a partir das esferas de poder. Os deputados são eleitos pelo povo e, por isso, o representam diretamente. No entanto, uma vez eleitos, são eles que detêm o poder de transformação e a fazem após persuadir o grupo através da linguagem. A transformação, por sua vez, surge na cognição individual, que não é um ente separado da sociedade e da cultura do indivíduo, pois, ao mesmo tempo, influencia e é por elas influenciado.

Aplicamos o conceito de metáforas polarizantes (Peterssen; Soares da Silva, 2023) em discursos políticos sobre temas que são suscetíveis à polarização. Propomos que, no Discurso político, a polarização emerge quando se dá em torno desses temas, o que pode variar de uma cultura para outra. Na Alemanha, por exemplo, os debates sobre migração são percebidos pela sociedade como um dos que conduzem à polarização (Roose, 2021). Para além da percepção da sociedade, a migração remete à xenofobia, uma questão presente em grupos de extrema direita (cf. Neugebauer, 2010, p. 13–14).

De acordo com van Dijk (2018), a polarização é uma estratégia de dominação. As estruturas discursivas polarizadas consistem em enfatizar as características positivas do endogrupo (“nós”) e as negativas do exogrupo (“eles”), desempenhando “um papel crucial na expressão, na aquisição, na confirmação e, portanto, na reprodução da desigualdade social” (van Dijk, 2018, p. 14). Uma das premissas da Análise Crítica do Discurso é que a dominação estrutura o discurso e, além disso, as estruturas de dominação são legitimadas pelas ideologias dos grupos que detêm o poder (cf. Wodak, 2004). Ou seja, as estruturas discursivas polarizadas – e, portanto, as metáforas polarizantes – devem constituir o discurso ideológico de quem detém ou quer deter o poder.

O significado da palavra “ideologia” transformou-se desde sua criação. Ideologia corresponde, *grosso modo*, ao que se chama “visão de mundo”. Neste trabalho, entendemos a ideologia como uma estrutura que permeia nossa sociedade e molda nosso pensamento e a ação

sem, necessariamente, que tenhamos consciência disso. Segundo van Dijk, a ideologia não se compõe “apenas de um conjunto de crenças ou atitudes” (van Dijk, 2018, p. 48), mas pode ser compreendida como “uma estrutura cognitiva complexa que controla a formação, transformação e aplicação de outros tipos de cognição social, tais como o conhecimento, as opiniões e as posturas, e de representações sociais, como os preconceitos sociais” (van Dijk, 2018, p. 48).

As metáforas conceptuais constituem o pensamento individual e surgem tanto da relação do indivíduo com o corpo quanto com o mundo. Elas são culturalmente dependentes e, assim, são adquiridas também na interação com a sociedade. Dessa forma, consideramos que “o pensamento, ao qual ‘figura de pensamento’ se refere é o pensamento coletivo, inconsciente e compartilhado, fazendo parte do discurso visto como organizador e estruturador da experiência do ponto de vista sociocognitivo” (Vereza, 2013, p. 4). Portanto, as metáforas conceptuais também são parte constituinte da ideologia de um grupo.

Como a ideologia é um tipo de cognição social, pode-se pensar em metáforas conceptuais típicas a cada um desses grupos políticos, chamadas “metáforas conceptuais Discursivas” (*Discourse conceptual metaphors*) (Hart, 2014, p. 138). Para Hart (2014, p. 137), as metáforas evocadas atuam não apenas na representação (*representation*), mas na avaliação (*evaluation*) do conceito ao qual elas se vinculam. Essa apreciação evoca diferentes sentimentos que participam na construção do clima polarizado. A análise do discurso com enfoque nessas metáforas visa a revelar as metáforas que evocam sentimentos negativos em relação ao exogrupo e/ou positivos ao endogrupo.

Em suma, na presente pesquisa de doutorado, parte-se da identificação de metáforas para desvelar modos de representar e avaliar conceitos que, sabidamente, suscitam um clima de polarização política. Com base nisso, buscamos encontrar a delimitação entre endo- e exogrupo e como essa delimitação procura influenciar as esferas de poder da sociedade.

2 Análise baseada em corpus em combinação com a Teoria da Metáfora Conceptual e a Análise Crítica do Discurso

A Linguística de Corpus, embora constitua por si só um campo de pesquisa, fornece as ferramentas necessárias para pesquisa em outros campos teóricos dentro da Linguística. Com isso, a análise baseada na introspecção, que era comum nas primeiras pesquisas sobre metáforas conceptuais, tem perdido seu protagonismo e a análise sobre ocorrências linguísticas reais vem conquistando cada vez mais espaço.

Contudo, ainda há alguns desafios a serem transpostos. Por um lado, as metáforas conceptuais não são diretamente identificáveis em dados linguísticos, uma vez que constituem o pensamento, não a língua. Sua identificação é feita através de metáforas linguísticas que são licenciadas por elas. O linguista não encontra metáforas conceptuais, mas as pressupõe.

Uma vez estabelecido que o objeto de busca do linguista são metáforas linguísticas, o próximo passo é a identificação de tais dados. Mesmo com os avanços no campo da inteligência artificial, ainda não existe uma maneira automática de identificar metáforas em um texto. Por isso, permanece a necessidade da identificação manual feita pelo pesquisador para confirmar a existência ou não de uma metáfora.

Este trabalho baseia-se em um método bastante difundido de identificação de metáforas com base em corpus, que é o uso do concordanciador (cf. Deignan, 2008; Sardinha, 2007; Stefanowitsch, 2006). Com ele, a análise manual dispensa a leitura completa de todo o corpus – o que permite o tratamento de uma maior quantidade de dados. Consiste na busca por um termo – em nosso caso, *Migrant* e *Flüchtling* do alemão e “migrante”, “imigrante” e “refugiado” do português – e na sua observação no contexto. As palavras que ocorrem em seu entorno ajudam o pesquisador a determinar se a ocorrência é ou não metafórica.

A identificação de metáforas feita dessa forma requer que tenhamos alguns critérios. Baseado em sua definição, consideramos que há uma metáfora quando o termo pesquisado, que pertence ao domínio alvo, coocorre com termos do domínio fonte de maneira a formar uma “tensão semântica” (Charteris-Black, 2004), isto é, quando um termo está sendo usado com um significado diferente do esperado. A metáfora conceptual é uma afirmação que resolve a tensão semântica (Charteris-Black, 2004, p. 21–22).

Nosso *corpus* é constituído por discursos proferidos no Parlamento Alemão e na Câmara dos Deputados do Brasil durante o ano de 2018, que foram transcritos e disponibilizados nos respectivos sites (“*Deutscher Bundestag - Endgültige Plenarprotokolle*”, [s.d.]; “Portal da Câmara dos Deputados”, [s.d.]). As transcrições, originalmente em pdf, foram convertidas em formato txt e analisadas com o software gratuito *AntConc* (Anthony, [s.d.]).

Após a identificação manual de metáforas, obtida a partir dos resultados apresentados pelo concordanciador, cada uma delas foi observada de maneira aprofundada no texto original. O objetivo desse aprofundamento é possibilitar a análise crítica, na medida em que identificamos: o contexto, o tema, o autor e os atores envolvidos no discurso. Como tratamos de discursos políticos, identificar o autor do discurso é especialmente relevante para que saibamos seu partido político de origem e a qual ideologia (i.e. direita, centro ou esquerda) ele está vinculado.

Em suma, neste trabalho nos valem da ferramenta da Linguística de Corpus, o concordanciador, sem, contudo, abandonarmos o fator humano. Ele é necessário, por um lado, para a identificação de metáforas e, por outro, para que se efetue a análise crítica. A integração da Linguística de Corpus e Análise Crítica do Discurso também é defendida, por exemplo, por Baker e coautores (cf. Baker et al., 2008). Procuramos, assim, contribuir com a análise crítica sobre temas atuais com uma metodologia empiricamente embasada em dados genuínos da língua.

3 Metáforas sobre migrantes no Parlamento Alemão

Na presente seção, apresentamos as metáforas MIGRANTE É INIMIGO/AMEAÇA (subseção 3.1) e MIGRAÇÃO É DESASTRE/FENÔMENO NATURAL (subseção 3.2) que ocorreram no Parlamento Alemão em 2018. Identificamos que parlamentares de todas as orientações políticas lançam mão de ambas as metáforas, porém, de formas e com objetivos diferentes. Mostramos que parlamentares da extrema direita tendem a conceptualizar migrantes como inimigos e quem os defende como pertencentes ao exogrupo. Por outro lado, parlamentares de fora dessa área do espectro político tendem a afirmar que quem conceptualiza migrantes como inimigos faz parte do exogrupo. A metáfora do desastre/fenômeno natural é evocada de forma semelhante, mas é mais aceita por parlamentares de direita do que a metáfora do inimigo.

3.1 Divisão no Parlamento: a metáfora MIGRANTE É INIMIGO/AMEAÇA

Nesta subseção, mostramos como a metáfora conceptual MIGRANTE É INIMIGO/AMEAÇA transparece o clima de polarização no Parlamento em torno do tema da “migração”. A evocação de um *Feindbild*, ou “retrato de inimigo”, é uma característica marcante da polarização, pois contribui para a ideia de que há um exogrupo que constitui uma ameaça e, como tal, aumenta a coesão e o engajamento do endogrupo.

Nos discursos do Parlamento Alemão, foram encontradas metáforas licenciadas pela metáfora conceptual MIGRANTE É INIMIGO/AMEAÇA em ocorrências de deputados pertencentes a todos os espectros de orientação política. Com os excertos abaixo, exemplificamos a metáfora evocada por dois membros do partido mais à direita presente no Parlamento Alemão, o AfD:

(1) *Das Ganze ist eine politische Aufrüstung² der Migranten gegen den Aufnahmestaat. Der Pakt spricht den Ansässigen Pflichten zu gegen die Migranten, den Migranten nur Rechte, beides ohne Grund. (Gottfried Curio, AfD, 29/11/2018, 68ª Reunião da 19ª Legislatura).*

Tudo isto é um armamento político dos migrantes contra o Estado que os acolhe. O Pacto atribui deveres aos residentes contra os imigrantes e apenas direitos aos imigrantes, ambos sem razão³.

(2) *Sie finden den Ausdruck „Bananenrepublik“ übertrieben? Machen Sie sich bewusst: Eine Regierungschefin hindert ihren Innenminister daran, geltendes Recht anzuwenden (Dr. Anton Hofreiter [BÜNDNIS 90/DIE GRÜNEN]: Sie wissen doch überhaupt nicht, was geltendes Recht ist! Das interessiert Sie doch nicht!) und das Land vor dem massenhaften illegalen Grenzübertritt durch Migranten zu schützen. (Dr. Marc Jongen, AfD, 04/07/2018, 45ª Reunião da 19ª Legislatura).*

Acha que a expressão “república de bananas” é exagerada? Atenção: uma chefe de governo está impedindo seu Ministro do Interior de aplicar a lei (Dr. Anton Hofreiter [BÜNDNIS 90/DIE GRÜNEN]: Você nem sabe o que é o direito vigente! Não está interessado nisso!) e de proteger o país de travessias de fronteira ilegais e em massa por imigrantes.

No espectro político, o AfD ocupa a chamada extrema direita do Parlamento. No excerto extraído do discurso de um deputado do AfD, (1), a metáfora MIGRANTE É INIMIGO licencia a coocorrência do item lexical *Migranten* (migrantes) com *politische Aufrüstung* (armamento

² Todos os grifos são nossos.

³ Todas as traduções das ocorrências do corpus em alemão são nossas.

político). O orador, Gottfried Curio (AfD) constrói sua argumentação de maneira a mostrar ser contra a presença de imigrantes na Alemanha em virtude do debate em torno do Pacto Global pela Migração (*Global Compact for Migration*) em conexão com a moção movida pelo partido *Die Grünen* (Os Verdes) para que fossem reforçados os direitos dos imigrantes no país.

O termo “armamento político” (*politische Aufrüstung*) surge no domínio da guerra, mais precisamente, na metáfora conceptual elencada por Charteris-Black (2004) POLÍTICA É GUERRA. No contexto do excerto acima, essa metáfora conceptual tem os seguintes mapeamentos: DIREITOS DO MIGRANTE É ARMAMENTO e MIGRANTE É INIMIGO. Assim, o migrante é categorizado como aquele que faz parte do exogrupo e que, além disso, vem armado, isto é, preparado para um ataque. No endogrupo está o povo pertencente ao “estado de acolhida” (*Aufnahmestaat*), isto é, o povo da Alemanha ou de outro país que assine o Pacto. Dessa forma, quem está a favor dos direitos dos migrantes estaria, de acordo com os mapeamentos da metáfora, ajudando o “inimigo” da Alemanha a atacá-la. Essa conceptualização, ao representar um retrato de inimigo (*Feindbild*) do migrante, procura, ao mesmo tempo, deslegitimar a conquista de mais direitos por parte das pessoas que migram para a Europa e construir uma autoimagem da extrema direita de solução para o “problema da imigração”, de uma espécie de subgrupo dentro do endogrupo que se põe como um tipo de guardião, isto é, aquele que protege o endogrupo contra o ataque do pretense inimigo.

No excerto (2), as fronteiras devem ser protegidas (*schützen*) de uma ação ilegal, a travessia de fronteira. Dessa forma, quem atravessa – no caso, o imigrante – é conceptualizado como uma ameaça ou inimigo. Tanto “em massa” (*massenhaft*) quanto “por migrantes” (*durch Migranten*) deixam realçada quase uma desumanização desse grupo de pessoas: “em massa” encobre traços de individualidade e humanidade; a preposição *durch*, em alemão, é usada para indicar um agente da passiva abstrato, enquanto agentes volitivos, humanos, são indicados pela preposição *von*. A “chefe de governo” (*Regierungschefin*) a quem o orador se refere é Angela Merkel. Com sua fala, o orador procura caracterizar a então Chanceler como membro do exogrupo, o que é vantajoso para seu partido na disputa pelo poder.

A metáfora MIGRANTE É INIMIGO também é evocada pelos outros partidos que compõem o Parlamento Alemão, porém, as expressões linguísticas licenciadas por ela não têm a função de deslegitimar os migrantes ou a conquista de seus direitos. Ao contrário, o intuito é deslegitimar o discurso de quem se opõe a isso, especialmente do AfD, na medida em que a metáfora é evocada em falas que são atribuídas a deputados desse partido. Assim, a metáfora constitui críticas ao partido, como nos exemplos abaixo, extraídos de excertos de outros partidos:

(3) *Sie behaupten, eine Elite siedele in Europa Migranten an, mit dem erklärten Ziel, das deutsche Volk auszulöschen. Das steht im Kern hinter dieser Theorie.* (Filiz Polat, *BUNDNIS 90/DIE GRUNEN*, 19/04/2018, 26ª Reunião da 19ª Legislatura).

Eles alegam que uma elite está instalando imigrantes na Europa com o objetivo declarado de exterminar o povo alemão. Essa é a essência dessa teoria.

(4) *Die aktuell verhandelten Texte stellen einen starken Gegenpol zum **migrationsfeindlichen Zeitgeist** dieser Tage dar – auch das muss man einmal deutlich machen –, vor allem gegenüber Flüchtlingen und Asylbewerbern. Vielleicht ist genau das Ihr Problem mit dieser Initiative der UN-Mitglieder.* (Aydan Özoğuz, SPD, 19/04/2018, 26ª Reunião da 19ª Legislatura).

Os textos atualmente em negociação representam um polo oposto forte em relação ao *zeitgeist* hostil à imigração desses dias – isso também deve ser deixado claro – especialmente em relação aos refugiados e requerentes de asilo. Talvez esse seja precisamente o seu problema com esta iniciativa dos membros da ONU.

(5) *Hier liegt der große Unterschied in diesem Hause – das haben wir gerade wieder gemerkt –: **Sie bekämpfen die Flüchtlinge** und die Menschen, die Schutz suchen, (Zuruf von der AfD: Quatsch!) und alle anderen in diesem Haus suchen nach Lösungen, um die Fluchtursachen zu bekämpfen.* (Detlef Seif, CDU/CSU, 16/03/2018, 21ª Reunião da 19ª Legislatura).

Aqui está a grande diferença nesta Casa – acabamos de notar novamente – vocês estão lutando contra os refugiados e as pessoas que buscam proteção (grito da AfD: Besteira!) e todos nesta Casa estão procurando por soluções para combater as causas da fuga.

Os excertos acima demonstram que os partidos estão unidos contra o AfD no que concerne ao tema da imigração, provavelmente por perceberem a sua estratégia de deslegitimar os migrantes e seus direitos em virtude de sua autoimagem como solução e defesa de um – na concepção do partido – perigo iminente.

Em (3), a oradora do partido *Die Grünen*, também considerado de esquerda no espectro político, evoca uma teoria da conspiração que seria difundida pelo AfD para criticar esse partido e defender a adesão da Alemanha ao Pacto Global pela Migração. Nessa teoria, o POVO ALEMÃO É VÍTIMA de uma tentativa de extermínio perpetrada por uma elite, conceptualizada então como inimigo. O migrante participa do *frame* evocado nessa teoria como um invasor e inimigo em conluio com essa elite. O marcador discursivo “eles alegam” (*sie behaupten*) atribui a conceptualização e a crença na teoria da conspiração ao “outro”, no caso, o AfD.

Em (4), a oradora é do partido de centro-esquerda SPD (Partido Social-Democrata da Alemanha). Ela critica o AfD por ser contrário à adesão da Alemanha no Pacto. Para ela, o texto do Pacto opõe-se ao espírito do tempo (*Zeitgeist*), ou seja, opõe-se a uma hostilidade à imigração e, conseqüentemente, à metáfora conceptual MIGRANTE É INIMIGO, ideia que estaria difundida em meio à sociedade e que seria endossada pelo AfD. A metáfora conceptual MIGRANTE É INIMIGO licencia “hostil à imigração” (*migrationsfeindlich*). Ela atribui a oposição do Pacto à hostilidade como origem do problema do AfD com o Pacto ao proferir “Talvez esse seja precisamente o seu problema com esta iniciativa dos membros da ONU” (*Vielleicht ist genau das Ihr Problem mit dieser Initiative der UN-Mitglieder*). Ou seja, como nos excertos anteriores, é pelo discurso que identificamos a posição ideológica da oradora, não pelo excerto onde a metáfora é evocada tomado isoladamente.

O excerto (5) foi proferido por um deputado do partido cristão e conservador CDU, portanto, à direita no espectro político. A metáfora conceptual MIGRANTE É INIMIGO licencia o uso de “eles combatem os refugiados” (*sie bekämpfen die Flüchtlinge*), ação que é diretamente atribuída ao AfD com o uso do pronome pessoal *sie*. O autor continua no *frame* onde há um inimigo, mas muda o conceito que é conceptualizado como inimigo com a metáfora CAUSAS DA

FUGA SÃO INIMIGAS, que licencia “para combater as causas da fuga” (*um die Fluchtursachen zu bekämpfen*). Essa nova metáfora é atribuída como a conceptualização de todos os outros deputados que fazem parte do Parlamento, mas que não pertencem ao AfD. Dessa forma, o deputado estabelece a polarização política do Parlamento, em que o AfD se encontra num polo e os outros partidos, no polo oposto. A metáfora do inimigo realça que ter um inimigo em comum é lutar lado a lado por uma mesma causa. A divisão entre endo- e exogrupo não se dá, portanto, na pertença ou não ao grupo dos imigrantes, mas na pertença ou não ao grupo que entende esse grupo de pessoas como inimigos.

Nesta seção, observamos como o AfD utiliza seu espaço de fala para tentar deslegitimar o migrante e sua luta por direitos. Para isso, conceptualizam-no e caracterizam-no não apenas como pessoas de “fora” – exogrupo –, mas como inimigo. Com isso, o objetivo do partido é apresentar-se como membros defensores do endogrupo, tentando provocar o efeito de coesão desse grupo em seu entorno.

Em comum em todos os excertos proferidos pelos outros partidos aqui apresentados é a construção da crítica ao AfD em virtude de ser considerado imoral pôr-se contra a entrada e permanência de estrangeiros no país. No entanto, todos os deputados evocam em sua fala a metáfora MIGRANTE É INIMIGO. Ainda que seja como crítica, cada vez que a metáfora surge, reforça as conexões neurais necessárias para formá-la, chamadas *cascades* (cf. Lakoff; Wehling, 2012). Dessa forma, o que deveria ser a defesa do migrante pode causar algum dano. Isso é uma explicação possível para o sucesso rápido do AfD no que tange à conquista de eleitores.

3.2 Caracterização negativa da migração com a metáfora MIGRAÇÃO/REFÚGIO É DESASTRE/FENÔMENO NATURAL

Embora o AfD tenha sido o único partido a endossar, em nosso corpus, a metáfora MIGRANTE É INIMIGO, esse partido não está isolado quando se trata de conceptualizar a migração como um fenômeno da natureza. Exemplificamos com os excertos abaixo ocorrências proferidas por deputados dos partidos AfD, CDU, FDP e *Die Linke* (A Esquerda):

(1) *Die Entscheidung von Frau Merkel, 2015 die deutschen Grenzen von einer Flut Migranten überrennen und weiterhin offen zu lassen, ist ein eklatanter Rechtsbruch; so bereits die ehemaligen Verfassungsrichter Di Fabio und Papier, so die Wissenschaftlichen Dienste des Bundestages.* (Dr. Christian Wirth, AfD, 01/02/2018, 11ª Reunião da 19ª Legislatura).

A decisão da Sra. Merkel de deixar uma inundação de migrantes atropelar as fronteiras da Alemanha em 2015 e continuar a deixá-las abertas é uma violação flagrante da lei; isso de acordo com os antigos juízes constitucionais Di Fabio e Papier e de acordo com os Serviços Científicos do Parlamento.

(2) *Die Große Koalition hat konsequent und erfolgreich dafür gearbeitet, den Zustrom von Flüchtlingen deutlich zu senken.* (Dr. Stephan Harbarth, CDU/CSU, 19/01/2018, 8ª Reunião da 19ª Legislatura).

A Grande Coalizão tem trabalhado consistentemente e com sucesso para reduzir significativamente o afluxo de refugiados.

(3) *Diese Wirklichkeit ist: Wir werden auch in Zukunft weltweit mit wachsenden Flüchtlingsströmen rechnen müssen – durch Klimawandel, wirtschaftliche Not und regionale Krisen.* (Linda Teuteberg, FDP, 19/04/2018 26ª Reunião da 19ª Legislatura).

A realidade é esta: nós também teremos que contar com os crescentes fluxos de refugiados no mundo inteiro no futuro – devido às mudanças climáticas, às dificuldades econômicas e às crises regionais.

(4) *Jetzt sage ich Ihnen, den angeblichen Vertretern des deutschen Volkes, mal was zum Thema „Verschiebung von Migrantenströmen“. Zwischen 1820 und 1930 haben 6 Millionen Menschen Deutschland verlassen, meist aus denselben Gründen wie diejenigen, die Sie heute als Wirtschaftsflüchtlinge bezeichnen, (Dr. Gesine Löttsch [DIE LINKE]: Richtig! Genau!) und zwar in Richtung der Vereinigten Staaten von Amerika.* (Stefan Liebich, DIE LINKE, 30/11/2018, 69ª Reunião da 19ª Legislatura).

Agora vou dizer a vocês, os supostos representantes do povo alemão, algo sobre o tema “desvio nos fluxos de migrantes”. Entre 1820 e 1930, 6 milhões de pessoas deixaram a Alemanha, a maioria pelas mesmas razões daqueles que vocês chamam hoje de refugiados econômicos, (Dr. Gesine Löttsch [DIE LINKE]: Exatamente!) e partiram para os Estados Unidos da América.

A metáfora conceptual REFÚGIO É DESASTRE/FENÔMENO NATURAL foi estudada por Corrêa e Melo (2020). De acordo com as autoras, essa metáfora é evocada para explicitar a grande quantidade de migrantes que chega ao país e, normalmente, ela carrega uma conotação negativa, pois, muitas vezes, os itens lexicais a ela associados são usados para caracterizar fenômenos da natureza indesejados e que acarretam prejuízos.

No excerto (1), o deputado do AfD caracteriza o fenômeno da entrada de migrantes no país como “inundação de migrantes” (*Flut Migranten*). A conotação negativa é fortalecida com “atropelar” (*überrennen*) ao evocar um *frame* em que uma substância (migrante) chega ao país em grande quantidade, com uma força destrutiva e passa por cima do que estiver em seu caminho. Em sua fala, o deputado declara que é Merkel a causa do efeito negativo da “inundação”, pois seu governo teria sido responsável por abrir as fronteiras da Alemanha e “deixar” (*lassen*) que isso acontecesse. Ele encadeia a conotação negativa da inundação com uma – em seu entendimento – violação da lei do país cometida pela então chanceler da Alemanha. A estratégia de evocar uma metáfora de maneira a representar negativamente o migrante para, em seguida, atribuir a causa do efeito negativo ao governo de Merkel também foi usada com a metáfora MIGRANTE É INIMIGO pelo mesmo partido (cf. seção acima).

Em (2), o deputado do CDU conceptualiza negativamente o “afluxo de refugiados” (*Zustrom von Flüchtlingen*) ao afirmar que sua coalizão, formada pelos partidos CDU/CSU e SPD, trabalha para reduzi-lo (*senken*). A conceptualização ser negativa fica mais evidente ao observarmos a sequência de seu discurso, reproduzida em (5), abaixo:

(5) *Wir wollen alles dafür tun, dass die Zahl der Flüchtlinge dauerhaft niedrig bleibt und die Zuwanderung auf ein Maß begrenzt wird, das die gesellschaftliche Akzeptanz und Integrationsfähigkeit nicht übersteigt.* (Dr. Stephan Harbarth, CDU/CSU, 19/01/2018, 8ª Reunião da 19ª Legislatura).

Queremos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para garantir que o número de refugiados se mantenha permanentemente baixo e que a imigração seja limitada a uma quantidade que não exceda a aceitação social e a capacidade de integração.

Dessa maneira, o *frame* evocado do afluxo de refugiados os quantifica e os avalia como uma substância metafórica que deve se integrar à substância já presente no contêiner, ou seja, a população do país. A relação inversamente proporcional (menor número de migrantes é igual a maior aceitação social) é uma avaliação negativa da migração, que deveria ser, segundo o orador, limitada.

O excerto (3), do FDP, demonstra causas – as mudanças climáticas (*Klimawandel*), as dificuldades econômicas (*wirtschaftliche Not*) e as crises regionais (*regionale Krisen*) – para o fluxo de refugiados. Em seu discurso, a oradora defende a participação da Alemanha no Pacto Global pela Migração, pois ela acredita que a política a ser implementada beneficiará os próprios refugiados. A caracterização negativa do refúgio é apresentada como uma realidade (*Wirklichkeit*), isto é, um fato com o qual teremos de contar (*rechnen*). Em suma, essa caracterização, embora negativa, não procura defender a proibição da entrada ou redução do número de migrantes que entram no país, pelo contrário, ela é apresentada como um fenômeno inevitável.

Em (4) está transcrita a única ocorrência dessa metáfora conceptual evocada por um membro do partido *Die Linke*. No entanto, a metáfora linguística licenciada pela metáfora conceptual em questão, *Migrantenströme*, é o nome do tema sobre o qual ela quer falar, não a maneira como ela conceptualiza o migrante. Ela atribui o nome do tema como pertencente ao partido AfD, nomeado por ela de “supostos representantes do povo alemão” (*angebliche Vertreter des deutschen Volkes*). Ela então afirma que os alemães, em épocas passadas, compunham fluxos semelhantes de migrantes. Assim, de forma semelhante à metáfora MIGRANTE É INIMIGO, a metáfora MIGRAÇÃO É DESASTRE/FENÔMENO NATURAL também pode licenciar uma metáfora linguística que, por sua vez, não é a representação da própria conceptualização do orador, mas é atribuída ao outro, alvo de uma crítica (cf. seção anterior).

4 Metáforas sobre migrantes na Câmara dos Deputados do Brasil

Na presente seção, apresentamos as metáforas MIGRANTE É INIMIGO/AMEAÇA (subseção 4.1) e MIGRAÇÃO É DESASTRE/FENÔMENO NATURAL (subseção 4.2) que ocorreram na Câmara dos Deputados do Brasil em 2018. Identificamos que parlamentares de esquerda, direita e centro lançam mão da metáfora do inimigo, mas com objetivos diferentes. Em um caso, o migrante é visto como uma ameaça, pertencente ao exogrupo. Em outro, o migrante é visto como vítima das ameaças feitas por pessoas racistas e/ou xenófobas. Ainda, há um caso em que o migrante é o brasileiro que vai para os Estados Unidos. A metáfora do desastre ou fenômeno natural foi evocada por apenas uma deputada de um partido de centro-direita, o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Mostramos que ela faz isso para criticar a causa da migração, no caso, a política praticada na Venezuela.

4.1 O migrante estrangeiro e o migrante brasileiro: a metáfora MIGRANTE É INIMIGO/AMEAÇA

Essa metáfora conceptual atua na divisão em endo- e exogrupo, na medida em que cria a divisão daqueles que se põem ao lado e daqueles que se põem contra a entrada, permanência e aquisição de direitos dos migrantes. Os três excertos abaixo evocam a metáfora conceptual em *frames* diferentes e com finalidades diferentes.

(1) É importante esclarecer, Sr. Presidente, que os **refugiados** vivem um dilema muito grande, pois, além da dificuldade do nosso idioma, eles **são vistos como uma ameaça**. Muitas vezes, **o preconceito e a discriminação machucam mais que as guerras e as perseguições** que eles viveram em seus países. (Stefano Aguiar, PSD, 02/05/2018, 96ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura).

(2) Portanto, Sr. Presidente, aqui não nos calaremos até que o Governo Federal assumira as suas responsabilidades para com os milhares e milhares de venezuelanos que lá chegam e, ainda mais, com os quase 500 mil habitantes de Roraima, que hoje já **não têm mais segurança** para andar nas ruas. Já não há mais bancos de escolas em número suficiente para as nossas crianças. Os nossos doentes já estão deitados nos corredores dos hospitais, porque o nosso sistema está abarrotado pela demanda dos **migrantes** venezuelanos. (Edio Lopes, PR, 07/08/2018, 188ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura).

(3) O atual Presidente, golpista, não abriu a boca para falar da injustiça e do fascismo usado pelo Presidente americano **contra os imigrantes**, contra os povos do mundo inteiro, contra brasileiras e brasileiros, inclusive separando crianças de seus pais. (João Daniel, PT, 26/06/2018, 168ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura).

Em (1), o orador é um deputado do PSD (Partido Social Democrático), considerado de centro. Após elogiar a política migratória de seu estado, Minas Gerais, e a tolerância do povo brasileiro, ele passa a defender a entrada, a permanência e o direito dos migrantes em nosso país. A metáfora é evocada quando ele enumera as dificuldades que os migrantes podem sofrer em sua trajetória, entre elas, o fato de que “eles são vistos como uma ameaça”. Propomos que uma metáfora conceptual MIGRANTE É AMEAÇA é evocada, mas, no discurso do deputado, ela compõe o discurso do “outro”, não o do próprio orador, pois ele utiliza o recurso “eles são vistos como”, e não é ele que os percebe dessa maneira. Ele atribui essa metáfora àqueles que têm preconceito e discriminação, que machucam “mais que as guerras e perseguições”. Assim, nesse *frame*, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO SÃO VIOLÊNCIA FÍSICA.

O excerto (2) foi proferido por um deputado do PR (Partido da República), atualmente PL (Partido Liberal), partido do ex-presidente Jair Bolsonaro. Embora o ex-presidente seja considerado de extrema direita, o partido é considerado de direita. O orador, apesar de seu partido, votou contra o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, do PT (Partido dos Trabalhadores). Sua oposição ao governo de Michel Temer, do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) – o sucessor da presidente – é evidenciada pelo excerto (2). A afirmação de que os “quase 500 mil habitantes de Roraima” “não têm mais segurança para andar nas ruas” implica que há uma ameaça. Assim, propomos a metáfora conceptual MIGRANTE É AMEAÇA. O endogrupo é a população do estado de Roraima e o exogrupo, o migrante.

LINHA D'ÁGUA

O silêncio e a inação do então presidente Michel Temer em relação ao caso é mencionado pelo orador para caracterizá-lo como parte do exogrupo.

Em (3), há um exemplo mais periférico da metáfora conceptual. Os objetivos são defender o migrante brasileiro que vai aos EUA e, ao mesmo tempo, criticar o governo de Michel Temer. A preposição “contra” é licenciada pela metáfora do inimigo, pois ela exprime a oposição que se faz ao migrante, definido como um grupo formado por “povos do mundo inteiro”, inclusive “brasileiras e brasileiros”. Entendemos que os mapeamentos da metáfora são PRESIDENTE AMERICANO É INIMIGO DE MIGRANTES e INJUSTIÇA E FASCISMO SÃO ARMAS. As armas metafóricas, abstratas, são usadas pelo presidente contra seu inimigo, o migrante. Esse é o *frame* de um combate, onde os dois polos são apresentados de maneira desigual, sendo o polo que representa o endogrupo apresentado como o lado mais frágil do embate. Em seguida, o orador, um deputado do PT, inclui o então presidente Michel Temer, considerado pelo PT como um traidor por conta do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, no exogrupo, ou seja, ele ao lado do presidente americano, é contra migrantes, logo, contra brasileiras e brasileiros nesse *frame*. A estratégia é evocar o mapeamento MICHEL TEMER É INIMIGO DE BRASILEIRAS E BRASILEIROS.

Em suma, a metáfora MIGRANTE É INIMIGO/AMEAÇA é usada na polarização política de maneira que o exogrupo seja formado ou por migrantes ou pelo governo de Michel Temer, a quem deputados de direita e de esquerda se opunham em 2018.

4.2 A migração como fenômeno natural e a caracterização negativa da política na Venezuela

Em nosso *corpus*, a metáfora MIGRAÇÃO É FENÔMENO NATURAL foi evocada por uma oradora, a deputada de centro-direita Bruna Furlan, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), que, na época, era vice-presidente da comissão encarregada de discutir medidas de assistência emergencial para fluxos migratórios em situações de crise.

(1) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o intenso **fluxo de migrantes** que tem chegado a Roraima, em decorrência do agravamento da situação política e econômica na Venezuela, gerou, sem dúvida, uma forte pressão sobre os serviços públicos do Estado, sobretudo na Capital Boa Vista e na cidade de Pacaraima, situada na fronteira. (Bruna Furlan, PSDB, 03/07/2018, 171ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura).

A metáfora linguística “fluxo de migrantes” é licenciada pela metáfora conceptual MIGRAÇÃO É DESASTRE/FENÔMENO NATURAL. No *frame* evocado pela oradora, o MIGRANTE É SUBSTÂNCIA, quantificado com a palavra “intenso”, indicado que são muitas as pessoas que atravessam a fronteira e chegam a Roraima. O domínio físico, concreto, continua, na medida em que a grande quantidade de substância (migrantes) gera “forte pressão sobre os serviços públicos”, onde propomos a metáfora DEMANDA POR SERVIÇOS É PRESSÃO DE UM LÍQUIDO NUM CONTÊINER. Ao quantificar um grupo de pessoas como um fenômeno natural, realça-se a grande quantidade de pessoas ao mesmo tempo que se encobre o fator humano de cada um dos

LINHA D'ÁGUA

indivíduos que atravessa a fronteira do país, o que é uma estratégia de desumanização. Nesse sentido, o *frame* evocado atribui valor negativo à migração. Contudo, a crítica efetuada no excerto acima se dirige às causas da migração, que seria a política praticada na Venezuela, não diretamente ao migrante venezuelano que chega ao Brasil.

5 Discussão comparativa

No presente artigo, apresentamos excertos dos corpora de língua alemã e língua portuguesa que evocam metáforas conceptuais semelhantes e que são características da polarização sobre o tema “migração”: MIGRANTE É INIMIGO/AMEAÇA e MIGRAÇÃO É DESASTRE/FENÔMENO NATURAL. Nesta seção, apresentamos uma comparação entre os resultados das análises das duas línguas, levando em conta algumas particularidades culturais, políticas e linguísticas de cada país.

Na Alemanha, a metáfora MIGRANTE É INIMIGO é evocada por representantes pertencentes a todos os partidos que compõem o Parlamento em 2018. No que concerne ao espectro político, a maneira como ela é evocada difere entre, por um lado, o AfD e, por outro, todos os outros partidos, da esquerda à direita. Esses últimos concordam que a metáfora do inimigo é a maneira como o AfD conceptualiza o migrante e, por assim fazê-lo, pertenceria ao exogrupo. Nessa estratégia, o tema “migração” é usado para enfatizar que o AfD não está bem ajustado ao lado dos outros partidos que integram o Parlamento. O AfD, por sua vez, coloca o migrante no exogrupo, como inimigo, ao lado de Merkel, que seria aliada desses últimos. Em última análise, a estratégia do AfD é lançar mão da questão migratória como bode expiatório para apontar “defeitos” no governo de Merkel e, assim, tentar aumentar o seu poder. No Brasil, a metáfora do inimigo é evocada no discurso por alguns parlamentares com objetivo semelhantes e, no caso brasileiro, a crítica é direcionada ao governo do então presidente Michel Temer. A diferença é que a crítica parte tanto de um deputado de esquerda (PT) quanto de um de direita (PR), revelando que o descontentamento com a presidência da República era amplamente disseminado na Câmara dos Deputados do Brasil e não proveniente de apenas um partido, como é o caso do AfD com Merkel.

Os dados demonstram que, em torno do tema “migração”, há polarização política entre os deputados que compõem o Parlamento Alemão: por um lado há um grande grupo de deputados de diferentes partidos e ideologias que formam, através do discurso, o exogrupo ao qual o AfD faz parte; por outro, o AfD forma discursivamente o endogrupo que eles chamam de “povo alemão”, do qual eles participam. Esse endogrupo seria contra os migrantes e contra o governo de Merkel, que seria representante dos migrantes e não do “povo”. Essa polarização política entre deputados da Câmara não se revela no Brasil, mas há polarização entre os deputados e a presidência da República. Ou seja, o exogrupo construído discursivamente pelos deputados é composto pelo governo de Temer.

A metáfora MIGRAÇÃO É DESASTRE/FENÔMENO NATURAL ocorre em excertos representados pela maioria dos partidos presentes no Parlamento Alemão, enquanto, no Brasil, apenas uma deputada evocou essa metáfora. Da mesma maneira como ocorreu com a metáfora do inimigo, ela foi evocada para compor e criticar o exogrupo. Na Alemanha, a crítica é ao AfD; no Brasil, à política praticada pelo governo da Venezuela. Somente no caso da Alemanha foi possível observar que ela é uma metáfora mais aceita por deputados dos partidos FDP e CDU, diferentemente da metáfora do inimigo, rejeitada por todos que não são do AfD.

Este estudo demonstra que somente a metáfora conceptual não é a única responsável pela polarização política, embora seja crucial em sua formação. A polarização depende também de traços discursivos para definir “de que lado” o orador está, como, por exemplo, atribuir a conceptualização de migrante como inimigo ao membro do exogrupo. Acreditamos que evocar uma metáfora conceptual como a do inimigo para criticar o pretense inimigo, ou seja, o migrante, ou a do fenômeno natural para caracterizar o migrante negativamente é uma estratégia eficiente para os propósitos da extrema direita, pois as metáforas já carregam o sentido que se quer e deixam a argumentação simples. Evocá-las para defender o migrante deixa o argumento mais dependente de marcadores discursivos, logo, mais complexo e, ainda, evoca a imagem do migrante como inimigo, o que pode acarretar o efeito de *cascades* (Lakoff; Wehling, 2012, p. 29). Acreditamos que a simplicidade de sua argumentação pode explicar o abrupto sucesso do AfD, que construiu sua reputação em torno do tema “migração”.

Considerações finais

Neste artigo, apresentamos os resultados parciais da pesquisa de doutorado em andamento sobre metáforas conceptuais e linguísticas em discursos proferidos em 2018 no Parlamento Alemão e na Câmara dos Deputados do Brasil em torno do tema “migração”. Partimos de uma busca lexical com auxílio da ferramenta concordanciador do *AntConc*, oriunda da linguística de corpus, mas não nos limitamos à análise automática devido às características particulares da metáfora.

Como resultado, encontramos duas metáforas conceptuais em comum entre os países e que constituem divisão entre endo- e exogrupo, transparecendo a polarização política: MIGRANTE É INIMIGO/AMEAÇA e MIGRAÇÃO É DESASTRE/FORÇA DA NATUREZA. O orador está sempre no endogrupo, mas os integrantes do exogrupo variam, podendo ser os migrantes, os oponentes políticos, ou ambos.

Na Alemanha, o migrante é conceptualizado como inimigo apenas por parlamentares da extrema direita, ao passo que a metáfora MIGRAÇÃO É DESASTRE/FENÔMENO NATURAL é aceita também por deputados de direita. Quando não é aceita pelo orador, a metáfora é evocada para atribuir o pensamento a um outro deputado, em geral, para criticá-lo e colocá-lo no exogrupo. No Brasil, a metáfora MIGRANTE É INIMIGO/AMEAÇA é aceita por um deputado de direita, mas é usada para criticar o governo. Os deputados que não a aceitam também a evocam para criticar

o governo. MIGRAÇÃO É DESASTRE/FENÔMENO NATURAL é evocada apenas por uma deputada de centro-direita para criticar o governo da Venezuela.

A continuação da pesquisa de doutorado leva em conta outras metáforas sobre migrantes e migração, mas que não refletem a polarização política, por exemplo, MIGRANTE É IRMÃO. Além disso, identificamos metáforas em torno de um tema que repercute com maior intensidade no Brasil, a “corrupção”.

Financiamento

Marina Sundfeld Pereira agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa de doutorado (nº do processo: 88882.461730/2019-01).

Referências

- ANTHONY, L. *AntConc*. Disponível em: <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>. Acesso em: 17 maio. 2021.
- ARISTÓTELES. *Poética - Organon - Política - Constituição de Atenas*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.
- BAKER, P. et al. A useful methodological synergy? Combining critical discourse analysis and corpus linguistics to examine discourses of refugees and asylum seekers in the UK press. *Discourse and Society*, v. 19, n. 3, p. 273–306, 2008.
- CHARTERIS-BLACK, J. *Corpus Approaches to Critical Metaphor Analysis*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.
- CORRÊA, L.; MELO, L. Flüchtlingswelle e ondas de refugiados: metáforas sobre refúgio e imigração na mídia online brasileira e alemã. *Contingentia*, v. 8, n. 2, p. 33–47, 2020.
- CROFT, W.; CRUSE, D. A. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- DEIGNAN, A. Corpus Linguistics and Metaphor. In: GIBBS JR, R. W. (Ed.). *The Cambridge Handbook of Metaphor and Thought*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2008.
- van DIJK, T. A. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2018.
- EVANS, V.; GREEN, M. *Cognitive Linguistics. An Introduction*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- HART, C. *Discourse, Grammar and Ideology. Functional and Cognitive Perspectives*. London: Bloomsbury, 2014.
- LAKOFF, G. *Moral Politics. How liberals and conservatives think*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 2016.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da Vida Cotidiana*. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, Educ, 2002.

LAKOFF, G.; WEHLING, E. *The Little Blue Book: the essencial guide to thinking and talking democratic*. New York: Free Press, 2012.

LANGACKER, R. W. *Foundation of Cognitive Grammar*. Volume I. Stanford: Stanford University Press, 1987.

NEUGEBAUER, G. Eine kurze Befassung mit Begriffen und Thesen. In: SCHÖNFELDER, S. (Ed.). *Gibt es Extremismus? Extremismusansatz und Extremismusbegriff in der Auseinandersetzung mit Neonazismus und (anti-)demokratischen Einstellungen*. Dresden: Kulturbüro Sachsen, 2010.

PETERSSSEN, S.; SOARES DA SILVA, A. Polarising metaphors in the Venezuelan Presidential Crisis. *Journal of Language and Politics*, Online First Articles. 30 nov. 2023. Disponível em: <https://www.ibep-platform.com/content/journals/10.1075/jlp.22169.pet>. Acesso em 06 fev. 2024.

ROOSE, J. *Politische Polarisierung in Deutschland*. Repräsentative Studie zu Zusammenhalt in der Gesellschaft. Berlin: Konrad-Adenauer-Stiftung e. V., 2021.

SARDINHA, T. B. *Metáfora*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

STEFANOWITSCH, A. Corpus-based approaches to metaphor and metonymy. Em: STEFANOWITSCH, A.; GRIES, S. (Eds.). *Corpus-based approaches to metaphor and metonymy*. Berlin: Walter de Gruyter Verlag, 2006. p. 1–16.

VEREZA, S. “Metáfora é que nem...”: cognição e discurso na metáfora situada. *Signo*, v. 38, n. 65, p. 2–21, 4 jul. 2013.

WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, v. 4, n. n. esp., p. 223–243, 2004.

Fontes

DEUTSCHER BUNDESTAG - Endgültige Plenarprotokolle. Disponível em: <https://www.bundestag.de/dokumente/protokolle/plenarprotokolle>. Acesso em: 17 maio. 2021.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 19 maio. 2021.

Artigo / Article

Fome também é o que se come: as metáforas nos discursos do MST como construtoras de polêmica argumentativa sobre alimentos ultraprocessados

Hunger is also what one eats: metaphors in MST discourses as builders of argumentative controversy about ultraprocessed foods

Amanda Guedes Mazza 

Universidade de São Paulo, Brasil

amanda.mazza@usp.br

<https://orcid.org/0009-0009-2037-0512>

Recebido em: 15/07/2023 | Aprovado em: 20/09/2023

Resumo

Este artigo objetiva explorar a conexão entre metáforas e a construção de polêmica argumentativa, revelando de que maneira uma concepção de metáfora dimensionada pelos discursos, para além de mera figura de linguagem ou de pensamento, contribui para a compreensão de dissensos. Para isto, parte-se de um *corpus* composto por publicações no portal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sobre alimentos ultraprocessados (Nupens-USP), entre 2020 e 2022, analisado sob uma perspectiva cognitivo-discursiva (Vereza, 2007, 2017; Gonçalves-Segundo, 2020) entrelaçada à argumentação polêmica (Amossy, 2017). Através da observação das metáforas e o papel por estas desempenhado, foi possível identificar o uso de metáforas situadas e distribuídas operando de maneira dialógica, e perspectivando um Terceiro alheio tanto ao Proponente (MST) quanto ao Oponente, para manutenção do dissenso entre a produção alimentícia industrial, ou atrelada ao agronegócio, e a produção de alimentos in natura, ou minimamente processados, por parte do MST.

Palavras-chave: Metáforas situadas • Metáforas distribuídas • Alimentação • Agronegócio • Subnutrição

Abstract

This article aims to explore the connection between metaphors and the construction of argumentative polemics, revealing how a conception of metaphor dimensioned by discourses, beyond a mere figure of speech or thought, contributes to the understanding of dissent. To do so, it examines a corpus composed by publications of the Landless Rural Workers Movement (MST) portal on ultra-processed foods (Nupens-USP), published between 2020 and 2022, and analyzed from a cognitive-discursive perspective (Vereza, 2007, 2017; Gonçalves-Segundo, 2020) intertwined with the polemics theory (Amossy, 2017). Through the observation of the metaphors and the role played by them, it was possible to identify the use of situated and distributed metaphors operating in a dialogic way, and the construal of a Third Party that is alien to both the Proponent (MST) and the Opponent, in order to maintain the dissent between industrial food production, or linked to the agribusiness, and the production of in natura, or minimally processed foods, by MST.

Keywords: Situated metaphors • Distributed metaphors • Food • Agribusiness • Malnutrition

Introdução

Das dimensões da fome, talvez a mais evidente seja a absoluta supressão de alimentos – como o descrito na prosa confessional de Carolina Maria de Jesus (2007), para quem a fome causa tontura e faz enxergar o entorno em amarelo¹. Essa mesma ausência do que se colocar nos pratos e, conseqüentemente, no estômago é também o que faz a cachorra Baleia, do célebre romance de Graciliano Ramos (2018), idealizar, na transição entre vida e morte, um céu cheio de preás²; ou o eu-lírico de Chico Science e Nação Zumbi (1994) ver-se impossibilitado de pensar, sobretudo vislumbrar futuro e enfrentamento político, enquanto não enche o *bucho* com o alimento, representado metonimicamente como cenoura³.

Essa fome, não aleatoriamente aqui representada por pessoas e personagens em contextos sócio-espaciais, raciais e de gênero tão demarcados, de fato tem um retrato que “hoje é composto principalmente por gente do sexo feminino, moradora da periferia ou do meio rural, com baixa escolaridade ou analfabeta, pobre, negra, quilombola, indígena” (Nascimento, 2022, p. 50), ainda que tenha permeado a tessitura brasileira em termos generalizantes, excedendo fronteiras e limitações demográficas, nos anos em que pandemia de coronavírus e governo bolsonarista se encontraram.

¹ “Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves, tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos” (Jesus, 2007, p. 45-46).

² “Baleia queria dormir. Acordaria feliz, num mundo cheio de preás. E lamperia as mãos de Fabiano, um Fabiano enorme. As crianças se espojariam com ela, rolariam com ela num pátio enorme, num chiqueiro enorme. O mundo ficaria todo cheio de preás, gordos, enormes” (Ramos, 2014, p. 91).

³ “Peguei um balaio, fui na feira roubar tomate e cebola/Ia passando uma véia, pegou a minha cenoura/ ‘Aí minha véia, deixa a cenoura aqui/ Com a barriga vazia não consigo dormir’/ E com o bucho mais cheio comecei a pensar/ Que eu me organizando posso desorganizar/ Que eu desorganizando posso me organizar” (Chico Science & Nação Zumbi, 1994).

LINHA D'ÁGUA

No entanto, essa fome epidêmica e crônica na tessitura da sociedade brasileira não é considerada apenas quando absolutamente não há a disponibilidade de alimentos (insegurança alimentar grave), mas também em um contexto no qual as demandas energéticas por nutrientes dos organismos não estão plenamente satisfeitas (insegurança alimentar leve ou moderada). Se Josué de Castro (2022), precursor dos debates sobre alimentação que correlacionam fome e política, já denunciava há mais de 75 anos a existência de uma série de doenças e deficiências vitamínicas relacionadas à falta de alimentos ou à falta de diversidade alimentar, esse fenômeno parece ganhar nova dimensão no atual momento histórico. Contemporaneamente, no Brasil, há uma diminuição do arroz e do feijão nos pratos (23% e 30% de redução no consumo, respectivamente, de 1970 a 2003 nas zonas metropolitanas) e um aumento da presença de carnes embutidas, biscoitos e refeições prontas (300%, 400% e 80%, nessa ordem, no mesmo período) (Cátedra Josué de Castro, 2022, p. 70-71).

Essas transformações alimentares integram o debate público. Por isso, busca-se, neste artigo, apresentar evidências de como diferentes usos metafóricos nos discursos contrários a esses alimentos que ganham espaço nas mesas brasileiras, os chamados ultraprocessados, constroem argumentação polêmica para diferentes propósitos ideológicos e sociais. Neste sentido, estudos metafóricos cognitivo-discursivos (Vereza, 2007, 2017; Gonçalves-Segundo, 2020; Gonçalves-Segundo, Isola-Lanzoni, Weiss, 2019; Gonçalves-Segundo, Zelic, 2016), a partir dos quais a metáfora é entendida também como mecanismo para criação de objetos discursivos, serão articulados com a teoria da polêmica argumentativa (Amossy, 2017) para análise das representações sobre ultraprocessados presentes nas seguintes publicações no portal do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no período de 2020-2022: (1) “Conferência discute alimentação saudável e combate à fome”, (2) “Cresce a fome no mundo, mas a solução não está na agricultura industrial”, (3) “Movimentos sociais se unem contra fome na abertura da Semana Nacional da Alimentação”, (4) “Manifesto popular contra a fome será lançado em ato nacional nesta sexta (16)” e (5) “Combater a fome e nutrir a resistência: união de movimentos doa 3 mil marmitas no PR”. A seleção, que parte de um *corpus* mais robusto que integra a pesquisa de mestrado “Disputas na terra, no prato e nas ideias: o agronegócio e a fome em perspectiva ecolinguística”⁴, se explica pela produtividade para o objetivo deste trabalho — ou, em outras palavras, pela presença de contra-discursos sobre esse tipo de alimento. As publicações passarão por (I) uma análise descritiva de metáforas; (II) descrição do papel polêmico-argumentativo desempenhado por estas metáforas; (III) interpretação dos dados em termos discursivos e ideológicos.

Na primeira seção, discute-se o que é um alimento ultraprocessado, explicitando-se o contexto classificatório e a relevância do tema. Em seguida, é realizado um breve percurso teórico sobre as metáforas. Ainda na descrição do arcabouço adotado, a terceira seção é reservada à exposição do que é, por fim, a polêmica argumentativa. Posteriormente, segue-se para a análise, composta por uma exposição geral dos achados e subsequente interpretação. Por fim, a última seção contém as considerações finais.

⁴ Título provisório.

1 Primeiro de tudo, o que é um alimento ultraprocessado?

Antes de entender o que é um alimento ultraprocessado, vale uma incursão rápida sobre o sistema de classificação no qual essa categoria se enquadra. Depois, serão discutidos os problemas oriundos deste consumo e algumas possíveis razões para que esse tipo de alimento ganhe cada vez mais espaço.

Nesse sentido, tratando do sistema de classificação, como explicam Levy *et al.* (2023), após décadas de pesquisa acerca do padrão alimentar da população brasileira a partir de dados de orçamento familiar coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens) da Universidade de São Paulo (USP) identificou uma queda no consumo tanto de elementos básicos para preparo e transformação doméstica de alimentos, como óleos, açúcar e sal, quanto uma redução de consumo de alimentos basilares que usualmente são transformados nas cozinhas brasileiras, como arroz, feijão, farinha, leite e carnes. A partir disso, foi possível inferir um aumento de consumo de alimentos prontos, de maneira que os nutrientes — fator a ser considerado em esquema anterior de classificação, em que, por exemplo, a carne de maneira genérica, fresca ou processada, seria parte do grupo das proteínas — talvez não importassem tanto quanto o próprio processo industrial ao qual o alimento foi submetido. Dessa forma, tornou-se fundamental a separação por processamento na chamada classificação NOVA para os alimentos, em que a categoria “ultraprocessado” emerge em face de outras três anteriores, como se pode ver no quadro 1:

Quadro 1. Classificação NOVA para alimentos (Nupens-USP)

Classificação NOVA	Definição
Alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados	Alimentos acessados em sua forma natural (<i>in natura</i>), como partes de plantas, animais, cogumelos e algas, ou que passaram por processos mínimos sem adição de nenhum ingrediente, a exemplo da secagem de feijões ou da produção de farinhas.
Ingredientes culinários processados	Convertem alimentos do primeiro grupo em refeições e receitas, como o sal extraído da natureza, o açúcar obtido da cana ou o azeite extraído das azeitonas.
Alimentos processados	Itens do primeiro grupo modificados por processos industriais mais simples, que poderiam ser feitos em ambiente doméstico, como conservas, queijos ou pães artesanais.
Alimentos e bebidas ultraprocessados	Formulações obtidas por fracionamento de alimentos do primeiro grupo. Incluem ingredientes culinários, mas também “isolados ou concentrados protéicos, óleos interesterificados, gordura hidrogenada, amidos modificados e várias substâncias de uso exclusivamente industrial”. Contam frequentemente com adição de “corantes, aromatizantes, emulsificantes, espessantes e outros aditivos” para estímulo sensorial ou ocultação de resultados indesejados. Incluem salsichas, nuggets, salgadinhos de pacote, macarrão instantâneo e vários outros itens embalados que possuem extensa lista de ingredientes nas prateleiras dos supermercados.

Fonte: Elaboração própria a partir de NOVA. NUPENS-USP. Disponível em <https://www.fsp.usp.br/nupens/a-classificacao-nova/>. Acesso: 07 de abril de 2023.

No Brasil, esses itens ganham progressivamente mais espaço: é possível observar, a partir dos dados trazidos por Levy *et al* (2023), que entre 2002-2003 e 2017-2018, os alimentos *in natura* ou minimamente processados experimentaram um declínio de 51% para 48,7% no total de participação calórica na dieta dos lares, ao passo que os ultraprocessados participaram de 14,3% a 19,4% no mesmo período, com aumento proporcional bastante significativo nas áreas rurais (7,4% a 11,5%) e urbanas (15,6% a 20,6%), além de maior prevalência nos estados do Sul e Sudeste em comparação a Norte e Nordeste. Em relação aos dados demográficos, o consumo efetivo de ultraprocessados é marcado por maior participação calórica entre mulheres (20%) em comparação aos homens (18%), embora “a taxa de aumento entre homens é cerca de três vezes maior do que entre as mulheres”, além de maior aumento entre negros (2%) e entre povos indígenas (de 14,9% a 20,75%), com estagnação estatística observável no caso da população branca. Em relação à faixa etária, o aumento observado pelos pesquisadores do NUPENS-USP é similar em todas as faixas, mas com predominância de consumo entre adolescentes (29% contra 15% no grupo dos idosos), assim como os padrões de consumo são parecidos em diferentes escolaridades, mas houve aumento entre pessoas com escolaridade mais baixa e ligeira redução entre aquelas cuja escolaridade é mais alta (Levy *et al*, 2023, p. 112).

Os impactos desse aumento são desde o ambiental, considerando as pegadas de carbono e de água, assim como perda de agrobiodiversidade (Seferidi *et al.*, 2020; Fardet & Rock, 2020 *apud* LEVY, R. *et al*, 2023), até, propriamente, os impactos na saúde pública, como obesidade, diabetes e outras doenças não transmissíveis (Chang *et al*, no prelo *apud* Levy, *et al*, 2023, p. 116). Em suma, já é possível identificar que vivemos um contexto no qual o adoecimento populacional a partir das práticas alimentares da modernidade é expressivo — especificamente aqui no Brasil, já é possível relacionar 57 mil mortes anuais ao consumo de ultraprocessados. De acordo com estudo de Eduardo Nilson *et al.* (2022), mais de 10% das mortes de pessoas na faixa 30-69 anos estariam relacionadas ao consumo deste tipo de alimento, em uma correspondência de 21,8% das mortes prematuras por doenças crônicas não-transmissíveis que podem ser prevenidas — uma diminuição de consumo entre 10% e 50% reduziria de 5.900 a 29.300 mortes anuais.

Esses dados fazem emergir uma questão: por que se come cada vez mais um tipo de alimento que não supre demandas nutricionais e causa adoecimento e morte? Uma das explicações pode ser a correlação entre ciência e perpetuação ideológica de interesses sócio-históricos que refletem a disparidade de poder na sociedade, a exemplo do que trazem os estudos de Marion Nestle (2019), que analisa formas de financiamento de pesquisas em nutrição promovidas por empresas de alimentos, bebidas e suplementos. Outras questões, mais relacionadas às políticas públicas, também integram esse palco. Por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 2020, financiou majoritariamente a bovinocultura, a soja (59,9%) e a produção de milho (14,4%), ao passo que a produção de arroz e feijão recebeu apenas 2,53% dos recursos, de acordo com a publicação

Análise do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar - PRONAF 2020⁵. Tais itens, cabe destacar, além de serem *commodities* — isto é, matéria-prima para exportação usualmente negociada nas bolsas de valores —, também alimentam a indústria de ultraprocessados, encampando muitos dos tantos termos em letras pequenas que podem ser vistos nos rótulos, como “lecitina de soja” ou “glucose de milho”.

Por fim, a própria estruturação da sociedade em que nos inserimos pode estar relacionada ao porquê de se direcionar mais esforço para uma dada produção do que para outras — por exemplo, de acordo com a pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM-IBGE)⁶ de 2022, a soja ocupa 41,6% dos hectares disponíveis no Brasil enquanto o arroz, por outro lado, ocupa apenas 1,9%. Há uma progressiva substituição, que evidentemente não ocorre por falta de demanda de arroz, item tão tradicional e basilar na alimentação no país. Considerando que a soja desempenha primordialmente o papel de *commodity*, a retração no plantio de arroz parece apontar justamente para o fato de que o que tem orientado a produção é a primazia da necessidade social da obtenção de lucro em relação ao atendimento de uma demanda “do estômago” (Marx, 2013, p. 113) da população local.

2 A subida da fome e outras metáforas

Em 2022, o Brasil contava com 58,7% de sua população tendo enfrentado algum nível de insegurança alimentar — quando a pessoa não sabe se realizará a próxima refeição — e com 33,1 milhões de pessoas tendo já vivenciado a insegurança alimentar grave, o que reconhecemos mais claramente como fome no conjunto da sociedade⁷. No ano anterior, isto é, em 2021, o percentual de insegurança alimentar era de 50%, ao passo que o número de pessoas experienciando ausência de alimentos era de 19,1 milhões⁸. A base deste fato, para além da pandemia de COVID-19, consistentemente apontada como causa fundamental, reside também na desestruturação de redes de proteção social, desmonte de políticas públicas e supressão de organismos que impactaram diretamente na superação da fome em anos precedentes, a exemplo

⁵ REIS, Ana Terra *et al.* Análise do programa nacional de apoio à agricultura familiar - PRONAF 2020. https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2021/12/pronaf_regioes_artigo.docx2.pdf. Núcleo de estudos em cooperação (NECOOP) da Universidade Federal da Fronteira Sul. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. In: O Joio e o Trigo. MOREIRA, Anelize. Ultraprocessado nosso de cada dia: a doença chega embalada na cidade. Disponível em <https://ojoioeotrigo.com.br/2022/03/ultraprocessado-nosso-de-cada-dia-a-doenca-chega-embalada-na-cidade/>. 23 de março de 2022. Acesso: 27 de junho de 2022.

⁶ IBGE. PAM - Produção Agrícola Municipal (2022). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?edicao=18051&t=publicacoes>.

⁷ Rede brasileira de pesquisa em soberania e segurança alimentar e nutricional. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em 8 de junho de 2022.

⁸ Rede brasileira de pesquisa em soberania e segurança alimentar e nutricional. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em 30 de outubro de 2021.

da dissolução do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que coordena a atuação federal no combate à fome, como uma das primeiras medidas do governo de Jair Bolsonaro, no início de 2019.

Um pouco antes, no período entre 2017 e 2018 — os anos intermediários entre o golpe parlamentar contra Dilma Rousseff e a ascensão bolsonarista —, a Pesquisa de Orçamentos Familiares, do IBGE⁹ (POF-IBGE), já apontava a existência de mais de 10 milhões de pessoas em insegurança alimentar grave. Isto é, após sair do chamado “Mapa da Fome” das Organizações das Nações Unidas em 2014, como resultado de políticas de transferência de renda e do estabelecimento de programas destinados ao entendimento e à resolução da questão da fome, o país se encaminharia progressivamente para o retorno deste problema nos anos subsequentes — chegando a testemunhar, em 2021, filas de seres humanos aguardando doações de ossos e restos mortais de outros animais em açougues¹⁰.

Essas mudanças expressivas e rápidas nos índices, que partem de um cenário em que a fome parecia ter sido superada para outro em que ela retorna e atinge cada vez mais pessoas, ganharam as manchetes de diferentes formas. Na manchete da figura 1, extraída do portal G1 e tomada aqui apenas ilustrativamente para discutir os pressupostos teóricos, a publicização dos dados obtidos pela POF-IBGE ocorre em termos de nova “subida” da fome:

Figura 1. Manchete “Fome no Brasil volta a subir”

Fome no Brasil volta a subir e atinge mais de 10 milhões de brasileiros, diz IBGE

A pesquisa foi divulgada nesta quinta (17) e analisou dados entre 2017 e 2018. No Brasil, existem mais de 10 milhões de pessoas que passam não só pela incerteza do vão comer no dia seguinte, mas também não sabem como vai estar o prato das crianças.

Fonte: G1, seção Jornal Nacional¹¹

Neste caso, a experiência humana concreta com direcionalidade — isto é, nossa capacidade de deslocamento verticalizado ou apreensão deste tipo de deslocamento por outros

⁹ IBGE. POF - Pesquisa de orçamentos familiares. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html>. 2017-2018. Acesso em 01 de julho de 2023.

¹⁰ FANTÁSTICO. Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contr-a-fome.ghtml>. Acesso em 26 de agosto de 2022.

¹¹ JORNAL NACIONAL. Fome no Brasil volta a subir e... Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/09/17/fome-no-brasil-volta-a-subir-e-atinge-mais-de-10-milhoes-de-brasileiros-diz-ibge.ghtml>. Acesso: 01 de julho de 2023.

seres e objetos que nos cercam — é mobilizada para compreensão desse fenômeno pretensamente mais abstrato que é o aumento, no caso, da fome. Assim, a vitimização cada vez maior de indivíduos pela ausência de alimentos é expressa em termos de subida. Essa adoção de uma área concreta da vida para estruturar outra área distinta é justamente o que conceitua amplamente as **metáforas**. Neste caso específico do exemplo, a compreensão de fenômenos distintos através dessa percepção vetorial faz parte do cotidiano, a exemplo das tantas *elevações de preços* ou *quedas de ações* reportadas pelos noticiários no contexto do capitalismo financeiro, dando pistas tanto de que as metáforas fazem parte da nossa vida e de que, de fato, há metáforas difíceis de se evitar ou contornar — ou, dito de outra forma, que outros termos usaríamos para descrever processos transformacionais ligados a essas dimensões abstratas que fugiriam desses conceitos ligados à direcionalidade?

A percepção de que há metáforas que parecem estruturar a nossa cognição e circular sócio-culturalmente com profunda adesão e relativa incontornabilidade é o que fundamenta a Teoria da Metáfora Conceptual (TMC), de Lakoff & Johnson (2002[1980]). Nessa concepção, a metáfora é vista como algo “relativamente estável, culturalmente compartilhado, altamente arraigado” e com “correspondências cognitivas profundamente incorporadas e esquemáticas entre domínios”, de forma que as metáforas seriam produtos e unidades elementares que constroem a cognição (Gonçalves-Segundo, 2020, p. 805). Assim, para identificar essas **metáforas conceituais**, a despeito de parecerem “naturais” no cotidiano, o trabalho necessário consiste em apreender os elementos do domínio-fonte, o mais concreto, mobilizado para caracterizar o domínio-alvo, o mais abstrato. Dessa forma, o que descreve as diferentes etapas de transição nos números de famélicos no Brasil, no caso do exemplo acima, é o fato de que, em uma subida, algo migra de um patamar para outro que esteja acima, com quantidade descrita em função de direcionalidade.

Esse trabalho de Lakoff & Johnson, *Metaphors we live by* (2002[1980]), representa um ponto de ruptura importante ao articular uma perspectiva metafórica ancorada na cognição, situando a metáfora não mais como mera figura de linguagem — mas, por fim, como uma “figura de pensamento”. Não obstante, parece haver uma contrapartida epistemológica: a fundação de um paradigma cognitivista teria deslocado o papel da linguagem em estudos que têm a metáfora como objeto, de forma que o uso metafórico na linguagem parece apenas uma pista secundária das metáforas conceituais (Vereza, 2007). No entanto, estudos contemporâneos contam, em seu bojo, com autores filiados a uma proposta de dimensionar a metáfora também a partir do discurso, de maneira a convergir discurso e cognição, tomando o uso como parte do escopo além do próprio sistema.

Os estudos dos quais se parte aqui (Vereza, 2007, 2017; Gonçalves-Segundo, 2020; Gonçalves-Segundo, Isola-Lanzoni, Weiss, 2019; Gonçalves-Segundo, Zelic, 2016) expandem essas fronteiras ao apontar para a existência de metáforas que são ativadas por processos cognitivos fruto das interações das cognições *online* e *offline*. Isso implica considerar que metáforas podem ter diferentes instâncias no uso — inclusive de forma multimodal, para

além da linguagem verbal —, numa “interconexão entre o que é de ordem esquemática (cognição) e o que tem ocorrência específica (discurso)” na ativação da metaforicidade (Gonçalves-Segundo, 2020), demandando uma articulação entre estudos textuais, pragmáticos e cognitivos nas pesquisas no tema — o que gera a noção de “nicho metafórico” enquanto um construto teórico dessa associação (Vereza, 2007, 2018; Gonçalves-Segundo, 2020, p. 807).

Assim, por não ser o objetivo abordar e aprofundar formas metafóricas multimodais, toma-se a charge na Figura 2 apenas para exemplificação teórica. Nela, o mercado financeiro é situado discursivamente como um polo de oposição ao combate à fome no contexto dos debates gerados por discursos pós-vitória do presidente eleito no pleito de 2022, Luís Inácio Lula da Silva. Na ocasião, o chamado teto de gastos e os dividendos da Faria Lima aparecem como empecilho para cumprimento da promessa de campanha de tirar, uma vez mais, o país deste cenário de pratos e estômagos vazios ou insuficientemente cheios¹²:

Figura 2. Charge “O mundo da economia”



Fonte: Charge de Kleber, para o Estado de Minas¹³

É possível identificar uma representação imagética de um céu estrelado, remetendo pictoricamente a um cenário galáctico, em que um cifrão aparece representado com as cores e texturas que habitualmente são encontradas em materiais didáticos ou outras representações de globos durante a formação escolar. A sobreposição desses elementos faz imaginar o que se explica também pelo título: um mundo, um planeta, da economia/da financeirização.

¹² GOMES, P. H. 'Mercado fica nervoso à toa', diz Lula... Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/11/10/mercado-fica-nervoso-a-toa-diz-lula-apos-repercussao-de-fala-sobre-estabilidade-fiscal.ghtml>. Acesso: 01 de julho de 2023

¹³ ESTADO DE MINAS. Confira a charge do Estado de Minas, por Kleber. Disponível em https://www.em.com.br/app/charge/2023/02/12/interna_charge,1456428/confira-a-charge-do-estado-de-minas-por-kleber.shtml. Acesso: 01 de julho de 2023.

Construído o cenário em que as características e determinações do mundo do mercado são universalizadas para o planeta, a informação textual “estou com fome”, respondida por “você nasceu no planeta errado”, dá conta de tecer uma crítica sobre a incongruência entre a demanda por lucratividade e o saciamento da fome.

No entanto, essa relação entre planeta (ou mundo) e o mercado financeiro, em que se mobiliza a característica deste mercado de visar valor, não é algo arraigado cognitivamente de maneira estável e *offline* ou que circula com predominância cultural, social ou centrada em grupos sociais específicos. Esse tipo de metáfora, que vai sendo construída textualmente, apresenta uma determinada perspectiva ao ‘conduzir de forma cognitiva e discursiva a desdobramentos e mapeamentos’ que constituem objetos de discurso (Vereza, 2013, p. 06). Não à toa, como demonstram Gonçalves-Segundo (2020) e Vereza (2013), essas chamadas **metáforas situadas**, que podem ter sua origem alicerçada nas metáforas conceptuais, ocorrem não mais como produtos, mas como processos de re-enquadramento de um domínio-alvo a partir de operações cognitivas associadas também ao contexto e ao discurso visando diferentes objetivos retóricos.

Essas metáforas situadas, como bem explica Gonçalves-Segundo (2020), apesar de não serem produtivas para estabilização gramatical ou lexical, podem ser altamente compartilhadas e integrar uma rede intertextual em torno delas que consolida correspondências entre domínios e provoca estabilização de uma determinada perspectiva relacionada ao domínio-alvo, acarretando no surgimento de um tipo terceiro, intermediário, de metáfora: **as metáforas distribuídas**, atreladas ao que Fairclough (2003) denomina **ordens do discurso** (Gonçalves-Segundo & Zelic, 2016; Gonçalves-Segundo, Isola-Lanzoni & Weiss, 2019; Gonçalves-Segundo, 2020, p. 809).

Dessa maneira, dando um passo para trás — para usar uma metáfora conceptual para descrever a atenção a um tópico anterior —, e retomando o tema central da existência da fome, os números que este fenômeno multifatorial alcança e as possíveis causas para que isto exista e subsista, um artigo de opinião do El País, publicado em 2018 e orientado à fome em âmbito global, traz a seguinte manchete (Figura 3):

Figura 3. Manchete “A fome é um crime

FOME > TRIBUNA 

A fome é um crime

O aumento da subalimentação coincide com uma década de declínio gradual da paz mundial

Fonte: Manchete do El País¹⁴

¹⁴ DA SILVA, J. G.; ESQUIVEL, A. P. A fome é um crime. El País. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/26/opinion/1530022522_378648.html. Acesso: 01 de julho de 2023.

Aqui, o veículo *crime*, que invoca um domínio-fonte com o qual temos uma relação experiencial concreta dentro dos marcos da nossa sociabilidade, é mobilizado para caracterizar o tópico *fome*, que invoca o *domínio-alvo*. Essa caracterização não é consolidada de forma generalizada na cultura, a ponto de integrar a cognição estável. No entanto, basta uma pesquisa na internet para identificar que esta mesma metáfora permeia um conjunto de textos em circulação — em alguns, aparecendo nesses mesmos termos explícitos, em outros pela atribuição de alcunhas criminais a potenciais responsáveis pela fome, a exemplo de chamar de assassino o ex-presidente Jair Bolsonaro no contexto da crítica à supressão de órgãos de combate à fome. Isso significa, em linhas gerais, que essa metáfora já circula discursivamente por algum objetivo ideológico. Por exemplo, no caso específico deste texto, o que se ambiciona é estabelecer uma relação argumentativa entre o aumento da fome com a belicosidade de determinados territórios — o que acarretaria, de acordo com o texto, em um aparente paradoxo entre sustentar dispêndios financeiros em recursos bélicos em detrimento de direcionar tais investimentos para solucionar a ausência de alimentos globalmente.

O primeiro parágrafo desse artigo de opinião — a saber, “não há outra maneira de dizer. Não há atenuante. Em um mundo que produz alimentos suficientes para dar de comer a todos os seus habitantes, a fome nada mais é do que um crime” — parece revelar quais aspectos específicos do crime, para além da violência que também alicerçaria as guerras, são mobilizados para construção da metáfora, como uma potencial premeditação no dano causado ao outro ou a oposição entre criminalidade e inocência. Diante desses traços do domínio-fonte, essa metáfora distribuída tomada como exemplo é adotada argumentando-se que, se existe produção suficiente de alimentos, o fato de estes alimentos não chegarem a todos seria fruto de uma política deliberada de focar investimentos no que potencializa o problema, como a guerra, a despeito de uma potencial solução.

Há um papel social e ideológico bastante expressivo relacionado a metáforas distribuídas, na medida em que partem de um determinado viés que tanto pode ser avaliado como “natural”, como são as ideologias, dentro de um grupo que as utiliza, quanto podem dar margem para disputas por grupos de oposição. Do ponto de vista cognitivo, como hipotetiza Gonçalves-Segundo (2020, p. 810), “a naturalização de uma metáfora distribuída é o resultado da incorporação de implicações e inferências do domínio-fonte para o domínio-alvo de tal forma que o conceitualizador perde de vista os mapeamentos originais entre domínios e atribui a atitude em relação à fonte ao alvo”, de maneira que possa parecer algo natural.

Em suma, as definições das três metáforas vistas se resumem, como explicam Gonçalves-Segundo, Isola-Lanzoni e Weiss (2019, p. 39), no nível de consolidação de um mapeamento dentro de uma cultura e enraizamento cognitivo deste mapeamento. Assim, um nível máximo de consolidação, com impacto gramatical e lexical na língua, bem como incorporação à cognição estável, caracteriza uma metáfora conceptual, ao passo que uma consolidação relativa, em que a circulação da metáfora se dá discursivamente por objetivos ideológicos, definem a metáfora distribuída. Quando, por fim, a consolidação é mínima e a

metáfora se localiza textualmente apenas, atendendo a dados propósitos retóricos, estamos diante de uma metáfora situada.

Expostas as definições de metáfora que aqui são pertinentes, o último passo do percurso teórico diz respeito aos estudos sobre a polêmica. Mais adiante, pretende-se articular essas duas perspectivas teóricas no entendimento de alguns textos do MST.

3 A polêmica nos estudos argumentativos

Em um de seus filmes, Ingmar Bergman coloca em cena um cavaleiro templário que insiste em jogar xadrez com a morte. O sucesso do jogador de “O Sétimo Selo” é tanto que a morte decide lembrá-lo que o resultado daquele jogo estava dado: não haveria uma vitória que não fosse a da própria morte. Subjaz ao filme do diretor sueco um questionamento do porquê aderir a um jogo com final pré-determinado. Questionamento parecido faz o teórico Marc Angenot ao buscar entender o porquê de os seres sociais insistirem na argumentação ainda que esta possa ser um “diálogo de surdos” (2008).

Para o autor, contrariando a inestimável busca por consenso e “adesão dos espíritos” que permeia a teorização sobre argumentação desde tempos aristotélicos, a polêmica predomina nas interações sociais. De acordo com Ruth Amossy (2017), o estudo de Angenot “abre um novo campo de pesquisa ao colocar a existência de uma racionalidade como relativa às épocas e às culturas, fonte de dissensões insuperáveis, e ao mostrar que esses desacordos são a regra, não a exceção” (Amossy, 2017, p. 32). No entanto, se para Angenot a polêmica é predominante, para Amossy (2017), essa modalidade argumentativa que atravessa diversos gêneros do discurso vai além: é estruturante da sociedade dita democrática na sociabilidade burguesa.

Alicerçada em trabalhos nas ciências da linguagem e nos estudos da argumentação que buscam reexaminar a posição aparentemente execrada que a *doxa* polêmica ganha no debate público, Amossy (2017) considera que há a criação de uma união social mesmo na polarização graças à expressão discursiva da divergência, na medida em que o conflito é gestado por posições antagônicas de um mesmo referencial. Assim, ainda que o consenso não se instale, existe uma percepção segmentada de que determinado tema merece o debate — o que evidenciaria que a continuidade da vida social dependeria desta modalidade argumentativa. Para a autora, paradoxalmente, a polêmica permite a coexistência de um dissenso que ela parece ameaçar.

No entanto, entender a polêmica como oposição entre discursos que circulam socialmente deixa questionamentos. A autora antecipa o fato de que mera divergência entre teses não daria conta de explicar especificidades da polêmica quando comparada com a argumentação de maneira geral, posto que qualquer argumentação parte do trabalho discursivo realizado em face de opiniões diferentes em torno de um mesmo tópico. Assim, o quadro 2 sintetiza os pontos elencados por Ruth Amossy (2017) para distinguir a polêmica enquanto modalidade argumentativa e outras formas de argumentação:

Quadro 2. Delimitação da especificidade da polêmica no bojo da argumentação em geral.

Especificidades que caracterizam a polêmica no interior da argumentação				
Primárias			Secundárias	
Dicotomização	Polarização	Desqualificação	Violência verbal	<i>Pathos</i>
Expressão discursiva de opiniões contraditórias que tendem sistematicamente à <i>dicotomização</i> por se excluírem e radicalizar o debate a ponto de não haver resolução	Reagrupamento social. Estrutura actancial com Proponente e Oponente em face de um Terceiro. Os atores que se fundem nesses papéis podem integrar categorias sociais diferentes	Mais do que gerenciar conflitos por dicotomização e polarização, na polêmica o papel actancial de Oponente exige ação de deslegitimação ou geração de confusão em torno do adversário	A característica <i>patêmica</i> , no sentido grego de ligação às emoções e não à razão, acontece por marcações de subjetividade no discurso. A passionalidade não subverte em automático a racionalidade e nem toda paixão/violência verbal é polêmica. O que configura polêmica nesse cenário é a confrontação de opiniões contraditórias	

Fonte: Elaboração própria

Entendendo a polêmica em si como a apresentação de posições antagônicas em torno de uma determinada questão de relevância social, cabe definir o que seria “discurso polêmico” e “interação polêmica” — já que conjuntamente constroem a polêmica. Nesse sentido, o discurso polêmico é dialógico sem ser dialogal — isto é, se baseia na presença de somente uma das partes, sem haver obrigatoriamente circunscrição do outro no discurso (Kerbrat-Orecchioni, 1980, p. 9 *apud* Amossy, 2017, p. 72), conectando-se a discursos precedentes sem interação direta. Opostamente, a interação polêmica é dialogal, ainda que o possa ser de forma assíncrona (Amossy, 2017, p. 72). Essa distinção é especialmente importante para elucidar a dimensão discursiva da polêmica, já que ela não demanda sequer a interação direta ou o diálogo em seus moldes clássicos para acontecer.

Assim, formas monogeridas têm relevância, já que a própria estruturação dos discursos não pressupõe necessariamente interações responsivas e simétricas, mas uma circulação paralela, podendo contribuir para a construção da polêmica por gravitar ao mesmo tempo no espaço público (Amossy, 2017, p. 101). Este entendimento elucidada a primeira questão, posta anteriormente por Marc Angenot (2008 *apud* Amossy, 2017, p. 32) ao tratar da argumentação em geral: aqui, pode-se entender que a polêmica não ambiciona o consenso — mas o *dissenso* em seu papel no funcionamento democrático. Além desta, a autora sintetiza a existência de outras quatro importantes funções da polêmica pública:

Quadro 3. Funções da polêmica pública

Funções da polêmica pública			
Persuasão	Relação / união	Protesto	Posicionamento
Nos limites da retórica persuasiva, existe aqui também a função de persuadir. No entanto, não se busca persuadir aquele que ocupa o papel actancial de Oponente, mas o Terceiro. Busca-se adesão “externa” à tese apresentada, em um simulacro do próprio processo eleitoral — na democracia burguesa, adesão simboliza maior votação	“Quando é naturalmente levada para uma mesma causa, a polêmica contribui com frequência para criar uma ilusão de unidade em torno de um princípio comum. Indivíduos e grupos separados por muitas diferenças, que estão longe de concordarem com tudo, se juntam em torno de uma mesma bandeira” (Amossy, 2017, p. 212)	Embora não gerencie conflitos sociais, mas apenas conflitos de opinião em torno de questões sociais, a retórica do <i>dissenso</i> , em oposição àquela do consenso, constrói espaço para protestar de forma individual ou coletiva contra aquilo que se julga intolerável ou digno de mudança. A saída do campo verbal, no entanto, sendo ele violento ou não, foge ao escopo da polêmica	Especialmente no campo político, a polêmica cumpre importante papel na constituição de <i>ethos</i> — entendido em sua significação grega, como caráter —, levando a posicionamentos e formas de se colocar no mundo. Sendo intensas a dicotomização e a polarização, enquanto resultados da divergência em si — condição <i>sine qua non</i> da polêmica —, é latente a constituição de identidades

Fonte: Elaboração própria

Por fim, em posse de uma definição sobre ultraprocessados e de um breve percurso teórico em que metáfora e argumentação polêmica foram apresentadas, passaremos aos discursos apreendidos em alguns textos do MST sobre este tipo de alimento e como algumas conexões entre metáfora e polêmica podem ser estabelecidas.

4 Fome também é o que se come

Nos discursos observados, o debate sobre o tipo de alimentação à qual as pessoas têm acesso se articula por processos metafóricos em que definições sobre o que é alimento são basilares. Exemplificando, foi possível identificar uma demarcação bastante contundente que dualiza comida, de um lado, e *commodities* e alimentos ultraprocessados do outro; ou, ainda, a criação de subgrupo dentro da macrocategoria “comida” em que houvesse um demérito para este outro tipo de alimento, o que é realizado através de diferentes construções metafóricas¹⁵. O quadro abaixo sistematiza, exemplifica e define as metáforas encontradas.

¹⁵ Na publicação “Para combater a pandemia da fome, MST já doou mais de 600 toneladas de alimentos” (Sodré, 2020), para citar um exemplo, dois trechos podem ser destacados neste sentido: “Quase não ouvimos notícias de doação do agronegócio porque ele não produz comida e portanto não pode doar. São *commodities* agrícolas para exportação” (comida vs. *commodities*) e “a desnutrição e a obesidade são duas pontas de um mesmo problema, que mostra que a maioria do povo brasileiro não tem acesso à comida de verdade” (comida vs. ultraprocessados)

Quadro 4. Metáforas encontradas

Metáfora	Domínio-fonte	Domínio-alvo	Tipo de metáfora	Função polêmica
Ultraprocessado é mercadoria	Mercado e corporações	Alimento ultraprocessado/ commodity	Metáfora distribuída	Persuasão
Ultraprocessado é negócio				
Ultraprocessado é opressor	Hierarquia social de poder	Alimento ultraprocessado	Metáfora situada	Relação/união
Comida lixo	Resíduo para descarte	Alimento ultraprocessado	Metáfora distribuída	Protesto
Ultraprocessado é sintoma	Doença, adoecimento	Alimento ultraprocessado	Metáfora situada	Protesto
Comida artificial	Trabalho, modificação da natureza	Alimento ultraprocessado	Metáfora distribuída	Protesto

Fonte: Elaboração própria

4.1. Benefício ao mercado, opressão à população

A metáfora ultraprocessado é opressor¹⁶, inferida textualmente e classificada como situada pela ausência de ecos para além desse texto específico, integra uma fala de João Pedro Stedile, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), publicada originalmente no Brasil de Fato e, posteriormente, replicada no portal do MST. Na fala em questão, Stedile incita a interlocução a romper “com a opressão dos alimentos ultraprocessados”, como é possível observar na íntegra abaixo:

João Pedro Stedile, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), lembrou que, além da fome, há uma grande desnutrição entre os brasileiros, gerada principalmente pelos interesses do lucro. “Tem muita gente que come, porém não se alimenta com os nutrientes necessários para ter uma saúde, uma vida boa. Temos que romper com **a opressão dos alimentos ultraprocessados**, que não são alimentos, são apenas mercadorias”.

Fonte: Manifesto popular contra a fome será lançado em ato nacional nesta sexta (16), 2020

No contexto, explicado pela própria publicação, o militante falava sobre a desnutrição como um tema de relevância, como a própria fome. Na construção dessa linha argumentativa, é possível observar que a alimentação é considerada um recurso pelo qual se obtêm “nutrientes necessários para ter uma saúde, uma vida boa”, o que impossibilitaria categorizar os alimentos ultraprocessados desta forma por conta de uma série de traços destoantes. Assim, o próprio texto debate a classificação mais adequada para esses itens.

¹⁶ Neste artigo, optou-se por representar as metáforas distribuídas e situadas pela fórmula: domínio-alvo é domínio-fonte. O termo “desdobramento inferencial” está sendo utilizado para se referir a sentidos e mapeamentos que emergem, textualmente, a partir do funcionamento da referida metáfora no texto.

Ao comentar a existência de uma opressão por parte dos ultraprocessados, a fala confere a esses itens inanimados uma atribuição humana: a capacidade, dentro de uma dada sociabilidade e um determinado contexto de formação institucional, de submeter ou sujeitar outros seres humanos. A sociabilidade referenciada, considerando o desenvolvimento da fala e a posterior categorização de ultraprocessados como “mercadoria”, é o modo de produção capitalista. O domínio-fonte, a hierarquia social de poder — especificamente de uma sociedade regida pela mercantilização —, é mobilizado para apontar para uma tirania, jugo ou disparidade implicada na relação ou na correlação de força entre quem consome os ultraprocessados e este tipo de alimento em si. De acordo com a fala, o que aponta para essa opressão é o fato de que esses itens industriais não conferem o necessário para uma subsistência sem desnutrição, o que parece operar em um propósito argumentativo de gerar relação/união entre aqueles que sofrem com o jugo desses alimentos, gerando o seguinte desdobramento inferencial: *não nutrir adequadamente é submeter alguém*. A razão pela qual existe essa capacidade de opressão é dada por outra metáfora: ultraprocessado é mercadoria. O domínio-fonte, que é do mercado e das corporações, justamente o universo econômico em que se discute lucro e mercadoria, é mobilizado para que este tipo de comida que resulta de procedimentos químicos e industriais possa ser retirado da categoria de alimentação para a posição de algo produzido somente por viabilidade de retorno financeiro.

A possibilidade de a mercadoria gerar lucro e de, em última instância, ser produzida para este fim em detrimento de outras questões sociais é o que subjaz a um importante desdobramento inferencial do posicionamento textual: *desnutrição causada por ultraprocessados é lucratividade*. Essa metáfora de associação mercadológica permeia outros textos e, de fato, circula discursos do MST — razão pela qual é entendida como distribuída. Um exemplo de que a oposição entre alimentos e mercadoria aparece em outras falas de membros do movimento social é a citação direta de Roberto Baggio, também da direção nacional do MST, que referenda a relação antagônica entre alimento e os itens desse universo de mercado, como a propriedade privada e o acesso privilegiado de uma classe mais abastada:

“Isso aqui não é mercadoria, isso aqui não é negócio e não pode ser um bem só dos ricos do mundo. Tudo que existe no universo, a terra, a água, as árvores, são bens comuns de todos os povos do mundo, também não podem ser propriedades só dos ricos”, enfatizou Roberto Baggio, da direção nacional do MST, se referindo aos alimentos expostos durante o ato e às marmitas produzidas com produtos da Reforma Agrária.

Fonte: Combater a fome e nutrir a resistência: união de movimentos doa 3 mil marmitas no PR, 2020

No contexto, conforme o próprio texto explica, a direção do movimento se referia “aos alimentos expostos durante o ato e às marmitas produzidas com produtos da Reforma Agrária”, em que se infere uma vez mais que os itens da reforma agrária, produzidos no contexto da agricultura camponesa e familiar, não são mercadoria — em uma oposição tanto aos ultraprocessados quanto às *commodities*. Isso pode ser inferido por meio da referência a uma determinada forma de produção que parece privatizar elementos naturais, como a terra, a água ou as árvores, o que discursivamente se atribui à agricultura industrial, produtora de

matéria-prima que abastece a indústria dos ultraprocessados e que exporta *commodities*. Essa forma de produção opera a perpetuação do latifúndio e da monocultura, apontados como destrutivos e predatórios (Cátedra Josué de Castro, 2022, p. 107) para a natureza. Essa oposição atua em duplo sentido do ponto de vista da polêmica argumentativa: de um lado, orienta-se à persuasão sobre o papel mercadológico de um tipo de alimento e, do outro, demarca um posicionamento sobre o que é produzido no bojo da capacidade produtiva campesina.

Esses exemplos são expressivos na categorização dos ultraprocessados, e é possível identificar ainda a criação de subgrupos dentro da macrocategoria “alimento” ou “comida”, em que o *in natura* é considerado, em contraste, “comida saudável”, “alimentação saudável” ou “alimento puro” em contraposição às “comidas artificiais”, à “comida lixo” ou ao que traz doença mas é também “sintoma”, como veremos abaixo.

4.2 Comida lixo que adocece, mas é sintoma

Nessa mesma linha argumentativa em que se os ultraprocessados estão relacionados à mercantilização da vida, é possível encontrar a metáfora distribuída que aponta a sociedade em que vivemos como doente. Nesse sentido, de o lucro e o dinheiro serem corolários do adoecimento, emerge uma metáfora situada em um dos textos analisados na qual o ultraprocessado é, na verdade, “um sintoma”, como pode ser atestado no trecho abaixo:

“Foi o que a Adriana Salay, fundadora do Projeto Quebrada Alimentada, salientou em sua fala. “No Brasil nós produzimos uma fome que insiste em permanecer, porque o alimento virou uma mercadoria, se eu não tenho dinheiro suficiente eu não tenho liberdade de escolha. A nossa sociedade é baseada no dinheiro e no lucro, logo, os agrotóxicos, a fome e os **ultraprocessados são sintomas** dessa sociedade”.

Fonte: Conferência discute alimentação saudável e combate à fome, 2022

Cabe destacar, ainda nesse trecho, outra interessante metáfora situada: a fome, de acordo com o texto, é produzida. Assim, a fome é um produto, um resultado de uma determinada forma de produção em que o alimento é mercadoria e em que poder escolher demanda dinheiro. Não são, portanto, alimentos que estão sendo produzidos, mas justamente a fome, em uma construção na qual se pode inferir novamente a discussão dessas definições que permeiam o alimento – e a conclusão, já mais poética, de que a fome também é o que se come —, justificada pela conexão entre alimento e mercadoria, que posteriormente guia a formulação metafórica de que ultraprocessados são sintomas.

A base da sociedade ser dinheiro e lucro, de acordo com o texto, parece representar uma doença em si – anunciada sintomaticamente por ultraprocessados, agrotóxicos e fome. O ultraprocessado remete a um tipo de comida produzida pela capacidade de gerar lucro em detrimento de alimentar adequadamente, ao passo que os agrotóxicos remetem à prática de produção mobilizada pela agricultura industrial a despeito do bem-estar populacional e a partir da premissa de resultar em dinheiro; e a fome, por fim, também seria consequência de se

produzir com base na mercantilização e financeirização da vida. A derivação de que há uma referência a adoecimento se justifica recuperando conceitualmente o que seria um “sintoma”: uma sensação anormal resultante da alteração do estado de saúde de um organismo, a sociedade. Assim, a relação empírica humana com as transformações anormais de um organismo é mobilizada. Dessa forma, considerando apenas o objeto central de estudo que são os ultraprocessados aqui, pode-se depreender a seguinte metáfora: alimento produzido para gerar lucro é indicativo de adoecimento social, em que o próprio “adoecimento social” é também metafórico ao atribuir algo metabólico/fisiológico dos seres vivos à sociedade. Cabe destacar que o adoecimento se opõe à saúde. Logo, parece haver uma prática social para produção ou um tipo de alimento que faz oposição aos ultraprocessados e representa saúde.

Essa metáfora baseada nos sintomas, que cumpre um papel de exemplificar as mazelas de se viver em uma sociedade orientada ao lucro, tem uma presença bastante localizada neste texto, não chegando a integrar discursos, de forma que pode ser entendida como situada. O que fortalece essa categorização, inclusive, é o fato de que outras metáforas circulam nesses discursos a partir de referências no universo da doença, do adoecimento, mas de outra forma: o ultraprocessado não é um sintoma, o que anuncia ou denuncia a existência de uma doença pré-existente, ele seria por si só o que traz a doença. Para exemplificar, há uma fala de Adília Nogueira, do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), publicada no Brasil de Fato e, posteriormente, no portal do MST, no contexto da abertura da Semana Nacional da Alimentação (2020), que questiona o modelo de produção e distribuição de alimentos relacionando a “alimentação que vem da cidade”, em que se infere produção industrial, com adoecimento: “A gente está querendo questionar o modelo, esse sistema da insegurança alimentar que estamos vivendo. A alimentação que nos chega nas cidades, pela lógica do mercado, vem trazendo pra gente muitas doenças, e não a saúde, que é o que a gente busca”. Nessa mesma perspectiva que posiciona os alimentos ultraprocessados como causadores de adoecimento, duas metáforas distribuídas emergem, como será exibido abaixo: “Comida lixo” e “comida artificial”.

“O manifesto também reforça a preocupação com o empobrecimento do povo brasileiro: ‘Esse é o quadro que coloca os mais pobres de volta à fome e também traz problemas para os setores médios, pois o preço dos alimentos tem aumentado de forma assustadora, já que o agronegócio produz commodities, os supermercados especulam com a fome e as empresas promovem o uso de **comidas artificiais** que só deixam a população adoecida’.

(...)

O objetivo da Jornada é denunciar o descaso criminoso do governo Bolsonaro com a fome que se alastra pelo país, exigindo a permanência do auxílio emergencial de 600 reais e dialogando com a sociedade brasileira sobre a importância da soberania alimentar, da produção de alimentos saudáveis e dos investimentos na agricultura familiar e camponesa.”

Fonte: Manifesto popular contra a fome será lançado em ato nacional nesta sexta (16), 2020

Entender que “comidas artificiais” representam discursivamente os ultraprocessados é possível pela promoção atribuída às empresas, já que tais insumos justamente se enquadram como ultraprocessados pela relação industrial de produção. Já a categoria “alimento saudável” é explicada por uma duplicidade semântica: o fato concreto de ter seu significado gerado em

oposição à categoria anterior e a atribuição, ainda no texto, de sua condição de produção — “[...] dialogando com a sociedade brasileira sobre a importância da soberania alimentar, da produção de alimentos saudáveis e dos investimentos na agricultura familiar e camponesa”. Assim, “artificial”, teoricamente relacionado ao que não vem da natureza, parte constitutiva do trabalho humano para domínio do ambiente natural, ou o que é produzido pelo próprio ser humano, parece ganhar uma implicação adicional neste caso: a ideia subjacente de que se trataria de um simulacro, especialmente pela dicotomia gerada pela categoria alimento, em “o preço dos alimentos tem aumentado de forma assustadora”.

Cabe considerar que o preparo alimentício costuma ser constituído por uma interação modificadora no alimento que tem um ser humano como agente. Isto é, procedimentos como cocção, por exemplo, necessariamente implicam trabalho humano — predominantemente feminino, cabe dizer (Gil, 2023) —, o que evidencia que o sentido atribuído à artificialidade destoa do pretensamente etimológico, ganhando tons de figuratividade. Resgata-se, portanto, de forma potencializada neste domínio-fonte do trabalho as características que criam no domínio-alvo “comida” a crítica que dicotomiza, de um lado, o alimento e, de outro, a “comida artificial”, o que gera a seguinte metáfora: alimento produzido pelas empresas é simulacro da natureza.

Indo além do simulacro, outra metáfora distribuída que aparece nesses discursos é a que posiciona os alimentos ultraprocessados como, de fato, impróprios para consumo, na medida em que seriam “comida lixo”. A própria circulação desta metáfora por vários discursos que se contrapõem aos ultraprocessados, característica fundamental de uma metáfora distribuída, é o que torna possível apreender a definição que subjaz ao uso dessa expressão — ainda que neste texto em específico não existam maiores conexões contextuais que evidenciem a transposição analítica aqui realizada. Dessa forma, a experiência concreta do ser humano com a produção e descarte de insumos para reprodução e manutenção da vida é mobilizada para cravar nesta categoria de alimentos a inadequação ao consumo já em sua origem, em sua essência de produção, como é possível verificar abaixo.

“Iowa alimenta principalmente porcos, galinhas, a indústria da **comida lixo** e de automóveis. Metade do nosso grão é usado para a produção de etanol e 30% do óleo de soja é usado agora para fabricar biocombustível. As pessoas pobres do mundo não podem se permitir comer carne, nem dirigir um carro. A comida lixo é a última coisa que precisam”.

Fonte: Cresce a fome no mundo, mas a solução não está na agricultura industrial, 2019

Assim, diferentes formulações metafóricas parecem construir objetos de discurso que atuam em um determinado sentido argumentativo. Aqui, hipotetiza-se a instauração da polêmica argumentativa, como se discutirá brevemente na próxima seção.

4.3 De que servem essas metáforas, afinal?

Ultraprocessados podem ser entendidos como simulações industriais de alimentos que impactam diretamente na saúde populacional e no meio ambiente com crescimento cada vez mais expressivo nos pratos e nas mãos dos brasileiros. Não à toa, as metáforas criadas textualmente (situadas) ou que circulam no bojo deste discurso contra-hegemônico que tem o MST como forte expoente atuam tanto para extrair os alimentos ultraprocessados da categoria de alimento propriamente, quanto para relegá-lo a um lugar de menor prestígio, de algo que concretamente faz mal ou ameaça. Nesse sentido, as expressões metafóricas “comida lixo”, “comida artificial” e a oposição “alimento puro” são instrumentalizadas pelo Proponente, o MST, para atuação dentro de uma polêmica argumentativa, com a finalidade de articular protesto aos olhos do Terceiro (o leitor) e posicionar-se enquanto produtor de um alimento que deveria, de fato, receber maior atenção do poder público, financiamento estatal e distribuição aprimorada.

Por sua vez, o papel que as metáforas ultraprocessado é mercado, ultraprocessado é negócio, ultraprocessado é opressor e ultraprocessado é sintoma desempenham também não é trivial: enquanto instrumentos de polêmica argumentativa, cumprem papel tanto de convencer sobre as mazelas do modo de produção quanto protestar e angariar aproximação com o Terceiro. Adicionalmente, cabe dizer que o motivo pelo qual se argumenta em favor dessa relevância metafórica para inauguração de uma polêmica argumentativa é o fato de que não se estabelece aqui uma dialogicidade explícita com os Oponentes na questão — a saber, o agronegócio, os supermercados, as grandes corporações, o imperialismo e a mídia hegemônica; como pode ser apreendido nos textos observados — ou uma tentativa de convencê-los a atuar de uma maneira discrepante da que já está dada. Pelo contrário, o movimento social visa um posicionamento, demarcação ou uma articulação relacionada mais ao estabelecimento de uma aproximação com um Terceiro.

Não tomar um pretense diálogo com o polo oposto como uma tática primária de combatividade, ao mesmo tempo em que se visa operar uma persuasão, demarcação, relação ou protesto diante de uma pretensa plateia é uma estratégia pertinente de atuação na realidade, no final das contas, para um movimento historicamente perseguido — a exemplo da CPI do MST, instaurada em 2023 e encerrada sem votar relatório, ou das inúmeras violências extremas que vitimizam o campesinato que se organiza no movimento, especialmente pela capacidade de se reconhecer como parte de um polo específico, dentro de uma sociedade cindida por classes, em que talvez o consenso não seja possível. Antes, como expõe Amossy (2017), elevar o dissenso a um patamar superior pode ser o único caminho.

Considerações finais

Um dos pontos mais importantes de definição da polêmica nos estudos argumentativos, na perspectiva de Ruth Amossy (2017), é o fato de esta prática ser dialógica sem

necessariamente ser dialogal. Isto é, integra discursos sem exatamente o fazer através do diálogo com a outra parte que assume um posicionamento contrário na questão posta. Já as metáforas, conforme os exemplos analisados, não precisam estar consolidadas discursivamente para operarem como mecanismos para integração de um dado Proponente diante de uma polêmica. Não à toa, foi possível identificar que mesmo metáforas textualmente localizadas, como as situadas, transformam-se em recurso, por diferentes objetivos, para incorporação de um determinado texto em uma teia que responde socialmente a uma questão de interesse público, como é a questão dos alimentos ultraprocessados.

Há um evidente uso de metáforas por parte do Proponente para construir seu papel nessa argumentação polêmica que envolve os alimentos ultraprocessados. Esses dados, com potencial para serem discutidos em volume ainda maior, permeando outros temas de interesse público, reforçam a viabilidade de um entendimento sobre metáforas que excede as visões iniciais tanto, de um lado, quando expostas como mera figura de linguagem; como, de outro lado, quando vistas como uma figura de pensamento que tem a linguagem como uma manifestação trivial. De fato, foi possível identificar uma estreita relação entre usos metafóricos e seu potencial para construir discursos profundamente relacionado a grandes questões da atualidade, de relevância pública grande o suficiente para se constituir em polêmica, no melhor dos sentidos.

Referências

- AMOSSY, R. *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto, 2017.
- ANGENOT, M. *Dialogues de sourds*. Traité de rhétorique antilogique. Paris: Mille et une nuits, 2008.
- BERGMAN, I. (Diretor). (1956). *O sétimo selo* [DVD]. São Paulo: Versátil Home Vídeo.
- CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO. Introdução. In: CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (org.). *Da fome à fome*: diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Elefante, 2022, p. 63-73.
- CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. *Da Lama ao Caos*. Chaos. Liminha, 1994.
- GIL, B. *Quem vai fazer essa comida?* Mulheres, trabalho doméstico e alimentação saudável. São Paulo: Editora Elefante, 2023.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P.R. Multimodal metaphors and practical argumentation: discussing rhetorical effects and modes of articulation between modalities. *Rev. Estud. Ling.*, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 801-844, 2020.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. R.; ISOLA-LANZONI, G.; WEISS, W. “Entendeu ou quer que desenhe?”: Metáforas multimodais aplicadas ao ensino de língua portuguesa. In: AZEVEDO, I. C. M.; COSTA, R. F. (org.). *Multimodalidade e práticas de multiletramentos no ensino de línguas*. São Paulo: Editora Blucher, 2019. p. 31-56. DOI: <https://doi.org/10.5151/9788580394085-02>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. R.; ZELIC, H. C. Relacionar-se é investir: ideologia, cognição e metáfora no discurso sobre relacionamento em revistas femininas para o público adolescente. In: NASCIMENTO, L.; MEDEIROS, B. W. L. (org.). *Análise do discurso e análise crítica do discurso*: heranças, métodos, objetos. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016. p. 64-91.
- JESUS, C. M. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- MARX, K. *O capital - Livro I* – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013

NILSON, E. A.F.; FERRARI, G; LOUZADA, M. L. C.; LEVY, Renata B.; MONTEIRO, C. A.; REZENDE, L. F.M. Premature Deaths Attributable to the Consumption of Ultraprocessed Foods in Brazil. *American Journal of Preventive Medicine*, v. 64, n. 1, p. 129–136, 2023. DOI: <http://doi.org/10.1016/j.amepre.2022.08.013>.

RAMOS, G. *Vidas Secas*. São Paulo: Record, 2014.

SODRÉ, L. *Para combater a pandemia da fome, MST já doou mais de 600 toneladas de alimentos*. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/05/12/para-combater-a-pandemia-da-fome-mst-ja-doou-mais-de-600-toneladas-de-alimentos>. 12 de maio de 2020. Acesso: 13 de janeiro de 2022.

VEREZA, S. C. Metáfora e argumentação: uma abordagem cognitivo-discursiva. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 7, n. 3, p. 487-506, 2007.

VEREZA, S.C. “Metáfora é que nem...”: cognição e discurso na metáfora situada. *Santa Cruz do Sul*, v. 38, n. 65, p. 2-21, 2013.

VEREZA, S. C. O gesto da metáfora na referenciação: tecendo objetos de discurso pelo viés da linguagem figurada. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v. 59, n. 1, p. 135-155, 2017. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v59i1.8648450>.

Fontes

MST. *Conferência discute alimentação saudável e combate à fome*. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/12/04/conferencia-discute-alimentacao-saudavel-e-combate-a-fome>. 04 de dezembro de 2022. Acesso: 08 de janeiro de 2023.

WISE, Timothy A. *Cresce a fome no mundo, mas a solução não está na agricultura industrial*. IHS/Unisinos. <https://mst.org.br/2019/08/01/cresce-a-fome-no-mundo-mas-a-solucao-nao-esta-na-agricultura-industrial/>. 01 de agosto de 2019. Acesso: 30 de junho de 2022.

GIMENES, Erick. *Movimentos sociais se unem contra fome na abertura da Semana Nacional da Alimentação*. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/10/14/movimentos-sociais-se-unem-contra-fome-na-abertura-da-semana-nacional-da-alimentacao>. 14 de outubro de 2020. Acesso: 15 de outubro de 2020.

FERREIRA, J. *Manifesto popular contra a fome será lançado em ato nacional nesta sexta (16)*. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/10/15/manifesto-contra-a-fome-e-pelo-direito-da-boa-alimentacao-sera-lancado-em-ato-nacional-nesta-sexta-16/>. 15 de outubro de 2020. Acesso: 13 de janeiro de 2022.

MST. *Combater a fome e nutrir a resistência: união de movimentos doa 3 mil marmitas no PR*. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/10/19/combater-a-fome-e-nutrir-a-resistencia-uniao-de-movimentos-doa-3-mil-marmitas-no-pr/>. 19 de outubro de 2020. Acesso: 13 de janeiro de 2022.

Artigo / Article

Proposições e leis sobre (in)segurança alimentar na perspectiva da Análise Textual dos Discursos

Propositions and laws on food (in)security from the perspective of Textual Discourse Analysis

Cláudia Cynara Costa de Souza Pinheiro 

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
claudiacynara.souza@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0009-1177-8575>

Maria das Graças Soares Rodrigues 

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
gracasrodrigues@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8295-358X>

Recebido em: 15/07/2023 | Aprovado em: 17/09/2023

Resumo

Propomo-nos a investigar o plano de texto, a enunciação e a argumentação em projetos de lei e em suas respectivas leis ordinárias que tratam da (in)segurança alimentar. Em termos teóricos, apoiamo-nos na Linguística Textual, na Linguística da Enunciação e na Análise Textual dos Discursos. Nosso estudo segue a abordagem qualitativa de natureza interpretativista, acompanha o método indutivo e é do tipo documental. Nossas hipóteses de uma materialidade textual prototípica, enunciativa e argumentativa se confirmaram ao atestar planos de texto fixos, organizados por sequências textuais, com marcas linguísticas da enunciação que seguem uma orientação argumentativa. Desse modo, os resultados apontam que a estrutura composicional é guiada por argumentos e propósitos comunicativos, ademais, as manifestações da responsabilidade enunciativa revelam distanciamento ou aproximação do conteúdo proposicional, bem como conferem autoria por meio das assinaturas finais nos projetos e nas leis. Portanto, nossas contribuições elucidam textos político-jurídicos importantes para o bem-estar social.

Palavras-chave: Projetos de lei • Leis ordinárias • Enunciação • Argumentação • Textos

Abstract

We propose to investigate the text plan, the enunciation, and the argumentation in bills and their respective ordinary laws that deal with food (in)security. In theoretical terms, we relied on Textual Linguistics, Enunciation Linguistics, and Textual Discourse Analysis. Our study follows the qualitative approach of an interpretivist nature. It follows the inductive method and is characterized as documentary. Our hypotheses regarding a prototypical, enunciative, and argumentative textual materiality were validated as we observed the presence of fixed text plans organized into textual sequences, characterized by linguistic markers of enunciation and displaying a clear argumentative orientation. Thus, our results indicate that the compositional structure is guided by arguments and communicative purposes. Moreover, the manifestations of enunciative responsibility reveal a level of detachment or proximity to the propositional content, while also bestowing authorship through the final signatures on projects and laws. Consequently, our contributions shed light on significant political-legal texts that hold importance for social welfare.

Keywords: Bills • Ordinary laws • Enunciation • Argumentation • Texts

Introdução

Na contemporaneidade, estudos linguísticos do texto estão sendo produzidos, cada vez mais, na intenção de compreender a funcionalidade e os usos da língua para a produção de sentidos, a partir do entrecruzamento de perspectivas teóricas que se complementam. Nessa direção, pesquisas que investigam o texto concreto, que circula em diferentes formações sociodiscursivas, são importantes para o aporte de saberes inerentes à produção e à interpretação do objeto empírico da Linguística Textual.

Da mesma forma, o interesse pela investigação da comunicação, enquanto mecanismo central da interação e da linguagem, como mediação das relações sociais é alargado pela abordagem dialógica e pragmática de trabalhos científicos. Assim, a interação, em função do propósito comunicativo, é realizada a partir de gêneros discursivos, interpretados em seu contexto de produção focalizando as diferentes manifestações sociais.

Nesse sentido, há manifestações da língua relacionadas a atividades sociais que permeiam o convívio coletivo, materializadas por gêneros que expressam interesses e necessidades dos cidadãos, com implicações que viabilizam a paz social para uma vida harmônica. Desse modo, os gêneros jurídicos são produzidos para o alcance da harmonia comum e são decisivos para o controle da ordem nacional, especialmente em cenários adversos e limitantes à vida, a exemplo da pandemia da Covid-19.

Nesse contexto, a crise sanitária do Coronavírus causou graves problemas de ordens social, política e econômica com impacto nas relações mundiais, com urgente necessidade de ações de amparo e de resolutividade para a garantia da vida. Para isso, as leis de um país têm

grande importância no Estado de Direito como instrumento de atuação e controle e são determinadas constitucionalmente para que o poder público constituído possa agir e reconhecer a política social necessária ao bem-estar dos cidadãos.

No país, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, maior documento jurídico nacional, prevê o mecanismo de controle legal dos direitos e deveres individuais e coletivos e estabelece, em seu art. 5º, que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988). Para o alcance dessas e de outras garantias básicas, os legisladores mobilizam argumentos a partir de proposições visando à persuasão dos seus pares e, conseqüentemente, obtendo a aprovação de projetos que serão transformados em leis que repercutirão na coletividade.

À vista disso, o projeto de lei é um gênero jurídico que reúne um conjunto de normas, o qual deve sujeitar-se à apreciação com a finalidade de efetivar-se através de uma lei, após o curso de tramitação no processo legislativo. A Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989, da Câmara dos Deputados, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, declara, em seu conteúdo normativo, funções e finalidades dos projetos de lei, ao alegar que

Art. 108. A Câmara dos Deputados exerce a sua função legislativa por via de projeto de lei ordinária ou complementar, de decreto legislativo ou de resolução, além da proposta de emenda à Constituição.

Art. 109. Destinam-se os projetos:

I - de lei a regular as matérias de competência do Poder Legislativo, com a sanção do Presidente da República (Brasil, 1989).

As determinações propostas no regimento encaminham a compreensão acerca da funcionalidade do objeto e, ainda, acrescentam informações a respeito do conteúdo proposicional dos projetos de lei nos artigos que seguem:

Art. 110. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara, ou, nos casos dos incisos III a VIII do § 1º do artigo anterior, por iniciativa do Autor, aprovada pela maioria absoluta dos Deputados.

Art. 111. Os projetos deverão ser divididos em artigos numerados, redigidos de forma concisa e clara, precedidos, sempre, da respectiva ementa.

§ 1º (Revogado pela Resolução nº 12, de 2019, publicada no Suplemento ao DCD de 1º/11/2019, em vigor no início da próxima sessão legislativa ordinária)

§ 2º Cada projeto deverá conter, simplesmente, a enunciação da vontade legislativa, de conformidade com o § 3º do art. 100, aplicando-se, caso contrário, o disposto no art. 137, § 1º, ou no art. 57, III.

§ 3º Nenhum projeto poderá conter 2 (duas) ou mais matérias diversas (Brasil, 1989).

Ante o exposto, a matéria enunciada pelo legislativo de modo objetivo constitui o projeto de lei, cuja tramitação progride em julgamentos bicamerais, ou seja, entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Após a conclusão dos mecanismos processuais, os projetos de lei aprovados resultam em leis ordinárias, consideradas as normas legislativas mais comum do país, aplicadas para controlar comportamentos e ações, atitudes indispensáveis em contextos de crise humanitária.

Em uma sociedade regida por leis, o conhecimento básico da dimensão jurídica é essencial para compreensão de direitos. Diante disso, pesquisas desenvolvidas com a finalidade de desmistificar a linguagem utilizada pelos operadores do Direito têm ganhado notoriedade na atualidade, visto que podem contribuir para aproximar homens e leis em uma condição de pertencimento.

Nesse contexto, investigações científicas na interface Linguagem e Direito são motivadas, igualmente, pelo produto considerável de dados gerados no domínio jurídico com potencial linguístico para o conhecimento da língua. Nessa direção, destacamos a produção acadêmico-científica do Grupo de Pesquisa em Análise Textual dos Discursos (ATD) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – ATD/UFRN/CNPq, liderado pelos professores Maria das Graças Soares Rodrigues e Luis Álvaro Sgadari Passeggi, registrado no Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL), inserido na área da Linguística Teórica e Descritiva e na linha de pesquisa Estudos Linguísticos do Texto, abordagem a que este artigo encontra-se filiado.

Nessa perspectiva, ancoramos este estudo em “uma teoria da produção co(n)textual de sentido que deve, necessariamente, ser fundamentada na análise de textos concretos” (Adam, 2011, p. 23), denominada de Análise Textual dos Discursos, doravante ATD, com o interesse de produção de conhecimento acerca da estrutura composicional, da enunciação e da argumentação em projetos de lei e em suas respectivas leis ordinárias que tratam da (in)segurança alimentar, a partir do entrecruzamento de teorias linguísticas textuais-discursivas na perspectiva social da língua.

Para tanto, nosso *corpus* de pesquisa é constituído por projetos de lei – de autoria da Câmara dos Deputados, formulados entre os anos de 2020 e 2021 no contexto da pandemia da Covid-19, sobre a temática (in)segurança alimentar – e pelas respectivas leis ordinárias resultantes da aprovação das proposições, com o intuito de conferir alterações no ordenamento jurídico do país e posterior garantia de direitos em um momento de profunda crise pandêmica.

Nesse quadro, entendemos a relevância social deste estudo por elucidar conhecimentos acerca de possíveis significados de textos jurídicos, a fim de tornar a legislação mais inteligível para as pessoas da comunidade. Portanto, nossa pesquisa justifica-se como importante instrumento norteador para explicar sentidos admissíveis da forma e do conteúdo de gêneros que contribuem para que os direitos sejam garantidos no país.

Isso posto, este artigo busca responder às seguintes questões norteadoras: a) como se apresenta a estrutura composicional nos projetos de lei e nas leis ordinárias?; b) como se manifesta a enunciação nesses textos?; e c) como as estratégias textuais-discursivas influenciam na argumentação desses gêneros jurídicos?. Para responder às questões de pesquisa propostas, estabelecemos como objetivo geral: investigar o plano de texto, a enunciação e a argumentação em projetos de lei e em suas respectivas leis ordinárias que tratam da (in)segurança alimentar. Como objetivos específicos, consideramos identificar, descrever, analisar e interpretar: a) o plano de texto e as sequências textuais nos projetos de lei e nas leis ordinárias; b) a responsabilidade enunciativa nos textos estudados; e c) a orientação argumentativa conferida aos gêneros jurídicos para apreensão de sentidos.

Sendo assim, fundamentamos nossa pesquisa nos postulados teóricos da Linguística Textual, com Marcuschi (2005, 2008, 2012) e Koch (2001, 2005, 2015); da Análise Textual dos Discursos, com Adam (2008, 2011, 2019, 2020, 2021, 2022); da Linguística da Enunciação, com Guentchéva (1996), Flores (2008), Fiorin (2017) e Rabatel (2016, 2021); e em estudos sobre argumentação – com Amossy (2008), Pinto (2010, 2016), Cabral (2014, 2017), e sobre discurso jurídico – com Lourenço (2008, 2013), Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010, 2014, 2016), Rodrigues e Passeggi (2016), Rodrigues (2017, 2021, 2022), Medeiros (2016), Fernandes (2016), entre outros.

Desenvolvemos este estudo exploratório e documental a partir da abordagem qualitativa, de natureza interpretativista, acompanhando o método indutivo de análise, que segue apresentado da seguinte maneira: esta *Introdução*, com a contextualização da pesquisa; o desenvolvimento, com os *Aspectos Teórico-Methodológicos*, análises e discussões do *Plano de Texto*, da *Enunciação* e da *Argumentação* provenientes das investigações aos projetos de lei e às leis ordinárias; a *Conclusão*, com as considerações finais desta pesquisa; e a seção final das *Referências*, com as obras utilizadas neste estudo.

1 Aspectos Teórico-Methodológicos

A proposta teórica e metodológica de Jean-Michel Adam ([2008], 2011) fundamenta a Análise Textual dos Discursos (ATD), com ancoragem no texto, focalizando, entre outras, as propriedades de coesão e coerência, e os dispositivos enunciativos, investigados a partir de níveis ou patamares de análise textual e de análise do discurso. Nessa direção, Adam (2011, p. 24) “com o objetivo de pensar o texto e o discurso em novas categorias, situa decididamente a Linguística Textual no quadro mais amplo da análise do discurso”. O autor propõe, assim, planos de análise não hierárquicos para tratar da complexidade e da heterogeneidade de textos concretos, organizados esquematicamente em sua obra.

Consoante à esquematização, à(s) ação(ões) de linguagem nas interações sociais (N1), em determinada formação sociodiscursiva (N2), acontece por meio de interdiscursos materializados pelas línguas, pelos intertextos e pelos sistemas de gêneros (N3) dos

interactantes da cena comunicativa no nível do discurso. Já no nível textual, a textura (proposições enunciadas e períodos) – N4, a estrutura composicional (sequências e planos de texto) – N5, a semântica (representação discursiva) – N6, a enunciação (responsabilidade enunciativa e coesão polifônica) – N7, os atos do discurso e a orientação argumentativa – N8 se complementam e expressam aspectos da textualidade.

Nesse contexto, o programa teórico da ATD situa o texto e o discurso em categorias que redefinem o objeto de estudo, que passa a ser definido pelas “práticas discursivas institucionalizadas, quer dizer, para nós, gêneros de discurso, cuja determinação pela história deve ser considerada pelo viés da interdiscursividade” (Adam, 2011, p. 60) para o estudo de textos concretos e seus propósitos comunicativos.

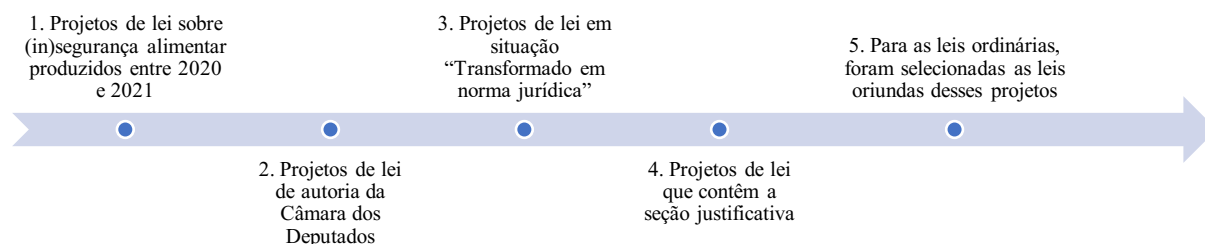
Desse modo, centramos nossas investigações no nível da estrutura composicional, limitando-nos, neste artigo, ao plano de texto, no nível da enunciação por meio da identificação da responsabilidade enunciativa (RE) e no nível da argumentação com a análise da orientação argumentativa (ORarg) nos gêneros projetos de leis e leis ordinárias. Nesse sentido, elencamos critérios e procedimentos metodológicos com rigor científico para seleção dos textos que constituem nosso *corpus* de pesquisa.

Em termos metodológicos, nossa pesquisa segue uma abordagem qualitativa de natureza interpretativista e o método indutivo de análise. Com base nos procedimentos técnicos utilizados, este estudo é do tipo documental e, baseado nos nossos objetivos, esta pesquisa é do tipo exploratória. Esse caráter metodológico possibilita maior aproximação entre pesquisadores e objetos, favorecendo a apreensão real de sentidos.

O *corpus* de pesquisa deste artigo é constituído por projetos de lei e leis ordinárias disponíveis em domínio público nos sites da Câmara dos Deputados (www.camara.leg.br) e da Presidência da República (www.planalto.gov.br), selecionados em conformidade aos objetivos deste estudo. Como critério fundante, estabelecemos o tema (in)segurança alimentar e o ano de produção dos textos entre 2020 e 2021, correspondente aos anos iniciais da pandemia da Covid-19, para triagem dos textos.

Diante do acervo eletrônico, consideramos válidos os textos a partir dos seguintes parâmetros abaixo, ilustrados na figura 1 por etapas de seleção:

Figura 1. Descrição do *corpus*



Fonte: as autoras.

Assim, seguidos os critérios metodológicos para delimitação dos dados, apresentamos no quadro 1 o nosso *corpus*, composto por:

Quadro 1. Descrição do *corpus*

PROJETOS DE LEI	LEIS ORDINÁRIAS
PL 01 - PROJETO DE LEI Nº 1142/2020 Dispõe sobre medidas urgentíssimas de apoio aos povos indígenas em razão do novo coronavírus (Covid-19).	LO 01 - LEI Nº 14.021/2020 Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública.
PL 02 - PROJETO DE LEI Nº 823/2021 Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nºs 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho II).	LO 02 - LEI Nº 14.275/2021 Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nºs 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho II).

Fonte: as autoras.

Portanto, reunimos dois projetos de lei sobre (in)segurança alimentar produzidos entre 2020 e 2021, de autoria da Câmara dos Deputados, transformados em normas jurídicas, contendo a seção justificativa, bem como as duas respectivas leis ordinárias oriundas da aprovação dessas proposições. De posse dos dados, são convocadas as teorias linguísticas do texto, da enunciação e da argumentação para fundamentar a identificação, a descrição, a análise e a interpretação dos gêneros jurídicos na perspectiva da Análise Textual dos Discursos.

2 Da Estrutura Composicional - o Plano de Texto

No projeto teórico-metodológico que embasa a Análise Textual dos Discursos, Adam (2011) organiza a estrutura composicional no nível N5 para o estudo das sequências e dos planos de texto, e a análise dessas configurações sugere tipologias e genericidades. As sequências textuais e os planos de texto são categorias analíticas introdutórias das nossas investigações, visto que objetivamos compreender a produção e a percepção dos textos veiculados nos domínios jurídico, político e social.

A análise da estrutura composicional dos textos dos projetos de lei e das leis ordinárias permitiu-nos identificar marcas tipográficas das zonas peritextuais¹ dos dois gêneros, como os elementos de cabeçalho – timbre, indicações de gênero e de numeração, data, autores – localizados na porção inicial ao todo textual. Nesse espaço, destacamos a marca timbrada que inicia os textos por conferir não somente aspecto espacial aos gêneros jurídicos, mas também formalidade, credibilidade e autoria às produções, pois, nos seus espaços sociodiscursivos de origem, trata-se de documentos, produtos constituídos de informação legal com respaldo e responsabilidade de seus autores.

Nos planos de texto dos projetos de lei e das leis ordinárias analisadas, as ementas ocupam um espaço recuado na estrutura composicional, entre o cabeçalho e os enunciados iniciais, com diagramações que conferem destaque a essa porção textual. Nessa perspectiva, entendemos que o realce tipográfico projeta o campo visual para uma seção de texto importante para apreensão de sentidos, uma vez que a ementa é constituída da síntese do conteúdo veiculado nos gêneros, conforme exemplificado na figura 2.

Figura 2. Ementa do PL 01



Fonte: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2242218>. Com alterações.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, o art. 5º anuncia que “A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei” (Brasil, 1998), comportamento igualmente condizente com os achados dos nossos textos cujas ementas seguem destaques previstos.

¹ Apoiamo-nos no estudo de Adam (2021), *Micronível, mesonível e macronível da estrutura textual*, para compreensão do conceito de *peritexto* a partir da noção de que “O macronível textual é constituído pelas fronteiras peritextuais e as subdivisões de um texto escrito em parágrafos, capítulos, seções ou partes, que conferem o sentimento de uma unidade textual constituída de subunidades significantes, de extensão e de natureza semiológica variáveis (certas partes ou módulos de um texto podendo ser icônicos)” (Adam, 2021, p. 4).

Na linearidade do texto, os enunciados iniciais inseridos após a ementa configuram o plano de texto denominado preâmbulo. Consoante Lei Complementar nº 95/1998, nos termos do art. 6º, “o preâmbulo indicará o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal” (Brasil, 1998), visivelmente identificado nos dados como enunciado de abertura do corpo do texto, que passará a tratar do aspecto legal dos projetos e das leis, composto pelo conteúdo jurídico explicitado em capítulos, artigos, parágrafos, incisos e alíneas para a apresentação da matéria.

Após a porção textual normativa, os projetos de lei, diferentemente das leis ordinárias, apresentam a seção justificativa, como demonstrado no excerto 1 abaixo, extraído do final do PL 01:

Excerto 1

É fundamental a atenção deste parlamento e de todo Poder Público em relação aos povos indígenas que merecem sempre nosso integral apoio, sobretudo neste momento de aguda crise, especialmente no que tange a garantia do sagrado direito à alimentação, à segurança alimentar e nutricional.

Como visto, o texto desse plano é composto pelos argumentos utilizados pelos legisladores para aprovação de seus projetos que resultarão em futuras leis. Esse espaço pode ser interpretado como a expressão da “enunciação da vontade legislativa” (BRASIL, 1989), em concordância com o caráter persuasivo e suplicante dos textos da justificação.

No peritexto final, são identificados, nas leis ordinárias, a vigência da lei, além do endereçamento, das assinaturas e da codificação do texto para ambos os gêneros e em todos os dados. Em suma, o estudo dos planos de texto dos projetos de lei e das leis ordinárias permitiu identificar estruturas que se repetem como protótipos dos gêneros jurídicos, dado que, consoante Adam (2019),

O fator unificador e obrigatório das estruturas composicionais é **plano de texto**. Certos gêneros determinam *planos de texto fixos*: a estrutura do soneto, a da comédia clássica em três atos e a da tragédia em cinco atos, a *dispositio* oratória (exórdio, narração, confirmação, peroração), o plano dialético da dissertação. O mesmo vale para as receitas de culinária, as instruções de escalada e caminhada, as apresentações de filmes em programas de televisão, o esquema global de uma carta: abertura (vocativo e indicações de tempo e lugar), exórdio, corpo da carta (zona de forte variação), peroração, fechamento (despedida e assinatura). Os *planos de texto ocasionais* são muito frequentes e não estruturam menos globalmente os textos. Próprios de um texto singular, esses planos ocasionais são mais ou menos identificáveis por serem ou não evidenciados por sinais de segmentação (alíneas, parágrafos, título e subtítulos numeração de partes etc.) e/ou por organizadores (enumeradores, conectores) (Adam, 2019, p. 58-59).

No plano de texto, identificamos arranjos sequenciais dispostos na materialidade textual dos projetos de lei e das leis ordinárias, agrupados em frases, períodos e parágrafos de tipologias variadas. Então, percebemos componentes sequenciais com aspectos da descrição, da narração, da explicação e da argumentação, recuperados cognitivamente pelo contato com outros textos nas interações sociais da língua. Para ilustração, segue excerto do PL 01:

Excerto 2

Como em regra acontece na execução de políticas públicas, regulares ou de caráter emergencial, os povos indígenas costumam ser desassistidos e esquecidos. Se as epidemias são horrendas para a sociedade em geral, sobre os povos indígenas o impacto tende a ser maior. O modo de vida, fundamentalmente comunitário que caracteriza os povos indígenas, pode facilitar uma rápida propagação do coronavírus nos mais variados territórios, caso não haja controle na profusão de contaminação e medidas urgentes de prevenção, apoio, cuidado e assistência.

A partir da leitura do PL 01, no quarto parágrafo da justificativa, apresentado no excerto 2, identificamos inicialmente a tese que conduz o arranjo argumentativo à reflexão e à defesa sobre as políticas públicas de assistência aos povos indígenas. Os períodos seguintes combinam *Se com é porque* (implícito) em um arranjo explicativo para ampliar o conhecimento sobre o fato de que as epidemias têm maior impacto para os povos indígenas, em decorrência do estilo de vida comunitário dessa população, encaixados para sustentar a argumentação e atestar a necessidade da ação de controle para impedir a propagação do vírus. Ao final, os legisladores concluem o esquema argumentativo global do parágrafo com uma proposição restrita de que, *caso não haja controle na profusão de contaminação e medidas urgentes de prevenção, apoio, cuidado e assistência*, a regra da ausência de execução de políticas públicas aos povos indígenas, sinalizada inicialmente, se mantém.

Ao longo das análises das sequências textuais, observamos o encaixe de variadas sequências no texto da justificativa como estratégia argumentativa, servindo de mais um argumento para a tese defendida pelos legisladores e colocada para apreciação e aprovação de suas proposições. Esse recurso de heterogeneidade sequencial é comum no plano de texto dos projetos de lei analisados e, em geral, a homogeneidade sequencial é quase rara nessas produções textuais.

Das hipóteses levantadas por Adam (2019) para tratar do comportamento das estruturas sequenciais, o autor considera que

O caso mais comum é a mistura de sequências. A análise sequencial permite vislumbrar os casos de encadeamento de *estruturas sequenciais heterogêneas*. Duas novas hipóteses se apresentam, então: as modalidades de *inserção* de sequências heterogêneas e o efeito *dominante* sequencial (Adam, 2019, p. 57).

No curso das investigações às sequências dos planos de texto dos projetos e das leis, percebemos arranjos descritivos constituindo, integralmente, a ementa, a partir de elementos temáticos e resumitivos em uma seção obrigatória do plano textual desses gêneros jurídicos. Nas leis ordinárias, pelo comportamento normativo e diretivo do texto, a presença das sequências descritivas é predominante, com enumerações sequenciadas de direitos e deveres escritas de modo objetivo e imperativo. Outro uso comum das sequências descritivas é a predominância desses arranjos no final dos textos dos projetos de lei e das leis ordinárias por meio de organizadores espaciais que situam o local e o ano da produção dos textos.

Em tese, o estudo global das sequências textuais nos gêneros possibilitou a identificação de arranjos prototípicos dos tipos descritivo, narrativo, argumentativo e explicativo, com ênfase para a compreensão, sobretudo, do efeito dominante da sequência argumentativa sobre os

demais arranjos nos projetos de lei. Em face do exposto, notamos que a relação hierárquica argumentativa no nível mais elevado é mantida, igualmente, em função da intenção persuasiva do projeto de lei, portanto, compreendemos que as estratégias linguísticas são utilizadas para o alcance do propósito comunicativo do gênero.

3 Da Enunciação

Na atualidade, as Teorias da Enunciação despertam interesse investigativo em variados campos da linguística que consideram o sujeito situado temporalmente nas diferentes formas de linguagem. Esse estatuto científico permeado por pressupostos teóricos da Análise do Discurso, da Pragmática e da Linguística Textual inspira nossa pesquisa no nível de análise da enunciação, com vistas à compreensão da presença dos sujeitos na língua a partir do estudo de textos concretos.

Nesse sentido, ancoramos nosso estudo do plano da enunciação nos postulados da ATD proposta por Adam (2011) para a condução teórica e metodológica das análises da categoria da responsabilidade enunciativa (RE). De acordo com Adam (2011), a RE permite ao interlocutor compreender se o locutor e/ou enunciador é/são responsável(eis) ou não pelo conteúdo proposicional do enunciado veiculado.

Em nossos estudos do nível da enunciação, percebemos expressões linguísticas que revelam os enunciadores em seus textos a partir de diferentes categorias e em variados momentos ao longo da tessitura. De início, vislumbramos nos projetos de lei e nas leis ordinárias marcas linguísticas que apontam para as pessoas que enunciam, vejamos excertos 3 e 4:

Excerto 3
O CONGRESSO NACIONAL decreta

Excerto 4
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei

No excerto 3, extraído do PL 01, a pessoa de quem se fala, representada pelo *Congresso Nacional* e marcada pela conjugação verbal na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo *decreta*, coincide com a pessoa que fala, uma vez que os enunciadores do projeto de lei são Deputados Federais, membros da Câmara dos Deputados, que compõem, juntamente com o Senado Federal, o Congresso Nacional. Desse modo, a responsabilidade enunciativa do conteúdo proposicional do projeto, aparentemente distanciada do enunciador, está imputada ao legislativo desde os enunciados iniciais até as assinaturas das proposituras.

Segundo Rabatel (2016), a responsabilidade enunciativa é variada em função das instâncias da enunciação. Para o autor,

[...] incita-nos a distinguir, de uma parte, a RE, para os conteúdos proposicionais que o locutor / enunciador primeiro (L1 / E1) assume por sua própria conta, porque ele os julga verdadeiros, e de outra, a *imputação*, para os conteúdos proposicionais que L1 / E1 atribui a um enunciador segundo (e2) (Rabatel, 2016, p. 88).

No excerto 4, o enunciado de abertura da LO 01 apresenta marcas linguísticas da categoria índices de pessoas que expressam as pessoas do discurso. Em *O Presidente da República*, a 3ª pessoa do singular mencionada é o mesmo referente da 1ª pessoa do singular (eu) do presente do indicativo em *Faço*, que se repete em *eu sanciono* por meio do pronome pessoal e sua conjugação verbal correspondente. Essa maneira de construir os enunciados de abertura das leis é própria do gênero jurídico e manifesta, de início, a assunção da responsabilidade enunciativa da fonte que profere o dito, visto que o Presidente da República sanciona as leis do país, enquanto o Congresso Nacional decreta-as.

De acordo com Rodrigues (2017, p. 299-230),

[...] a responsabilidade enunciativa organiza linguisticamente os gêneros discursivos / textuais disponíveis na memória discursiva dos usuários das diferentes línguas, desde os gêneros mais simples do cotidiano, como, por exemplo, a conversa em família, entre amigos, em situações informais no ambiente de trabalho, até os gêneros mais elaborados dos vários domínios: acadêmico, midiático, político, jurídico, religioso, entre outros.

Em nossas análises, interpretamos outras formas linguísticas da manifestação dos autores em seus textos a partir de enunciados sugestivos da responsabilidade enunciativa, conforme excerto:

Excerto 5

A 'Lei Assis Carvalho' derivada dessa proposta foi vetada praticamente na íntegra pelo presidente Bolsonaro, fato que deixou milhões de famílias de agricultores familiares se qualquer assistência pública durante todo o ano dramático de 2020 que tende a ser agravar neste ano de 2021. Mas não são somente a pobreza e a miséria no campo que se disseminam com a passividade do governo. Associado, tem-se o aprofundamento da crise na base produtora de alimentos da população brasileira onde a agricultura familiar é a principal protagonista. Com isto, foi instaurado processo de inflação dos alimentos que tem punido de forma singularmente perversa os extratos econômicos mais pobres da nossa população.

O excerto 5, composto pelo terceiro parágrafo da justificativa do PL 02, possibilitou a identificação de marcas da língua utilizadas pelos autores da propositura para manifestar pontos de vista com maior ou menor grau de engajamento. Ao citar a Lei Assis Carvalho e o seu projeto de lei originário nº 735/2020, os legisladores trazem a condição do veto da proposta seguida de uma proposição avaliativa expressa por um saber ou pensamento: *fato que deixou milhões de famílias de agricultores familiares se qualquer assistência pública durante todo o ano dramático de 2020 que tende a ser agravar neste ano de 2021*. Essa expressão de ponto de vista indica a assunção da responsabilidade enunciativa pela abordagem responsiva de indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados dada pelos enunciadores a respeito do resultado do referente.

Segundo Adam (2011, p. 120-121), as indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados são “efeitos de ponto de vista que repousam numa focalização perceptiva (*ver, ouvir, sentir, tocar, experimentar*) ou numa focalização cognitiva (*saber ou pensamento representado*)”, capazes de revelar “o grau de responsabilidade enunciativa de uma proposição”. Dessa maneira, consideramos que há engajamento dos enunciadores a respeito do conteúdo veiculado, igualmente percebido pelo uso de modalidades de lexemas avaliativos, como *dramático, passividade e singularmente perversa*, atestando pontos de vistas dos enunciadores e responsabilidade enunciativa sobre o dito.

De acordo com Pinto e Neves (2010, p. 298), a categoria das modalidades “diz respeito aos diversos julgamentos ou avaliações formuladas por qualquer voz, no universo textual, a respeito de elementos do *Dictum*”. Essas marcas revelam posicionamentos valorativos dos autores enquanto marcadores enunciativos na tessitura, especialmente nos projetos de lei.

Nas leis ordinárias investigadas, notamos de maneira mais expressiva modalidades intersubjetivas pelo uso dos verbos modais *dever* e *poder* nos textos jurídicos. Vejamos excertos dos textos originais compilados no quadro 2.

Quadro 2. Uso dos verbos modais *dever* e *poder* na LO 01

RECORRÊNCIAS DO VERBO <i>DEVER</i>	RECORRÊNCIAS DO VERBO <i>PODER</i>
§ 1º Os comitês, comissões ou outros órgãos colegiados direcionados ao planejamento, coordenação, execução, supervisão e monitoramento dos impactos da Covid-19 no âmbito da saúde dos povos indígenas <i>devem contar</i> com a participação e o controle social indígena e de suas instâncias representativas.	Art. 6º Nenhum atendimento de saúde ou de assistência social na rede pública <i>pode ser negado</i> às populações indígenas por falta de documentação ou por quaisquer outros motivos.
§ 2º As medidas de isolamento e de quarentena de casos suspeitos de Covid-19 <i>deverão considerar</i> que os povos indígenas têm maior vulnerabilidade do ponto de vista epidemiológico e têm como característica a vida comunitária, com muitos membros convivendo em uma mesma moradia.	§ 3º As Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para pessoas físicas indígenas <i>podem ser substituídas</i> pelas Certidões de Atividade Rural ou outros documentos comprobatórios simplificados que já sejam emitidos pelo órgão indigenista oficial.
§ 1º As missões de cunho religioso que já estejam nas comunidades indígenas <i>deverão ser avaliadas</i> pela equipe de saúde responsável e <i>poderão permanecer</i> mediante aval do médico responsável.	§ 1º As missões de cunho religioso que já estejam nas comunidades indígenas <i>deverão ser avaliadas</i> pela equipe de saúde responsável e <i>poderão permanecer</i> mediante aval do médico responsável.
I - a União <i>deverá assegurar</i> aporte adicional de recursos não previstos nos planos de saúde dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis) ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;	Art. 17. A União <i>poderá firmar</i> convênio com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para executar as medidas previstas nesta Lei, autorizados o ajuste de dotações e a transferência direta de recursos para os entes federativos.
II - <i>deverá ser garantida</i> a inclusão dos povos indígenas nos planos emergenciais para atendimento dos pacientes graves das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, explicitados os fluxos e as referências para o atendimento em tempo oportuno.	—

§ 1º-A. A rede do SUS <i>deverá obrigatoriamente fazer o registro e a notificação da declaração de raça ou cor, garantindo a identificação de todos os indígenas atendidos nos sistemas públicos de saúde.</i>	–
§1º-B. A União <i>deverá integrar os sistemas de informação da rede do SUS com os dados do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.</i>	–
Parágrafo único. As aquisições de materiais e serviços e as contratações em cumprimento a esta Lei <i>deverão seguir os termos dos arts. 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.</i>	–

Fonte: as autoras, grifo nosso.

O caráter normativo das leis determina a materialização de textos diretivos constituídos de marcas linguísticas de valor deôntico, como o emprego dos verbos *dever* e *poder* para exprimir imposições legais. Nos excertos do quadro 2, observamos que o uso do verbo *dever* evoca enunciadores responsivos – *Os comitês, comissões ou outros órgãos colegiados, a União, a rede do SUS* – que promovem garantias a enunciadores segundos – *os povos indígenas, comunidades indígenas, todos os indígenas.*

Diante das ocorrências do verbo *poder*, reconhecemos usos semânticos além da dimensão das possibilidades comumente atribuída. Notamos, sobretudo, seu emprego como sugestão ou alternativa – *As Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para pessoas físicas indígenas podem ser substituídas pelas Certidões de Atividade Rural; A União poderá firmar convênio com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para executar as medidas previstas nesta Lei* – para proteção de direitos aos povos indígenas.

Nas locuções verbais compostas pela combinação dos verbos modais auxiliares *dever* e *poder* com verbos principais no infinitivo, como em *devem contar* e *podem ser*, a conjugação dos verbos auxiliares determina o tempo, o modo e a pessoa da ação verbal, fazendo referência ao ponto de vista pelo qual o fato é perspectivado. Para os exemplos apontados, a realização da ação acontece no momento da fala pelo uso do presente do indicativo na intenção de expressar ordens, seguindo o propósito comunicativo do gênero lei.

Por esse ângulo, o uso do futuro do presente, como em *deverá assegurar, poderão permanecer*, indica ações realizáveis posteriormente ao momento da fala, porém carrega características de ordem imperativa “decorrente do traço de futuridade que o imperativo reserva” (Reis, 2003, p. 60). Em concordância com a tese da autora, “a forma indicativa do imperativo se daria, então, pelo caráter dialógico do enunciado e pela aproximação direta entre as pessoas do discurso” (Reis, 2003, p. 58). Assim, tempos e modos verbais podem ser

interpretados nos dados em alinhamento ao desejo dos enunciadores em direcionar ações urgentes diante da situação de insegurança alimentar decorrente da crise sanitária na qual a lei foi produzida.

Ainda na categoria das modalidades, em um dos excertos do quadro 2, é possível observar que o advérbio de modo *obrigatoriamente* marca o posicionamento do enunciador sobre o dever da *rede do SUS em fazer o registro e a notificação da declaração de raça ou cor, garantindo a identificação de todos os indígenas atendidos nos sistemas públicos de saúde*. Com base em Adam (2011, p. 119), “os modalizadores de enunciado incidem sobre o dito”, logo, manifestam pontos de vista do enunciador a respeito da sua própria proposição com valor responsivo.

Outra categoria passível de revelar a responsabilidade enunciativa das proposições é a classe dos dêiticos. Nos dados analisados, identificamos marcas linguísticas espaciais e temporais importantes para a discussão, vejamos os excertos na figura 3.

Figura 3. Endereçamento do PL 02 e da LO 02

Sala das Sessões, em de março de 2021.

Brasília, 23 de dezembro de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

Fonte: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2273510> e https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114275.htm. Com alterações.

Os dêiticos espaciais e temporais do PL 02 e da LO 02, respectivamente ilustrados acima, atestam o local de produção dos textos e a data de formulação do projeto e da lei, interpretados como orientações precisas da enunciação do *eu*, do *aqui* e do *agora* – a *Sala das Sessões* – que recupera os enunciadores os quais exercem a atividade legislativa por meio de sessões ordinárias ou extraordinárias realizadas em determinada data. Nossos achados coadunam o pensamento de Fiorin (2017) ao afirmar que

Quando produz um ato de fala, o enunciador apropria-se do conhecimento linguístico e, ao fazê-lo, institui-se como “eu”. “Eu” é quem diz “eu”, quem toma a palavra. Então, o ato de dizer estabelece um “eu” e, ao mesmo tempo, como esse “eu” fala para alguém, ele constitui simultaneamente um “tu”. Esse “eu” fala num determinado espaço, que é o “aqui”, o lugar do “eu”. A partir desse marco espacial, são estabelecidas todas as diferenças de espaço: por exemplo, em português, aqui, ali, lá, acolá, etc. Além de falar num dado espaço, o “eu” fala num certo tempo, o “agora”. O “agora” é o momento da fala. “Agora” é o momento em que o “eu” toma a palavra (Fiorin, 2017, p. 971-972).

O contexto enunciativo, além de situar o texto no espaço e no tempo de produção, pode influenciar a iniciativa de fazê-lo sob a motivação das circunstâncias sociais imediatas as quais fundamentam o conteúdo proposicional. Essa ação social do texto atribui sentidos para a materialidade textual e para os participantes envolvidos na interação.

Ao longo das análises, constatamos assinaturas no final dos textos dos projetos de lei e das leis ordinárias, conforme ilustração exemplificativa na figura 4.

Figura 4. Assinaturas do PL 01 e da LO 02



Fonte: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2242218> e https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/114275.htm. Com alterações.

Diante das assinaturas dos Deputados Federais ao final dos projetos de lei e da assinatura do Presidente da República, ao final da lei ordinária, respectivamente, ilustradas anteriormente, grafadas manualmente ou digitalmente, atestamos as situações em que os enunciadores revelam seu maior grau de engajamento a respeito do conteúdo proposicional dos gêneros jurídicos pelo forte caráter de validação e legitimação atribuído ao ato de assinar. Dessa forma, mesmo que a produção textual tenha acontecido em coautoria ou por quadros mediadores, a assinatura revela a assunção da responsabilidade enunciativa dos autores perante seus textos.

4 Da Argumentação

Desde a antiguidade, Teorias que estudam a Argumentação são objetos de discussão para o uso persuasivo da língua. Nessa direção, pesquisas que investigam a ordenação dos argumentos contida nos textos consideram as palavras como elementos carregados de argumentatividade que conduzem a orientação argumentativa dos enunciados. Diante disso, Adam (2011, p. 122) afirma que “todo enunciado possui um valor argumentativo, mesmo uma simples descrição desprovida de conectores argumentativos” e propõe explorar a Orientação Argumentativa (ORarg) em um dos níveis ou planos de análise da sua teoria.

Ao analisarmos o nível argumentativo dos textos dos projetos e das leis, interpretamos os recursos linguísticos empregados aos gêneros em relação concomitante aos outros planos de análise investigados nesta pesquisa – a estrutura composicional (sequências e planos de texto) e a enunciação (responsabilidade enunciativa) – para a compreensão global das estratégias de convencimento do conteúdo proposicional utilizadas pelos autores.

De modo esquemático, apresentamos o comportamento argumentativo identificado na seção justificativa do PL 01 descrita *ipsis litteris* no quadro 3 com as nossas considerações analíticas e interpretativas:

Quadro 3. Identificação, descrição, análise e interpretação da orientação argumentativa no PL 01

PLANOS DE TEXTO DO PL 01	CONSIDERAÇÕES
<p>Há enorme necessidade de fortalecer a atenção especial à saúde indígena sobretudo para que seja aperfeiçoada também a assistência aos povos indígenas, sobretudo em razão das necessidades atuais, considerando a pandemia do novo coronavírus. Este contexto emergencial traz enormes prejuízos adicionais aos povos originários no que tange a manutenção de suas vidas, seus usos e costumes, com qualidade e dignidade, sobretudo se consideramos os problemas envolvendo o sistema de atendimento da saúde indígena e garantias de direitos básicos, como a alimentação, já sentidos há tempos.</p>	<p>No parágrafo inicial, para argumentar a respeito da enorme necessidade de fortalecer a atenção especial à saúde indígena, os enunciadores do PL 01 inserem o operador argumentativo <i>sobretudo</i> para o acréscimo de três argumentos fortes: o aperfeiçoamento da assistência aos indígenas, o contexto da pandemia e os problemas envolvendo o sistema de atendimento da saúde indígena e garantias de direitos básicos, como a alimentação. Ao longo da justificativa, percebemos que esses argumentos são retomados e discutidos.</p>
<p>Inúmeros pedidos e demandas de povos indígenas se multiplicam pelo país, sobretudo em consequência das necessárias medidas de restrição (isolamento ou quarentena). Se antes já seria possível verificar limites na produção para subsistência em terras indígenas e aquisição de alimentos e medicamentos, a situação se vê bastante agravada e os povos indígenas se encontram desassistidos.</p>	<p>No segundo parágrafo, novamente, o operador argumentativo <i>sobretudo</i> introduz um argumento forte na orientação argumentativa dos enunciadores para evidenciar o contexto de crise sanitária que requer medidas de <i>isolamento ou quarentena</i>, condição que agrava ainda mais a <i>produção para subsistência em terras indígenas, aquisição de alimentos e medicamentos</i>, desse modo, <i>os povos indígenas se encontram desassistidos</i>.</p>
<p>A este problema estrutural, agravado pela pandemia, se soma a fragilidade do sistema imunológico de muitos indígenas, o que torna a disseminação de várias doenças um dado concreto e preocupante que precisa ser barrado, com reforço na atuação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas.</p>	<p>No terceiro parágrafo, o termo <i>problema estrutural</i> retoma a falta de assistência citada no final do parágrafo anterior que se soma à <i>fragilidade do sistema imunológico</i> como argumentos que justificam a <i>disseminação de várias doenças</i> entre os povos indígenas na pandemia. Os lexemas avaliativos <i>concreto</i> e <i>preocupante</i> manifestam o ponto de vista dos enunciadores sobre os dados e funcionam como argumentos que direcionam para a resolução do problema.</p>
<p>Como em regra acontece na execução de políticas públicas, regulares ou de caráter emergencial, os povos indígenas costumam ser desassistidos e esquecidos. Se as epidemias são horrendas para a sociedade em geral, sobre os povos indígenas o impacto tende a ser maior. O modo de vida, fundamentalmente comunitário que caracteriza os povos indígenas, pode facilitar uma rápida propagação do coronavírus nos mais variados territórios, caso não haja controle na profusão de contaminação e medidas urgentes de prevenção, apoio, cuidado e assistência.</p>	<p>Neste parágrafo, destacamos as orações condicionais com <i>se</i> e <i>caso</i>, por acrescentarem situações e escolhas históricas como fortes argumentos para um resultado provável. A visada argumentativa de uma condição possível para um resultado esperado fortalece a tese da necessidade de medidas assistencialistas aos povos indígenas.</p>

<p>É forçoso que o poder público adote medidas urgentes para que a doença, introduzida entre os povos indígenas, não se espalhe rapidamente e atinja crescentes parcelas das populações. Ao mesmo tempo, que estes tenham asseguradas suas condições básicas de subsistência.</p>	<p>Os argumentos apresentados nos parágrafos anteriores conduzem o texto até o quinto parágrafo para a apresentação de um enunciador segundo que solucione as necessidades dos povos indígenas, para isso, os autores anunciam que <i>É forçoso que o poder público adote medidas urgentes</i>, imputando a responsabilidade a outrem.</p>
<p>É fundamental a atenção deste parlamento e de todo Poder Público em relação aos povos indígenas que merecem sempre nosso integral apoio, sobretudo neste momento de aguda crise, especialmente no que tange a garantia do sagrado direito à alimentação, à segurança alimentar e nutricional.</p>	<p>No parágrafo final, os autores evocam os enunciadores segundos <i>parlamento</i> e <i>Poder Público</i>, além deles próprios – marcado pelo pronome possessivo <i>nosso</i> que se relaciona com o nós (1ª pessoa do plural) – para conferir responsabilidade coletiva e suplicar adesão aos argumentos relatados em prol de sua conclusão, carregada da modalidade patêmica, elaborada por Amossy (2008), para suscitar emoções nos interlocutores de ordem sagrada e vital – pela necessidade de <i>garantia do sagrado direito à alimentação, à segurança alimentar e nutricional</i>.</p>

Fonte: as autoras, grifo nosso.

A disposição do plano de texto articulada às expressões linguísticas da enunciação – como a seleção de operadores argumentativos para acréscimo de argumentos fortes, o uso de lexemas avaliativos para manifestar o ponto de vista dos enunciadores, a imputação da RE a enunciadores segundos e a sinalização dos índices de pessoas – e aos encadeamentos dos argumentos no corpo do texto – a partir do uso de operadores argumentativos fortes, retomadas, orações condicionais e modalidade patêmica – favorece a orientação argumentativa do texto. Essa visada de argumentos fortalece o produto linguístico como um possível critério para aprovação dos projetos de lei, visto que reúne de maneira ascendente dados, informações e argumentos em defesa de um ponto de vista.

No PL 01, os enunciados finais trazem argumentos altamente consistentes ao mencionar a *garantia do sagrado direito à alimentação, à segurança alimentar e nutricional*, que seguem alinhados aos pressupostos humanitários previstos na Lei N° 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, ao preconizar

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (Brasil, 2006).

Diante disso, compreendemos que textos constituídos no curso de uma orientação argumentativa bem delimitada são potenciais instrumentos de validação dos propósitos comunicativos do gênero – em particular o projeto de lei – que, uma vez aprovado, pode alterar o ordenamento jurídico do país por meio da aplicação de leis capazes de garantir direitos vitais básicos, como alimentação e saúde, especialmente no contexto de crise sanitária da pandemia da Covid-19.

Conclusão

Os resultados obtidos da análise do plano de texto sugerem o caráter convencional dos projetos de lei e das leis ordinárias analisados, em razão do alinhamento diretivo da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, da Resolução nº 17/1989 e da Lei Complementar nº 95/1998, mantendo os aspectos configuracionais dos gêneros jurídicos.

As sequências textuais foram identificadas nos gêneros estudados com base nos escopos teóricos (esquemas) de Adam (2011, 2019), que categoriza sequências como arranjos organizados de maneira mais ou menos narrativa, argumentativa, explicativa, dialogal ou descritiva. No entanto, a análise global das sequências textuais nos projetos de lei permitiu atestar o efeito dominante da sequência argumentativa, a qual mantém relação hierárquica no nível mais elevado sobre os demais arranjos encaixados ao longo da tessitura para sustentar a argumentação.

O estudo da enunciação seguiu determinado a investigar categorias e marcas linguísticas que relevassem a responsabilidade enunciativa nos projetos de lei e nas leis ordinárias. Nossas análises resultaram na evidência de índices de pessoas, dêiticos espaciais e temporais, modalidades e indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados como manifestações dos enunciadores perante o dito. Contudo, as situações as quais os autores refletem seu maior grau de engajamento sobre conteúdo proposicional e, por conseguinte, a assunção da RE, acontecem no final dos projetos e das leis por meio das assinaturas.

Em relação conjunta, os procedimentos analíticos e interpretativos da orientação argumentativa aconteceram vinculados às demais categorias de análise desta pesquisa com vistas à apreensão de sentidos dos textos. Assim, verificamos estratégias linguísticas e discursivas organizadas textualmente de maneira ordenada em favor de uma visada argumentativa em direção à conclusão dos textos e aos seus possíveis efeitos pragmáticos, desde implicações em dada formação sociodiscursiva até mudanças de ordem nacional em contextos adversos à vida.

Financiamento

Cláudia Cynara Costa de Souza Pinheiro agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa de doutorado (nº do processo: 88887.483435/2020-00).

Referências

- ADAM, J-M. *A Linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2008.
- ADAM, J-M. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2011.

LINHA D'ÁGUA

ADAM, J-M. *Textos: tipos e protótipos*. Tradução Mônica Magalhães Cavalcante *et al.* São Paulo: Contexto, 2019.

ADAM, J-M. Place des discours programmeurs dans le genre textuel regroupant les discours qui régulent et incitent à l'action. *Armand Colin*, n. 206, 2020, p. 23-44.

ADAM, J-M. Micronível, mesonível e macronível da estrutura textual. Tradução de Ana Lúcia Tinoco Cabral; Maria das Graças Soares Rodrigues. Revisão técnica: João Gomes da Silva Neto; Luis Passeggi. *Letra Magna*, Cubatão, v. 17, n. 27, p. 1-38, 2021.

ADAM, J-M. *A noção de plano de texto*. Tradução: Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi. Revisão técnica de tradução: João Gomes da Silva Neto. Natal: EDUFRN, 2022.

AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, G.; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (Orgs.). *Análises do discurso hoje*, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 231-254.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Resolução nº 17*, de 21 de setembro de 1989. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

BRASIL. *Lei Complementar nº 95*, de 26 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

BRASIL. *Lei nº 11.346*, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

CABRAL, A. L. T.; GUARANHA, M. F. O conceito de justiça: argumentação e dialogismo. *Bakhtiniana*, São Paulo, n. 9 (1): p. 19-34, 2014.

CABRAL, A. L. T. Linguística Textual e Teoria da Argumentação na Língua: texto e língua e diálogo. In: CAPISTRANO JÚNIOR, R.; LINS, M. da P. P.; ELIAS, V. M. (Org.). *Linguística textual: diálogos interdisciplinares*. 1. ed. São Paulo: Labrador, 2017, p. 239-262.

FERNANDES, E. S. S. *Dispositivos enunciativos na sentença judicial condenatória de crimes contra a dignidade sexual infanto-juvenil*. 2016. 316f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

FIORIN, J. L. Uma teoria da enunciação: Benveniste e Greimas. *Gragoatá*, Niterói, v. 22, n. 44, set.-dez. 2017, p. 970-985.

FLORES, V. do N.; TEIXEIRA, M. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2008.

GUENTCHÉVA, Z. Introduction. In: GUENTCHÉVA, Z. (Org.). *L'Énonciation Médiatisée*. Louvain-Paris, Éditions Peeters, 1996, p. 11-18.

KOCH, I. G. V. *Linguística Textual: Quo Vadis?*. In: Revista Delta, edição especial, 2001.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KOCH, I. G. V. *A inter-ação pela linguagem*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

LOURENÇO, M. das V. N. S. *A argumentação na petição inicial*. 2008. 103 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

LOURENÇO, M. das V. N. S. *Análise textual dos discursos: responsabilidade enunciativa no texto jurídico*. 2013. 231 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

MARCUSCHI, L. A. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A (Orgs.). *Gêneros textuais e Ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 19-35.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, L. A. *Linguística textual: o que é e como se faz*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MEDEIROS, C. M. de. *Responsabilidade enunciativa no gênero jurídico contestação*. 2016. 180f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

PINTO, R. *Como argumentar e persuadir?* Prática política, jurídica, jornalística. Lisboa: Quid Juris Sociedade Editora, 2010.

PINTO, R.; NEVES, J. B. Modalidades linguísticas em textos processuais. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 5, *Edições Colibri/CLUNL*, Lisboa, 2010. p. 293-306. Disponível em: <https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2017/07/R.-Pinto-J.-Bessa-Neves.pdf>. Acesso: em 30 de janeiro de 2024.

PINTO, R.; CABRAL, A. L. T.; RODRIGUES, M. das G. S. (Orgs.). *Linguagem e Direito: perspectivas teóricas e práticas*. São Paulo: Contexto, 2016.

RABATEL, A. *Homo Narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa: pontos de vista e lógica da narração: teoria e análise*. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues; Luis Passeggi; João Gomes da Silva Neto. v. 1. São Paulo: Cortez, 2016.

RABATEL, A. *Homo Narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa: pontos de vista e lógica da narração: metodologia e interpretação*. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues; João Gomes da Silva Neto; Luis Passeggi. v. 2. São Paulo: Cortez, 2021.

REIS, M. S. dos. *Atos de fala não-declarativos de comando na expressão do imperativo: a dimensão estilística da variação sob um olhar funcionalista*. 212 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis, 2003.

RODRIGUES, M. das G. S. Linguística textual e responsabilidade enunciativa. In: Rivaldo Capistrano Júnior; Maria da Penha Pereira Lins; Vanda Maria Elias. (Orgs.). *Linguística textual: diálogos interdisciplinares*. 1. ed. São Paulo: Labrador, 2017, p. 299-316.

RODRIGUES, M. das G. S. Decisão monocrática do Supremo Tribunal Federal do Brasil – combate ao desmatamento da floresta amazônica – dispositivos textuais, enunciativos e discursivos. In: *RALED*, v. 22, n. 1, 2022, p. 182-201.

RODRIGUES, M. das G. S.; MARQUESI, S. “Chegou-se a uma posição de certeza de que não há perigo ambiental? A existência de certeza necessita ser demonstrada” – Plano de texto de uma decisão monocrática. *Revista Fides*, Natal, v. 12, n. 1, p. 19-40, ago./dez. 2021.

RODRIGUES, M. das G. S.; PASSEGGI, L. "Tentam colocar medo no povo": vozes, emoções e representações num texto jornalístico. In: BASTOS, N. B. (Org.). *Língua portuguesa e lusofonia: história, cultura e sociedade*. São Paulo: EDUC, 2016, p. 259-272.

RODRIGUES, M. das G. S.; PASSEGGI, L.; SILVA NETO, J. G. da. “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso político de renúncia. In: ADAM, J-M; et al. (Orgs.). *Análises textuais e discursivas: metodologias e aplicações*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 150-195.

RODRIGUES, M. das G. S.; PASSEGGI, L.; SILVA NETO, J. G. da. Planos de texto e representações discursivas: a seção de abertura em processos-crime. In: BASTOS, N. B. (Org.). *Língua portuguesa e lusofonia*. São Paulo: EDUC, 2014. p. 240-255.

RODRIGUES, M. das G. S.; PASSEGGI, L.; SILVA NETO, J. G. da. “SAIO DA VIDA PARA ENTRAR NA HISTÓRIA” - pontos de vista, responsabilidade enunciativa coletiva e polêmica pública na Carta-Testamento de Getúlio Vargas. *Conexão Letras*, v. 11, n. 15, 2016, p. 100-113.

Artigo / Article

O funcionamento pré-discursivo e as estratégias textuais

Pre-discursive functioning and textual strategies

Mônica Magalhães Cavalcante 

Universidade Federal do Ceará, Brasil

monicamc02@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5561-3993>

Mariza Angélica Paiva Brito 

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira, Brasil

marizabrito02@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5375-5480>

Mayara Arruda Martins 

Universidade Federal do Ceará, Brasil

contato@mayaramartins.me

<https://orcid.org/0000-0001-5673-0780>

Recebido em: 30/06/2023 | Aprovado em: 07/11/2023

Resumo

Neste trabalho, objetivamos mostrar como uma análise textual lida com as anterioridades discursivas. Os pré-discursos se referem a ideias, crenças e narrativas que circulam em uma sociedade ou grupo social e que influenciam na produção e na interpretação de discursos (Paveau, 2013 [2006]). Essas anterioridades discursivas devem ser consideradas na análise linguística do texto, uma vez que elas afetam as perspectivas e as posições individuais em relação a diferentes questões. Analisamos duas charges humorísticas para compreender essa dinâmica das influências sociais e culturais que permeiam a produção e interpretação textual. Ao levar em conta os pré-discursos na análise textual, reconhece-se que o sentido não é apenas resultado das características internas do texto em si, mas também é influenciado pelo contexto mais amplo em que o texto ocorre. Justificamos por que os critérios analíticos da linguística textual, como plano de texto, intertextualidade e referência, consideram as estratégias argumentativas supondo a cognição distribuída.

Palavras-chave: Texto • Discurso • Anterioridades • Contexto • Cognição distribuída

Abstract

In this work, we aim to show how a textual analysis deals with discursive "anteriorities". Pre-discourse refers to ideas, beliefs and narratives that circulate in a society or social group and that influence the production and interpretation of discursive uses (Paveau, 2013 [2006]). These pre-discourses must be considered in the linguistic analysis of the text since they affect individual perspectives and positions in relation to different issues. We analyzed two humorous cartoons to understand the dynamics of social and cultural influences that permeate textual production and interpretation. By taking pre-discourses into account in textual analysis, we admit that meaning is not only a result of the internal characteristics of the text but is also influenced by the broader context in which the text occurs. We justify why the analytical criteria of textual linguistics, such as, text plan, intertextuality and referencing, consider argumentative strategies assuming the distributed cognition.

Keywords: Text • Discourse • Anteriorities • Context • Distributed cognition

Introdução

Neste trabalho, ponderamos sobre por que algumas concepções de Paveau (2013 [2006], 2021 [2017]) sobre anterioridades discursivas convergem para pressupostos da linguística textual. Marie-Anne Paveau (2013 [2006]) pleiteia uma dimensão cognitiva para a análise do discurso. Mas não adota uma cognição circunscrita à mente individual. E, além disso, recusa uma noção de memória discursiva apenas como representações culturalmente herdadas. A defesa teórica de Paveau (2013 [2006]) é que os saberes e as crenças, que são de ordem representacional, devem ser vistos como integrados às práticas. Seria necessário, portanto, falar de uma dimensão cognitiva entendida como processos de construção de conhecimentos. Mas essa construção só se configuraria nos usos, nas práticas discursivas, a partir de dados percebidos pelos sentidos, articulados com a memória (das pessoas e dos objetos do ambiente) e negociados nas relações sociais. A autora sugere, então, uma definição de pré-discurso que esteja articulada com a perspectiva de cognição distribuída:

Conjunto de quadros pré-discursivos coletivos que têm um papel instrucional para a produção e a interpretação do sentido no discurso. Esses quadros não se encontram somente na cabeça dos indivíduos e na cultura de grupos, mas são distribuídos nos contextos materiais da produção discursiva (Paveau, 2013 [2006], p. 129).

Isso significa que o processo de produção e interpretação do sentido nos usos discursivos não ocorre apenas dentro das mentes individuais, mas também é influenciado e moldado pelos contextos sociais e materiais nos quais o texto acontece. Os quadros pré-discursivos coletivos referem-se a conhecimentos compartilhados, valores, normas e crenças que são construídos e mantidos em um determinado grupo social. Eles são incorporados não apenas aos empregos linguísticos, mas também aos artefatos, aos gestos tecnolinguageiros, em síntese. As ideias de Paveau (2013 [2006]) reconhecem a importância da interação entre indivíduos, grupos e

LINHA D'ÁGUA

contextos materiais na construção e negociação dos sentidos. Por isso, esses pressupostos convergem para a linguística textual, que define o texto como um evento que se estabelece na interação e tem uma unidade comunicativa de coerência em contexto. Cavalcante *et al.* (2022) enfatizam que os modos de textualização incorporam o contexto sócio-histórico quando da emergência do texto, fundamentando-se em Hanks (2008).

A relevância da consideração dos pré-discursos nas análises linguístico-textuais tem sido destacada por Soares (2023), que, em seu projeto de tese, discute não apenas os termos técnicos que costumam ser associados às anterioridades discursivas, mas também os conceitos que estão integrados a elas, como os valores dóxicos, os estereótipos e as identidades.

Conforme Amossy e Pierrot (2022) e Silva (2022), estereótipos são estruturas cognitivas enraizadas em crenças comuns. Essas representações sociais da realidade se materializam por meio de processos discursivos em diversas sociedades. No contexto da interação social, os estereótipos são acionados pelos indivíduos para comunicar perspectivas fundamentadas em evidências culturalmente compartilhadas. Assim, o estereótipo tem uma base fundada na doxa, refletindo o consenso cultural subjacente. Para Amossy (2018), a doxa é o fundamento da argumentação. Os sujeitos podem utilizar variadas formas de discurso com o propósito específico de sustentar um determinado ponto de vista, empregando argumentos fundados em conhecimentos culturalmente compartilhados. Segundo Lippmann (2008), existe uma imagem do mundo mais ou menos ordenada e consistente, à qual nossos hábitos, gostos, capacidades, confortos e esperanças se ajustam. Assim sendo, as representações que formulamos do mundo são maleáveis, sujeitas a variações conforme o contexto sócio-histórico-cultural em que vivemos e as crenças que partilhamos. O autor explica que os estereótipos carregam consigo sentimentos, funcionando como alicerces de nossa tradição: “constituem a fortaleza de nossa tradição e, por trás de nossas defesas, podemos continuar a sentir-nos seguros em nossa posição” (Lippmann, 2008, p. 57). Nessa perspectiva, os estereótipos se ancorariam em doxas, ou seja, conjuntos de crenças e opiniões pré-construídas que são comuns a determinados grupos sociais.

1 Sobre pré-discurso

Pré-discurso é mais que a memória discursiva, porque requer atualização nas produções materiais – esta é a tese de Paveau (2013 [2006]) que pensamos ser condizente com os estudos linguístico-textuais. Como afirma a autora, os pré-discursos não são os discursos produzidos antes, mas, sim, as anterioridades do discurso. Derivam de quadros de saber e de crença que dão instruções aos discursos que se produzem. São informações de natureza enciclopédica ou estereotípica, mas também do senso comum, o que significa defender que não são apenas as camadas de poder material e simbólico, mas ainda as camadas menos dominantes e menos legítimas. Desse modo, os saberes doxais incluem o senso comum, a fala ordinária e a argumentação baseada em hipóteses verificáveis, portanto não envolvem somente a noção de doxa como partilha de saberes especializados.

Refletindo sobre o que Arendt (2007) concebe como opinião “pública”, Seixas (2019) observa que ser “público” não significa apenas ser publicizado, mas advir de um agente no mundo social que tome posições e defenda suas opiniões para poder sedimentar sua ideia de pertencimento a dados grupos de posicionamento e se identificar com eles. Seixas (2019) também redefine a noção de opinião “política”, reservando ao termo *político* um sentido mais especializado. Porque, se “política” se reduzisse a qualquer processo de escolha para uma tomada de decisão em detrimento de outras, então tudo caberia numa ação política, e isso desfaria os limites do fazer político, do ato político em si mesmo, em seu sentido mais estrito.

Considero que ambos os conceitos são de naturezas distintas e me preocupo aqui não com a opinião geral (opinião média) de uma população acerca de determinado tema, mas sim da opinião construída por determinados atores políticos sobre questões especificamente políticas, sendo tal opinião obviamente comunicada, publicada de alguma forma. Entendo, por assim dizer, que opinião pública e a opinião especificamente política — nem sempre “pública”, mas frequentemente “publicada” — por mais que em alguns momentos possam convergir para uma mesma ideia, trata-se de fenômenos significativamente distintos do discurso social (Seixas, 2019, p. 98).

As reflexões de Seixas (2019) sobre opinião comum, opinião pública e opinião política deságuam, naturalmente, na concepção de *doxa*:

O que a *doxa* tem de especial para que possamos creditar-lhe o papel de ser base de qualquer argumentação? Amossy (2010), quanto a isso, aponta que a *doxa* é o lugar das opiniões, dos saberes partilhados e das crenças coletivas e, portanto, poderíamos dizer que ela compreende todas as possibilidades do discurso social. É possível enxergar a amplitude da *doxa* estabelecendo, inicialmente, o critério do encontro entre o ato retórico e o ato político, pela própria análise do lugar da opinião em uma e outra arte. Dito de outro modo, podemos considerar a *doxa* como o ponto exato de encontro (o principal entre outros, na verdade) entre a retórica e a política, *tekhnés* consideradas aqui e alhures como de origem afim (Seixas, 2019, p. 149).

A relevância dessas considerações para nossos propósitos reside na constatação de que a *doxa* não se restringe a opiniões comuns, partilhadas em dada cultura, pois envolve, conforme Seixas (2019), uma ação crítica, uma *práxis*, que parte de esquemas ideológicos de interpretação, mas que também os atualiza nas interações particulares concretas. Este é o ponto em que tal visão de *doxa* converge para o pressuposto de Paveau (2013 [2006]) de que o pré-discurso não se mantém congelado numa memória coletiva: ele se renova quando se efetiva nos usos concretos.

2 Por que aceitar a visão de cognição distribuída e de tecnodiscursividade

Vem de Hutchins (2000) a proposta de uma “cognição distribuída”, fundada na ideia de que a unidade de análise da cognição não se concentra na mente do indivíduo; e de que deve

incluir a coordenação entre estrutura “externa” (material) e os processos cognitivos, que não se encerram em inferências, raciocínios, aprendizagem e memória, mas se estendem a mecanismos de propagação. A cognição precisaria ser vista, assim, como um sistema adaptativo complexo.

Para Hutchins (2000), as habilidades funcionais dos indivíduos em sociedade se distribuem entre eles, nas interações em que estão envolvidos, em suas práticas culturais. Importa observar que não deixa de ser pertinente falar de uma sociocognição e de uma cognição “situada”, porque, nas atividades inferenciais, de raciocínio, de armazenamento em memórias e de divulgação, dá-se de algum modo uma colaboração em ações sincrônicas mais ou menos coordenadas para a resolução de problemas.

Porém, para além de ser situada, a cognição, como sistema adaptativo complexo, compartilha, além dos saberes e competências individuais e coletivos, presentes no que se poderia chamar de “anterioridades do discurso”, também a memória do ambiente e dos próprios artefatos utilizados para a comunicação. É com base nesse estofo teórico que aceitamos, em linguística textual, uma perspectiva de discurso, e também de pré-discurso, que se pautem numa visão pós-dualista, que não aparta as ações languageiras em dois lados distintos: homem e ambiente, incluindo os recursos tecnológicos.

Segundo Paveau (2021 [2017]), uma análise pós-dualista não poderia focalizar somente formas linguísticas ou comunicacionais, em detrimento de ações sociotécnicas e mais amplamente “ambientais” – é o que faz dela uma abordagem “ecológica”. Para a autora, até mesmo o locutor como agente enunciativo precisa ser reconsiderado como “distribuído” no ecossistema digital, já que ele não seria a fonte única da produção languageira.

A ideia de ecologia já é, na verdade, bastante antiga nas abordagens da cognição que argumentam em torno das relações de um organismo com os demais elementos de um ecossistema, por inúmeros mecanismos de *affordance* (“propiciamento”) e adaptação. Como informa Paiva (2010, p. 2), o termo *affordance*

foi cunhado por Gibson (1986) a partir do verbo *afford*, que significa produzir, fornecer, dar, causar, proporcionar, conferir, oferecer, propiciar, ter os meios ou recursos para. [...] Com esse conceito, Gibson pretendia nomear alguma coisa que se referisse tanto ao ambiente quanto ao animal, implicando a complementaridade entre o animal e o ambiente. Ele exemplifica essa complementaridade com o formato das superfícies terrestres. Dependendo do tipo de superfície, o animal ou o homem tem um tipo diferente de propiciamento: andar em uma trilha na floresta, deitar na grama, nadar no mar, cair em um buraco etc. Além disso, o homem modifica essa superfície (cortando, limpando, pavimentando) para modificar os propiciamentos.

Alguns argumentos bastante pertinentes de Paveau (2021 [2017]) para propor um hibridismo das ações humanas e tecnológicas digitais consistem em que, não apenas a produção discursiva, mas também a recepção, nos textos digitais nativos, envolve gestos de uma “escrileitura” na *internet*, como clicar, descer a barra de rolagem, teclar. Além disso, uma das propriedades fundamentais da tecnodiscursividade é sua dimensão relacional, que, por meio de

links técnicos e da rastreabilidade, possibilita aos textos uma ligação quase infinita e imprevisível com outros.

Os esquemas mentais são amplamente produto das relações com o ambiente e a vida social do sujeito, por isso a cognição distribuída, na acepção defendida por Paveau (2021 [2017]), não pode mais ser reduzida aos discursos emitidos e às suas condições sócio-históricas de produção, recepção e circulação; ela deve integrar também as ferramentas da tecnodiscursividade e todo o ambiente digital, com suas funcionalidades.

Ao propor uma cognição distribuída, Paveau (2013 [2006]) sai tanto de uma visão de cognição mais estrita, focada no indivíduo, quanto de uma visão mais coletiva e determinante. A autora adere à ideia de que há memória não apenas nos indivíduos, e não apenas entre eles, mas também no meio e nos artefatos, em tudo aquilo que compõe o ambiente e que entra em inter-relação, numa perspectiva ecológica da linguagem.

Poderíamos pensar que a cognição é também distribuída em interações que envolvem interlocutores não-humanos, não apenas porque se estende aos artefatos físicos e às funções possibilitadas pelos comandos para os quais são programadas, mas porque as tecnologias da Inteligência Artificial estão cada vez mais aptas a tomarem decisões que podem não depender da intencionalidade do humano. Por exemplo, em uma interação entre um humano e o ChatGPT, ambos podem convocar a memória compartilhada entre homem e máquina para gerar um melhor entendimento e para reduzir a repetição de palavras, otimizando a comunicação, como tem sido demonstrado por Martins (2024), em sua tese. Nessas interações, a seleção dos referentes em rede e da organização tópica na conversa encadeada no ChatGPT com o humano pode atender a decisões dessa Inteligência Artificial (Martins, 2024).

3 As propriedades do pré-discurso

Existe uma espécie de “distribuição colaboradora”, segundo Paveau (2013 [2006]), em relação a aspectos sociocognitivos, ao estender os agentes de distribuição a elementos não-artefaturais, como os sentimentos ou os valores, e também a processos de transmissão sincrônica e diacrônica de quadros pré-discursivos coletivos (conhecimentos enciclopédicos, crenças, emoções, percepções). Para a autora, o pré-discurso não é inteiramente equivalente a noções já definidas pelas análises do discurso, como “memória coletiva”, “memória (inter)discursiva”, dentre outras, porque contém cinco propriedades que lhe dão um diferencial:

- a) *Coletividade* – uma coelaboração entre o indivíduo e a sociedade, porque há uma apropriação pelo indivíduo das verdades do senso comum.

Os textos, que são individuais, como enunciados únicos e irrepetíveis, são constrangidos, claramente, por valores e crenças compartilhados pela sociedade em que o indivíduo está inserido. Paveau (2013 [2006]) fala em “coelaboração” entre cognição individual

e cognição social para salientar a tese de que os pré-discursos coletivos são filtrados pela apropriação do locutor. Compõe o senso comum um conjunto de conhecimentos, valores e crenças amplamente compartilhados por uma dada sociedade. São saberes e crenças adquiridos ao longo da socialização e que são internalizados pelos indivíduos como parte de seu repertório cognitivo e discursivo. Como afirma a autora:

Na verdade, os pré-discursos não estão arquivados nas máximas ou nos enunciados estereotipados repetíveis, porque são, materialmente, fixados: ao contrário, circulam sob as diversas formas expressas pelos locutores a partir de sua apropriação dos quadros coletivos (Paveau, 2013, p.131).

Ao se apropriar das verdades do senso comum, o indivíduo as utiliza como base para seus próprios usos. Temos mostrado como elas podem influenciar a forma como o locutor argumenta, constrói sentidos e se comunica com os outros. Pré-discurso não é o próprio uso, pois isso já seria do âmbito do discurso; também não é a memória interdiscursiva em si, mas os modos individuais e coletivos de apropriação das anterioridades, ou seja, antes mesmo de o texto ser efetivamente produzido. Por isso, a propriedade pré-discursiva de coletividade não implica uma simples reprodução acrítica das verdades estabelecidas, porque o indivíduo também exerce seu papel ativo na construção do discurso, reinterpretando, adaptando e ressignificando as verdades adquiridas coletivamente de acordo com suas próprias experiências individuais, perspectivas e intenções comunicativas.

Para ilustrar essa propriedade, podemos pensar em um tema como a igualdade de gênero, em torno do qual gravitam valores relacionados a papéis de gênero, estereótipos e normas sociais que foram internalizados pela maioria das pessoas. Dessa forma, pode haver a crença de que certas profissões são mais adequadas para homens ou mulheres, que os cuidados domésticos são responsabilidade das mulheres ou que homens devem ser mais assertivos, dominantes etc. Quando um locutor participa de uma discussão sobre igualdade de gênero, ele reelabora, à sua maneira, essas concepções do senso comum que foram internalizadas ao longo de sua socialização e de sua história de vida, o que certamente condicionará suas formas de perspectivar suas escolhas referenciais e seus modos de se posicionar nos textos. No entanto, esse mesmo locutor também pode pensar diferente e reinterpretar o senso comum. Ele pode questionar e desafiar esses estereótipos de gênero, argumentando em favor de uma repartição igualitária de tarefas domésticas, defendendo a igualdade de oportunidades profissionais ou promovendo a desconstrução de normas de comportamento baseadas em gênero. A colaboração entre o indivíduo e a sociedade na formação dos discursos ocorre por meio da apropriação, questionamento e transformação das verdades estabelecidas.

- b) *Imaterialidade* – os pré-discursos não se inscrevem diretamente na materialidade discursiva, eles imprimem nela marcas indiretas (o que Paveau (2013 [2006]) chama de “apelo aos pré-discursos”).

Como dissemos, os pré-discursos não são explicitamente mencionados, porque não correspondem aos usos discursivos em si. Mas é possível inferir sua influência por marcas

indiretas deixadas nos textos. Paveau (2013 [2006]) cita como possíveis marcas indiretas elementos linguísticos que denunciam estereótipos, identidades e outras representações sociais. Em linguística textual, propomos reconhecê-las por alguns de nossos critérios de análise, como por processos referenciais e por recursos intertextuais. Essas marcas podem ser sutis e passarem despercebidas, mas com certeza terminam por interferir na interpretação e na produção dos textos. O “apelo aos pré-discursos” mencionado por Paveau (2013) refere-se à maneira como os pré-discursos são convocados ou evocados no discurso, mesmo sem serem explicitamente mencionados. Essa convocação ocorre através dessas marcas indiretas, que ativam “as verdades” estabelecidas na mente dos interlocutores. Por exemplo, em um discurso político sobre a importância da segurança nacional, certas palavras como “ameaça”, “proteção” e “defesa” podem ser utilizadas de forma estratégica para evocar o pré-discurso. Diríamos, em linguística textual, que são expressões que colaboram para a construção de referentes como a necessidade de um estado forte e a proteção dos interesses nacionais. Para nós, esses termos não mencionam explicitamente os pré-discursos, mas evocam referentes associados a posicionamentos discursivos e engajam o outro.

- c) *Transmissibilidade* – a coletividade se desdobra sobre dois eixos: diacrônico e sincrônico. No sincrônico, há a construção, a difusão e a circulação dos quadros de saber e de crença; no diacrônico, há a transmissão no tempo.

Essa propriedade destaca que os pré-discursos são transmitidos e compartilhados tanto ao longo do tempo (diacronicamente) quanto no presente, em um recorte temporal (sincronicamente). No eixo sincrônico, Paveau (2013 [2006]) enquadra os chamados conhecimentos “compartilhados”, a que a autora prefere denominar de “distribuídos”. Os quadros pré-discursivos de saber e de crença são moldados e compartilhados coletivamente, e essa partilha ocorre no presente, em cada contexto de atualização. Por exemplo, no âmbito científico, há a construção de conhecimentos por meio de pesquisas, publicações e debates, que são distribuídos entre os professores e a comunidade acadêmica. Esses conhecimentos científicos são difundidos e circulam na sociedade por meio de conferências, artigos científicos, livros e outros meios de divulgação. Segundo a autora, a transmissibilidade sincrônica envolve a construção e a disseminação desses quadros de saber nas atualizações de uso, contribuindo para a formação de opiniões e para o desenvolvimento de práticas sociais. No eixo diacrônico, temos a transmissão dos pré-discursos ao longo do tempo. Isso significa que as verdades estabelecidas pela sociedade são transmitidas de geração em geração, intervindo nas percepções, nas atitudes e nas práticas ao longo do tempo. Os pré-discursos são herdados e perpetuados culturalmente, influenciando as formas de pensar e agir em diferentes épocas. Podemos pensar que as tradições culturais, os valores familiares e as normas sociais são transmitidas de pai para filho, de uma geração para outra, em uma diacronia que contribui para uma certa continuidade e para a manutenção de certas estruturas de poder.

- d) *Experimentalidade* – os pré-discursos coletivos são organizadores da experiência que constroem e pré-constroem ao mesmo tempo.

Na experimentalidade, os pré-discursos, estabelecidos pela sociedade, influenciam até mesmo o modo como acreditamos experienciar o mundo, o modo como percebemos e interpretamos situações e eventos. Os pré-discursos atuam como estruturas de referência que nos fornecem um conjunto de filtros cognitivos pelos quais processamos e organizamos nossa experiência. Por exemplo, se uma pessoa cresce em uma sociedade que valoriza a ideia de sucesso baseada em bens materiais, ela pode internalizar esse pré-discurso e passar a interpretar suas experiências à luz desse padrão. Suas escolhas e ações podem ser influenciadas, por exemplo, pela crença de que a aquisição de riqueza é um indicador de sucesso e felicidade, pré-construindo, em alguma medida, a experiência. Para Paveau (2013 [2006]), antes mesmo de vivenciarmos uma determinada situação, já temos um conjunto de concepções e expectativas determinadas pelos pré-discursos. Por exemplo, se alguém é exposto repetidamente a narrativas ilustrativas de que certos grupos sociais são perigosos, essa pré-construção discursiva pode afetar sua percepção e comportamento em relação a membros desses grupos, mesmo que não tenha tido experiências diretas que justifiquem essa visão ou atitude.

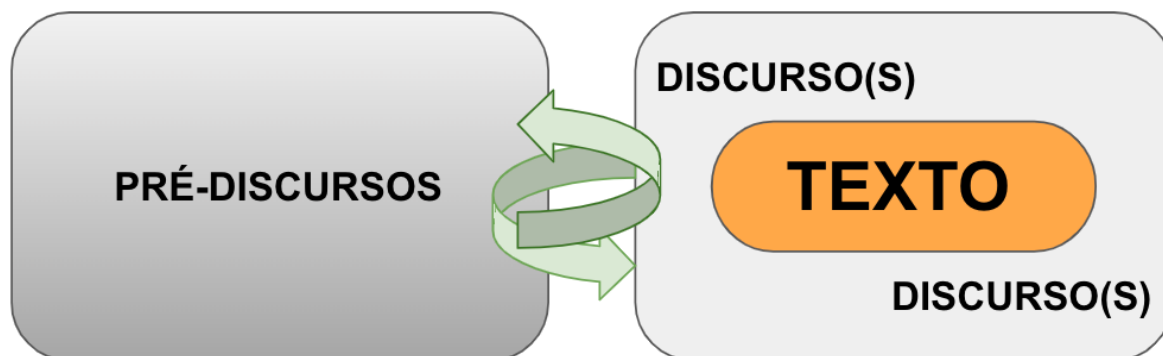
- e) *Intersubjetividade* – as verdades são apenas aproximadas e relativas, por isso só há interpretações de verdades, situacionalmente construídas. São modos de evidência perceptiva, como propõe Rabatel (2005). Os saberes não são apenas relativos: eles são adaptáveis.

Ao falar sobre a intersubjetividade em relação aos pré-discursos, Paveau (2013 [2006]) afirma que os saberes e as crenças não são apenas relativos, mas adaptáveis, considerando que os critérios de verdade e os pré-discursos são situacionalmente construídos, isto é, dependem dos parâmetros da situação. A autora ressalta a relação entre a intersubjetividade dos interlocutores, na medida em que, nas interações, eles adotam os comportamentos adequados a cada uma delas. Assim, não há algo apenas de sobredeterminado, nem algo apenas de individualizado, mas há saberes e crenças que são aprendidos e filtrados pelos indivíduos e pelos grupos, em cada situação particular.

4 Reflexão analítica

As considerações que tecemos até o momento nos conduzem a um quadro de retroalimentação entre o que é pré-discursivo e interdiscursivo, e ambos são convocados e filtrados na cognição distribuída, individual e coletiva (Figura 1).

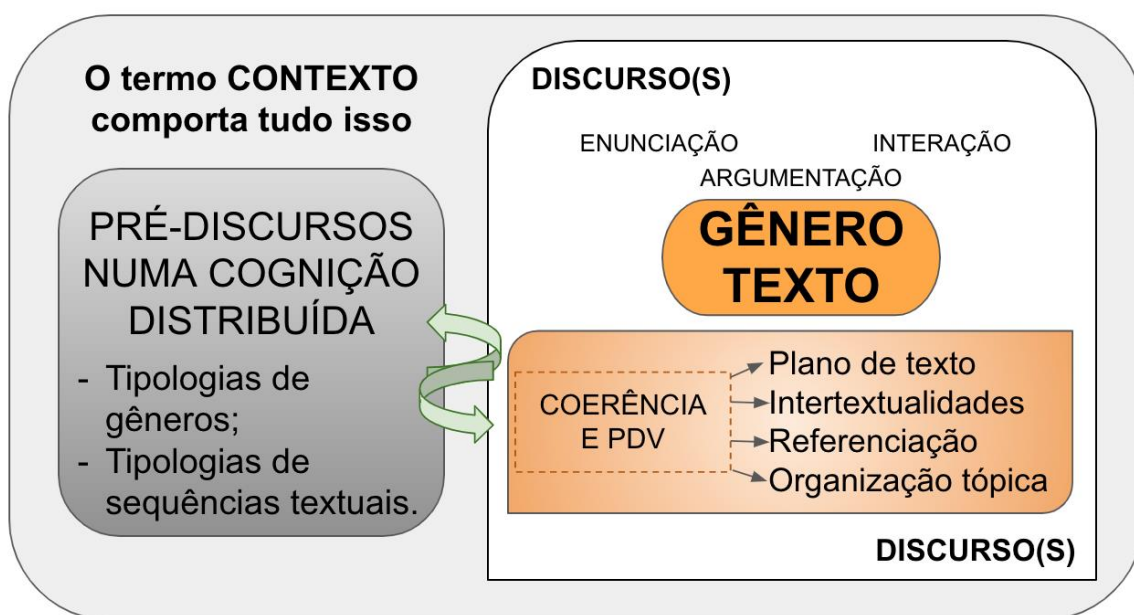
Figura 1. Pré-discursos e texto



Fonte: elaboração própria.

A construção colaborativa e coelaborativa do texto presume a negociação permanente dos participantes engajados no circuito comunicativo. As tentativas de influência do locutor/enunciador principal, que gerencia os pontos de vista de algum modo flagráveis, dão ao texto, qualquer que ele seja, uma dimensão argumentativa (Amossy, 2018).

Figura 2. Pré-discursos na análise textual



Fonte: elaboração própria.

Os critérios analíticos da linguística textual, como gênero, modos de enunciação, plano de texto, intertextualidades, referenciação e organização tópica, são examinados tendo em vista sua motivação argumentativa, mas supondo os pré-discursos e os embates interdiscursivos na

cognição distribuída. As normas, crenças e valores compartilhados em uma determinada cultura ou grupo podem influenciar a forma como os argumentos são construídos, como a enunciação é realizada, como a interação é estabelecida e como o texto é organizado. Essa abordagem amplia nossa compreensão dos sentidos no texto, reconhecendo a influência dos fatores sociais, culturais e contextuais mais amplos na construção conjunta (Figura 2).

A Figura 3 a seguir revela como, no contexto do racismo estrutural no Brasil, os pré-discursos desempenham um papel importante na percepção e na perpetuação de estereótipos, preconceitos e desigualdades raciais.

Figura 3. Pra que isso, mãe?



Fonte: <https://www.otempo.com.br/charges/charge-o-tempo-22-09-2019-1.2239876>.

Tendo em conta o padrão relativamente estável do gênero charge e por sua função satírica, é possível reconhecer o posicionamento crítico do locutor/enunciador principal ao racismo estrutural expresso nas imagens. Nesta charge de Duke, por exemplo, temos o referente introdutório mãe, manifestado desde o título, mas confirmado e recategorizado pelo desenho da mãe preta, puxando pela mão a filha igualmente preta, e pela fala da menina, usando o dêitico pessoal “mãe”. A expressão facial da filha contém traços representacionais que configuram o referente de espanto, o qual é reforçado pelas interrogações triplas. O referente de constrangimento da menina, exposta ao público com placas que nomeiam, desnecessariamente, não somente a ela, como “menina”, mas também aos objetos que ela porta, formam as redes referenciais que opõem pontos de vista, todos gerenciados pelo locutor da charge. A filha expressa o sentimento e a emoção da vergonha e, ao mesmo tempo, contesta a atitude com a pergunta “pra que isso, mãe???”. A contestação em si já demonstra a oposição de pontos de vista na enunciação das personagens. Mas a enunciação maior, que se dá entre o locutor da charge e o público leitor, por meio da encenação interior das personagens, denuncia o embate entre pontos de vista de dois discursos distintos.

O chargista convoca, a seu modo, pré-discursos sobre as dificuldades e o medo cotidiano enfrentado por pessoas pretas no Brasil, principalmente aquelas que vivem nas periferias das grandes cidades. O que poderia ser uma ação corriqueira, mostrada pelo referente “levando a criança para a escola”, é retratado pela cena como um momento de constrangimento da filha e de grande medo para a mãe preta. A filha está adornada com três placas de aviso: “Mochila”, “Criança” e “Merendeira”. Quando questionada pela filha sobre o motivo das placas, a mãe responde que é para evitar ser confundida com um bandido. A rede referencial em torno de escola, mãe de aluno e família corre agora, paralelamente, à rede referencial de bandidagem, perigo, violência e injustiça social.

Nota-se que os referentes dos anafóricos mochila, criança e merendeira são também fenômenos dêiticos, porque exibem aos passantes a designação desses objetos. É importante ressaltar o apontar através de uma seta vermelha, anunciando que isso que a menina leva nas costas é uma mochila, e que a bolsinha é apenas uma merendeira, e não uma arma ou objetos furtados. Por meio da cena inusitada, o chargista grita seu ponto de vista de indignação contra o racismo e a injustiça social. A menina é só uma criança e não deve ser confundida com um “bandido”.

Essa representação verbo-imagética dos pré-discursos ligados a preconceito e discriminação é filtrada pelo chargista em negociação com o público que interpreta o texto. Sustentando um ponto de vista que contradita o discurso de quem aceita naturalmente essa situação ou que a provoca, o locutor/enunciador destaca o pré-discurso dessa realidade vivenciada por muitas pessoas pretas no país, que constantemente são associadas a estereótipos negativos. A mãe coloca as placas de aviso na filha como uma estratégia de proteção para evitar que ela seja alvo de suspeitas ou que seja tratada injustamente com base em estereótipos raciais.

A cena é confirmada também intertextualmente pelas alusões amplas a cenas cotidianas de medo e violência enfrentadas pelos cidadãos. Pode aludir, por exemplo, a um incidente ocorrido em 2018 na favela Chapéu Mangueira, no Rio de Janeiro. Nesse caso, R. A. da S. S., de 26 anos, foi fatalmente baleado por policiais da UPP ao ter seu guarda-chuva confundido com um fuzil enquanto descia a ladeira, carregando também um celular e um canguru para transportar seus filhos. Testemunhas relataram a confusão dos policiais, que acreditaram erroneamente que o guarda-chuva era um fuzil e que o "canguru" era um colete à prova de balas. O equívoco resultou em três disparos fatais. Outra evidência desse tipo de violência se deu em maio de 2010, em Andaraí, zona norte do Rio de Janeiro, quando um policial do Bope confundiu uma furadeira com uma arma, o que levou à morte do morador H. R., que apenas pregava uma lona em seu terraço. As alusões amplas podem ser inúmeras.

Frisamos ainda interseccionalidade, noção segundo a qual diferentes aspectos da identidade de uma pessoa, como classe social, gênero, etnia, raça e localização geográfica, se intersectam e podem afetar a forma como uma pessoa é percebida e tratada na sociedade. Essa perspectiva destaca que as experiências de discriminação e desigualdade não são isoladas, mas estão interconectadas e podem se acumular, agravando as dificuldades enfrentadas pelas

peças que não se encaixam em determinados padrões sociais, como pessoas gordas, pessoas deficientes, pessoas gays, pessoas trans, pessoas queer etc.

A charge aborda a questão da discriminação racial, evidenciando como a cor da pele pode levar a um tratamento desigual e a um constante sentimento de insegurança para as pessoas pretas. Ela também alerta para as dinâmicas de poder existentes na sociedade, em que certas características, como a cor da pele, são usadas para estigmatizar e marginalizar grupos específicos.

Além disso, os pré-discursos presentes na sociedade brasileira, como a ideologia do branqueamento, a hierarquia racial e a negação do racismo, também podem influenciar as representações do racismo nas charges. Esses pré-discursos moldam as percepções coletivas e as atitudes em relação às questões raciais, afetando a forma como o racismo é retratado e compreendido.

Em resumo, analisar a relação de pré-discursos com discursos dentro de um dado texto, para a linguística textual, é contemplar, dentre outros, três importantes critérios analíticos mostrados no exemplo:

1. Plano de texto:

- A decisão do locutor pelo gênero charge.
- A escolha pela sequência narrativa.
- A escolha do tópico, retratando uma criança e uma mãe pretas indo para a escola, e o risco de serem confundidas com bandidos.
- A orientação argumentativa: a indignação ante o racismo e o medo da violência.

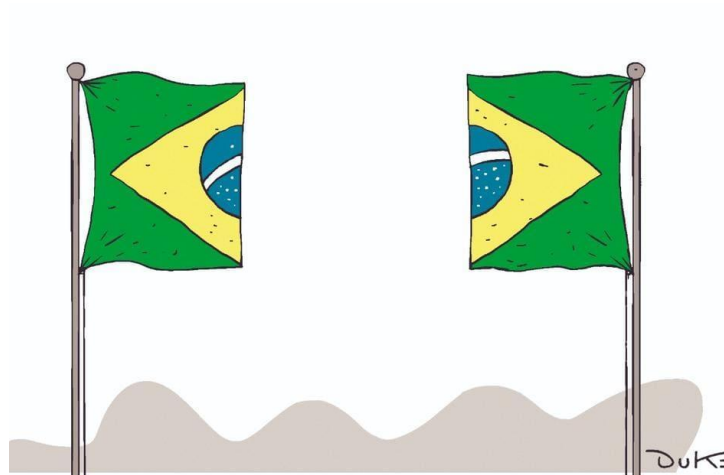
2. Intertextualidade:

- Apelo a alusões amplas a cenas cotidianas de medo e violência.

3. Referenciação:

- Construção de objetos de discurso perspectivados pelos pontos de vista: imagens estereotípicas da mãe e da filha preta, as placas de identificação, a expressão de medo.

Figura 4. O tempo



Fonte: <https://www.otempo.com.br/charges/charge-o-tempo-03-10-2022-1.2744087>.

A Figura 4, também uma charge de Duke, mostra a bandeira do Brasil partida em duas em 2022, ano da disputa eleitoral no Brasil. O texto faz uma reflexão sobre o clima de polarização nas urnas eletrônicas entre a extrema direita de Jair Bolsonaro e a esquerda do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A polarização social e a dicotomização de teses opostas faz parte de todo processo democrático de direito (Amossy, 2018), principalmente em uma sociedade como a brasileira, que sofreu todo tipo de desrespeito e aviltamento por ter sido governada durante quatro anos por um governo de extrema direita.

Essa divisão do Brasil em dois fica bastante evidente nesse tecnogênero charge, praticado nas interações dos ecossistemas digitais. O referente expresso no título “O tempo” faz alusão à presença de vários elementos culturais, sócio-históricos e ideológicos que influenciam na interpretação dos sentidos do texto, constituindo a rede referencial de extrema direita, fascismo, a fim de sustentar o ponto de vista de que a democracia está em risco, de que o oponente se apropriou de um símbolo nacional e de que a esquerda é radicalmente contra o discurso ali representado.

Podemos mencionar vários pré-discursos nesta charge, como a apropriação do símbolo nacional quando o grupo político da extrema direita, cujo ponto de vista o locutor/enunciador primeiro, o chargista, acusa por usar o símbolo nacional de nossa bandeira brasileira para promover suas ideias e agendas políticas. A extrema direita é um posicionamento político que se caracteriza por uma ideologia conservadora, nacionalista e, em alguns casos, populista; o fascismo é uma construção pré-discursiva que diz respeito ao regime político autoritário e nacionalista, que se caracteriza pela concentração de poder nas mãos de um líder forte e pela supressão de oposições políticas.

O chargista põe em destaque a rede referencial ligada ao ponto de vista a que ele próprio se assimila: “a democracia está em risco”. Ele alude à preocupação de que os princípios democráticos estejam ameaçados ou enfraquecidos por um governo fascista, que faz erodirem os direitos civis e os direitos políticos, fortalecendo movimentos antidemocráticos.

O padrão relativamente estável do gênero charge refere-se às características recorrentes e esperadas desse tipo de produção satírica, como o uso de imagens, humor e crítica social. A sequência textual descritiva dominante indica que a charge segue um formato que descreve visualmente uma determinada situação comunicativa. O locutor se posiciona como sujeito, estabelecendo um interlocutor e assumindo um ponto de vista, o de que nosso símbolo maior de república está partido e sendo ameaçado. Para isso, elementos visuais, como as cores da bandeira, expressam a indignação de que estão sendo usadas com fins fascistas.

Desse modo, o contexto é um importante conceito que engloba todos esses aspectos discutidos, como os pré-discursos, o padrão do gênero charge, a enunciação, as construções referenciais e os processos intertextuais na interatividade tecnodiscursiva.

Reforçamos os três grandes critérios da análise em linguística textual na charge “O tempo”, o plano de texto, a sequência descritiva os processos intertextuais e referenciais, como importantes gatilhos para a construção e interpretação dos sentidos do texto na prática discursiva.

1. Plano de texto:

- A decisão do locutor pelo gênero charge indica a escolha de uma forma visual e satírica para abordar o tema em questão.
- A sequência descritiva sugere que a charge pode apresentar uma série de elementos que são retratados visualmente.
- O tópico retratado na charge foi a divisão política do país e o ultraje à bandeira usado pela direita, possivelmente dividida como um gesto de protesto.
- A orientação argumentativa pode estar relacionada à constatação da divisão existente ou à indignação com a governança de extrema direita no país e a polarização causada na polêmica política.

2. Intertextualidade:

- A intertextualidade pode envolver referências à bandeira, símbolos nacionais ou outros elementos culturais relevantes.
- Também pode haver alusões a uma nacionalidade desrespeitada, fazendo referência a eventos ou situações específicas que estão em discussão.

3. Referenciação:

- A referenciação é a forma como os objetos de discurso são perspectivados pelos pontos de vista presentes na charge, como a representação visual do traço da bandeira, retratando-a de forma dividida. A cisão da população e o dissenso total nas eleições de 2022 também foram representados visualmente para destacar o tema da divisão política.

Além disso, o locutor também instaura o interlocutor, que é o leitor da produção da charge. O locutor da charge se institui como sujeito, instaura o interlocutor, assimila-se a um ponto de vista e gerencia outros. Os interlocutores podem ser os usuários das redes sociais, o leitor, o público-alvo ou uma figura específica representada na própria charge. O locutor direciona sua mensagem para esse interlocutor, buscando alcançar um determinado efeito comunicativo.

Conclusão

Neste artigo, buscamos mostrar a relação entre os pré-discursos e o funcionamento textual, destacando como eles se manifestam nas interações, se atualizando no acontecimento do texto. Ficou evidente que os conhecimentos, crenças, opiniões e identidades, tanto gerais quanto específicas, podem surgir e se adaptar às situações de comunicação, considerando a relação entre os interlocutores inseridos em um contexto sócio-histórico e cultural mais amplo. Essa perspectiva enfatiza a intersubjetividade, que demonstra as idiossincrasias, revelando as particularidades de cada texto e confirmando a ideia de que os pré-discursos são adaptáveis, além de relativos. Uma vez que na coletividade ocorre uma apropriação da doxa pelo indivíduo, ou seja, verdades do senso comum que são adquiridas ao longo de sua experiência de vida, as verdades são relativas, sendo modos de percepção e evidência, tal como foi defendido por Rabatel (2005).

Demonstramos a interdisciplinaridade entre os estudos do discurso e os estudos do texto ao analisar como, no evento textual, os interlocutores convocam e selecionam os pré-discursos, numa cognição distribuída, ajustando-os ao jogo de pontos de vista expressos de forma referencial e intertextual e organizando-os de diferentes modos no texto. A perspectiva de cognição distribuída é, com efeito, bastante adequada aos pressupostos que assumimos em Linguística Textual porque respalda a concepção de pré-discursos, de Paveau, como "quadros de saber, de crença e de prática que não estão disponíveis apenas no espírito dos indivíduos e na cultura dos grupos (é sua natureza representacional), mas estão distribuídos, no sentido cognitivo desse termo, nos ambientes materiais da produção discursiva (sua natureza prática e mesmo técnica)" (Paveau, 2006, p. 318).

Assim, o contexto desempenha um papel crucial na compreensão desses elementos discutidos, incluindo os pré-discursos, o padrão do gênero, os modos de enunciação, as modalidades argumentativas e os demais recursos de textualização, como a referenciação e as intertextualidades.

Financiamento

Mônica Magalhães Cavalcante agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa – 1D.

Mariza Angélica Paiva Brito agradece à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e à Inovação Tecnológica – BPI.

Mayara Arruda Martins agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa de doutorado.

Referências

AMOSSY, R. *A argumentação no discurso*. Coord. de trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. Trad. Angela M. S. Corrêa et alii. São Paulo: Contexto, 2018.

AMOSSY, R.; PIERROT, A. H. *Estereótipos e Clichês*. Tradução: Mônica Magalhães Cavalcante et al. São Paulo: Contexto, 2022.

ARENDT, H. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CAVALCANTE et al. *Linguística Textual: conceitos e aplicações*. Pontes Editores. 2022.

HANKS, W. F. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. BENTES, A. C.; RESENDE, R. C.; MACHADO, M. A. R. (Org.). São Paulo: Cortez, 2008.

HUTCHINS, E. *Distributed cognition*. In: International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences. Elsevier Science, 2000.

LIPPMANN, W. *Opinião Pública*. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2008.

MARTINS, M. A. *Tecnotextualidade e campo dêitico digital: aspectos interacionais e enunciativos*. Tese de doutorado. Fortaleza, 2024.

PAIVA, V. L. M. O. *Propiciamento (affordance) e autonomia na aprendizagem de língua inglesa*. In: LIMA, D. C. *Aprendizagem de língua inglesa: histórias refletidas*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010. <https://jornal.usp.br/atualidades/o-que-esperar-da-politica-da-economia-e-de-outros-temas-vitais-ao-brasil-em-2022/>.

PAVEAU, M-A. *Os pré-discursos: sentido, memória, cognição*. Trad. G. Costa, D. Massmann. Campinas: Pontes, 2013 [2006].

PAVEAU, M-A. *Análise do Discurso Digital: dicionário das formas e das práticas*. Org. da trad. Júlia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. 1 ed. Campinas: Pontes Editores, 2021 [2017].

RABATEL, A. *Effacement énonciatif et argumentation indirecte*. On perceptions', 'on-représentations' et 'on-vérités dans les points de vue stéréotypés. In: Raccah, P.-Y. (dir.), *Signes, langues, cognition*, Paris, L'Harmattan, p. 87-118. 2005.

SEIXAS, R. *Entre a retórica do impeachment e a do golpe: análise do conflito de lógicas argumentativas na doxa política brasileira*. 2019. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

LINHA D'ÁGUA

SILVA, M. P. *A manifestação referencial dos estereótipos sobre a mulher na construção persuasiva de anúncios de cerveja*. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção. 2022.

SOARES, M. S. *Estratégias argumentativas e anterioridades - uma análise textual*. In: Seminário Internacional de Estudo sobre Discurso e Argumentação (SEDiAr), 2023, São Paulo.

Artigo / Article

Discurso digital e divulgação científica no *Twitter*: análise da heterogeneidade tecnoenunciativa em tuíte reunido pela hashtag #divulgaçãocientífica

Digital discourse and scientific dissemination on Twitter: analysis of technoannouncement heterogeneity in tweet gathered by the hashtag #divulgaçãocientífica (#scientificdissemination)

Eduardo Glück 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
eduardogluck@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5032-9582>

Maria Eduarda Giering 

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
eduardajg@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8098-4238>

Recebido em: 06/08/2023 | Aprovado em: 15/12/2023

Resumo

Este artigo apresenta resultados parciais da tese de Glück (2024). O referido estudo objetivou investigar o fenômeno da heterogeneidade tecnoenunciativa, em particular o tecnodiscurso relatado, e sua implicação para a ação de divulgar a ciência, em um tuíte de divulgação científica reunido a partir da hashtag #divulgaçãocientífica. Do ponto de vista teórico, apresentam-se conceitos da Análise do Discurso Digital, consoante Marie-Anne Paveau, bem como postulações de Sophie Moirand acerca da extensão de *corpora* em ambiente digital. A análise do tuíte gerado consistiu nas seguintes etapas: (i) geração dos dados para análise, na temática da divulgação científica; (ii) descrição do tuíte dos dados gerados, a partir do ecossistema *Twitter*; (iii) identificação das estratégias de materialização de heterogeneidade tecnoenunciativa, via Paveau; (iv) considerações acerca da materialização do fenômeno da heterogeneidade tecnoenunciativa e sua implicação para a divulgação científica. A análise corrobora o fato de que os discursos digitais nativos são de ordem tecnolinguageira, num verdadeiro compósito a partir de uma perspectiva ecológica, simétrica e pós-dualista.

Palavras-chave: Tecnodiscursividade • *Twitter* • Linguística Textual • Heterogeneidade Tecnoenunciativa • Divulgação científica

LINHA D'ÁGUA

Todo conteúdo da *Linha D'Água* está sob Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0.

Abstract

This article presents partial results of Glück's thesis (2024). The study aimed to investigate the phenomenon of technoenunciative heterogeneity, in particular the reported technodiscourse, and its implications for science communication action in a scientific dissemination tweet gathered from the hashtag #divulgaçãocientífica. From a theoretical point of view, Digital Discourse Analysis concepts are presented, according to Marie-Anne Paveau, as well as Sophie Moirand's postulations about corpora extension in a digital environment. The analysis of the tweet generated consisted of the following steps: (i) generation of data for analysis on the topic of science dissemination; (ii) description of the tweet from the data generated from the Twitter ecosystem; (iii) identification of strategies for materializing technoenunciative heterogeneity, via Paveau; (iv) considerations about the materialization of the phenomenon of technoenunciative heterogeneity and its implication for scientific dissemination. The analysis corroborates the fact that native digital discourses are of a technolinguistic nature, in a true composite from an ecological, symmetrical, and post-dualist perspective.

Keywords: Technodiscursivity • Twitter • Textual Linguistics • Technoenunciative Heterogeneity • Scientific Dissemination

Introdução

Este artigo apresenta resultados parciais da tese de Glück (2024), defendida em 2024, baseada na Análise do Discurso Digital (doravante ADD), construída no âmbito de uma investigação acerca do fenômeno do discurso relatado digital em um *corpus* de tuítes de divulgação da ciência reunidos pela *hashtag* #divulgaçãocientífica¹. O referido estudo objetivou investigar o fenômeno da heterogeneidade tecnoenunciativa, em particular o tecnodiscurso relatado, e sua implicação para a ação de divulgar a ciência, em um tuíte de divulgação científica reunido pela *hashtag* #divulgaçãocientífica. Em seu contexto mais amplo, a investigação compreende descrição, análise e interpretação de um *corpus* composto por tuítes de divulgação científica, publicados no ecossistema *Twitter* por diferentes divulgadores e divulgadoras científicos no Brasil.

Para fins deste artigo², apresentamos um recorte da tese de Glück (2021), mais especificamente uma análise de um tuíte dos dados gerados em seu estudo, levando em conta tanto a realidade tecnodiscursiva dos tuítes em questão, quanto os procedimentos de análise

¹ Trata-se da tese de doutorado de Glück, defendida em 2024, sob orientação de Giering. O referido estudo, intitulado *A heterogeneidade tecnoenunciativa no ecossistema Twitter em um conjunto de tuítes reunidos pela hashtag #Divulgação Científica*, realiza-se no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Unisinos (PPGLA) e vincula-se ao grupo de pesquisa Comunicação da Ciência: Estudos Linguístico-Discursivos (CCELD).

² Este estudo foi apresentado por Glück no encontro JADIS IX - CIED IV, que teve lugar nos dias 12, 13 e 14 de outubro de 2022, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob o mote: “Passado, Presente e Futuro: discutindo a relevância dos Estudos do discurso”.

adotados para a execução da pesquisa. Dessa forma, no presente trabalho, objetivamos investigar o fenômeno da heterogeneidade tecnoenunciativa, em particular o tecnodiscurso relatado, e sua implicação para a ação de divulgar a ciência, em um tuíte de divulgação científica reunido pela *hashtag* #divulgaçãocientífica.

Salientamos que esta investigação se justifica e mostra sua relevância para a grande área de Linguística na medida em que se debruça sobre um fenômeno tecnodiscursivo ainda pouco explorado nos estudos do Texto e do Discurso, a heterogeneidade tecnoenunciativa. Nesse escopo, investigar a heterogeneidade enunciativa em contexto digital é essencial para que se assumam que os diferentes enunciadores digitais sejam rastreáveis a partir de elementos marcadores de deslinearização (ou seja, próprios do discurso digital), como um *hiperlink*, e não do cotexto de um enunciado – isto é, no interior do discurso –, como é visto em corpora pré-digitais.

Para isso, valemo-nos, do ponto de vista teórico, de postulados da precursora da ADD, Marie-Anne Paveau (2013; 2014; 2016; 2021), sobretudo referentes à heterogeneidade tecnoenunciativa, e de investigações da linguista Sophie Moirand (2020) sobre a extensão da noção de pequenos *corpora* em ambiente digital.

Além desta seção de Introdução, o artigo compõe-se de mais três partes: (i) breve exposição dos postulados teóricos relacionados ao discurso digital e à heterogeneidade tecnoenunciativa, via Paveau (2021); (ii) percurso metodológico; (iii) análise de um dos tuítes gerados para a tese; e (iv) considerações finais.

1 Tecnodiscursividade e heterogeneidade tecnoenunciativa

Esta pesquisa ancora-se na Análise do Discurso Digital (ADD), proposta pela linguista francesa Marie-Anne Paveau. Desde 2013, Paveau desenvolve sua teoria ancorada no conceito de tecnodiscursividade. Para a linguista, investigar a tecnodiscursividade implica conceber um compósito entre linguagem e tecnologia, o qual é indissociável. Para desenvolver seus postulados, Paveau (2013; 2021) toma como base a noção de simetria, à luz de Bruno Latour (2012).

Com base em Latour (2012), Paveau (2013; 2021) presume o discurso digital no contexto de uma Linguística Simétrica. Consoante Latour (2012, p. 158), os objetos têm agência, que significa “estar associado de tal modo que fazem outros atores fazerem coisas”. É pensando nisso que Latour (2021) defende que os humanos e não humanos, em uma perspectiva simétrica, têm a mesma atenção e o mesmo *status*.

Baseado nesse postulado, a Linguística Simétrica visa romper com a dicotomia entre linguístico e extralinguístico, pois assume que os observáveis apresentam uma natureza

compósita³. Desse modo, em contexto digital, há um *continuum* entre linguageiro e não-linguageiro. A tecnologia digital não é considerada, portanto, como elemento extralinguístico. Daí a ADD optar por uma abordagem ecológica para estudo do discurso em ambiente digital, considerando igualmente dados materiais e técnicos. Trata-se de uma nova episteme, a partir da qual os analistas de Texto e Discurso, concebendo a ADD, realizam pesquisas numa perspectiva tecnodiscursiva, em diferentes ecossistemas digitais.

Dito isso, dentre os variados temas que concernem à tecnodiscursividade, ainda pouco explorados, está a *heterogeneidade tecnoenunciativa*, que diz respeito à coexistência de diferentes enunciadores digitais em um único fio enunciativo (Paveau, 2016). Segundo Paveau (2016, p. 15, tradução nossa),

Essa coexistência no mesmo fio de várias situações de enunciação não é sinalizada pelos processos de mudança de enunciação, tal como são identificados no discurso off-line (processos de heterogeneidade enunciativa como o discurso relatado, a citação, a intertextualidade, a evocação, a alusão); pode-se, portanto, vê-lo como um fenômeno de heterogeneidade tecnoenunciativa⁴.

Em outras palavras, investigar a heterogeneidade tecnoenunciativa é assumir que os diferentes enunciadores digitais são rastreáveis a partir de elementos marcadores de deslinearização (ou seja, próprios do discurso digital), como um *hiperlink*, e não do cotexto de um enunciado – isto é, no interior do discurso –, como é visto em *corpora* pré-digitais. Em suma, a heterogeneidade tecnoenunciativa se debruça sobre o tecnodiscurso relatado, que é a forma digital do discurso relatado (Paveau, 2014).

No âmbito da ADD, ao investigar o tecnodiscurso relatado no ecossistema *Facebook*, Paveau (2014; 2021) propõe três tipos de tecnodiscurso relatado: (i) tecnodiscurso relatado direto integral (TRDI) – quando o compartilhamento de um *post* citado, em sua totalidade, ocorre em um outro ecossistema por meio de um *post* citante; (ii) tecnodiscurso relatado resumidor (TRRes) – quando o compartilhamento de um *post* citante apresenta o resumo do *post* citado por meio da URL (*link*); e (iii) tecnodiscurso relatado repetidor (TRRep) – quando o discurso citado é copiado e compartilhado no discurso citante, por meio de um *post*. Tais tipos são explicados a seguir.

³ De acordo com Paveau (2021), a noção de composto refere-se à coconstituição do linguageiro e do técnico nos discursos digitais nativos. Isto é, trata-se da mescla entre linguagem e tecnologia digital. Uma *hashtag* ou uma *URL*, com função tanto técnica quanto linguageira.

⁴ “Cette coexistence dans le même fil de plusieurs situations d’énonciation potentielles n’est pas toujours signalée par les procédés de changement énonciatif tels qu’ils sont identifiés dans le discours hors ligne (procédés d’hétérogénéité énonciative comme le discours rapporté, la citation, l’intertextualité, l’évocation, l’allusion); il peut donc être vu comme un phénomène d’hétérogénéité techno-énonciative.”

2 Tecnodiscurso relatado direto integral

O primeiro tipo de tecnodiscurso relatado estudado por Paveau (2014; 2021) é o tecnodiscurso relatado direto integral (TRDI). Esse tipo ocorre quando há o compartilhamento de um enunciado digital, em sua totalidade, mediante uma janela de compartilhamento. Nesse compartilhamento, pode ou não haver ampliação de um comentário por parte do enunciador digital citante.

Para Paveau (2014, p. 4, tradução nossa, grifo nosso),

O tecnodiscurso citado é, então, compartilhado-relatado integralmente, com o conjunto de seus metadados, portanto, em parte, com seus contextos, sendo o todo verificável por um simples clique no espaço de produção inicial; esses dois fenômenos, a conservação do contexto e a verificabilidade da integridade ou 'fidelidade' (PLANE et al., 2013) distinguem-no fortemente do discurso relatado direto prototípico *off-line*.⁵

Esse postulado de Paveau (2014) vai ao encontro dos estudos de Maingueneau (2012) acerca do discurso relatado. Embora Maingueneau dedique-se aos estudos discursivos em *corpora off-line*, propõe a noção de *encenação* no discurso direto em contexto pré-digital. Para ele, não é possível ter acesso ao contexto real de produção do discurso citado, já que ele é transferido para o contexto do discurso citante. Essa afirmação assemelha-se ao tecnodiscurso relatado proposto por Paveau (2017; 2021).

Além de um compartilhamento direto integral de um *post* do *Facebook*, Paveau (2014; 2021) esclarece que há outros tipos pertencentes a um *post*. São alguns deles: (i) compartilhamento de conteúdo interno a uma rede (compartilhamento de status no *Facebook*, retuíte (RT) no *Twitter*); (ii) refixação de um alfinete (*pin*) de um assinante no *Pinterest*; (iii) integração de conteúdo em uma plataforma de curadoria (*Pearltrees*⁶, *Scoopit*⁷); e (iv) apropriação de conteúdo nessas plataformas (apropriação de uma *perl* de um assinante no *Pearltrees*; um conteúdo de um assinante no *Scoop.it*).

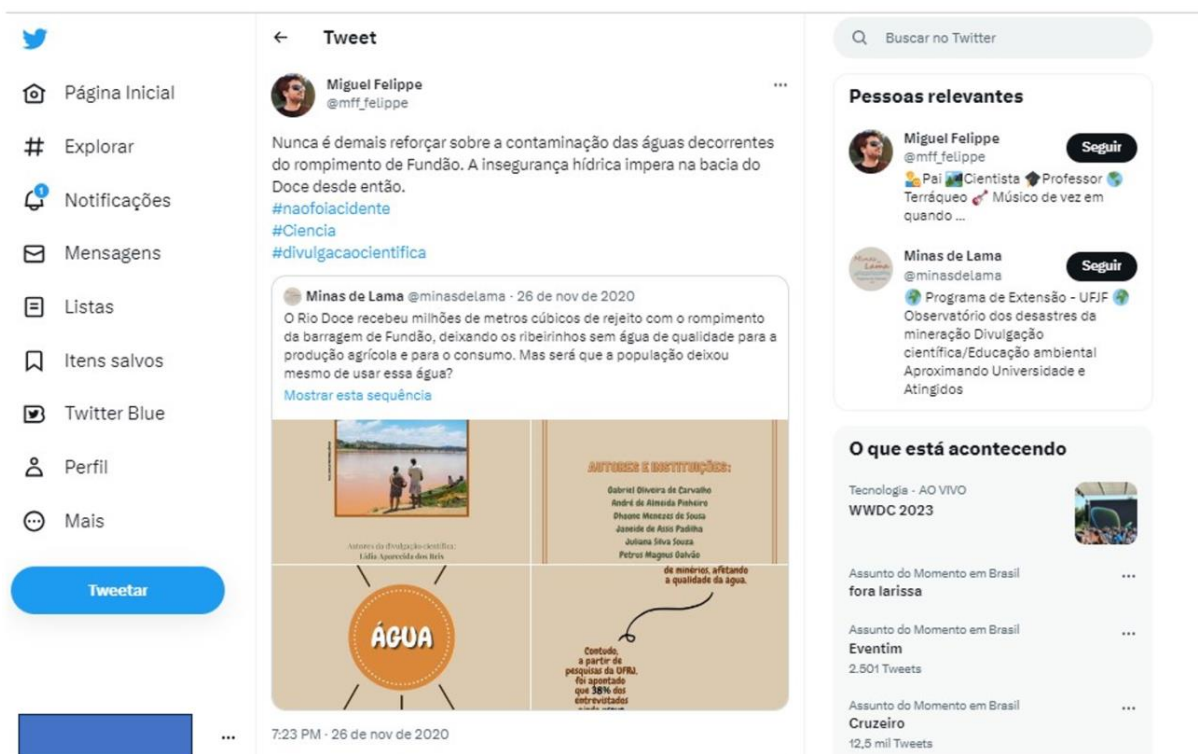
Na figura 1, mostramos um exemplo deste tipo de tecnodiscurso relatado.

⁵ “Le technodiscours cité est alors partagé-rapporté intégralement, avec l’ensemble de ses métadonnées, donc, en partie, de ses contextes, le tout étant vérifiable par simple clic sur l’espace de production initial; ces deux phénomènes, conservation du contexte et vérifiabilité de l’intégrité ou « fidélité » (Plane et al., 2013) le distinguent fortement du discours rapporté direct prototypique hors ligne”.

⁶ Trata-se de uma ferramenta de curadoria visual e colaborativa que permite aos usuários organizar, explorar e compartilhar qualquer URL que encontrarem *online*, bem como fazer *upload* de fotos, arquivos e notas pessoais.

⁷ Trata-se de um serviço de curadoria de conteúdo, e comercializa seu software de marketing de conteúdo para empresas.

Figura 1. Exemplo de TRDI



Fonte: Felipe (2020)⁸.

Como podemos ver no exemplo exposto na Figura 1, há um compartilhamento direto integral do tuíte de *Minas de Lama*, feito por Miguel Felipe. No exemplo, há a ampliação de um comentário de Felipe, com texto verbal e três *hashtags*. Trata-se de uma integridade ou fidelidade do tuíte de origem, um retuíte, característica desse tipo de tecnodiscurso relatado desenvolvido por Paveau (2014; 2021).

3 Tecnodiscurso relatado resumidor

O segundo tipo de tecnodiscurso relatado mencionado por Paveau (2014; 2021) é o tecnodiscurso relatado resumidor (TRRes). Esse tipo ocorre quando o compartilhamento de um *post* citante apresenta o resumo do *post* citado por meio da URL (*link*). Nesse compartilhamento, o *link* da URL pode estar no seu formato completo ou reduzido, bem como conter comentário do enunciador digital citante.

Na Figura 2, ilustramos com um exemplo esse tipo de tecnodiscurso relatado.

⁸ Disponível em: https://twitter.com/mff_felippe/status/1332087529852506112. Acesso em: 20 nov. 2020.

Figura 2. Exemplo de TRRes



Fonte: Fiocruz (2020)⁹.

Como vimos na Figura 2, há um *hiperlink* no tuíte feito pela Fiocruz (2020), o qual remete o escrileitor¹⁰ a um outro ecossistema. No final do *hiperlink*, há reticências, que mostram que o link está em seu formato reduzido. Trata-se, assim, de um TRRes.

4 Tecnodiscurso relatado repetidor

O terceiro tipo de tecnodiscurso relatado desenvolvido por Paveau (2014; 2021) é o tecnodiscurso relatado repetidor (TRRep). Quando o discurso citado é copiado e compartilhado no discurso citante, por meio de um *post*, ocorre esse tipo de tecnodiscurso relatado.

Como explica Paveau (2014, p. 4, tradução nossa, grifo nosso):

[...] este é, por exemplo, o caso do *reblogging*, mencionado como tal, fornecido por certas plataformas (o *Tumblr* é baseado neste princípio) e antecipado por blogueiros, por intermédio da licença *Creative Commons*, por exemplo, permitindo o compartilhamento livre sob certas condições¹¹.

⁹ Disponível em: https://twitter.com/Icict_Fiocruz/status/1331334007733317635. Acesso em: 20 nov. 2020.

¹⁰ Conforme Paveau (2016), a noção de escrileitor origina-se do poder que o leitor hipertextual tem de decidir entre clicar na(s) hiperligação(ões) presente(s) ao longo do texto, tornando-se, segundo a linguista, tanto leitor quanto escritor do texto para além daquele que se apresenta superficialmente.

¹¹ “[...] c’est par exemple le cas du reblogging, mentionné comme tel, prévu par certaines plateformes (Tumblr repose sur ce principe) et anticipé par les blogueur.ses.s par le biais de la licence Creative Commons par exemple, permettant le libre partage sous certaines conditions”.

Dessa forma, este tipo está em uma linha tênue com o plágio, por exemplo. Isso porque, caso um enunciador digital compartilhe um *post* sem menção a sua origem – quem o postou, o *link* que remete a ele etc. –, não é possível comparar as duas versões, e essa é uma característica do TRRep, como aponta Paveau (2014; 2021).

Na figura 3, apresentamos um exemplo de TRRep.

Figura 3. Exemplo de TRRep



Fonte: CCELD (2020)¹².

Nesse exemplo da Figura 3, vemos o compartilhamento que o grupo de pesquisa CCELD realizou de um *card* de um evento promovido pela Universidade Federal Fluminense (UFF). No *post*, não há o link que remete para a página do evento nem informações sobre o enunciador digital citado. Trata-se, portanto, de uma repetição de um *post* que fora postado anteriormente, configurando o tipo TRRep.

¹² Disponível em: www.facebook.com/grupoccelld. Acesso em: 20 nov. 2020.

Destarte, propomo-nos, no escopo da heterogeneidade tecnoenunciativa, identificar como ocorre o tecnodiscurso relatado em um conjunto de dados coletados na plataforma *Twitter* por meio da *hashtag* #divulgaçãocientífica. Para isso, tomamos como parâmetro de análise os três tipos de tecnodiscurso relatado, conforme classificação de Paveau (2014; 2021).

5 Procedimentos metodológicos

Esta seção dedica-se ao detalhamento dos procedimentos metodológicos Giering & Glück (*no prelo*) adotados para a execução de nossa investigação. Para tanto, assumimos, aqui, uma abordagem qualitativa (Creswell, 2010). Para Creswell (2010), a pesquisa qualitativa visa a investigar um fenômeno específico em profundidade, com alto nível de detalhes. Como este artigo apresenta resultados de uma análise maior desenvolvida em uma tese de Doutorado, salientamos que, na tese, houve a geração de cinco tuítes postados por diferentes divulgadores científicos brasileiros, no ecossistema *Twitter*. Com esse fim, na referida tese, consideramos como unidade a ser estudada os tuítes que compõem os dados gerados por nós, como um todo, a partir de uma minuciosa análise. Consoante Paveau (2016; 2021), os tuítes a serem selecionados constituem o conjunto de dados a serem examinados. No entanto, conforme anunciado anteriormente, no presente estudo, optamos por apresentar apenas um tuíte dos cinco gerados, tendo em vista a proposta aqui desenvolvida e a extensão deste texto.

Considerando que nossa pesquisa se propõe a investigar o fenômeno da heterogeneidade tecnoenunciativa no ecossistema *Twitter*, ou seja, as diferentes vozes em cada fio enunciativo de cada tuíte, chamamos os enunciadores digitais de Ed1 e de Ed2. Consideramos o Ed1, o enunciador digital primeiro, o tuíteiro, que, antes do ato da enunciação, consoante Paveau (2016; 2021), é denominado locutor. Pela mesma razão, chamamos de Ed2 o enunciador digital segundo o outro trazido no tuíte pelo elemento da deslinearização. Mais precisamente, Ed2 são os enunciadores digitais citados no tuíte por meio do *link*, os quais podem ser acessados/encontrados a partir do clique.

Dado o vasto fluxo de publicação no *Twitter*, procuramos dar conta de um instante discursivo, consoante Moirand (2020), uma vez que, ao tratar da extensão de *corpora* em ambiente digital, a referida linguista defende que o analista de discurso digital possa realizar seu estudo a partir do que ela denomina “pequenos corpora”. Para Moirand (2020, p. 21), os pequenos *corpora* “possibilitam descrever as formas discursivas, raras ou não estabilizadas ainda, [...] bem como as relações entre a linguagem verbal e o mundo (o ambiente, os objetos, os atores e suas ações)”.

Ao desenvolver a noção de pequeno *corpus*, Moirand (2020) postulou três conceitos, visando a dar conta da atualidade de um acontecimento na *Web*. O pequeno *corpus* permite sequenciar determinada produção discursiva em três instâncias: (i) acontecimento discursivo; (ii) momento discursivo; e (iii) instante discursivo. Tais instâncias possibilitam, conforme a pesquisadora, um recorte de *corpus* coerente.

LINHA D'ÁGUA

Neste estudo, o acontecimento discursivo refere-se à temática ampla da divulgação científica, ao passo que o momento discursivo concerne aos tuítes que possuem o uso específico da *hashtag* #divulgaçãocientífica. Por fim, o instante discursivo consiste nos tuítes gerados para análise, os quais contêm a *hashtag* supracitada.

Com base na proposta de Glück (2021), a análise dos tuítes gerados consistiu nas seguintes etapas: (i) geração dos dados para análise, na temática da divulgação científica; (ii) descrição dos tuítes dos dados gerados, a partir do ecossistema em que estão inseridos, o *Twitter*; (iii) identificação das estratégias de materialização de heterogeneidade tecnoenunciativa, levando em conta as categorias de tecnodiscurso relatado desenvolvidas por Paveau (2014; 2021); (iv) considerações acerca da materialização do fenômeno da heterogeneidade tecnoenunciativa e, no seu interior, as diferentes situações de enunciação – e seus respectivos enunciadores digitais – em jogo no ecossistema *Twitter* e sua implicação para a divulgação científica. Salientamos que, para este artigo, será apresentado apenas um tuíte do *corpus*, tendo em vista a extensão da presente proposta.

Findadas a descrição das etapas metodológicas, passamos à análise do tuíte gerado para a tese em desenvolvimento e, conseqüentemente, para esta investigação.

6 Análise do tuíte

Como informado na seção introdutória, para este artigo, apresentamos um dos tuítes gerados para a tese de Glück (2024). A fim de facilitar a compreensão da análise realizada, esta foi dividida em etapas, conforme descritas na seção metodológica.

Dito isso, neste momento inicial analítico, apresentamos as informações do locutor contidas em sua biografia no *Twitter*. Trata-se, neste tuíte, de uma conta pessoal administrada pelo enunciador citado, @O_weverton¹³, que se descreve como “doutorando em Ecologia e Conservação e roteirista de ciência no @meteoro_br”. Além disso, há uma frase em sua “bio”: “somos todos feitos de vacilo de estrela”¹⁴, seguido do *hiperlink* que remete à sua conta no site do *LinkedIn*. Tais informações podem ser vistas mediante Figura 4.

¹³ Salientamos que, dos cinco tuítes gerados para a tese de Glück, selecionamos o tuíte que se sobressaiu quanto aos aspectos relativos à tecnodiscursividade, consoante Paveau (2021).

¹⁴ Informações disponíveis em: https://twitter.com/o_weverton. Acesso em: 20 nov. 2020.

Figura 4. Biografia do locutor @O_weverton



Fonte: captura de tela do tuíte de @O_weverton (2023).

Dando seguimento, descrevemos as etapas de análise do tuíte 1 fundamentada nos dados gerados.

7 Primeira Etapa: Descrição do Tuíte 1

Nesta primeira etapa de análise, descrevemos o tuíte 1 no ecossistema em que ele foi produzido. A postagem foi realizada no dia 20 de maio de 2020, às 20h, pelo usuário @CEnvenenada, alcunha dada também ao nome de sua conta.

A Figura 5 exhibe o tuíte no ecossistema em que se insere.

Figura 5. Tuíte em análise



Fonte: Captura de tela do tuíte de @CEnvenenada (2020).

Conforme é possível constatar na Figura 5, o tuíte apresenta o projeto de doutorado em Ecologia e Conservação pela Universidade Federal do Paraná do biólogo Weverton Carlos Ferreira Trindade¹⁵ (@O_weverton). A *hashtag* #BioThreadBR é um movimento criado por ele no ecossistema do *Twitter*, com o intuito de fazer divulgação científica na sua área do conhecimento.

No tuíte, aparecem a foto do usuário, o nome de sua conta e seu *username*, bem como o horário de postagem. Logo abaixo, há um breve texto verbal, iniciado pela *hashtag* #BioThreadBR. Em seguida, há outras quatro *hashtags*: #divulgacaocientifica, #biologia, #ciência e #ClimateChanges.

Além disso, no tuíte há a marcação de um outro usuário do *Twitter*, com o *username* @o_weverton. Trata-se da conta pessoal de @CEnvenenada. Por fim, visualizamos uma imagem de uma paisagem desértica, em que aparecem um carro em condições precárias e duas pessoas próximas a ele, cena do filme *Mad Max*.

¹⁵ Informações disponíveis em: <https://linktr.ee/wevertonbio>. Acesso em 19 out. 2022.

8 Segunda Etapa: Deslinearização Enunciativa

Na segunda etapa de análise, constatamos a incidência de um elemento clicável responsável por uma deslinearização enunciativa (Paveau, 2016; 2021), indicada por um enunciador digital. O *hiperlink* (a sua clicabilidade) é o responsável por remeter o escritor a um discurso outro.

Na deslinearização enunciativa, o Ed1, enunciador digital do tuíte, chamado de locutor, denomina-se CEnvenenada. As iniciais CE referem-se à “comida envenenada”. Como informa em sua biografia, o usuário tuíta “diariamente uma notícia nova sobre uso de agrotóxicos e agricultura”¹⁶, fazendo divulgação científica nesse âmbito. Além de uma conta no *Twitter* para divulgar notícias e informações na esfera da Biologia, CEnvenenada alimenta tanto sua página no Facebook¹⁷, quanto no Instagram¹⁸.

Por sua vez, o Ed2, enunciador digital citado por meio do *hiperlink* disponível no tuíte, denomina-se @O_weverton, do referido doutorando e biólogo Weverton Carlos Ferreira Trindade. Na Figura 6, apresentamos uma captura de tela, cujo conteúdo permite visualizar essa enunciação segunda.

Figura 6. Enunciador digital 2 do tuíte em análise (Ed2-1)



Fonte: Captura de tela de @O_weverton (2020).

¹⁶ Informações disponíveis em: <https://twitter.com/CEnvenenada>. Acesso em: 20 nov. 2020.

¹⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/comidaenvenenada/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

¹⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/comidaenvenenada/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

Em relação ao enunciador digital 2, Weverton Carlos Ferreira Trindade, sabe-se, por meio de seu currículo Lattes¹⁹, que possui Mestrado em Biologia Evolutiva, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2019); graduação em Biologia, pela Universidade de Coimbra (2014), e Graduação em Ciências Biológicas, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2014). Atualmente, realiza seu doutorado em Ecologia e Conservação, pela Universidade Federal do Paraná. Possui conhecimento e prática em técnicas de Modelagem de Nicho Ecológico e de Geoprocessamento aplicado ao estudo da biodiversidade. Também é autor de trabalhos de divulgação científica, escrevendo roteiros de vídeos para o Meteoro Brasil no *YouTube*.

Neste tuíte, por intermédio do *hiperlink*, o tuíte do referido biólogo, publicado no dia 11 de setembro de 2019, às 10h14min, foi inserido no fio enunciativo do discurso fonte. Além disso, ao clicar no texto fonte, o leitor-usuário, transformando-se em um “escreitor”, deixa o fio enunciativo de Ed1 e entra no fio de Ed2. No caso específico deste tuíte, o “escreitor” permanece no mesmo ecossistema, o *Twitter*, tendo em vista que ambos os discursos (tuítes) foram produzidos nessa plataforma; contudo, ele deixaria o tuíte de @CEnvenenada e acessaria o tuíte de @O_weverton, mediante o clique.

Em vista disso, essa deslinearização dá origem ao fenômeno da heterogeneidade tecnoenunciativa, uma vez que ela conecta duas situações de enunciação (e seus respectivos enunciadores digitais) em um mesmo fio enunciativo (nesse caso, o tuíte). Assim, ocorre o que Paveau (2021) chama de embutimento de dados, pois, quando um conteúdo é compartilhado, ele carrega outros elementos consigo, outros dados; ou seja, além do texto, há também *hiperlinks*, imagens, comentários, metadados etc. A heterogeneidade, portanto, é tecnoenunciativa, porque se trata de uma produção *on-line*, cuja forma é compósita (humano e máquina).

9 Terceira etapa: estratégias de materialização de heterogeneidade tecnoenunciativa

Na terceira etapa de análise, propomo-nos identificar as estratégias de materialização de heterogeneidade tecnoenunciativa realizadas pelo Ed1. Para isso, focamos nos tipos de tecnodiscurso relatado (Paveau, 2014; 2021).

No que concerne à tipologia de tecnodiscurso relatado, conforme detalhada por Paveau (2014; 2021), este tuíte pode caracterizar-se como um “tecnodiscurso relatado integral (TRDI)”. De acordo com Paveau (2021, p. 319), “trata-se de um compartilhamento com ou sem ampliação por um comentário [...]. O tecnodiscurso relatado é compartilhado-relatado integralmente, com o conjunto de metadados”.

¹⁹ Disponíveis em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?jsessionid=9E52ECA92784C635A5DAF6C42234DA87.buscatextual_66. Acesso em: 20 nov. 2020.

No caso do tuíte em análise, há um breve comentário constituído por um texto verbal e, logo abaixo, o compartilhamento integral do discurso outro. Vejamos novamente essa ocorrência, na figura 7.

Figura 7. Tecnodiscurso relatado integral - Tuíte em análise



Fonte: Captura de tela de @O_weverton (2020).

Como mostramos na Figura 7, averiguamos o compartilhamento integral de um outro tuíte, publicado pelo enunciador segundo (@O_weverton). Em outras palavras, o locutor @CEnvenenada, na condição de Ed1, traz o tuíte integral realizado por @O_weverton, enquanto Ed2. Mediante o clique, o “escritor” é levado ao discurso segundo.

Além disso, no final do texto verbal, Ed1 também marca tecnodiscursivamente Ed2, a partir da menção de sua conta no ecossistema *Twitter*. Tendo em vista que ambos os discursos estão disponíveis no mesmo ecossistema, é possível marcar o enunciador citado no texto-fonte. Nesse caso, @CEnvenenada marcou @O_weverton.

Esse traço tecnolinguístico é mais um atributo do ecossistema, sendo endêmico ao discurso digital, em que o locutor tem a possibilidade tecnolinguageira de trazer ao seu discurso aquele que cita mediante o clique. Isto é, no momento em que o “escritor” clica no Ed2, ele é remetido à sua conta no *Twitter*.

10 Quarta Etapa: materialização do fenômeno da heterogeneidade

Nesta etapa de análise, visamos mostrar como se materializa o fenômeno da heterogeneidade tecnoenunciativa e, no seu interior, os diferentes enunciadores digitais em jogo no ecossistema *Twitter* e sua implicação para a divulgação científica. Salientamos que esta etapa foi atingida mediante análise de todos os tuítes gerados para a tese de Glück (2024).

Por meio das análises dos tuítes gerados para referida pesquisa, num primeiro momento desta última etapa, buscamos mostrar que a materialização da heterogeneidade tecnoenunciativa ocorre no compósito linguagem e tecnologia digital. Constatamos que, de fato, os discursos digitais nativos são compósitos – a pesquisa comprova esse postulado –, uma vez que são constituídos de matéria mista, reunindo o linguageiro e o tecnológico de natureza informática. Isso caracteriza uma composição tecnolinguageira, que pode ser plurissemiótica, ao mobilizar, em uma mesma semiose, texto, imagem fixa ou animada, som (Paveau, 2021; Giering; Pinto, 2021).

A partir do elemento de deslinearização (e o clique), o “escreitor” é remetido ao discurso outro. Dessa forma, os enunciadores digitais 1, enquanto locutores (seja em contas pessoais, seja em contas institucionais), apresentam os enunciadores digitais.

À vista disso, no ecossistema *Twitter*, podemos dizer que a heterogeneidade tecnoenunciativa ocorre mediante o clique. Como observamos anteriormente, defendemos que a deslinearização dá origem ao fenômeno da heterogeneidade tecnoenunciativa, uma vez que ela conecta duas situações de enunciação (e seus respectivos enunciadores digitais) em um mesmo fio enunciativo (nesse caso, o tuíte).

Portanto, advogamos que esse fenômeno é motivado e materializado por meio do *hiperlink*, que remete o “escreitor” a um outro ecossistema no âmbito da divulgação científica. Esse tecnodiscurso, que podemos classificar como multissequencial, vai permitir ao “escreitor” ter acesso, em tempo real, a outros tecnodiscursos de divulgação científica (multissemióticos), a partir das escolhas por ele efetuadas.

Ademais, em termos de heterogeneidade enunciativa, o tuíte revela uma configuração enunciativa. Isto é, duas instâncias se fazem presentes, se tornam “arquivadas”, “redocumentadas” num único “encontro de vozes” nativo digital: um único tuíte com múltiplas situações de enunciação. Trata-se do caso dos metadados do *hiperlink*, que evidenciam o traço da rastreabilidade dos discursos nativos digitais (Paveau, 2021). Nesse caso, a *URL* do *hiperlink* revela o ecossistema para o qual o escreitor será remetido.

Dito isso, cabe-nos discutir a implicação da heterogeneidade tecnoenunciativa para a divulgação científica no *Twitter*. Conforme informamos na seção destinada à Fundamentação Teórica, o *Twitter* é uma das maiores redes sociais do mundo, com 566 milhões de usuários (Beling, 2023). Esse dado revela a importância para a população de modo geral e para a própria

ciência, tendo em vista que muitas pessoas que não buscam ou não se interessam por artigos estritamente científicos podem estar conectadas a esse ecossistema digital. Em outras palavras, via *Twitter*, a divulgação científica pode ter um alcance nacional e internacional maior.

Além disso, em contexto digital, os textos são configurados para provocar, cada vez mais, altos níveis de interatividade. Muniz-Lima (2022, p. 124) propõe que a interatividade é “um aspecto tecnolinguageiro da interação que implica executar ações diretas, ativas e síncronas entre interlocutores no processo de construção de sentidos e que se apresenta em níveis, em função do controle do conteúdo, do caráter dialogal e da sincronicidade”. Notamos, assim, que a escrita digital é influenciada pela plataforma: ela ocorre mediante suas especificidades e possibilidades tecnolinguageiras. Ainda, por se tratar de uma rede social, o discurso se adapta às restrições criadas/impostas pelas características editoriais das plataformas.

Ademais, impulsionar o consumo científico mediante heterogeneidade tecnoenunciativa em uma plataforma digital tão utilizada pela população é também uma forma de revelar a importância da ciência para esse público. Nos tuítes analisados, percebemos certa democratização da ciência, que é divulgada nesse ecossistema digital, visando a alcançar um maior número de pessoas, ou seja, a um público mais amplo e heterogêneo. Assim, a ciência é promovida e popularizada via tuítes.

Considerações finais

Ao longo do artigo, objetivamos investigar o fenômeno da heterogeneidade tecnoenunciativa, em particular o tecnodiscurso relatado, e sua implicação para a ação de divulgar a ciência, em um tuíte de divulgação científica reunido pela *hashtag* #divulgaçãocientífica. Na presente investigação, enfocamos o percurso metodológico adotado na pesquisa de doutoramento de Glück (2024), membro do Grupo CCELD. Os pesquisadores e as pesquisadoras desse grupo de pesquisa, ao investigarem *corpora* digitais, se veem diante da necessidade de construir itinerários metodológicos compatíveis com as características tecnodiscursivas dos ambientes conectados, que envolvem gestos tecnoenunciativos e uma dimensão relacional.

As publicações relativas às decisões metodológicas adotadas por analistas de *corpora* digitais, com base nos postulados de Marie-Anne Paveau, são ainda escassas, tendo em vista que a teoria de Paveau foi desenvolvida em 2017 e traduzida apenas em 2021. Por isso, a importância de nós, pesquisadores e pesquisadoras de Texto e Discurso, ao engendramos vias metodológicas que levam em conta a perspectiva ecológica dos discursos nativos digitais, realizarmos a descrição do passo a passo de nossa pesquisa. Da mesma forma, é importante expormos as motivações e as necessidades incluídas em uma pesquisa em contexto digital.

Vimos que uma metodologia de análise para o tecnodiscurso precisa considerar o ecossistema no qual o dado gerado está inserido. Consequentemente, não pode se restringir à

simples coleta de um *corpus* linguístico, pois, nesse caso, a investigação vai desprezar o que é coconstitutivo da ambiência digital, o hibridismo tecnolinguageiro. Há, na perspectiva do discurso digital, uma dimensão compósita, a partir da qual desenvolvemos pesquisas ecológicas e pós-dualistas.

Além disso, defendemos que há dimensões nas quais o discurso pré-digital e o discurso digital nativo se diferenciam: enquanto o primeiro é de uma ordem puramente linguageira, o segundo é de uma ordem compósita, a tecnodiscursiva, ou seja, linguagem e máquina cointegradas. O discurso digital remete a uma infinidade de outros discursos em rede a partir de cliques, enquanto o *off-line* é restrito ao cotexto do discurso.

Dessa forma, podemos observar que os discursos nativos digitais possuem um caráter relacional – mediante a característica da relacionalidade, consoante Paveau (2021), uma vez que o tecnodiscurso relatado, por se fazer em um ambiente digital, conecta diferentes tecnodiscurso devido a sua característica hipertextual. Além disso, relaciona escritores (tuiteiros) e escreiteiros, ampliando enunciativa e discursivamente os enunciados primeiro em contexto digital.

Financiamento

Eduardo Glück agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo financiamento da pesquisa de doutorado (nº do processo: 88887.819416/2022-00).

Referências

BELING, F. *As 10 maiores redes sociais em 2023*. Disponível em: <https://www.oficinadanet.com.br/post/16064-quais-sao-as-dez-maiores-redes-sociais>. Acesso em: 06 jun. 2023.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GIERING, M. E; GLÜCK, E. P. A tecnodiscursividade no ecossistema *Twitter*: percurso metodológico para análise do discurso digital nativo. In: CORTEZ, S. L. (Org.). *O texto digital: teoria e prática*. Pontes, Campinas, no prelo.

GIERING, M. E; PINTO, R. O discurso digital nativo e a noção de textualidade: novos desafios para a Linguística Textual. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, v. 15, n. 31, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/35655>. Acesso em: 05 jun. 2023.

GLÜCK, Eduardo Paré. *A heterogeneidade tecnoenunciativa em um conjunto de tuites reunidos pela hashtag #divulgaçãocientífica*. Orientadora: Maria Eduarda Giering. Coorientadora: Matilde Gonçalves. 2024. 174f. Tese de Doutorado (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação Doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

LINHA D'ÁGUA

GZH. *Elon Musk inicia mudança do nome do Twitter para X*. 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/tecnologia/noticia/2023/07/elon-musk-inicia-mudanca-do-nome-do-twitter-para-x-clkgq5s2m00030154p8pe3doa.html>. Acesso em: 10 jun. 2023.

LATOURE, B. *Reagregando o Social*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. Bauru, SP: EDUSC, Salvador, BA: EDUFBA, 2012.

MOIRAND, S. A contribuição do pequeno corpus na compreensão dos fatos da atualidade. Tradutores Fernando Curti Gibin & Julia Lourenço Costa. *Revista Linguagem*, São Carlos, v.36, Dossiê Metodologias de Pesquisa em Ciências da Linguagem, jul./dez. 2020, p. 20-41. Disponível em: <https://www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/article/view/826>. Acesso em: 10 out. 2020.

MUNIZ-LIMA, I. *Modos de interação em contexto digital*. 2022. Tese (Doutorado em Linguística) (cotutela) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Linguística, 2022. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/137024>. Acesso em: 29 out. 2022.

PAVEAU, M.-A. Technodiscursivités natives sur Twitter: une écologie du discours numérique. *Epistémè: Revue internationale de sciences humaines et sociales appliquées*, n. 9, p. 139-176, 2013. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00859064/document>. Acesso em: 04 out. 2022.

PAVEAU, M.-A. Dictionnaire Technodiscours rapporté. In: *Technologies discursives*, 2014. Disponível em: <https://technodiscours.hypotheses.org/606>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PAVEAU, M.-A. L'écriture numérique. standardisation, delinéarisation, augmentation. *Fragmentum*, n. 48, p. 13-36, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/23296/15104>. Acesso em: 04 out. 2022.

PAVEAU, M.-A. *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. Tradutores Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. 1 ed. Campinas, SP. Editora Pontes, 2021.

Artigo / Article

Textualidade digital e enunciação: os comentários de webnotícias

Digital textuality and énonciation: the webnews comments

Alena Ciulla 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
alenacs@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0710-9397>

Ananias Agostinho da Silva 

Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil
ananias.silva@ufersa.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-5442-5133>

Rosalice Pinto 

Universidade NOVA de Lisboa, Portugal
rosalice.pinto@fcsb.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0002-7638-654X>

Suzana Leite Cortez 

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
suzana.cortez@ufpe.br
<https://orcid.org/0000-0003-0983-0900>

Recebido em: 16/06/2023 | Aprovado em: 23/09/2023

Resumo

Nosso objetivo neste trabalho é fazer uma reflexão sobre o texto digital, observando as relações entre enunciação e texto que se dão em comentários de *posts* de webnotícias da rede social Instagram. Para tanto, discutimos algumas questões enunciativas, a começar pela própria configuração que assume o comentário nos textos digitais. Outro aspecto enunciativo de suma importância discutido neste trabalho é que, levando em conta os vários enunciadores que agem em uma espécie de alargamento do texto-primeiro da webnotícia, é necessário pensar o estatuto textual dessas interações. O ecossistema digital coloca em relevo aspectos da delimitação e unidade dos textos, cujas explicações em estudos anteriores, massivamente voltados ao pré-digital, não se sustentam. Por isso, lançamos uma discussão em que, para delimitar e/ou sugerir uma unidade dos textos digitais, é preciso também repensar o conceito de contexto e de textualidade.

Palavras-chave: Contexto • Quadro enunciativo benvenistianiano • Recursos tecnolinguageiros • Tecnodiscursividade • Textos nativos digitais

Abstract

This paper aims to reflect on digital text, observing the relationships between enunciation and text in Instagram's web news posts comments. To this end, we discuss some enunciative issues, starting with comment configurations in digital texts. Another fundamental enunciative aspect discussed in this paper is that considering the various enunciators, who act in a sort of *enlargement* of the web news text, it is necessary to think about the textual status of these interactions. The digital ecosystem highlights aspects of the delimitation and unity of texts, whose explanations in previous studies, massively focused on the pre-digital, do not hold up. This is why we are launching a discussion in which, in order to delimit and/or suggest a unity of the digital texts, it is also necessary to rethink the concept of context and textuality.

Keywords: Context • Benveniste's approach • Digital native texts • Technodiscursivity • Technolanguage

Introdução

Em seu trabalho de análise do discurso digital, Paveau (2017; 2021) traz à tona vários fenômenos importantes no que diz respeito às maneiras de interagir pelos textos em ambientes digitais. Entre eles, estão os comentários de *posts*, que, conforme mostramos em Ciulla; Cortez; Silva; Pinto (2022), provocam uma instigante reflexão sobre a enunciação e têm consequências para o texto. Nosso objetivo neste trabalho é dar continuidade a essa reflexão, observando particularmente as relações entre enunciação e texto que se dão em comentários de *posts* de webnotícias do Instagram. Percebemos aí um excelente campo de observação por vários motivos.

Em primeiro lugar, salientamos a importância do comentário (em sua acepção ampla) na história da interação humana pela linguagem. O comentário surgiu no século VI a.C., que se tem notícia, e está associado à exegese religiosa e à crítica literária, como uma prática e técnica de expressão associada à manifestação de uma certa interpretação das coisas e dos textos. Pensando neste aspecto interpretativo do comentário, remetemos à reflexão de Edmond Ortigues (1987, p. 222), ao observar que “o comentário não nasce diretamente do texto, mas das questões que colocamos a propósito deste”. O filósofo referia-se à questão interpretativa do comentário exegético, mas, do ponto de vista enunciativo que propomos aqui, essa observação é igualmente pertinente em ambiente digital, onde observamos uma relação que se estabelece entre o texto da webnotícia e seus comentários. Essa relação caracteriza-se por uma espécie de prolongamento promovido pelas reações e comentários ao texto da webnotícia, que a transforma. Conforme acrescenta Flores (2019, p. 307), o comentador-intérprete “faz nascer algo novo a partir do que já existe”. Outra característica do comentário exegético que também serve para descrever o evento do comentário no ambiente digital é a de que se trata de

Uma hipótese que diz respeito a determinados aspectos que se quer colocar em questão; como qualquer hipótese, pode e deve ser apreciada por outros. Para tanto,

é necessário levar em conta critérios de significação e vínculos estabelecidos. Quer dizer, o comentário implica quem o faça; além disso, implica outrem: ele tem a estrutura de um diálogo (Flores, 2019, p.307).

O aspecto dialogado do comentário é exatamente o que se observa nos comentários de *posts* no Instagram, ora dialogando com o próprio texto do *post*, ora – e em grande parte dos casos – com os outros comentários vinculados ao texto do *post*.

Quanto à hipótese, contida no comentário, sobre aspectos a serem colocados em questão, ressaltamos aqui a congruência com nosso modo de ver a interpretação e a referência, conforme Ciulla (2018): os falantes as constroem de acordo com suas visões de mundo e a partir dos conhecimentos enciclopédicos e linguísticos de que dispõem. Assim, o que se comenta deve ser visto sempre como uma possibilidade de sentido, que é a interpretação particular de cada interlocutor sobre as questões que o texto evoca - há alguém implicado aí, como salienta Flores (2019). Além disso, também no comentário digital de *posts*, o comentador-internauta coloca em evidência alguns aspectos de sua leitura do *post* e dos outros comentários, conforme aquilo que entende e escolhe como relevante.

Vale salientar, porém, que, no ambiente digital nativo, os comentários, por serem produzidos por internautas em interação *on-line*, assumem características inéditas em relação ao comentário exegético pré-digital. Nos comentários digitais, vários sujeitos, cada qual identificado por um perfil de usuário, comentam um mesmo texto ou tecem comentários acerca de outro comentário postado. Além disso, interagem entre si e o espaço para comentários permanece em aberto, permitindo que novos comentários possam ser adicionados, a qualquer tempo. Tudo isso resulta em uma *complexificação enunciativa*, conforme Ciulla; Cortez; Silva; Pinto (2022) destacaram.

Esses aspectos têm consequências muito importantes no que diz respeito à própria enunciação - aqui entendida como o ato de se propor como sujeito e de situar o *eu* no tempo e no espaço e, a partir disso, referir objetos e marcar pontos de vista. Em primeiro lugar, devem ser salientadas as próprias *afordâncias*¹ ou potencialidades tecnodiscursivas proporcionadas pelo ecossistema digital em que as interações ocorrem. Um jogo enunciativo é instaurado entre comentários e entre os comentários e o *post*, e são assim acionados mecanismos de segmentação e articulação inovadores em relação ao pré-digital e que fazem repensar os próprios limites do texto. Entram nessa configuração elementos tecnolinguageiros particularmente disponibilizados no ambiente digital *on line*, como os *emojis*, *hashtags*, botões para curtir, para reagir, *stickers* etc., com funções e sintagmatização específicas. O comentário, então, por sua característica enunciativa, estabelecendo relações intersubjetivas tão peculiares, coloca problemas do ponto de vista textual-enunciativo que precisam ser investigados.

Outro tema de interesse no assunto, que é trazido à baila por Paveau (2017), é um aspecto negativo do comentário digital, de ter propiciado uma arena digital de agressividade e

¹ Utilizamos a tradução do termo “affordance”, conforme Paveau (2021).

de violência verbais (Bousfield; Locher, 2008; Culpeper, 2011). A autora, contudo, não deixa de salientar a sua relevância uma vez que é “uma das formas tecnodiscursivas das mais frequentes e mais ricas da internet” (Paveau, 2017, p.36). E, do modo como o observamos, destacamos que o comentário digital é lugar não somente de interpretação, mas de formulação de hipóteses sobre questões que são julgadas como relevantes, de sugestão, de explicação (no sentido de esclarecimento ou de preservação de face), de divulgação de ideias e propostas subjetivas, de defesas de pontos de vista, de questionamentos e, sobretudo, de diálogo. Por isso e por constituir texto, trata-se de um evento que interessa à Linguística Textual.

Além disso, os aspectos enunciativos fazem agregar-se um outro interesse, sugerido por Paveau (2021), que diz respeito ao estatuto textual do comentário. Para a autora, a atividade de leitura é vista como aumentada pela prática do comentário digital, pois “a compreensão das mensagens não depende mais somente da primeira enunciação, mas integra as enunciações segundas”² (Paveau, 2017, p.32). Porém, a autora atribui esse aumento à pluralidade de enunciadores e reivindica uma revisão da noção do enunciador do quadro benvenistiano - o que contestamos. Neste trabalho, retomamos a questão enunciativa e discutimos mais a fundo nossa hipótese de que o problema levantado por Paveau (2017) está relacionado à importante questão da unidade textual. Assim, encaminhamos uma reflexão sob a égide mais ampla da textualidade, pois, a nosso ver, está aí envolvido o *faire texte*, conforme Adam (2015), ou, em outras palavras, a constituição como texto dos comentários digitais. Nesse ponto, evocamos também Giering e Pinto (2021), para quem a noção de textualidade precisa ser tema de discussão: os textos digitais colocam essa problemática ainda mais em relevo.

Assim, apresentamos, na primeira seção deste artigo, a discussão teórica de base enunciativa e textual de que partimos para fazer nossas considerações sobre o texto que se configura na relação que se estabelece entre a webnotícia e os comentários. Em um segundo momento, apresentamos uma breve caracterização da plataforma digital do Instagram e do gênero webnotícia que circula nesta plataforma, bem como dos comentários que se agregam à webnotícia, que será considerada como texto-primeiro, nossos dados principais de observação analítica. Por fim, a partir de um recorte, procedemos a um estudo exploratório de duas webnotícias e seus comentários, dando seguimento à investigação sobre essa forma de interação, no que diz respeito a questões enunciativas e que têm uma implicação na constituição desse conjunto (de comentários + texto-primeiro) como um efeito de texto único.

1 Discussão teórica

Em Linguística Textual, muitos conceitos-chave, como a própria noção de *texto*, não são consensuais. Pela complexidade do objeto texto, são esperados deslocamentos e mudanças

² No original: “la compréhension des messages ne dépend plus seulement de leur première énonciation, mais intègre les énonciations secondes”.

no modo de tratar e analisar a textualidade, a depender do enfoque e dos aspectos que são levados em conta. Além disso, observamos as próprias interações humanas se transformarem, pela relação em ecossistema com as tecnologias, conforme Paveau (2021) e, em especial, aqui, a transformação que vemos acontecer com o advento do digital na comunicação humana. Por isso, é importante que os pressupostos sejam sempre rediscutidos, à luz do que os estudos e dados recentes revelam.

De acordo com Adam (2011), as proposições de sentido são as unidades mínimas do texto e, para compreender como se dá a ligação que se estabelece entre elas, configurando aquilo que os falantes reconhecem como um texto, é preciso examinar os enunciados em três dimensões: a própria dimensão enunciativa dos enunciados, a dimensão do conteúdo referencial e a dimensão da força ilocutória. A essas três dimensões está relacionado o viés argumentativo que perpassa todo texto.

A nosso ver, a dimensão de análise enunciativa é hierarquicamente a mais importante, pois rege todas as outras, estabelecendo a instância discursiva e organizando a referência. Além disso, interessa-nos particularmente a questão enunciativa, pois os comentários digitais suscitam uma discussão, encetada por Paveau (2017), que é instigante tanto porque efetivamente envolve uma inovadora configuração textual, com diversos enunciadore comentadores, quanto porque fica evidente uma necessidade de retornar a Benveniste (2006) [1974] e sua seminal reflexão sobre a enunciação.

1.1 Enunciação

A enunciação é a colocação da língua em funcionamento, o que acontece a cada vez que um falante toma a palavra e diz algo. Benveniste (2006) [1974] propôs a descrição de um aparelho formal da enunciação para explicar como as categorias da língua são revestidas de sentido, quando são empregadas por um locutor. Ao fazê-lo, o locutor se torna sujeito, instanciando um *eu*, no tempo e no espaço, e institui um *tu*, para quem fala. Valendo-se deste aparelho formal, o locutor também institui um *ele*, de que ou de quem fala, além de acionar uma série de outros procedimentos que permitem estabelecer pragmaticamente os seus enunciados (como pergunta, ordem, dúvida, afirmação etc.), que permitem articular a referência aos objetos de discurso de certa maneira e sob diferenciados pontos de vista e que também ajudam a atribuir um certo viés argumentativo àquilo que diz. Esses agenciamentos que se dão na enunciação é que permitem aos interlocutores coconstruir os textos e seus sentidos e, por isso, é fundamental que se conheça como as línguas se aparelham para cumprir com esta função.

É importante notar que nem o aparelho formal de enunciação nem os enunciados estão prontos de antemão. Não só os recursos linguísticos de uma língua estão em constante transformação, como a cada enunciação, os falantes mobilizam recursos, cujas instância e combinação são singulares e renovadas, a cada vez. Assim, a enunciação é o ato de acionar a língua para dizer algo, mas esse algo depende de uma série de processos - que não apenas o ato de dizer - realizados pelos falantes em interação, para que seja recebido como texto.

LINHA D'ÁGUA

Para prosseguir na fundamentação do nosso trabalho, é preciso esclarecer o nosso posicionamento sobre o que postula Paveau (2017) a respeito disso. Quando a autora propõe a noção de *ampliação enunciativa*, ela o faz com base no fato de que no ambiente digital há uma série de situações em que os enunciadores atuam em conjunto para compor um texto único. É o caso dos editores de texto colaborativos, situação mais evidente, já que o efeito de leitura é o de um texto monogerido. Também seria o caso dos *blogs* e outros gêneros em que há o espaço para os comentários, que não apenas acrescentam conteúdo, mas podem ser considerados com uma função de prolongar o próprio fio textual do *blog* ou do *post* que lhes serve de ponto de partida. Essa percepção é pertinente, pois traz à tona o problema de definição do próprio conceito de texto. Assim, afirmamos que a ampliação que se dá no ambiente digital, divergentemente do que propõe Paveau (2017), não implica uma ampliação do quadro enunciativo benvenistiano, mas está relacionada a como os enunciadores operam nos comentários, resultando no prolongamento dos textos-primeiros.

Em primeiro lugar, vários enunciadores atuando em conjunto para compor um texto em aparente uníssono não é exatamente uma inovação do digital: o jogral, o coral e a coautoria são prova disso. Já a hipótese de que os comentários prolongam os textos dos *blogs* e outros gêneros que comportam textos-primeiros, isso poderia, sim, ser considerado como uma inovação do digital em relação ao pré-digital. Não pela característica de conversas múltiplas poligeridas, mas pelo modo como se articulam os comentários entre si e ao texto-primeiro.

Em segundo lugar, e mais importante para a nossa crítica, é que, em nenhum dos casos, o quadro enunciativo benvenistiano precisa ser aumentado: todos os enunciadores envolvidos nesses agenciamentos textuais poligeridos, produzindo o efeito de um texto único, ao enunciar, valem-se do aparelho formal da enunciação por um “ato individual de utilização” (Benveniste, 2006 [1974], p.82). Assim, o que está em questão é o jogo enunciativo dessas vozes que são lidas e interpretadas individualmente, mas fazem parte do todo de um texto. O que se aumenta é o texto e a quantidade de coautores e não o quadro enunciativo.

Um outro fenômeno de aumento que também sugerimos considerar é o que se dá pelo surgimento de novos recursos e elementos tecnolinguageiros que são agenciados, principalmente na escrita, ao lado dos elementos linguísticos do pré-digital. Esses novos recursos, como as *hashtags* (#), a arroba (@), os *emojis*, os botões de curtir e de reagir, os *gifs* e suas sintagmatizações, além das funcionalidades de repostagem, compartilhamentos etc. passam a integrar o aparelho formal da enunciação e possibilitam a interação pelos textos nos ambientes digitais. Por isso se fala, inclusive, em letramento digital³. É importante observar que esses novos elementos não apenas se somam aos signos linguísticos do pré-digital, mas se combinam com eles em relações que os falantes-internautas criam para dar sentidos aos seus enunciados. É nesse sentido, aliás, que Paveau (2017) fala de tecnolinguageiro, isto é, como resultante da hibridização entre a linguagem e o tecnológico. Mas reiteramos que o que muda

³ Ver sobre o assunto, por exemplo, Coscarelli e Ribeiro (2005) e Ribeiro e Novaes (2013).

e se acrescenta são possibilidades de expressão e interação, pois permanece o quadro em que Benveniste (2006[1974]) propõe pensar, sobre a necessidade de que todos e cada um dos falantes têm de se propor como sujeitos para o exercício da linguagem, ao falar aos outros, sobre as coisas, e de que isso é feito na própria linguagem, através de categorias específicas.

Em Ciulla; Cortez; Silva; Pinto (2022) propomos, então, ver a questão como uma complexificação enunciativa, pontuando alguns desafios para pensarmos sobre os limites do texto no caso dos comentários digitais. Neste trabalho, observamos se os comentários de webnotícias do Instagram formam - e como formam - uma tessitura e uma unidade, nas relações uns com os outros e com o texto-primeiro, e quais as consequências para o sentido e para a delimitação do(s) texto(s) dessa complexificação enunciativa e textual que se estabelece.

Para essa tarefa, é necessário também esclarecer, o que, em relação ao texto, estamos considerando como: i) tessitura, ii) unidade e iii) delimitação. Relacionamos essas características do texto à textualidade, conforme discutimos a seguir.

1.2 Textualidade

O termo *textualidade* remete à concepção de Beaugrande e Dressler (1981) sobre os célebres fatores de textualidade. As noções de contexto e de coerência que guiaram de maneira pioneira a proposta dos autores, ainda hoje, são centrais à reflexão sobre textualidade, pois perpassam a interpretação dos sentidos do texto e o próprio reconhecimento da unidade do texto. De acordo com Cavalcante *et al.* (2022, p.15), o tratamento analítico de um texto “pressupõe a integração de um conjunto de aspectos que respondem por sua coerência em contexto”. Contudo, desde essa reflexão pioneira de Beaugrande e Dressler até os dias de hoje, houve um alargamento da noção de texto, relacionada em grande parte justamente ao deslocamento das noções de contexto e de coerência. Parte disso é atestado quando se lê que

Trabalhos de Marcuschi, de Koch, de Fávero e de outros, como Costa Val (2004) demonstraram fartamente que o texto precisava fazer sentido para as circunstâncias para as quais ele foi produzido. Se um texto podia ser interpretado de maneira diferente dependendo da situação comunicativa, então não se deveria entender os “fatores de textualidade” como “propriedades” de uma ocorrência de texto visto como produto acabado (Cavalcante *et al.*, 2022, p. 21).

Essa observação é feita a partir da percepção de que o texto é um evento interacional, que está sujeito a condições enunciativas e situacionais, a cada vez renovadas. Por isso, fatores como a aceitabilidade, por exemplo, não podem ser fixados *a priori*: é na interação que os acordos são tencionados. Também a intencionalidade não pode ser contraparte da aceitabilidade, pois nada no texto garante a motivação do indivíduo, ela é apenas um efeito possível.

A própria situação não pode se restringir à situação comunicativa imediata, se visamos compreender os textos nas suas dimensões sociais e culturais. E hoje é preciso considerar ainda,

não apenas e especificamente neste trabalho, mas, de modo geral, a relação ecológica do homem com o seu entorno em suas ações linguageiras, incluindo a interação com e pelo tecnológico. O fator situacional sofre aí também uma modificação.

Outrossim, é importante notar que considerar a situação para além da situação imediata não se trata exatamente de um alargamento da situação comunicativa, mas novamente, aqui, de uma complexificação, em que se leva em conta o momento histórico, social e cultural. Entretanto, essa consideração não é feita em termos absolutos, mas relativos, pois se trata da mobilização que os interlocutores fazem nos textos, daquilo que conhecem e podem recuperar dos seus saberes enciclopédicos, linguísticos, de vivência e de mundo.

Quanto à intertextualidade, não a consideramos mais apenas no que diz respeito ao conhecimento prévio de outros textos na produção e recepção de textos, mas passamos a reconhecer, conforme Cavalcante *et al.* (2022), que há outros diálogos, não somente entre textos específicos, mas também entre gêneros e marcas estilísticas autorais, por exemplo, além do apelo à memória interdiscursiva, aos pré-discursos, que se pode inferir a partir da identificação de marcas textuais. Além disso, hoje o ambiente digital proporciona a intertextualidade via *links*, redes sociais, plataformas diversas, como o Youtube e Tiktok, em concomitância com o pré-digital, o que modifica e intensifica a nossa relação com os textos e com a própria intertextualidade.

A informatividade também não pode deixar de ser vista em separado da orientação argumentativa a ela atrelada, em especial a partir dos estudos de Anscombe e Ducrot (1983) sobre a argumentação na língua. Ou seja, não basta ponderar sobre o equilíbrio entre informação dada e nova, responsável em grande parte pela progressão temática, mas é preciso considerar o papel dessas informações na orientação argumentativa dos textos.

Por fim, os mais conhecidos e mencionados fatores de textualidade: a coesão e a coerência. Em primeiro lugar, a coesão é um elemento de coerência, assim como todos os outros fatores, que, em conjunto, são o que permitem aos interlocutores fazer o “cálculo” sobre a adequação daquilo que ouvem ou lêem. Além disso, a coesão, embora tenha uma importância fundamental para o texto, não pode ser considerada apenas por seus recursos em um nível estritamente lexical e gramatical. Há um outro nível de conexão no texto que diz respeito ao funcionamento anafórico e dêitico de ancoragem, progressão e continuidade, e que permite observar não apenas cadeias, mas redes referenciais muito complexas, conforme também Cavalcante *et al.* (2022).

Lembramos que o próprio Beaugrande (1997) propõe deslocar de fatores de textualidade para princípios de textualização⁴, levando em conta aspectos sociocognitivos envolvidos na

⁴ A ênfase de Beaugrande (1997) parece ser o deslocamento, com base na psicologia cognitiva, de fatores para princípios, mas ainda assim pensamos que é importante deixar claro que, para nós, *textualidade* e *textualização* não se confundem. Acompanhando Adam (2006) e diversos outros autores, como Détrie (2010), Cislaru; Olive (2018) e Mahrer; Merminod (2022), distinguimos *textualização*, que diz respeito ao processo de produção de textos, de *textualidade*, termo que está relacionado às características do evento comunicativo que nomeamos de *texto*.

interação pelos textos. Com base nessa ideia, Marcuschi (2008), priorizando a coerência como uma espécie de condição para o texto, postula que ela não é dada de antemão: um texto se torna coerente, em um processo. Para o autor a coerência decorreria, nesse processo, de atividades que relacionam dados não necessariamente explicitados na “superfície do texto” (entre aspas, aqui, pois, como veremos a seguir, essa imagem não se sustenta), o que incluiria as inferências e implicitudes - daí a metáfora do texto como a ponta aparente do *iceberg*.

Contudo, se partimos da premissa de que nada no texto é totalmente dado de antemão, conforme Cavalcante *et al.* (2022), o texto todo estaria “submerso” e não haveria nada tão absolutamente explícito e aparente como a ponta do *iceberg*. E aqui vamos ainda mais longe: nem mesmo seria o caso de haver algo submerso do texto a ser revelado: o sentido, antes de ser mobilizado pelos falantes no texto, é no máximo uma expectativa, ele não está em lugar nenhum como um produto pronto e à espera de ser revelado. Além disso, ainda que essa explicação que remete ao *iceberg* faça alusão à natureza sociocognitiva inegável de certos aspectos da construção da coerência nas interações pelos textos, essa abordagem não nos dá indícios de como os falantes realizam este ou aquele sentido nos textos. São as categorias linguístico-textuais que permitem observar as diversas operações de continuidade e ruptura entre os enunciados de um texto. São essas operações que garantem, em grande parte, a tessitura - aqui vista como a característica de entrelaçamento e articulação que fazem progredir e, ao mesmo tempo, dão unidade ao texto. Entre os responsáveis por essas operações no nível mesotextual (cf. Adam, 2019) estão principalmente os elementos de segmentação: proposições-enunciados, períodos e sequências, e os elementos de função anafórica e dêitica, que articulam esses segmentos em rede, como já dissemos acima, compondo e organizando o texto.

Assim, aceitamos a ideia de que, conforme Cavalcante *et al.* (2022, p. 22), “o texto, como uma unidade de coerência em contexto, supõe a unidade de uma comunicação com todos os aspectos que para ela colaboram”. E enfatizamos que esses aspectos incluem as afordâncias do texto digital e se constituem, todos eles, como variáveis no agir coletivo, cujas marcas interacionais, sociais, de memória, de alusões etc. se inscrevem no texto, que vai se desenvolvendo a partir delas.

Entretanto, é preciso problematizar ainda um ponto sobre essa relação entre o contexto e a coerência. Nesse sentido, convocamos a discussão apresentada por Adam (2006), em uma entrevista realizada por Guy Achard-Bayle, publicada na revista *Pratiques*, cujo título é *Textes/Discours et Co(n)textes*, que, em primeiro lugar no nosso destaque, desfaz a ideia de contexto como elemento externo ao texto. E isso é importante, porque tem uma relação com a noção de textualidade que estamos encaminhando.

Para Adam (2006), um texto é uma unidade que faz sentido na condição de que sua estrutura sistêmica seja percebida. O exemplo dado pelo autor esclarece o que ele quer dizer com “estrutura sistêmica”: um tradutor pode ser considerado mau, quando não conhece muito bem o sistema da língua de chegada ou de partida; mas muito mais frequentemente o que lhe escapa, conforme o autor, é a *coerência sistêmica* do texto a ser traduzido, e isso faz com que,

em sua tradução, as escolhas não sejam coerentes com a *coerência sistêmica* do original (e às vezes também nem configuram um novo texto coerente). Um tradutor mau, apressado ou distraído traduz somente palavras, talvez frases, mas não um texto e, ainda conforme o autor:

[...] o momento hermenêutico da compreensão de um texto como forma-sentido não se realiza sem que se leve em conta sua texticidade: somente há um efeito de texto (texticidade) se um leitor experimenta um sentimento de unidade coesiva e coerente entre enunciados cotextuais (falo, sobre essa questão, de forças centrípetas em Adam (2005). A primeira contextualização é, portanto, a do texto como unidade cotextual de enunciados⁵ (Adam, 2006, p.22-23).

Nessa ponderação, Adam (2006) destaca a importância do cotexto e do que ele nomeia como *força centrípeta* do texto. Mas isso não distingue um aspecto interno em oposição a um aspecto externo do texto, como muitas abordagens (por exemplo, a de KOCH, 2002) tratam a questão do contexto. Em um segundo momento, o autor justifica o seu afastamento da noção de contexto que pressupõe uma oposição e uma complementaridade entre texto e discurso.

Para o autor, texto e discurso se entrecruzam e se justapõem. Para entender melhor a questão, Adam (2006, p.23) sugere retornar ao fato de que se confunde, muito frequentemente, o contexto como conjunto de “elementos que completam ou que asseguram a interpretação global de um enunciado” e/ou “lugares de onde se originam direta ou indiretamente, isto é, por inferência, esses elementos” nas palavras de Kleiber (1994, p.14). Misturam-se, assim, dados do ambiente linguístico imediato aos dados do mundo empírico. Contudo, e concordamos plenamente com Adam (2006) neste ponto:

Não temos acesso ao contexto como dado extralinguístico objetivo, mas somente às (re)construções pelos sujeitos falantes [...]. As informações do contexto são tratadas sobre a base dos conhecimentos enciclopédicos dos sujeitos, de seus pré construtos culturais e outros lugares comuns argumentativos⁶ (Adam, 2006, p. 23).

O contexto não diz respeito a um mundo externo à língua, mas ao mundo que é reconstruído na linguagem, nos textos, pelos falantes. É assim que podemos dizer que, de um ponto de vista linguístico, o contexto entra na construção do sentido dos textos.

E é por isso que, desta vez seguindo Kleiber (1994), Adam (2006) escreve *co(n)texto*: para destacar que a interpretação de enunciados isolados leva em conta tanto a (re)construção de enunciados à direita e à esquerda do ponto de vista sintagmático (cotexto) quanto a operação que consiste em supor uma situação de enunciação que torna possível o enunciado considerado (contexto).

⁵ No original: “[...] le moment herméneutique de la compréhension d’un texte comme forme-sens ne va pas sans une prise en compte de sa texticité : il n’y a effet de texte (texticité) que si un lecteur éprouve un sentiment d’unité cohésive et cohérente entre des énoncés co-textuels (je parle, à ce propos, de forces centripètes dans Adam 2005. La première contextualisation est donc celle du texte comme unité co-textuelle d’énoncés”.

⁶ No original: “[...] nous n’avons pas accès au contexte comme donnée extralinguistique objective, mais seulement à des (re)constructions par des sujets parlants [...] Les informations du contexte sont traitées sur la base des connaissances encyclopédiques des sujets, de leurs préconstruits culturels et autres lieux communs argumentatifs”.

Podemos concluir, com Adam (2006), então, que o texto não é uma entidade estável, autônoma e fechada, mas bem “contextual”, no sentido da abertura que tem às relações contextuais e que lhe conferem coerência. Sob esse viés, o contexto é um construto complexo que, como os outros elementos de textualidade, depende do agir coletivo entre os interlocutores e contribui para o estabelecimento da coerência e, portanto, da unidade do texto.

Acrescentamos, por fim, a questão de que também os limites do texto são aí, nesse agir coletivo de construção da coerência e unidade do texto, estipulados. Em outras palavras, são os interlocutores que, em interação, estabelecem o começo e o fim dos textos. É claro que há uma infinidade de textos, cuja organização com procedimentos prototípicos de abertura e fechamento deixa marcados esses limites. Assim são as cartas comerciais e os ofícios, que iniciam com a data e *Prezados Senhores*, terminando com uma fórmula de polidez, como *atenciosamente*, seguido da assinatura, as conversas orais, que normalmente iniciam por uma fórmula de cumprimento e saudação e são encerradas por uma despedida, os contos de fada, que começam com *era uma vez* etc. Mas em várias outras situações, os limites do texto dispensam - ou não comportam - esse tipo de marca fronteira. É o caso que vamos analisar, das webnotícias e seus comentários no Instagram.

A textualidade, como se vê, envolve muitos aspectos e pode ser abordada por perspectivas diferentes da que elegemos aqui. Além disso, muito se tem a investigar sobre a textualidade ligada aos elementos peritextuais, aos modos de textualização dos diferentes gêneros, às diferenças entre a textualidade do oral e do escrito, à tessitura periódica e à estrutura sequencial, aos modos de conexão que estabelecem as redes referenciais etc. (ver Adam, 2015; 2019 e Matos, 2018). Por isso, não temos a pretensão de esgotar o assunto nem de encerrar a discussão. Nosso intuito é o de trazer à tona a problemática envolvida neste princípio - tão caro aos estudos, e que, não à toa, está ligado à epistemologia do texto e à própria nomeação do *texto* - e também esclarecer o encaminhamento que propomos para as nossas análises neste trabalho.

Tratamos aqui de três aspectos da textualidade: a *tessitura*, em que operações de continuidade, ruptura e progressão do texto estão em jogo, em especial através dos elementos de segmentação (Adam, 2019) e dos processos referenciais anafóricos e dêiticos (Cavalcante *et al.*, 2022); a *unidade do texto*, que é reconhecida a partir de elementos de coerência, incluindo os contextuais, vistos aqui como emergentes do próprio texto; e os *limites (ou delimitação) do texto*, que estão relacionados a questões de padronização sequenciais, conforme Adam (2019), e genéricas, mas também a aspectos enunciativos. Observamos que esses três aspectos da textualidade estão inter-relacionados, pois os elementos de um influenciam no outro. Assim, a tessitura também contribui para a unidade e delimitação do texto. A unidade, em parte, é dada também por aspectos de delimitação e as marcas de delimitação contribuem, por sua vez, para a tessitura e unidade.

Ressaltamos, porém, que a imensa maioria dos estudos até então desenvolvidos sobre a questão consideravam a textualidade em um ambiente pré-digital. Aqui investigamos como se

dá a tessitura, delimitação e unidade dos textos no ecossistema digital, explorando exemplos de webnotícias com comentários.

Antes das análises propriamente ditas, teceremos considerações gerais sobre este gênero nativo digital, mostrando as possíveis afordâncias que possam dele advir e que colaboraram na construção dos textos neste ambiente digital.

2 Características gerais da webnotícia do Instagram

Nesta pesquisa, do tipo qualitativa e de caráter exploratório e interpretativista, os dados de análise foram gerados a partir de *post* e comentários da rede social *Instagram*. Particularmente, os exemplos aqui analisados foram gerados do perfil @jornaloglobo, do jornal brasileiro *O Globo*, selecionados de modo a priorizar um recorte, cuja discussão não enveredasse para ou exigisse necessariamente a análise de aspectos ideológicos atrelados à textualidade. Isso porque, neste momento, nosso foco recai sobre os aspectos da textualidade objetivamente discutidos no presente trabalho, em especial sobre a constituição dos comentários como prolongamentos do *post*.

Os dois *posts* selecionados apresentam webnotícias, e a elas são associados vários comentários realizados por internautas que seguem ou interagem com o perfil do jornal. O primeiro *post* foi publicado em 02 de junho de 2023 e sua webnotícia trata sobre uma tempestade de areia ocorrida no Cairo, no Egito. A configuração desse *post* dispõe de um vídeo da tempestade, sob o qual se encontra o *layout* do jornal *O Globo* e o título da webnotícia; ao lado esquerdo⁷, encontra-se um trecho verbal com breve detalhamento das informações noticiadas. O segundo *post* foi publicado em 01 de junho de 2023 e sua *webnotícia* trata sobre breve biografia da cantora brasileira Fafá de Belém. O *post* é constituído de uma fotografia da cantora e de um enunciado verbal disposto ao lado esquerdo com informações sobre sua biografia.

Considerando que o fluxo de publicações no ecossistema digital Instagram pode ser bastante dinâmico, buscamos dar conta de um *instante discursivo* (Moirand, 2020), que corresponde ao momento em que os dados foram gerados pelos pesquisadores a partir de ferramentas de capturas de telas do computador. Observamos que, ao longo da análise, os números de curtidas e de comentários mudaram, pois, como se sabe, a qualquer tempo, a webnotícia pode ser acessada, possibilitando a reação dos internautas por botões específicos para isso, e os comentários estão sempre em aberto, para que se acrescentem novos comentários. No *instante discurso* deste trabalho, dia 12 de junho de 2023, às 12h52, o primeiro *post* contava com 55326 curtidas e 860 comentários; e o segundo, com 1685 curtidas e 40 comentários. Desses conjuntos, tendo em vista os objetivos deste artigo, foram recortados para exemplificação alguns comentários que ilustram os fenômenos aqui analisados.

⁷ Os dados foram gerados por computador – em aparelho telemóvel, essa configuração pode ser diferente.

Para organizar as análises efetuadas, pontuamos o texto do *post* da *webnotícia* como texto-primeiro e os comentários foram numerados e ordenados de forma crescente com um número cardinal, para que possamos referi-los na análise. Para resguardar a identidade dos usuários, utilizamos uma tarja preta sobre o nome de seu perfil e um círculo codificado sobre a fotografia que o identifica. Ressaltamos que os números dos comentários mencionados no exemplo 1, de C1 a C18, e no exemplo 2, de C1 a C6 indicam a sequência em que aparecem na *thread* de cada *post* dentro do recorte de comentários que selecionamos para exemplificar.

3 Estudo exploratório e análises

Partimos da ideia, já formulada em Ciulla; Cortez; Silva e Pinto (2022), de que os efeitos enunciativos dos comentários de webnotícias têm como consequência uma espécie de fusão do texto da webnotícia com os comentários. Essa fusão explica-se, na medida em que, por um lado, os comentários não são compreendidos nem isoladamente do texto da notícia que os origina, nem apartados dos outros comentários da mesma postagem. Por outro lado, o texto da webnotícia é prolongado com os comentários que são feitos. Assim, nosso intuito é o de verificar quais recursos enunciativos são empregados pelos comentaristas nesse prolongamento e como esses recursos desempenham um papel para a textualidade que, conforme nossa proposta aqui, será observada quanto à articulação e progressão, unidade e limites do texto.

Esclarecemos ainda que, para as categorias que observamos em nosso estudo exploratório, seguimos a sugestão de Adam (2011), quanto à análise das dimensões enunciativa, de conteúdo referencial e da força ilocucionária, e consideramos o viés argumentativo que perpassa todo texto, como já mencionado. Neste trabalho, nosso foco, contudo, está na dimensão enunciativa e de como aspectos enunciativos estão relacionados à textualidade.

Relembramos também que, sob os pressupostos aqui discutidos, a textualidade se dá principalmente pela *tessitura*, através de i) elementos de continuidade, ruptura e progressão, cuja análise foi realizada a partir da referenciação, conforme os pressupostos que encontramos em Cavalcante *et al.* (2022) e ii) segmentação, cujo enfoque parte da análise textual dos discursos sugerida por Adam (2019).

A seguir, apresentamos uma análise de duas webnotícias e respectivos comentários, publicadas no Instagram.

Figura 1. Exemplo 1



- C1**

... Só de pensar que o Egito já foi a nação mais próspera da Terra e hoje é um nada, é arrepiante

1 sem 87 curtidas Responder
- C2**

@... de uma pesquisada sobre a economia do Egito. Está à beira da falência. Nível Argentina a inflação

1 sem 2 curtidas
- C3**

@... E o Brasil é o que? Kkkkkkk riqueza natural, porém explorada e abusada ao extremo. Cheio de gente sem noção.

1 sem 19 curtidas
- C4**

@... Voltei de lá semana passada. Ajudei muita gente. É muito pobreza. O turismo leva comida pra muita gente. O tempo estava bom.

1 sem 3 curtidas
- C5**

@... a Mãe de Deus pesa...

1 sem 2 curtidas
- C6**

... impossível não lembrar de "A múmia" 😊

1 sem 216 curtidas Responder
- C7**

...

1 sem 2 curtidas
- C8**

@... a gente fica com a sensação de que a qualquer momento o rosto da múmia vai aparecer ali

1 sem 10 curtidas
- C9**

@... já eu lembrei do filme "O príncipe da Pérsia" ❤️

1 sem 6 curtidas
- C10**

@... pode ser o Escorpião Rei rs.

1 sem 3 curtidas
- C11**

... Imotep acoi de mal humor hoje...

1 sem 117 curtidas Responder
- C12**

... Comecei a espirrar vendo o vídeo 😊 quem tem rer é assim.

1 sem 101 curtidas Responder
- C13**

... Imagina as roupas no varal como ficaram...

1 sem 18 curtidas Responder
- C14**

... Natureza revoltada não tem como escapar 😊

1 sem 11 curtidas Responder
- C15**

... "Sou a chuva que lança a areia do Saara sobre os automóveis de Roma"... fenômeno natural

1 sem 57 curtidas Responder
- C16**

... A natureza é impressionante ❤️

1 sem 140 curtidas Responder
- C17**

@... tudo bem aí c vcs? 😊😊😊

1 sem Responder Ver tradução
- C18**

... tudo bem, Jul Agora vai ter de novo a tempestade de areia 😊

6 d Responder Ver tradução

Fonte: https://www.instagram.com/reel/Cs_Xj5M2mm/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MmJiY2I4NDBkZg==

O título da webnotícia (figura 1), “Grande tempestade de areia engole o Canal de Suez no Egito”, especialmente pelo acréscimo do adjetivo *grande*, qualifica a tempestade, nome que por si só traz a ideia de magnitude. Ainda a escolha do verbo *engole* coloca em saliência a grandiosidade devastadora do fenômeno. Reforça essas escolhas enunciativas a imagem que acompanha o *post*, uma das características da webnotícia do Instagram que a qualifica como plurissemiótica e que tem um papel importante na construção do sentido dos textos. Nesse caso, foi escolhido um vídeo da cena da tempestade, o que traz a vantagem, para o propósito que se desenha aí, de causar ainda mais pavor ao leitor, pela visão da enorme massa de areia e pelo seu movimento assustador sobre o canal e sobre os navios. Essa imagem aterrorizante é aumentada, ainda, pelo texto da notícia, em que é anunciado “que uma pessoa morreu e outras cinco ficaram feridas” por causa de um *outdoor* que caiu, pela força de “uma tempestade de areia que varreu a capital do Egito”. O texto continua, informando que “uma nuvem alaranjada cobriu Cairo, obrigando os habitantes da cidade a se abrigarem para fugir dos fortes ventos que transportavam areia” e encerra com detalhes sobre o local do acontecido. No que diz respeito à sequência, conforme Adam (2019), temos aí uma dominante narrativa, típica de uma notícia jornalística (agentes que operam ou sofrem uma transformação em um período de tempo e lugar determinados), a respeito de um evento de catástrofe. O tema é, então, a catástrofe provocada pela tempestade de areia.

Contudo, imediatamente após o texto-primeiro, seguem-se os comentários e as curtidas. Em um dos comentários (C6), o internauta digitou “Impossível não lembrar de a múmia 😬”, seguido de um emoji de espanto. Em outro (C13), se lê: “Imagina as roupas no varal como ficaram...”. O filme *A múmia*, evocado em C6, é de uma aventura divertida, em que os heróis enfrentam adversidades, inclusive grandes tempestades de areia, mas, como em todo filme do gênero, conseguem superá-las com êxito, sem nem mesmo graves ferimentos. Uma das interpretações possíveis para o emoji de espanto é que talvez o internauta de C6 tenha se preocupado em mostrar que fez piada, mas não é insensível à real situação. Todavia, em uma outra leitura, o emoji apenas reforça o tom irônico, na comparação da cena verdadeiramente assustadora com a cena de fantasia do filme. O comentário de C13, sobre as roupas no varal, associa-se inevitavelmente à nuvem alaranjada de areia, tanto mencionada no texto da notícia, quanto na que aparece na imagem da tempestade. E, assim, o tom trágico que se impõe num primeiro momento se desfaz, parcialmente, e o texto passa a ter, nesses encaminhamentos de comentários, um aspecto também cômico.

Outros comentários em tom igualmente cômico dão seguimento a C1, como em C2, com o emoji 😂 (chorando de rir) que retoma anaforicamente o conteúdo do comentário de C1. A retomada anafórica feita pelo emoji pode ser verificada pela posição no fio dos comentários, como em resposta a C1, e expressa uma reação de aprovação e risos à associação feita em C1 entre a catástrofe real no Egito e as tempestades de areia do filme *A múmia*. Em C8, o internauta também faz uma retomada anafórica do filme *A múmia* mencionado em C6: “a gente fica com a sensação de que a qualquer momento o rosto da múmia vai aparecer ali”, dando continuidade

à linha cômica de leitura da notícia e acrescentando, com o dêitico “ali”, um efeito de se colocar na cena (conforme Ciulla (2008), sobre os efeitos de engajar o interlocutor).

Em C9 e C10 há outra relação anafórica e intertextual, na menção de outros filmes com cenários e temáticas semelhantes, *O príncipe da Pérsia* e *Escorpião-Rei*, respectivamente. É importante observar que essas relações anafóricas entre os comentários estão em rede (Matos, 2018; Cavalcante *et al.*, 2022), encontrando suas âncoras tanto no texto-primeiro quanto nos comentários e também servindo de fonte para outros objetos de discurso que vão sendo construídos ao longo dos comentários em um movimento de teia - um verdadeiro tecido - e não de cadeia linear. É dessa maneira que o objeto de discurso *tempestade de areia* vai ganhando diferentes contornos, da catástrofe do texto-primeiro ao ficcional (cômico, aventureiro, etc.) dos comentários, como em C6, C9 e C10. No caso de C13, outro aspecto do objeto *tempestade de areia* é retomado e reconstruído, fazendo emergir um novo objeto, que são *as roupas no varal*. Fica aqui evidente, nessa tessitura, uma das características da constituição textual entre a webnotícia e os comentários, em que objetos de discurso se transformam e evoluem (cf. Apothéloz; Reichler-Béguelin, 1995) fazendo progredir o texto.

Um comentário interessante é também o que aparece mais adiante em C11. O internauta escreve “Imotep acordou de mal (*sic*) humor hoje...”, estabelecendo uma referência com o personagem histórico, que foi arquiteto, médico e filósofo do Egito Antigo, mas que alude também ao personagem morto-vivo do filme *A múmia* e que, entre outras coisas, controla as areias do deserto. Novamente, aqui, o comentário se insere na rede referencial, fazendo progredir um viés mais cômico da notícia.

Outros comentários contextualizam socialmente, economicamente e historicamente a catástrofe, ou a relacionam a essas questões, como por exemplo, em C1: “Só de pensar que o Egito já foi a nação mais próspera da Terra e hoje é um nada, é arrepiante”. Mas mesmo encaminhando outros aspectos, dentre os vários que suscitaram a notícia do *post* de *O Globo*, percebe-se que os comentários são segmentos articulados a um eixo, contribuindo para a tessitura: proposições-enunciados, às vezes expressos por apenas um emoji, períodos únicos ou uma composição de períodos. Por vezes os períodos múltiplos de um comentário formam até mesmo um tópico definido, que desenvolve uma sequência de mini narrativa, como em C4: “Voltei de lá semana passada. Ajudei muita gente. É muita pobreza. O turismo leva comida pra muita gente. O tempo estava bom.” Entretanto, percebe-se a articulação com o texto-primeiro (“voltei de lá” e “o tempo estava bom”, referindo-se claramente ao Egito e ao mau tempo noticiado) e com os outros comentários, que haviam aberto uma discussão sobre questões políticas e econômicas do Egito, encetada em C1, que, por sua vez, havia afirmado que o Egito “hoje é um nada”. O desvio do assunto - da catástrofe natural da tempestade a mazelas sociais e econômicas -, do modo como vemos aqui, não quebra a tessitura, mas estabelece uma relação de ruptura de um lado e de continuidade de outro, fazendo progredir o texto, ainda que em outra direção.

Um outro tópico associado à questão social e econômica também se mescla aos comentários, que é a comparação com outros países, como em C2: “de (*sic*) uma pesquisada sobre a economia do Egito. Está à beira da falência. Nível Argentina a inflação” e em resposta, logo a seguir, em C3: “E o Brasil é o que? Kkkkkkk riqueza natural, porém explorada e abusada ao extremo. Cheio de gente sem noção”.

Ainda outras duas temáticas foram abordadas nos comentários, até o momento do recorte do exemplo. Uma delas é a do ponto de vista ambiental, como em C15: “Sou a chuva que lança a areia do Saara sobre os automóveis de Roma... fenômeno natural”, em C16: “A natureza é impressionante ❤️” e em C14: “Natureza revoltada não tem como escapar 😡”. A última temática que distinguimos é a da religião, em comentários como C5: “a Mão de Deus pesa...”.

Por fim, observamos comentários pessoais de internautas que se conhecem e, aparentemente, alguns deles moram no Egito, outros não, e se comunicam pelos comentários ligados ao texto-primeiro da notícia sobre a tempestade. A troca que exemplifica esse encaminhamento é C17 “😱😱😱 tudo bem aí c vcs?” e a resposta em C18: “tudo bem, Ju! Agora vai ter de novo a tempestade de areia 😞”. Percebe-se a relação de pessoalidade e intersubjetividade pelo uso do apelido (“Ju”) e pela menção da categoria de pessoa em *vcs*.

Em síntese, podemos notar que, na webnotícia do exemplo 1, o tema principal é construído pelo objeto de discurso da catástrofe iminente e já provocada pela tempestade de areia no Egito. Os comentários encaminham, entretanto, outros temas que se derivam desse objeto de discurso, e não somente a catástrofe pelo fenômeno da natureza. Muitos tomam, como tema principal a desenvolver, o aspecto econômico, social e político do atual Egito, em comparação com outros países, enquanto outros recortam o aspecto mais lúdico da memória de filmes que a tempestade de areia evoca, e ainda outros aproveitam para conversar com amigos que moram no local, para ter notícias deles e mostrar que se preocupam.

O que se observa é que, em grande parte das vezes, não se mantém o mesmo conteúdo temático, embora objetos referidos no *post* sejam retomados e reconstruídos nos comentários. Dessa forma, ou o objeto de discurso principal é referido, mas o que se diz sobre ele encaminha a leitura para aspectos variados, em relação ao texto-primeiro, ou novos objetos vão emergindo, a partir do próprio texto-primeiro ou dos comentários. Assim, o texto é prolongado, mas com desenvolvimentos bem diversos: alguns comentários mantêm a temática proposta, mas muitos outros desenvolvem coisas diferentes.

Corroborando com essa percepção, Gonçalves e Carrilho (2020) observam essa imprevisibilidade das práticas do comentário, os quais seriam, para os autores, um “sistema aberto” e em cascata:

Observa-se nos comentários das redes sociais um desvio da atenção do texto fonte para outros tópicos advindos da multiplicação em cascata da atividade comentadora (Paskin, 2010), promovida pelo quadro “conversacionalizante” (retomamos aqui a expressão de Paveau, 2017), oriundo da arquitetura dessas plataformas de comunicação digital. (Gonçalves e Carrilho, 2020, p.193).

Calabrese (2019), por sua vez, destaca as diversas razões pelas quais, de acordo com pesquisa realizada em 2011, os internautas comentam: fazer ouvir suas opiniões sobre assuntos de interesse público, desopilar, trocar e compartilhar informações com outras pessoas, estabelecer conexões sociais pela discussão política, empoderar-se como cidadãos e convencer e influenciar outros – de certa maneira, essas motivações podem justificar, em parte, o fato observado, de que os comentários tendem a se afastar da temática do texto-primeiro, em função dos múltiplos caminhos interpretativos por eles propiciados.

Vejamos mais um exemplo (figura 2).

Figura 2. Exemplo 2



- C1** [Redacted] E o que fazia ela na Comitiva do L4drao em Portugal. A pergunta que não quer calar.
1 sem 3 curtidas Responder
- C2** [Redacted] 🙄 A Fafá é bolsomita???? Duvido.
1 sem 8 curtidas
- C3** [Redacted] Conforma filha, até hj não caiu a ficha?
1 sem 1 curtida Responder
- C4** [Redacted] Gente.. começa o texto assim.. que susto
1 sem 22 curtidas Responder
- C5** [Redacted] Oiiii!?!?! Estagiário na redação? Por pouco pensei que havia partido. Que bom, só é mais um pouco dessa estrela. ❤️
1 sem 9 curtidas Responder
- C6** [Redacted] Uma das maiores! ❤️
1 sem 1 curtida Responder

Fonte: https://www.instagram.com/p/Cs9G3qLL7Sw/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MmJiY2I4NDBkZg==

Neste segundo exemplo, com teor cultural, a webnotícia versa sobre a imagem de uma importante cantora popular do Brasil. O texto-primeiro recupera a trajetória musical de Fafá de Belém, ressaltando suas qualidades e talento. Do ponto de vista da relação do texto-primeiro com os comentários, todavia, notamos situações semelhantes às que observamos no exemplo 1: o texto-primeiro é prolongado pelos comentários, que o modificam, acrescentando informações, opiniões, críticas e pontos de vista. No entanto, o que destacamos neste segundo exemplo, além da temática que se pode inferir a partir da reconstrução dos objetos de discurso, são aspectos enunciativos muito interessantes de escolhas que o redator do texto-primeiro fez e de como isso impactou no modo de muitos internautas, seguidores de *O Globo* no Instagram, receberem, num primeiro momento, a notícia.

O *post* de *O Globo* traz a foto de Fafá de Belém jovem e em preto e branco, o que faz pensar que é uma foto antiga. O texto inicia, convocando o perfil Instagram do *acervo Globo*, através do sinal de arroba, um recurso próprio do aplicativo, e apresenta uma retrospectiva da cantora, desde o início de sua carreira. Essas escolhas enunciativas evocam nos internautas alguns comentários, como C4: “Gente.. começa o texto assim.. que susto 🙄”. Logo a seguir, outro comentário, expressando susto e indignação (C5): “Oiiii!?!?! Estagiário na redação? Por pouco pensei que havia partido. Que bom, só é mais um pouco dessa estrela. ❤️”. Seguem-se, a partir daí, comentários que se alternam entre o retorno à questão política (iniciado por C1, o primeiro comentário da *thread* dos comentários postados), elogio e admiração à cantora e, novamente, o susto por achar que ela havia morrido.

Observamos também que o primeiro comentário (C1) critica a orientação política de Fafá de Belém e a ele se seguem vários outros que se engajam nesse viés de discussão. É interessante pensar o quanto os internautas tendem a se engajar, quando o assunto é política partidária e/ou ideologia política - o que explicaria o fato de o primeiro comentário e grande parte dos outros serem dedicados a esse tema, no caso de uma matéria cultural, que, no texto-primeiro, trata única e exclusivamente da trajetória musical na vida de uma cantora. Entretanto, sabe-se que ela expõe publicamente sua posição político-partidária, o que talvez seja o motivo pelo qual os internautas, ligados nas redes, tenham essa questão em saliência discursiva. Mas essa tendência seria assunto para outro trabalho, em que pudéssemos investigar mais sistematicamente esse fenômeno do comportamento dos internautas que, conforme Calabrese (2019), incorporam diversas motivações aos seus comentários.

Do ponto de vista da textualidade, o que podemos reiterar aqui é o fato de que, nessa conjunção entre *post* + comentários, é recorrente a relação de ruptura e continuidade temática que tem um efeito de unidade textual. No exemplo 2, as escolhas enunciativas do próprio redator do *post* propiciam uma certa leitura em que se configura uma ideia de homenagem *post mortem* à cantora e, portanto, permite construir este objeto de discurso. Esse susto se mescla aos comentários de admiração pela cantora e de certo alívio por ela estar, de fato, viva. E, por fim, a discussão política está relacionada com outra aparição recente (em relação ao *post*) da cantora ao lado do presidente Lula em viagem oficial. Dessa maneira, podemos dizer que, também neste exemplo, a unidade do texto se dá não por um tema, mas pela articulação entre diferentes comentários que, a partir da construção da referência de alguns dos objetos de discurso potencialmente salientes naquela interação promovida pelo *post*, permitem reconfigurar o texto como um todo.

Considerações finais

A tessitura do texto que abarca os comentários como prolongamento do texto-primeiro envolve mecanismos de segmentação e articulação muito peculiares, como exemplificamos neste trabalho. Os comentários se articulam ora ao *post* principal da notícia ora aos demais comentários, estabelecendo relações anafóricas através de expressões nominais, com auxílio de elos coesivos e também através de emojis e gifs. Tal articulação também proporciona a possibilidade de que se estabeleçam diferentes tipos de sequência aos enunciados aos quais se ligam, pois os comentários podem: originar ou dar continuidade a uma célula argumentativa (nos termos de Adam, 2019), iniciar ou dar continuidade a uma narrativa, descrever um aspecto para promover uma avaliação, fornecer uma explicação etc. O texto da webnotícia do Instagram, assim, embora tenha características genéricas semelhantes às de outras webnotícias, assume uma diferente configuração devido ao prolongamento operado pelos comentários, através de seu modo próprio de operar segmentações e articulações, que acrescenta diferentes contornos e encaminhamentos ao texto. Além disso, são essas rupturas e continuidades que proporcionam uma unidade ao texto.

LINHA D'ÁGUA

Os tópicos dos comentários, como vimos, não evidenciam necessariamente um alinhamento temático ao texto-primeiro nem mesmo entre os próprios comentários. O que lhes confere *tessitura* é a conjunção dos vários enunciados, orquestrados pela voz dos enunciadores-internautas. É dessa maneira que aí encontram, nesse ecossistema digital, o modo de expressar ideias próprias a respeito dos tópicos. Nesta dinâmica, emerge a conversacionalidade, conforme Paveau (2021). Para nós, é por meio dessa dinâmica que a tessitura é constituída, e é a partir dela que o texto se estabelece. Isso faz pensar que a unidade temática não é uma condição *sine qua non* do texto enquanto unidade de sentido, uma vez que a unidade, neste ecossistema, é de outra ordem⁸.

Encaminhamos a noção de que a unidade textual é dada, portanto, pela própria interação naquele ambiente e, assim, podemos retomar o que foi dito anteriormente aqui, inspirado em Adam (2006), de que o texto não é uma entidade estável, autônoma e fechada, mas muito *contextual*, no sentido da abertura que tem às relações que se dão na interação pelo texto - e aqui, em especial, no ecossistema digital - e que lhe conferem coerência. Reforçamos, assim que, sob essa perspectiva, o contexto é um construto complexo que, como os outros elementos de textualidade, depende do agir coletivo entre os interlocutores e contribui para o estabelecimento da coerência e, portanto, da unidade do texto. No caso dos comentários digitais de *posts*, como os que mostramos aqui, essa unidade não é a de um sentido único do texto, mas dos vários sentidos que são (re)construídos. O efeito de texto único que aflora dessa fusão entre texto-primeiro e comentários não é dado por uma homogeneização ou neutralização das várias vozes que atuam, como se fossem uma só, mas pelo fato de atuarem em conjunto - e de maneira até divergente, muitas vezes - em torno de objetos evocados no *post*.

Sugerimos que o texto efetivamente emerge desse agir coletivo, dessa orquestração em que a plataforma digital está também implicada na regência, pela maneira como disponibiliza as afordâncias para a construção de sentidos.

Outro aspecto da textualidade que destacamos nos comentários de *posts* é o do limite, pois o texto formado pelos comentários digitais, diferentemente do texto poligerido pré-digital, permanece em aberto, com a possibilidade de os internautas o retomarem a qualquer tempo. Essa característica desestabiliza os limites do texto, que precisam ser reconsiderados a cada leitura. Isto aponta também para a noção de que o texto, enquanto unidade de sentido, pode ser redelimitado e de diversas maneiras: aqui indicamos algumas dessas possibilidades.

Além disso, reiteramos que os modos de se colocar no texto e interagir, renovados pelos próprios recursos tecnolinguageiros deste tipo de plataforma, ambiente e gênero digital, provocam uma complexificação da enunciação. Essa complexidade enunciativa também tem um efeito na textualidade, pois a sequência de comentários, no que pudemos observar, aumenta e modifica os encaminhamentos do texto-primeiro, configurando-o como um texto só,

⁸ Essa questão pode ser desenvolvida, em trabalhos futuros, sob a *dimensão topográfica dos textos digitais*, de Bolter (1991).

poligerido. Pode-se dizer, por fim, que vários enunciadores atuam, reinterpretando e (re)compondo o texto-primeiro, o que lhe dá unidade.

Em trabalhos futuros, sugerimos seguir investigando esses e outros aspectos do digital que venham a contribuir para a compreensão de como os textos se constituem nesse ambiente.

Referências

- ADAM, J-M. *Textes/discours et Co(n)textes*. [Entrevista a] ACHARD-BAYLE, G. In: *Pratiques: linguistique, littérature, didactique*, n. 129-130, p. 20-34, 2006.
- ADAM, J-M. *La linguistique textuelle - Introduction à l'analyse textuelle des discours*. Paris: Armand Colin, 2011.
- ADAM, J-M. *Faire texte: frontières textuelles et opérations de textualisation*. Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté, 2015.
- ADAM, J-M. *Textos: tipos e protótipos*. São Paulo: Contexto, 2019.
- ANSCOMBRE, J-C; DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelas: Mardaga, 1983.
- APOTHÉLOZ, D; REICHLER-BÉGUELIN, M-J. Construction de la référence et stratégies de désignation. *Travaux Neuchâtelois de Linguistique (TRANEL)*, 23, p.227-271, 1995.
- BEAUGRANDE, R. *New Foundations for Science of Text and Discourse*. Cognition, Communication and Freedom of Access to Knowledge and Society. Norwood: Praeger, 1997.
- BEAUGRANDE, R-A; DRESSLER, W. U. *Introduction to text linguistics*. Londres e Nova York: Longman, 1981.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral II*. Tradução de E. Guimarães. Campinas: Pontes Editores, 2006 [1974].
- BOLTER, J. D. *Writing Space Computers, Hypertext, and Remediation of Print*. Hillsdale, New Jersey: Erlbaum, 1991.
- BOUSFIELD, D; LOCHER, M. A.(eds.). *Impoliteness in language: Studies on its interplay with power in theory and practice*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter, 2008.
- CALABRESE, L. Le commentaire: continuités et mutations d'un outil au service de la lecture et de l'écriture. In CALABRESE, L. (org.) *Le commentaire du manuscrit à la toile*. *Revue de linguistique française et d'analyse du discours*. Paris: Editions L'Harmattan. 2019, p.7-28.
- CAVALCANTE, M. et. al. *Linguística Textual – Conceitos e Aplicações*. Campinas: Pontes Editores, 2022.
- CISLARU, G; OLIVE, T. *Le processus de textualisation*. Analyse des unités linguistiques de performance écrite. Louvain-la-Neuve: De Boeck Supérieur, 2018.
- CIULLA, A. *Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos*. 2008. 201f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística. Fortaleza, Ceará, 2008.
- CIULLA, A. Um lugar para a referência sob um ponto de vista da enunciação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 60, n. 3, p. 1-18, 2018.

CIULLA, A; CORTEZ, S. L.; SILVA, A. A. da; PINTO, R. Ampliação enunciativa em comentários de *webnotícia*: uma releitura de Paveau à luz dos estudos enunciativos benvenistianos *Revista Investigações*, Recife, v. 35, p. 1-31, 2022.

COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. (Orgs.). *Letramento digital – Aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CULPEPER, J. Politeness and impoliteness. In: AIJIMER, K; ANDERSEN, G (eds.) *Sociopragmatics*, Volume 5 of Handbooks of Pragmatics edited by Wolfram Bublitz, Andreas H. Jucker and Klaus P. Schneider. Berlin: Mouton de Gruyter, 2011, 391-436. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/284700350_Politeness_and_impoliteness. Acesso em 28/04/2023.

DÉTRIE, C. Texte, textualité, modes de textualisation. *Congrès Mondial de Linguistique Française - CMLF'08*, Paris, 2008. p.19-36. Disponível em: <https://hal.science/hal-00438838>. Acesso em 15/05/2023.

FLORES, V. *Problemas Gerais de Linguística*. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

GIERING, M. E; PINTO, R. O discurso nativo digital e a noção de textualidade: novos desafios para a Linguística Textual. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 15, n. 31, p. 30-47, 2021.

GONÇALVES, M; CARRILHO, J. Comentando comentários: questões de texto, gênero e corpus. *Revista Da Associação Portuguesa De Linguística*, n.7, 2020, p.191–208.

KLEIBER, G. Contexte, interprétation et mémoire: approche standard vs approche cognitive. *Langue française*, n. 103, p. 9-22, 1994.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

MAHRER, R; MERMINOD, G. Pour une approche processuelle du texte: de la cohérence à la continuité. *Fabula / Les colloques, La dis/continuité textuelle*. Disponível em: <http://www.fabula.org/colloques/document8179.php>. Acesso em 15/05/2023.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MATOS, J. G. *As redes referenciais na construção de notas jornalísticas*. 2018. 259f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística. Fortaleza, Ceará, 2018.

MOIRAND, S. A contribuição do pequeno corpus na compreensão dos fatos da atualidade. Tradutores Fernando Curtti Gibin e Julia Lourenço Costa. *Revista Linguagem*, v.36, p. 20-41, 2020.

ORTIGUES, E. *Interpretação*. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v. II, pp.21 8-23 3, 1987.

PAVEAU, M-A. *L'analyse du discours numérique*. Dictionnaire des formes et des pratiques. Paris: Hermann, 2017.

PAVEAU, M-A. *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. Tradução de Júlia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. Campinas: Pontes, 2021.

RIBEIRO, A. E.; NOVAIS, A. E. (Orgs.). *Letramento digital em 15 cliques*. Belo Horizonte: RHJ, 2013.

Artigo / Article

Poder, persuasão, exibição: análise de mensagens de "influenciadoras" na rede social Instagram

Power, persuasion, self-exhibition: analysing messages from "influencers" on the social media platform Instagram

Isabel Roboredo Seara 

Universidade Aberta, Lisboa, Portugal

Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa - CLUNL, Portugal

irseara@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2117-5320>

Recebido em: 14/07/2023 | Aprovado em: 12/11/2023

Resumo

A rede social Instagram afigura-se, na contemporaneidade, como um espaço de comunicação privilegiado, em que os utilizadores podem partilhar e publicar facilmente as suas fotografias e vídeos. Assistimos, por isso, ao surgimento de influenciadoras, mulheres que ganham visibilidade através de publicações na rede social e que promovem marcas através de imagens e de comentários para os produtos que publicitam. Face ao mercado muito competitivo que é criado a partir da rede social, analisam-se neste estudo publicações da página de Instagram de uma influenciadora portuguesa, a fim de recensear, por um lado, as estratégias linguístico-discursivas de *posts* que veiculam *ethè* de carácter, de credibilidade e, por outro, as estratégias ao serviço da construção do poder e da persuasão. A análise permite comprovar o recurso à técnica da glamourização, que visa construir um efeito excessivo em relação ao que se quer publicitar para, desta forma, exercer o poder.

Palavras-chave: Estratégias discursivas • Análise pragmático-discursiva • Construção do ethos • Discurso persuasivo

Abstract

The social media platform Instagram appears, currently, as a privileged communication space, where users can easily share and publish their photos

and videos. We are therefore witnessing the emergence of female influencers, women who gain visibility through publications on this social network and who promote brands through images and comments on the products they advertise. Given Instagram's highly competitive market, this study analyses posts on a Portuguese influencer's page in order to reconsider, on one hand, the linguistic-discursive strategies of comments that convey the ethos of character and credibility and, on the other hand, the strategies at the service of the construction of power and persuasion. The analysis shows that the technique of glamourisation is used to create an excessive effect regarding what is being advertised in order to exert power.

Keywords: Discourse strategies • Pragmatic-discursive analysis • Ethos construction • Persuasive discourse

Introdução

Les autres nous habitent, nous habitons les autres...
(Edgar Morin, *La Méthode*, 2008)

É inegável que as redes sociais desempenham um papel importante na nossa vida quotidiana, e este facto tornou-se ainda mais evidente na época de pandemia que vivenciámos, na medida em que o confinamento impulsionou novos comportamentos *online* e maior necessidade de auto-visibilidade, fazendo com que plataformas sociais como WhatsApp, Facebook, Twitter, Instagram, Snapchat ou TikTok tenham aumentado exponencialmente o seu número de utilizadores. São vários os estudos sobre a intimidade em redes digitais que demonstram a importância das redes na construção da identidade das pessoas, quer individual, quer coletivamente, nas sociedades contemporâneas.

Como afirma Zetlaoui (2020), as redes sociais têm a particularidade de esbater as fronteiras entre as esferas pública e privada, na medida em que permitem aos cidadãos publicar, mesmo de forma restrita, informações que guardaram para si próprios ou partilharam apenas com amigos e familiares próximos antes da existência destes dispositivos de sociabilidade em linha. Esta porosidade de fronteiras tem sido estudada pelos investigadores através de uma grelha de análise psicossocial estruturada em torno dos conceitos de expressividade (Allard, 2017), e de *extimidade* (Tisseron, 2011) ou extrospecção (Jeanne-Perrier, 2013).

Assistimos, pois, a uma amplificação de fenómenos de espectacularização da vida, de auto-exposição diária e permanente, da encenação do *eu* e da vida quotidiana, do culto do banal, como tão bem assinalou Jost na sua obra *O culto do banal* (2007), que associa esta valorização das pessoas anónimas e comuns e dos objetos do quotidiano que desejam veementemente ascender a uma esfera de estrelato. Há, pois, paradoxalmente, um movimento em direção à exteriorização do *eu*, um aumento na polarização dos diálogos nas redes, construindo, assim, um quase monopólio das redes sociais, a ponto de constatarmos que os noticiários tradicionais televisivos recorrem frequentemente a notícias que provêm justamente das redes sociais.

Assiste-se, pois, nas redes sociais ou através delas, à construção de espaços exacerbados de expressão individual, à assunção de uma banalidade que está associada a necessidades de catarse, de empatia e de simulação (ou não) de autenticidade.

Este estudo visa analisar as diferentes estratégias discursivas usadas por uma influenciadora portuguesa que tem sido inequivocamente considerada como um fenómeno da rede social Instagram, ensaiando analisar, a partir de um corpus de *posts* recolhidos, as estratégias discursivas que convoca para promover produtos e alcançar uma maior visibilidade. A análise é tributária de várias correntes teóricas, nomeadamente da Análise do Discurso, da Argumentação, da Retórica, a fim de comprovar que a construção dos argumentos está ao serviço da construção de diferentes *ethè* da influenciadora que visa sobretudo seduzir e influenciar os seus seguidores.

1 A rede social Instagram

A rede social Instagram afigura-se, na contemporaneidade, como um espaço de comunicação privilegiado, em que os utilizadores podem partilhar e publicar facilmente as suas fotografias e vídeos (Hu; Manikonda; Kambhampati, 2014). Assistimos, por isso, ao surgimento de influenciadoras, mulheres que ganham visibilidade através de publicações nessa rede e que promovem marcas, através de imagens e de legendas/comentários, para os produtos que publicitam. Face ao mercado muito competitivo que é criado a partir da rede social, importa perceber quais as estratégias linguístico-discursivas das legendas e dos comentários que veiculam *ethè* de carácter, de credibilidade e que configuram, assim, estratégias de persuasão do outro, no exercício do poder.

Segundo Caerols, Frade e Soto (2013, p. 68), “a rede social Instagram é uma aplicação cujo principal valor foi atribuído à capacidade de interação entre a marca e o utilizador através da fotografia. A aplicação facilita a construção de um discurso participativo entre utilizadores e marcas, devido ao elevado nível de interação”. Por seu turno, Ruíz Cartagena (2017) evidencia que este espaço digital configura uma plataforma perfeita para dar a conhecer o modo de vida, conhecimentos ou opiniões dos *influencers*, contribuindo para viralização de conteúdos, ou seja, multiplicando a difusão e propagação de vídeos, imagens, produtos. O influenciador manifesta uma liderança evidente, principalmente nas dedicadas ao setor da moda e beleza, que encontram nestes perfis as montras ideais.

Uma das características da rede social Instagram é a sua democratização que pode ser comprovada em duas vertentes: por um lado, as ferramentas, a plataforma e o acesso são iguais para todos, desde que possuam a ligação à internet e, concomitantemente, o utilizador desta e de outras redes sociais pode ser, em simultâneo, criador e recetor de informação, o que permite exponenciar o surgimento de influenciadores digitais que, embora possam ser pessoas absolutamente comuns, podem cativar e influenciar um elevado número de seguidores. Os influenciadores digitais são aproveitados pelas marcas para a divulgação dos seus produtos,

que, desta forma, chegam, de forma praticamente síncrona e personalizada, a milhares de pessoas, que são persuadidas a comprar, na medida em que os influenciadores assumem um poder de referência social para os seus seguidores. (cf. Teodoro; Alturas; Pinheiro, 2019).

É interessante notar que a maioria dos influenciadores utiliza o Instagram para publicar posts que têm um objetivo óbvio orientado para o comércio, a fim de promover e melhorar a imagem de certos produtos e marcas e, por vezes, até servir de trampolim para que as pequenas marcas se tornem conhecidas, ganhem popularidade e, claro, benefícios económicos.

Como sublinham Hu, Manikonda e Kambhampati (2014, p. 595), “Apesar da sua popularidade, até à data, pouca investigação tem sido centrada no Instagram”,¹ nomeadamente no campo dos estudos das Ciências da Linguagem, em Português Europeu. Os estudos mais relevantes são predominantemente da área da comunicação. McCune (2011) investigou as motivações das pessoas para a utilização do Instagram através de um estudo de pesquisa com 23 utilizadores do Instagram. Outros privilegiam a análise de imagens e fotografias, com o objetivo de estabelecer diferenças sociais e culturais (Hochman; Manovich, 2013). Realcem-se algumas pesquisas, sobretudo na área da Comunicação, como a de Leaver, Highfield e Abidin (2020), que privilegiam a análise da forma como os influenciadores das redes sociais transformaram o Instagram num mercado, realçando quais as estratégias sociais e culturais para aumentar a procura de potenciais clientes na aplicação e envolver os seguidores, numa dinâmica ecológica de vendas e, sobretudo, mostrando, na sequência das afirmações de Abidin (2015, p. 7) como se cultiva “uma intimidade em rede”.

Ora, uma análise discursiva centrada nas publicações na rede social Instagram poderá contribuir para ajudar a ter uma visão mais aprofundada sobre fenómenos sociais, culturais e, sobretudo, sobre uma questão da atualidade que se prende com a construção repentina das *influencers*, evidenciando como, através da conciliação de fotos e de vídeos com mensagens verbais persuasivas, se constroem perfis que manipulam e se convencem os seguidores destas redes sociais.

Este estudo foi despoletado por dois motivos diferentes, em certa medida, complementares: por um lado, uma reflexão pessoal que tenho vindo a desenvolver sobre textos fragmentários, mensagens das redes sociais e fenómenos como a cortesia e a agressividade nestes espaços digitais; por outro, o trabalho desenvolvido por Ana Cristina Martins (2023)².

¹ No original, “Despite its popularity, to date, little research has been focused on Instagram”.

² Dissertação intitulada *Persuasão e manipulação: análise das estratégias discursivas em publicações de influenciadoras portuguesas no Instagram*. Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa, Lisboa, Universidade Aberta, 2023. Os diálogos conjuntos com a mestranda, no decurso do ano de 2023, impeliram-me a uma curiosidade crescente e a uma reflexão colaborativa que desejo prosseguir com uma equipa ainda mais ampliada de investigação. É, pois, devido um sincero agradecimento à Mestre Ana Cristina Lézinho Martins pela cedência do *corpus* e, sobretudo, pelos diálogos instigantes que ajudaram à prossecução dos objetivos da investigação. já que são escassos os trabalhos na área dos estudos do discurso digital, em Português Europeu. Ao invés, cumpre realçar alguns trabalhos de pesquisa desenvolvidos no Brasil, nomeadamente na área da Comunicação, dos quais me permito destacar os de Issaaf Santos Karhawi, apresentada no Programa de Pós-Graduação em

A reflexão, a que anteriormente aludi, parte de dois conceitos que julgo pertinentes e produtivos quando abordamos o domínio das redes sociais: por um lado, um conceito já anteriormente abordado (Seara, 2015) que é o conceito de “extimização”. Retomo, assim, a ideia de Tisseron (2011, p. 84) que define “extimité” como “o processo pelo qual os fragmentos do eu íntimo são apresentados aos outros antes de serem validados”,³ anotando, igualmente, na senda da explicação de Paveau, que a *extimidade* não deve ser entendida como antonímia de *intimidade*, mas preferencialmente este processo de extimização deve ser compreendido como uma prática de exposição e de *dévoilement* do eu com o objetivo primordial de obter a validação do outro, o reconhecimento social, o acréscimo de visibilidade (Paveau, 2017, p. 185 e seg.).

De acordo com Boyd e Ellison (2007), as redes sociais combinam pelo menos três funções fundamentais: a de configurarem um suporte da identidade digital, a de se afirmarem como um meio de sociabilidade baseado em critérios de afinidade, e ainda a de se assumirem como um meio reticular para a comunicação interpessoal ou intergrupala.

A influência é muitas vezes descrita como o poder de afetar uma pessoa ou grupo de indivíduos (Wren, 1999). Neste contexto, os influenciadores são frequentemente representados como líderes de opinião que influenciam informalmente o comportamento de outros numa direção desejada (Desmoulin: Alloing; Mohli, 2018).

Neste estudo, gostaríamos de realçar como o telemóvel (do mais simples ao mais sofisticado) está associado a uma revolução social da comunicação e como esta escrita individual e expressiva, que confere um poder de expressão a qualquer pessoa através da publicação de simples *posts*, pode conquistar uma dominação socioeconómica e sociocultural, que é a que caracteriza os denominados *influencers*.

Um aspeto fundamental da comunicação persuasiva nas redes sociais contemporâneas, mencionado por vários autores, é a retoma das estratégias clássicas que remontam a Aristóteles, tais como a força persuasiva dos argumentos e a credibilidade, como atributos do discurso persuasivo usados pelas influenciadoras femininas que conjugam, ainda, a genuinidade, a simpatia e, ainda, certa vulnerabilidade.

Para o presente estudo, centrámo-nos na recolha de uma das mais conhecidas influenciadoras portuguesas, Madalena Abecasis, que conta com quase quatrocentos mil seguidores (à data de junho de 2022), e publicações em formato de *stories*, que foram registadas e gravadas para posterior análise. O *corpus* reúne 52 *posts* da *influencer*, bem como algumas das interações subsequentes, e foram recolhidos por *print screen* durante os meses de maio e junho de 2022. Privilegiar-se-á a análise da mensagem verbal, em detrimento da semiótica e visual, embora se remeta para a inseparabilidade das duas, em alguns momentos da análise.

Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, em 2018, nomeadamente a tese de doutoramento intitulada *De blogueira a Influenciadora: Motivações, Ethos e Etapas Profissionais na Blogosfera de Moda brasileira*, que privilegia a análise do processo de profissionalização das blogueiras de moda no Brasil, desvelando os *ethè* dessa nova classe profissional.

³ No original, “Le processus par lequel des fragments du soi intime sont proposés au regard d’autrui avant d’être validés” (Tisseron, 2011, p. 84).

2 Fundamentação teórica

Na fundamentação teórica, considera-se importante delimitar alguns conceitos distintos: a *construção da argumentação*, que surge decalcada da argumentação publicitária e aqui seguem-se preferencialmente os pressupostos teóricos de Adam e Bonhomme (1997), que abordam a retórica do elogio e da persuasão, ao serviço da argumentação. A *construção do ethos exibicionista* e de afinidade dos influenciadores, partindo das ideias de Charaudeau (2008) e de Amossy (1999a, 1999b, 2010 e 2012), articulando-as necessariamente com o conceito de “patemização”, que adotamos da teoria semiolinguística do discurso de Charaudeau (2009). As estratégias prevaletentes tendo em vista a predominância de atos constativos e expressivos para emitir opinião, veiculados maioritariamente por verbos epistémicos performativos; o uso recorrente de estratégias lexicais, como o adjetivo valorativo e a hipérbole, que exaltam a qualidade e a originalidade do produto, o decalque da linguagem familiar para a criação da proximidade.

E, por fim, o que defendemos como crucial, de acordo com Grey (2008), o recurso à *técnica da glamourização* que visa construir um efeito excessivo em relação ao que se quer publicitar para, desta forma, exercer o poder.

3 Construção da argumentação

3.1 Organização verbo-semiótica

Como se constrói a argumentação num simples *post*?

Um *post* na rede *Instagram* é basicamente uma mensagem que o utilizador publica na sua conta com o objetivo de gerar envolvimento com o público, que garanta o sucesso da presença online.

A multimodalidade do hipertexto é caracterizada pela possibilidade de inserir *selfies*, imagens ou ficheiros de áudio ou vídeo que constituem o foco do diálogo, e que desencadeiam “gostos” e comentários. As imagens são geralmente acompanhadas por uma mensagem do utilizador ou pela hashtag (#) que contribui para a construção da identidade *online* do participante. Outras características dos *posts* são as marcas de oralidade, expressas através do uso de letras maiúsculas, interjeições, repetição de sinais de pontuação e alguns grafemas.

Há uma série de elementos específicos da linguagem *online*, tais como suporte visual (fotografias, vídeos, ficheiros áudio, etc.), efeitos gráficos como *emoticons*, *emojis*, imagens *gif*, *memes* e a presença de hiperligações (*links*, *tags*, *hashtags*), que fazem a ligação com a informação de outro website e oferecem a possibilidade de intertextualidade. A interação é a modalidade de utilização do conteúdo que mais caracteriza a comunicação na *web*, que se desenvolve mais horizontal do que verticalmente de um emissor para os recetores.

Dado que Instagram é uma rede social na qual existe um hibridismo e uma contaminação entre o oral e o escrito, encontramos em certos *posts* a adoção de alguns recursos supra-segmentais típicos da oralidade (*vide* Briz, 2004, p. 29-48). Assinale-se o uso da modalidade exclamativa e da reprodução escrita da pronúncia marcada por letras maiúsculas. O uso recorrente de pontos de exclamação concorre para enfatizar o discurso e, em alguns casos, para reforçar o apelo.

3.2 Construção dos argumentos

É geralmente aceite que qualquer ato de argumentação envolve um desejo de convencer e persuadir o recetor. Subscrevemos, pois, a definição proposta por Plantin (2005, p. 39), segundo a qual argumentar “é dirigir-se a um interlocutor com um argumento, ou seja, uma boa razão para o fazer admitir uma conclusão e incitá-lo a adotar os comportamentos adequados”. Na mesma linha, Lo Cascio (1998, p. 47) afirma que “argumentar constitui um ato ilocucionário que determina ou provoca um ato perlocucionário no recetor”.

A atividade discursiva de argumentação pode ter lugar no âmbito de trocas dialógicas ou através de texto monologado, mas, mesmo na forma monologada, “o texto argumentativo tem sempre um carácter dialógico, porque é enunciado e construído com o objetivo de persuadir um destinatário (explícito ou implícito) e segue uma orientação determinada, quer axiológica quer ideológica” (Herrero Cecilia, 2006, p. 199).

A grande maioria das marcas envia os seus produtos a influenciadores, oferecendo-os como presentes. Isto levou ao surgimento de um novo termo dos meios de comunicação social: “desempacotar” (*unboxing*). O influenciador irá retirar o produto da sua embalagem enquanto está a ser filmado, para ver o seu conteúdo e o mostrar posteriormente ao público. Os influenciadores filmam este processo, exibindo geralmente produtos recém-lançados, de marcas menos conhecidas, embora também possam publicitar grandes marcas. Em troca de presentes ou de remuneração financeira, os influenciadores agradecem à marca, na gravação, marcam-na no vídeo ou publicação e acompanham-na com elogios. Sem dúvida, a gravação e as palavras do enunciador têm, na sua essência, o objetivo de divulgar a marca e de mostrar aos seus seguidores os produtos para que estes os compreem. De referir, ainda, que, na maioria das vezes, as marcas oferecem códigos de desconto para os seus utilizadores, e estes elementos também aparecem nos *posts*.

É curioso assinalar que existe também uma negação do fenómeno publicitário, ou seja, os influenciadores negam que se trata de publicidade, afirmando recorrentemente que “não fazem publicidade”, “não é publicidade porque não foram pagos”, ou declaram que eles próprios compraram os produtos, o que, por si só, confirma um tipo argumento, uma vez que se baseiam nestas declarações para convencer os seus seguidores, fazendo-os acreditar que a posse deste produto é por opção e não é motivada por objetivos económicos (Falcón Pérez, 2019, p. 9).

3.3 Dêixis: pessoal, espacial, temporal e emocional

O discurso argumentativo, nomeadamente nas redes sociais, patenteia um elevado uso de referências dêicticas, especialmente de natureza pessoal. Segundo Plantin (1990, p. 232), a argumentação faz uso de uma linguagem “habitada pelos interlocutores e marcada pelos seus pontos de vista”, pelo que uso de pronomes pessoais, especialmente pronomes de primeira pessoa singular e plural e o aparecimento explícito de pronomes de segunda pessoa (*vocês*), é mais frequente do que noutros tipos de textos.

Há manifestamente, no caso das *influencers*, uma ampliação do *eu*. Segundo Martínez Ruiz (2004, p. 252), “a categoria de pessoa é o eixo em torno do qual o discurso é organizado”, pelo que o locutor é a primeira pessoa que, no ato de comunicação, se tornará o centro da mesma.

Através das formas verbais da segunda pessoa/terceira plural (*olhem, vejam...*), o locutor dirige-se aos interlocutores das redes como destinatários da mensagem veiculada.

Por outro lado, a utilização de fórmulas informais de endereçamento, o tuteamento, tem uma função particularmente relevante na análise dos termos em que a argumentação é apresentada e, em particular, a imagem que o locutor deseja construir. A distância é encurtada, para que o recetor “tenha a sensação” da personalização da mensagem.

Similarmente, os demonstrativos fornecem indicações sobre o local onde o locutor se encontra no momento da escrita do *post* ou da gravação do vídeo, e as formas verbais maioritariamente no presente do indicativo indiciam que a ação ocorre ao mesmo tempo que o evento é relatado, ou seja, o tempo de enunciação corresponde ao tempo do enunciado, na medida em que o locutor tenta mostrar aos seus interlocutores os acontecimentos tal como ele próprio os está a viver. Como resultado, ao utilizar o tempo presente, o locutor encurta a distância temporal e, ao mesmo tempo, transporta todos os acontecimentos para o presente do recetor.

A dêixis temporal é extremamente relevante neste tipo de publicações, dada a importância que assumem as marcas do “hoje”, do “agora”, que decorrem da tendência para o imediatismo que a rede social instiga. Assim, imperam razões que instigam à necessidade de visualizar o produto no momento em que é publicitado, sob pena de o mesmo esgotar, o que justifica que imperem os dêicticos temporais.

Convocamos ainda a dêixis emocional, tal como foi definida por Macário Lopes (2019, p. 226-227), “entendida como a expressão linguística da proximidade ou distância afetiva do falante face a um referente”.

Potts e Schwarz (2008), na esteira da reflexão de Lakoff (1974), consideram que o uso dos demonstrativos ocorre em predicções de índole eminentemente avaliativa (podendo a avaliação ser positiva ou negativa) e defendem que há uma conexão entre as construções com demonstrativos afetivos e os enunciados exclamativos, dado que estes últimos expressam

sempre um estado emocional do falante, sendo intrinsecamente avaliativos. A utilização do demonstrativo “este”, quando analisado com base num esquema binário de marcação de proximidade *versus* distância (sendo o ponto de referência da localização o locutor), veicula naturalmente um valor de proximidade relativamente ao locutor, como é sublinhado por Macário Lopes (2019, p. 227) que afirma tratar-se de “demonstrativos de proximidade expressam envolvimento emocional do locutor”.

Por seu turno, os possessivos de primeira pessoa, em contexto de vocativo, frequentes nas interações *online*, são usados em expressões vocativas para expressar proximidade afetiva, contendo tal expressão nomes ou adjetivos (nominalizados) com traços semânticos de avaliação positiva “minha querida, meu amor”, estando ao serviço da construção da deixis emocional.

3.4 Estruturas lexicais avaliativas e afetivas: intensificadores

Segundo Fuentes Rodríguez e Alcaide Lara (2002, p. 298), as estruturas lexicais de avaliação encerram uma função persuasiva que está igualmente na génese do discurso argumentativo e que pode orientar a opinião dos recetores, a partir da utilização de uma série de elementos lexicais avaliativos, quer de valorização quer de desvalorização.

De acordo com Albelda Marco (2002, p. 298), a intensificação é uma categoria pragmática que opera a nível argumentativo (mensagem ou interpretação) e social (relação-ouvinte) da língua (cf. Briz, 1998, p. 144). A linguista sublinha que a intensificação reforça a verdade do que é dito com o objetivo de o tornar manifesto e mais credível, e também de assegurar que se trata de informação relevante (Albelda Marco, 2005, p. 284).

3.5 Ethos das influenciadoras

De acordo com Karhawi (2016), os influenciadores são aqueles que detêm algum tipo de domínio na decisão de compra de um indivíduo, nas discussões postas em circulação, nas decisões em relação ao estilo de vida, nos gostos e bens culturais dos que estão inseridos em sua rede. Um influenciador digital produz conteúdos temáticos, com frequência, visando à construção da credibilidade pessoal. Piza (2016, p. 4) afirma que “um indivíduo se torna influenciador quando consegue manter uma audiência cativa por um período de tempo constante, ou seja, quando as variáveis alcance, relevância e ressonância articulam-se entre si”. Assim, eles podem alcançar um número maior de compradores devido à influência que exercem sobre os seus seguidores.

Importa realçar duas características das *influencers* digitais que determinam o seu estatuto:

- a) são precursoras de uma nova forma de comunicar e de interagir nas redes sociais, pois partilham informação sobre moda, beleza, decoração com um público arreado dessa esfera e, simultaneamente, constroem comunidades de seguidores que parecem cegamente confiar nos gostos, opiniões e recomendações;
- b) por outro lado, reúnem atributos que lhes conferem determinada credibilidade, reputação e prestígio, através de estratégias discursivas que visam construir um discurso de legitimação, de reputação – no sentido atribuído por Recuero (2009, p. 110) – e de persuasão.

Um influenciador, geralmente, publica conteúdos com regularidade, consistência e qualidade a fim de atender as exigências de seu público. Público esse que legitima o influenciador na medida em que ele constrói uma relação sincera, genuína e íntima com a comunidade. As DI (*Digital Influencers*) potenciam o consumismo, influenciando as suas seguidoras. As publicações e as suas histórias de vida são representativas para este estudo como objeto de análise, na medida em que são capazes de influenciar determinada camada social, através do tipo de conteúdo que produzem. O facto de influenciarem os seguidores por meio de *posts* e das consequentes interações verbais corrobora a materialidade relevante para a análise do discurso da rede social destas influenciadoras digitais. As interações entre as influenciadoras e as suas seguidoras decorrem dos seus interesses comuns, nomeadamente os associados predominantemente ao feminino: moda, beleza, decoração. A interação estabelecida entre as digitais *influencers* e as suas seguidoras é igualmente construída pelo desejo de autopromoção da imagem e de pertença a determinado grupo social, o que leva algumas mulheres comuns a seguirem as influenciadoras para copiarem hábitos de consumo ou modos de estar, em suma, para se inspirarem numa tentativa de alcançarem o mesmo *status* social.

4 Técnica da glamourização

Glamourization in advertisements is used to enhance the meaning in the advertisements. Glamourization refers to the use of uncommon words in our daily life.

(D. Grey, *Language in use*, 2008, p. 8)

A glamourização é utilizada para realçar o significado nos anúncios, como sublinha Grey (2008, p. 34), “o publicitário recorre à glamorização para dar um efeito de *glamour* ao produto que estava a ser promovido”⁴, pelo que o uso de adjetivos valorativos, de qualificações hiperbólicas, visa cumprir a retórica da veracidade ao serviço da influência, tendo em linha de conta a definição de “influenciador”, proposta por Solis (2012, p. 8):

⁴ No original, “the advertiser used glamorization to give glamour effect towards the product that was being promoted”. (Grey, 2008, p. 34).

[...] Influenciadores, como são normalmente chamados, formam laços fortes com indivíduos que têm maneiras de pensar semelhantes às dele dentro das redes sociais e fortalecem essas conexões com interações valiosas e significativas. Esses influenciadores são indivíduos que provavelmente possuem a capacidade de influenciar baseada numa série de fatores, tais como seguidores concentrados ou substanciais nas redes sociais, estatura ou autoridade notável dentro de uma comunidade e tamanho ou lealdade de uma audiência. A força dessas redes e a correspondente popularidade ou expertise que os indivíduos ganham dentro dela é o resultado direto de investimentos significativos de capital intelectual, benevolência e o bom e velho networking.

Por seu turno, a necessidade de extimização coloca em paralelo estas duas realidades opostas. Ilustrámos esta necessidade num estudo anterior (Seara, 2015) em que convocámos o mito de Narciso a fim de chamar a atenção para a necessidade que os utilizadores de blogues ou de diários virtuais (nos quais podemos incluir a plataforma Instagram, por associar imagem a texto) têm de, ao mesmo tempo, quererem resguardar a sua intimidade e, inversamente, a exporem como num montra, à vista de todos. Atente-se no contraste presente no referido mito:

A imagem na água flutua, é móvel, fugidia, tal como a linguagem, que é um espelho pérfido. E esta projeção narcísica quer, por um lado, fugir, seduzida pelo fluxo das palavras, e, por outro lado, em contrapartida, reclama a cristalização, metáfora aqui do desejo transversal de perpetuação da escrita (Seara, 2015, p. 82, tradução nossa)⁵

As redes sociais são unanimemente consideradas “palcos mediatizados de encenação” (Arendt, 1978, p. 75), pois subsiste o problema da exibição excessiva e da reduzida consciência do olhar dos outros que estão intimamente relacionadas com o narcisismo e com o fenómeno da *extimização* do *eu*.

5 Análise do corpus

Recolhemos as publicações durante o mês de maio de 2022 da página de Instagram da *influencer* Madalena Abecasis (em @madalena_abecasis), que conta já com 391 mil seguidores (à data de 20 de maio de 2022), e publicações em formato de *stories* – publicações de duração temporária (24 horas), que incluem fotografia ou vídeo, nas quais a influenciadora, muitas vezes, mostra os produtos que as marcas enviam de forma espontânea para a agência que representa Madalena (a Notable). Apresentaremos a análise de alguns *posts*, ensaiando aplicar os pressupostos teóricos anteriormente expostos. Assim, privilegiaremos 3 níveis de análise:

- a) o nível pragmático, em que recensearemos os atos discursivos predominantes, evidenciando a intencionalidade discursiva e os efeitos perlocutórios que lhes estão subjacentes;

⁵ No original, “L’image sur l’eau fluctue, est mobile, insaisissable, tout comme le langage qui un miroir perfide. Et cette projection narcissique veut, d’un côté, s’enfuir, séduite par le flux des mots, et, d’un autre côté, en contraste, prétend la cristallisation, métaphore ici du désir transversal de la perpétuation de l’écriture”.

- b) o nível argumentativo, mais sustentado, pois mostraremos as estratégias discursivas ao serviço da persuasão, analisando os tipos de argumentos que são recorrentes e insistindo na importância da dêixis;
- c) o nível retórico, em que interligaremos as análises anteriores com a construção do *ethos* e a patemização que reforçam a intenção persuasiva, a que aludimos anteriormente.

A *influencer* portuguesa sobre a qual recai a análise é Madalena Abecasis (Figura 1), que se apresenta de uma forma minimalista na sua página do Instagram: “Escrevo coisas. Fotografó cenas. Sou boa ao longe” (ver Figura 2).

Figura 1. Influenciadora Madalena Abecasis



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CbmvPyiqRVz/?hl=pt>. Acesso em 10 fev. 2024.

Ao celebrar os seus 40 anos, afirmou “já não preciso escrever nada sobre mim, do quão espetacular, única e perfeita sou, porém humilde”. Conhecida pelo seu toque humorístico nas redes sociais, a influenciadora conquistou uma legião de seguidores, reunindo 342 mil “Madaleners”, como gosta de apelidar, na conta de Instagram que criou em 2012. Em outubro de 2022 foi reconhecida entre os influenciadores digitais na Gala Superbrands, tendo sido a vencedora da categoria Personalidade de Excelência, votada pelo público.

Para ver e perceber o estilo descontraído, irónico e galhofeiro de Madalena Abecasis, é imperioso seguir a conta de Instagram. Os vídeos, divididos por *stories*, abordam temas tão diversos como o estatuto de “celebridade” dos *influencers*, as *mommy bloggers*, a maternidade, a idade, sempre com graça e leveza, num discurso quotidiano que privilegia a familiaridade.

Num programa televisivo afirmou: “Eu gostava de conseguir mostrar como sou. Esta parvoíce, esta coisa de achar que sou tia mas depois sou uma pelintra. Sou de Cascais e tenho este ar de tia mas, depois, tenho tatuagens. Acho que é giro desconstruir essa ideia. É o que quero fazer”.

Figura 2. Perfil da influenciadora Madalena Abecasis



Fonte: https://www.instagram.com/madalena_abecasis/?hl=pt. Acesso em 10 fev. 2024.

Figura 3. Post 1 do perfil



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CdqO691q0fd/?hl=pt>. Acesso em 10 fev. 2024.

O *post* (Figura 3) inicia-se com um ato assertivo que veicula de imediato um argumento de autoridade, na medida em que a locutora, ao explicitar que aquele objeto tinha de ter uma dona como ela, reforça o *ethos* de identificação e exibicionista, sendo de realçar a forma

deôntica “ter de”, com uma leitura de obrigação forte prototípica, tal como é referido por Costa (2021). O ato expressivo “O que eu procurei por um assim” veicula a alegria de finalmente ter encontrado o tão ambicionado objeto, no qual se faz fotografar, remetendo para um imaginário de sedução, que evoca explicitamente no texto. A imagem da locutora, vestida como a célebre protagonista do romance de Dumas, *A Dama das Camélias*, obra maior do século XIX francês, remete, em certa medida, para a história de ficção, existindo porventura uma similitude entre a *influencer* e a personagem central do romance de Dumas, na medida em que neste se narra a história de amor de uma mulher plebeia, muito bonita, que se apaixona por um jovem de alta burguesia, como aparentemente é o seu caso. A descodificação do *post* convoca um saber enciclopédico, pois é necessária a compreensão da alusão literária. Há ainda um sub-reptício jogo de palavras, provavelmente não intencional, mas ao usar a expressão “aquele-macho-puro-lusitano”, referindo-se ao príncipe encantado, convoca uma imagem do cavalo puro-sangue lusitano, uma raça ancestral, de elevada estirpe que normalmente é usado nos torneios de Arte equestre. É interessante assinalar a ambiguidade gerada pelo enunciado, pois tranquiliza os interlocutores, através de uma ironia, confirmando que já tinha encontrado o macho-puro-lusitano.

A singularização do objeto é feita pelo deíctico “este” que destaca e o diferencia de outros que poderiam cumprir funções similares, mas que a locutora desqualifica. O argumento é *ad simile*, ou seja, os outros não prestam pelos materiais em que são construídos ou não reúnem os padrões de beleza. Configura o que Charaudeau (2008) designa por “le raisonnement par opposition”, ou seja, o argumento por oposição, em que compara objetos, funções, atributos e qualidades, para salientar o seu argumento de beleza.

Por fim, retomamos a afirmação teórica de Albelda Marco (2002, p. 298), que convocámos anteriormente, realçando que a intensificação é uma categoria pragmática que opera a nível argumentativo (mensagem ou interpretação) e social (relação-ouvinte) da língua (cf. Briz, 1998, p. 144) como se atesta no *post* em análise: “É tudo, é tudo”, a repetição da estrutura qualificativa, completada pela sequência elogiativa “Aliás toda a coleção de X está de sonho”, em que o produto *de sonho* está ao serviço da técnica de *glamourização*. Para manter a curiosidade dos seus seguidores, termina com um ato compromissivo, ao serviço da argumentação, pois, ao afirmar que vai mostrar mais coisas em breve, despoleta a vontade de fidelização aos *posts* que publica.

Figura 4. Post 2 do perfil



Fonte: https://www.instagram.com/p/Cr5ef4PoAHH/?hl=pt&img_index=1. Acesso em 10 fev. 2024.

O segundo *post* selecionado (Figura 4) é construído dialogicamente, em que as formas pronominais deícticas assumem um valor argumentativo fundamental. Atente-se na autodesignação “a vossa tia Lena” que cria um laço de familiaridade com as seguidoras.

Assume o *ethos* de liderança, recordando as funções que lhe competem como *tia* e como *influencer*, ou seja, passar uma imagem de credibilidade, dar ensinamentos e lições de elegância à descendência, em sintonia com a fotografia onde surge ao lado da filha mais velha, exibindo ambas óculos de sol de uma marca de luxo. Relembra o contexto onde vive e que exhibe com frequência nas redes sociais, um casarão de luxo em Cascais e ao qual se refere como “palácio”. O elogio do produto que publicita cumpre as regras da argumentação publicitária, referidas em Adam e Bonhomme (1997), adjetivando favoravelmente o objeto (“são super versáteis”) e conferindo os atributos que atribuem ao possuidor. Os anglicismos e a proximidade do discurso juvenil (“dão um toque de chiqueza aos nossos *looks*; dão um *UP* ao nosso *outfit*”) concorrem, similarmente, para a estratégia de glamourização que consegue, desta forma, persuadir públicos femininos de diferentes gerações. O *ethos* despretenso e de simplicidade que quer instaurar, contrariando continuamente o *ethos* pré-discursivo que lhe tentam atribuir (de “tia” *snob* de Cascais) é veiculado pela expressão final da mensagem em que, através de um ato de pedido, marcadamente cortês, pede licença para ir trabalhar, reforçando, assim, a imagem de mulher empenhada, trabalhadora. Atente-se na importância do deíctico “ali”, na expressão “vou ali varrer a sala”, que comprova a relação de proximidade com o seu espaço familiar e o reforço da explicação, lembrando que o palácio não se limpa sozinho e que ela é a principal obreira do que acontece no seu ambiente doméstico.

LINHA D'ÁGUA

Figura 5 - Post 3 do perfil



Fonte: https://www.instagram.com/p/Cr5ef4PoAHH/?hl=pt&img_index=1. Acesso em 10 fev. 2024.

O *post* (Figura 5) inicia-se como uma pergunta retórica em que a locutora se assume na primeira pessoa como uma *influencer fit*. Ora, como afirma Charaudeau (2008, p. 8, tradução nossa):

A forma como a enunciação é modalizada também afeta a força atribuída aos argumentos. O sujeito que argumenta pode jogar entre o explícito e o implícito no discurso para fazer variar essa força. Por exemplo, uma forma interrogativa pode ter mais força, apesar das aparências, do que uma forma afirmativa.⁶

Trata-se de uma pergunta retórica, cuja expectativa de resposta é afirmativa, pois a locutora prossegue com o ato diretivo “Então tomem lá”, uma asserção deíctica que remete para as imagens e a sequência filmica apresentada, em que exhibe o seu corpo e a sua condição física, no fundo, direcionando o olhar dos seguidores para ela, enquanto mulher-objeto. No entanto, é interessante analisar os argumentos que a locutora convoca para publicitar a marca desportiva. O advérbio temporal “finalmente” carrega uma tonalidade crítica, na medida em que mostra

⁶ No original, “La façon de modaliser l’énonciation intervient également dans la force qui est attribuée aux arguments. En effet, le sujet argumentant peut jouer entre l’explicite et l’implicite du discours pour faire varier cette force. Par exemple, une forme interrogative a peut-être plus de force, et ce malgré les apparences, qu’une forme affirmative”.

que a referida marca deveria ter reparado nela mais cedo. Para justificar a sua boa forma, pois sabe da indissociabilidade do seu papel de mãe de 4 filhos, 3 deles pequenos, exibe um *ethos* de credibilidade, pois convoca argumentos que mostram que é o trabalho empenhado com os filhos que lhe permite estar em boa forma, desconstruindo, assim, a visão de uma tia de Cascais fútil e preguiçosa. Ao convocar o argumento de mãe empenhada, cria a aproximação de muitas das suas seguidoras.

Este *post* ilustra o título de nosso artigo: “poder, persuasão, exibição”, pois são precisamente estas três componentes que estão presentes no texto. O poder é dado por essa postura que, se num primeiro momento poderia parecer veicular um *ethos* de superioridade, acaba por ser irônica consigo própria ao afirmar: “*O nível de basófia com que estou, pela pinta com que ficou este vídeo, completamente ultra-profissional, até parece que sou alguém!*”, assumindo, assim, que a sua imagem está valorizada, que exibe com vaidade as imagens perpassando uma postura em que porventura não se revê. Daí que a exortação final, como sempre um ato compromissivo: como embaixadora desta marca, promete bradar-vos, concorrendo a escolha desta forma verbal como argumento, na medida em que intensifica o dizer, e convoca um argumento de superioridade: “se não for eu a motivar-vos, não será ninguém”.

Reflexões finais

Projetar uma imagem de si próprio também significa – e talvez de forma crucial – escolher determinados tipos de argumentos em detrimento de outros e semiotizar certos tipos de emoções favorecendo outras.

O desafio é descrever com precisão, na própria materialidade de um texto ou de um discurso, as relações interdependentes que se estabelecem entre *ethos*, por um lado, e o *logos* e o *pathos*, por outro, ensaiando mostrar que uma cuidadosa consideração das formas de raciocínio e das emoções semiotizadas num texto enriquece a análise do *ethos*.

Podemos, pois, comprovar que contrariamente à ideia mais difundida de que a rede social Instagram e a forma de estar das influenciadoras digitais espelha um comportamento narcisista, os *posts* evidenciam uma extimização do *eu* (Tisseron, 2011) que se constrói através de narrativas intencionalmente pensadas para criar, por um lado, confiança e proximidade e, por outro, uma interação constante e continuada.

Valores como a confiança, a popularidade, a autoridade e a legitimidade contribuem para a construção dos laços entre a influenciadora e os seus seguidores. O exercício de influência é sustentado, desta forma, em construções argumentativas, para as quais concorrem a escolha dos argumentos de proximidade, como as formas deícticas, os adjetivos valorativos, as perguntas retóricas e os atos expressivos e compromissivos, estes últimos fundamentais para manter a fidelidade dos seguidores, ao serviço da construção de diferentes *ethè*: exibicionista, mas também de simplicidade e de cumplicidade.

LINHA D'ÁGUA

Ao narrar a história, é importante a partilha da emoção que fortalece e reforça a conexão dos seguidores com a mensagem. A emoção pode variar do humor à empatia, e contribui para tornar a mensagem mais próxima e retê-la na memória. Mesmo quando a *influencer* se mostra na sua vulnerabilidade, pode despertar empatia e ser extremamente persuasiva.

As narrativas são espontâneas, autênticas, mostram o quotidiano da influenciadora com verdade e os leitores sentem essa autenticidade e aderem a ela, porque se estabelece uma relação de conexão e de confiança.

O discurso da *influencer* é convincente, motivacional, inspirador. Ora, se as diferentes imagens da mulher moderna, elegante e atraente são relevantes para a adesão, é inegável que as emoções que são transmitidas ajudam na fidelização aos conteúdos e aos produtos anunciados. De resto, o grande neurocientista português António Damásio (2000, 2003) comprovou o poder das emoções nas decisões.

Subscrevemos, em suma, a posição de Charaudeau (2008, p. 4, tradução nossa) quando afirma:

Uma das vantagens, e não a menor, desta abordagem, que consiste em inserir questões de argumentação numa problemática de influência, reside no facto de já não haver razão para separar a análise da argumentação e a análise do discurso. A primeira insere-se na segunda como um dos meios de analisar todos os processos discursivos envolvidos na coconstrução de sentido pelos parceiros, com o objetivo de influenciar.⁷

Financiamento

Este trabalho da autoria de Isabel Roboredo Seara é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/LIN/03213/2020; 10.54499/UIDB/03213/2020 e UIDP/LIN/03213/2020; 10.54499/UIDP/03213/2020 – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL)⁸.

⁷ No original, “L’un des avantages, et non des moindres, de cette démarche qui consiste à insérer les questions d’argumentation dans une problématique de l’influence, réside dans le fait que l’on n’a plus de raison de séparer analyse de l’argumentation et analyse de discours. La première est incluse dans la seconde comme l’un des moyens de procéder à l’analyse de tous les processus discursifs qui interviennent dans la co-construction du sens à laquelle se livrent les partenaires, dans une visée d’influence”.

⁸ The research of Isabel Roboredo Seara is supported by the Portuguese national funding through the FCT – Portuguese Foundation for Science and Technology, I.P. as part of the project UIDB/LIN/03213/2020; 10.54499/UIDB/03213/2020 and UIDP/LIN/03213/2020; 10.54499/UIDP/03213/2020 – Linguistics Research Centre of NOVA University Lisbon (CLUNL).

Referências

- ABIDIN, C. Communicative ♥ Intimacies: Influencers and Perceived Interconnectedness. *Ada: A Journal of Gender, New Media & Technology*, n. 6., p. 1-16, 2015. Disponível em: <https://scholarsbank.uoregon.edu/xmlui/handle/1794/26365>. Acesso em: 10 out. 2022.
- ADAM, J.-M.; BONHOMME, Marc. *L'argumentation publicitaire: rhétorique de l'éloge et de la persuasion*. Paris: Nathan, 1997.
- ALBELDA MARCO, M. Los actos de refuerzo de la imagen en la cortesía peninsular. In: BRAVO, D. (ed.). *Actas del Primer Coloquio del Programa EDICE*. Estocolmo: Universidade de Estocolmo, 2002. p. 298-305. Disponível em: <http://www.edice.org/descargas/1coloquioEDICE.pdf>. Acesso em: 8 out. 2022.
- ALBELDA MARCO, M. *La intensificación en el lenguaje coloquial*. Tese (Doutorado em Filologia Hispânica) – Facultat de Filologia, Universitat de València, València, 2005. Disponível em: <https://www.asice.se/index.php/tym/issue/view/15>. Acesso em: 8 out. 2022.
- ALLARD, L. Partages créatifs: stylization de soi et appsperimentation artistique. *Communication & Langages*, n. 194, p. 29-39, 2017.
- AMOSSY, R. La notion d'éthos de la rhétorique à l'analyse de discours. In: AMOSSY, R. (org.). *Images de soi dans le discours*. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1999a. p. 9-30.
- AMOSSY, R. L'éthos au carrefour des disciplines: rhétorique, pragmatique, sociologie des champs. In: AMOSSY, R. (org.). *Images de soi dans le discours*. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1999b. p. 127-154.
- AMOSSY, R. *La présentation de soi: ethos et identité verbale*. Paris: PUF, 2010.
- AMOSSY, R. *L'argumentation dans le discours*. 3. ed. Paris: Armand Colin, 2012 [2000].
- ARENDT, H. *The life of the mind*. Chicago: Harcout Brace Janovich, 1978.
- BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. Social network sites: definition, history, and scholarship. *Journal Of Computer-Mediated Communication*, v. 1, n. 13, p. 210-230, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>.
- BRIZ GÓMEZ, A. *El español coloquial en la conversación: Esbozo de Pragmagramática*. Barcelona: Ariel, 1998.
- BRIZ GÓMEZ, A. El análisis de un texto oral coloquial. In: BRIZ GÓMEZ, A.; GRUPO VAL.ES.CO. *¿Cómo se comenta un texto coloquial?*. Barcelona: Ariel, 2004. p. 29-48.
- CAEROLS-MATEO, R.; FRADE, A. T.; SOTO, A. C. Instagram, la imagen como soporte de discurso comunicativo participado. *Vivat Academia*, v. 124, p. 68-78, 2013. DOI: <https://doi.org/10.15178/va.2013.124.68-78>.
- CHARAUDEAU, P. L'argumentation dans une problématique de l'influence. *Argumentation et Analyse du Discours*, n. 1, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4000/aad.193>.
- CHARAUDEAU, P. *Le discours de manipulation entre persuasion et influence sociale*. Acte du colloque de Lyon, 2009. Disponível em: <https://www.patrick-charaudeau.com/Le-discours-de-manipulation-entre.html>. Acesso em: 5 set. 2022.
- COSTA, J. A. O que tem de ser tem muita força... deôntica: contributos para a caracterização do verbo modal *ter de*. *Linguística: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, n. especial, p. 413-440, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21747/16466195/lingespa19>.
- DAMÁSIO, A. *O Sentimento de Si: Corpo, Emoção e Consciência*. Lisboa: Círculo de Leitores. 2000.
- DAMÁSIO, A. *Ao Encontro de Espinosa: As Emoções Sociais e a Neurologia do Sentir*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003.

LINHA D'ÁGUA

DESMOULINS, L.; ALLOING, C.; MOHLI, V. L'influence n'est-elle que donnée(s)? : médiations et négociations dans les agences de communication « influenceurs ». *Communication & Organisation*, v. 2, n. 54, p. 29-40, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4000/communicationorganisation.6692>.

FALCÓN PÉREZ, M. del C. *El discurso de los influencers: técnicas argumentativas de la nueva publicidad según el género*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filologia Hispânica) – Facultad de Filología, Universidad de Sevilla, Sevilla, 2019. Disponível em: <https://idus.us.es/handle/11441/125992>. Acesso em: 4 fev. 2024.

FUENTES RODRÍGUEZ, C.; ALCAIDE LARA, E. *Mecanismos lingüísticos de la persuasión*. Madrid: Arco Libros, 2002.

GREY, D. *Language in use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HERRERO CECILIA, J. *Teorías de Pragmática, de Lingüística Textual y de Análisis del Discurso*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2006.

HOCHMAN, N.; MANOVICH, L. Zooming into an Instagram City: reading the local through social media. *First Monday*, v. 18, n. 7. 2013. DOI: <https://doi.org/10.5210/fm.v18i7.4711>.

HU, Y.; MANIKONDA, L.; KAMBHAMPATI, S. What we Instagram: a first analysis of Instagram photo content and user types. *Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media*, v. 8, n. 1, p. 595-598. DOI: <https://doi.org/10.1609/icwsm.v8i1.14578>.

JEANNE-PERRIER, V. *Réseaux sociaux : des vertus journalistiques, démocratiques et littéraires ? Petit traité de socio-sémiotique des dispositifs médiatiques émergents Interactions entre journalisme, trajectoires de métiers et innovations médiatiques et éditoriales. Une analyse communicationnelle*. Paris: Université Paris Sorbonne CELSA, 2013.

JOST, F. *Le culte du banal: de Duchamp à la télé-réalité*. Paris: CNRS, 2007.

KARHAWI, I. S. *De blogueira a Influenciadora: Motivações, Ethos e Etapas Profissionais na Blogosfera de Moda brasileira*. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

KARHAWI, I. Influenciadores digitais: o Eu como mercadoria. In: CORRÊA, E. S.; SILVEIRA, S. C. (org.) *Tendências em Comunicação Digital*. São Paulo: ECA-USP, 2016. p. 39-58. DOI: <https://doi.org/10.11606/9788572051569>.

LAKOFF, R. Remarks on 'this' and 'that'. *Proceedings of the Chicago Linguistics Society*, v. 10, 1974. p. 345-356.

LEAVER, T.; HIGHFIELD, T.; ABIDIN, C. *Instagram Visual Social Media Cultures*. Cambridge: Polity, 2020

LO CASCIO, V. *Gramática de la argumentación*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

MACÁRIO LOPES, A. C. A deixis emocional em português europeu contemporâneo: alguns contributos. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, v. 5, p. 225-235, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln5ano2019a16>.

MARTÍNEZ RUIZ, R. La deixis. In: BRIZ GÓMEZ, A.; GRUPO VALES.CO. *¿Cómo se comenta un texto coloquial?*. Barcelona: Ariel, 2004. p. 243-262.

MARTINS, A. C. L. *Persuasão e manipulação: análise das estratégias discursivas em publicações de influenciadoras portuguesas no Instagram*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa) – Universidade Aberta, Lisboa, 2023.

MCCUNE, Z. *Consumer production in social media networks: a case study of the "Instagram" iPhone app*. Dissertação (Mestrado em Modern Society & Global Transformation) – University of Cambridge, Cambridge, 2011.

MORIN, E. *La méthode*. Paris: Seuil, 2008.

PAVEAU, M.-A. *L'analyse du discours numérique: dictionnaire des formes et des pratiques*. Paris: Hermann, 2017.

PIZA, M.V. *Processos de influências sociais no ambiente online: análise da youtuber Jout Jout*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PLANTIN, C. *Essais sur l'argumentation*. Paris: Kimé, 1990.

PLANTIN, C. *La argumentación*. Barcelona: Ariel, 2005.

POTTS, C.; SCHWARZ, F. *Exclamatives and heightened emotion: extracting pragmatic generalizations from large corpora*. Amherst: University of Massachusetts Amherst, 2008. Disponível em: <https://stanford.edu/~cgpotts/manuscripts/potts-schwarz-exclamatives08.pdf>. Acesso em: 4 out. 2022.

RECUERO, R. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RUIZ CARTAGENA, J. X. Millennials y redes sociales: estrategias para una comunicación de marca efectiva. *Miguel Hernández Communication Journal*, n. 8, p. 347-367, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21134/mhcyj.v0i8.196>.

SEARA, I. R. Marqueurs et stratégies de la confiance dans les forums et les journaux personnels en ligne. In: CUREA, A.; PAPAAGI, C.; FEKETE, Monica (ed.). *Discours en présence: hommage à Liana Pop*. Cluj-Napoca: Presa Universitară Clujeană, 2015. p. 81-92.

SOLIS, B. *The Rise of Digital Influence: A "how-to" guide for businesses to spark desirable effects and outcomes through social media influence*. San Mateo: Altimeter Group, 2012. Disponível em: <https://indianstrategicknowledgeonline.com/web/soci%20media%20the%20rise%20of%20digital%20influence.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2024.

TEODORO, C. G., ALTURAS, B. & PINHEIRO, A. M. Influenciadores digitais e seguidores Portugueses: O caso Cameron Dallas. In: ROCHA, A.; PEDROSA, I.; COTA, M. P.; GONÇALVES, R. (ed.). *14th Iberian Conference on Information Systems and Technologies*. Coimbra: IEEE. p. 1-6. DOI: <https://doi.org/10.23919/CISTI.2019.8760753>.

TISSERON, S. Intimité et extimité. *Communications*, n. 88, p. 83-91, 2011. DOI: <https://doi.org/10.3917/commu.088.0083>.

WREN, K. *Social influences*. Abingdon: Routledge, 1999.

ZETLAOUI, T. L'influence du confinement sur l'exposition de soi en ligne. *France Forum*, n. 77, jul. 2020. Disponível em: <https://www.institutjeanlecanuet.org/content/influence-du-confinement-sur-exposition-de-soi-en-ligne>. Acesso em: 4 fev. 2024.

Artigo / Article

O contributo dos estudos discursivos na construção de mensagens publicitárias nos meios digitais: análise da comunicação de uma marca de água de mesa

The contribution of discursive studies in the construing of advertising messages in digital media: analysis of the communication of a brand of table water

Elsa Simões 

Universidade Fernando Pessoa, Portugal
esimoes@ufp.edu.pt
<https://orcid.org/0000-0002-3586-6061>

Sandra Tuna 

Universidade Fernando Pessoa, Portugal
stuna@ufp.edu.pt
<https://orcid.org/0000-0003-4215-2734>

Recebido em: 16/06/2023 | Aprovado em: 20/10/2023

Resumo

A publicidade encontrou, nos novos meios digitais, oportunidades e desafios. Nessas formas de comunicar, reconhecemos complexidade, variedade, aumento do imediatismo e novos dialogismos. Instituições e marcas tomaram consciência do impacto desses novos meios e da necessidade de uma comunicação mais eficiente. Os estudos do discurso constituem um instrumento de análise das mensagens promocionais nos meios tradicionais e digitais, mas também contribuem para que instituições e marcas utilizem esses meios de formas eficientes e eticamente responsáveis. Revisitam-se três abordagens para aferir o seu espectro de análise: olhar para a comunicação como (1) interação social, reveladora das relações de poder, processos culturais e práticas discursivas (análise crítica do discurso); (2) compreender a arquitetura retórica do tecido textual, que possibilita um discurso argumentativo, persuasivo e eficaz (retórica e argumentação); (3) examinar o contributo da linguística pragmática para a compreensão da linguagem na interação criada nos novos meios (princípios da conversação e implicatura).

Palavras-chave: Discurso • Publicidade • Media • Oportunidades • Desafios

Abstract

Advertising has found opportunities and challenges in the new digital media. In these ways of communicating, we recognize complexity, variety, increased immediacy, and new dialogisms. Institutions and brands became aware of the impact of these new media and the need for more efficient communication. Discourse studies are an instrument for analysing promotional messages in traditional and digital media, but also contribute to institutions and brands using these media in efficient and ethically responsible ways. Three approaches are revisited to assess its spectrum of analysis: looking at communication as (1) social interaction, revealing power relations, cultural processes, and discursive practices (critical discourse analysis); (2) understanding the rhetorical architecture of the textual fabric, which enables an argumentative, persuasive, and effective discourse (rhetoric and argumentation); (3) examine the contribution of pragmatic linguistics to the understanding of language in the interaction created in new media (principles of conversation and implicature).

Keywords: Discourse • Advertising • Media • Opportunities • Threats

Introdução

A comunicação com fins promocionais, designadamente a publicidade, encontrou, nos novos meios digitais, novas oportunidades, devido às possibilidades de interação e a canais de transmissão que esses proporcionam, mas também novos desafios, precisamente, devido às diferentes formas de comunicar que esses meios implicam: neles encontramos maior complexidade e variedade, aumento do imediatismo e formas inovadoras de dialogismo (Atherton, 2021).

Assim, ultrapassados os primeiros momentos de experimentação, instituições e marcas foram, progressivamente, tomando consciência do impacto que os novos meios poderiam ter nos seus públicos e da necessidade de tornar a comunicação com esses mesmos públicos ainda mais eficiente, tendo em conta a dispersão que a enorme quantidade de meios e de informação pode criar (Yakob, 2022).

Os estudos do discurso constituem, deste modo, não só um instrumento de análise que permite uma maior compreensão das mensagens com fins promocionais que inundam os nossos dispositivos e as nossas redes sociais (Cook, 2001), mas também um contributo para as instituições e marcas que pretendam utilizar esses meios de uma forma mais eficiente e eticamente responsável. De facto, o discurso publicitário constitui-se como um objeto de análise privilegiado para a AD, pois são uma forma discursiva em constante evolução que reflete, de um modo extremamente dinâmico e diversificado, as formas como as pessoas comunicam, interagem e constroem as suas identidades sociais e culturais ao longo do tempo (Cook, 2001; Simões, 2023; Yuen, 2004).

Para tal, é objetivo deste artigo proceder a uma revisitação de três abordagens no âmbito dos estudos discursivos, no sentido de aferir o espectro de análise que permitem: olhar para a comunicação como uma forma de interação social, reveladora das relações de poder, dos processos culturais e práticas discursivas, através das perspectivas metodológicas propostas pela análise (crítica) do discurso (Fairclough, 2003); compreender a arquitetura retórica do tecido textual, que possibilita um discurso argumentativo verdadeiramente persuasivo e eficaz, através dos estudos na área da retórica e argumentação; examinar o contributo da linguística pragmática para a compreensão da linguagem na interação criada nos novos meios, designadamente os princípios da conversação de Grice (1975) e implicatura.

1 As abordagens dos estudos discursivos

1.1 Análise de anúncios sob a perspectiva da análise crítica de discurso

As abordagens provenientes de estudos relacionados com a análise discursiva em geral e, em particular, com a análise crítica do discurso (*CDA - Critical Discourse Analysis*) possibilitam um enquadramento das mensagens publicitárias no contexto das dinâmicas e interações sociais, bem como a aferição das ideologias subjacentes e das relações de poder, que caracterizam as sociedades em que se inserem: “Texts are social spaces in which two fundamental social processes simultaneously occur: cognitions and representation of the world, and social interactions. A multifunctional view of text is therefore essential” (Fairclough, 1995, p. 6).

Numa sociedade claramente comprometida com as transações comerciais, o discurso publicitário situa os seus interlocutores num contexto de consumo, determinando papéis específicos para cada uma das partes, em que os destinatários são abordados como consumidores, o que estabelece, à partida, um conjunto de princípios relativamente à construção, transmissão e receção das mensagens publicitárias, princípios esses partilhados pelos interlocutores, os MR (ou *members' resources*), ou seja, o manancial a que recorrem os interlocutores das mensagens quando produzem ou interpretam textos – incluindo o seu conhecimento de linguagem, representações dos mundos naturais e sociais em que habitam, valores, suposições de crenças, etc. (Fairclough, 1992). Nas mensagens publicitárias, a partilha desse manancial é fundamental para que possam ser abordados como consumidores, com um determinado perfil, que esses textos ajudaram a construir (Fairclough, 2003).

A aplicação de uma perspectiva proveniente da CDA admite um estudo que incide sobre várias dimensões – o modelo tridimensional (Fairclough, 1992) –, em que qualquer ato comunicacional existe como um texto (independentemente de se tratar de linguagem escrita, visual ou áudio), com determinadas características, passíveis de múltiplas interpretações, mas condicionadas pelas diferentes dimensões. Esse texto está inserido e é moldado por uma prática discursiva, em que existem formas de produção e receção próprias e que, por sua vez, se enquadra num contexto mais alargado de práticas socioculturais, características de determinadas sociedades ou grupos.

O cariz analítico e multidisciplinar desta abordagem não limita as áreas discursivas sobre as quais incide, que podem ir da retórica e estilística aos estudos de argumentação ou aos discursos multimodais, uma vez que o que a caracteriza é, efetivamente, a perspetiva adotada: “In other words, CDA is discourse study *with an attitude*” (Van Dijk, 2015, p. 466, grifo do autor).

A aplicação das ferramentas proporcionadas pela CDA torna-se particularmente relevante na publicidade, uma vez que se trata de um discurso fortemente comprometido com instituições dominantes, parte de uma sociedade onde o consumo é eixo fundamental de sustentação dos modelos socioeconómicos. Permite, desta forma, uma análise das questões e valores corroborados e/ou questionados pelos anúncios publicitários, verificando-se, através das suas estruturas (*topoi*), recorrências lexicais, o modo como se propõem, como validam, confirmam, mitigam ou minam as relações (de poder) e interações sociais vigentes e provenientes de instituições dominantes.

Considerando o facto de esta abordagem não ser restritiva em termos metodológicos, bem como o pressuposto do modelo tridimensional de Fairclough, que agrega o enquadramento subjacente da CDA e os procedimentos mais detalhados de Wodak e Meyer (2001), delineiam-se orientações para a aplicação de diferentes fases: a) definir o problema de investigação/estudo e formular questões de partida; b) reunir informação sobre o contexto de produção do material (social, político, entre outros) e fazer o enquadramento teórico; c) estabelecer o género a que pertence e verificar outros textos similares; d) analisar o conteúdo: temas, padrões (estabelecer critérios) palavras (vocabulário), frases, estruturas e outros elementos textuais (incluindo elementos visuais ou outros elementos da comunicação não verbal); e) rever o material e retirar ilações; relacionar com questões ideológicas (dominantes) e as questões de partida, estabelecidas na fase inicial; f) verificar a eficácia e contributo do estudo realizado.

Consoante os objetivos traçados, essas ilações esclarecem questões de (eficácia) de estratégia publicitária, valores dominantes e partilhados ou corroborados pelos interlocutores das mensagens, bem como questões mais amplas, de natureza social e cultural. Dificilmente análises ao discurso publicitário – sejam elas mais ou menos positivas, provenientes ou não de estudos do discurso ou da linguística – contornam questões e abordagens características da CDA, designadamente as questões ideológicas levantadas pela publicidade, mais propriamente, a forma como ela influencia ou é influenciada pelas tensões e interações sociais, bem como o modo como as relações entre o tecido textual das suas mensagens confirmam, reforçam e demonstram valores e estilos de vida operantes ou emergentes. Veja-se, a título de exemplo, a análise semiótica de Williamson (1978), cuja visão pessimista da publicidade salienta o seu papel na confirmação e até formação de sistemas de valores, bem como a sua parte ativa no reforço das ideologias dominantes, ou ainda Goffman (1979), que denuncia os estereótipos e, como tal, ideologias subjacentes a mensagens publicitárias, através da análise do seu tecido textual – incluindo a imagem – e a sua relação com as práticas sociais e os contextos em que foram produzidos. Perspetivas mais favoráveis (Cook, 2001; Myers, 1994) reconhecem a

necessidade de partilha de suposições e pressupostos relativamente ao discurso publicitário (propósitos, textura das mensagens e estratégias) entre os diferentes interlocutores, emissores e destinatários, o que torna viável a comunicação publicitária e o que atenua a reiterada ingenuidade do consumidor, atribuindo-lhe, pelo contrário, um grau considerável de literacia publicitária.

1.2 Análise de anúncios sob a perspectiva dos estudos de argumentação

Os estudos na área da argumentação oferecem uma visão da arquitetura e do percurso argumentativo das mensagens publicitárias com vista a constituírem um ato persuasivo, inerente a esse tipo de discurso, ou não fosse a linguagem *loaded language* (Leech, 1966), ou seja, um texto produzido com objetivos precisos, com fins persuasivos, o que anula imparcialidade na sua construção. Não é, assim, surpreendente a aplicação desses modelos desde a retórica clássica de Aristóteles, designadamente no que diz respeito aos três modos de persuasão: o que se relaciona com a credibilidade do emissor (*ethos*), o que incide sobre as emoções e forma de sentir do destinatário (*pathos*) e o do próprio texto (*logos*) e as evidências que esse fornece, bem como as respetivas formas de raciocínio (Aristóteles, 1984 [1954]). O discurso publicitário incorpora de forma óbvia os princípios fundamentais necessários à persuasão:

Existem, então, estes três meios de persuadir. É certo que o homem que vai pô-los em prática deve ser capaz de (1) raciocinar logicamente, (2) compreender o caráter humano e a bondade nas suas diversas formas e (3) compreender as emoções e descrevê-las, conhecer as suas causas e o modo como são desencadeadas (Aristóteles, [1954] 1984, p. 25, tradução nossa)¹.

Abordagens mais recentes adequam-se igualmente a promover uma melhor compreensão e, conseqüentemente, capacidade de construção dessas mensagens promocionais, ao desvendarem os diferentes percursos argumentativos, como as propostas pragmático-dialéticas de Van Eemeren & Andone (2016) e Van Eemeren (2019), que se centram fundamentalmente nas interações relacionadas com disputas ou diferendos, contemplando, porém, também a possibilidade de a argumentação se utilizar por antecipação – ver, também, Walton (2009), sobre argumentação proléptica –, com vista a convencer o outro. A relação entre o publicitário e o seu destinatário poderá não surgir de uma contenda, mas assenta em diferentes percursos argumentativos, movimentos e estratégias, bem como padrões de argumentação, que originam estruturas prototípicas dependentes dos contextos em que são utilizados, bem como dos (pretendidos) destinatários (Van Eemeren, 2019). Poderá ser, certamente, desafiante encontrar os estilos e padrões típicos de um discurso que resiste fortemente a uma

¹ No original: “There are, then, these three means of effecting persuasion. The man who is to be in command of them must, it is clear, be able (1) to reason logically, (2) to understand human character and goodness in their various forms, and (3) to understand the emotions and describe them, to know their causes and the way in which they are excited” (Aristóteles, [1954] 1984, p. 25).

caracterização constante, mas que, por outro lado, é facilmente reconhecível e identificável (Cook, 2001). Sendo um ato argumentativo, o discurso publicitário revê-se nos princípios de argumentação enunciados por Van Eemeren & Andone (2016): por um lado, temos a perspectiva da argumentação como um ato comunicativo complexo que apresenta como objetivo a defesa de um ponto de vista e que pode construir-se verbal ou visualmente; por outro lado, temos a argumentação encarada como uma interação complexa que pretende uma resposta do interlocutor de aceitação desse mesmo ponto de vista. Podemos, ainda, ter a argumentação como uma constelação de proposições por parte de quem apresenta a argumentação e que implica o seu comprometimento. Por último, encontramos a argumentação como envolvendo um apelo a um *rationale* envolvido na argumentação. Esses princípios parecem encontrar eco no discurso publicitário, tendo em conta que a base argumentativa dessas mensagens pressupõe, com efeito, um ponto de vista a ser apresentado e defendido, através de diferentes códigos (verbais ou não verbais), requerendo vincadamente a adesão do interlocutor às propostas e proposições apresentadas, com as quais o anunciante se compromete, ou seja, têm que corresponder ao proposto sob risco de se considerarem falaciosas ou enganosas. Essas proposições são apresentadas dentro de uma lógica argumentativa, que poderá, contudo, não ir ao encontro do que tradicionalmente se considera uma argumentação racional (ou pseudo-racional), por se tratar, frequentemente, de um percurso recheado de argumentos menos tangíveis, mais emocionais (*cf.* Ripley; Gowing, 2011).

A adequação dos estudos na área da argumentação aos estudos do discurso publicitário fica bem patente nos trabalhos de Ripley (2008) e Ripley e Gowing (2011), que exploram o modo como é possível analisar um anúncio à luz das diferentes teorias e dos diferentes modelos de análise propostos pelos estudos de argumentação, destacando os aspetos mais adequados e os mais desafiantes quando se trata do discurso publicitário:

[...] todos os anúncios são argumentos, mas acredito que, tendo demonstrado que podemos pegar até mesmo num anúncio quase totalmente visual com poucas palavras e encontrar nele as definições, demarcações, delineamentos e descrições de argumentos apresentados pelos principais estudiosos no campo da argumentação, desde Aristóteles até os estudiosos da argumentação de Amsterdão hoje em dia, estou razoavelmente seguro em afirmar que um anúncio é de facto um argumento (Ripley, 2008, p. 518, tradução nossa)².

O modelo apresentado por Charaudeau (2008) adequa-se particularmente à análise dos textos publicitários, uma vez que, tal como referido, os próprios anúncios são considerados atos argumentativos, pela sua natureza eminentemente persuasiva. O autor situa os atos de linguagem numa problemática de influência, em que, numa situação de comunicação, a racionalização do processo argumentativo do sujeito passa por três etapas: (1) do que se trata

² No original: “[...] all ads are arguments, but I do believe that having shown that we can take even a nearly totally visual ad with very few words and find in it the definitions, demarcations, delineations, and descriptions of argument put forth by leading scholars in the field of argumentation from Aristotle down to the argumentation scholars of Amsterdam today, I am reasonably secure in stating that an ad is indeed an argument” (Ripley, 2008, p. 518).

(problematizar); (2) qual a posição que ele próprio toma (posicionar-se); (3) qual a força do seu argumento (provar). E é nas estratégias relacionadas com provar uma determinada linha de argumentação que Charaudeau propõe diferentes tipos/modos de raciocínio que encontramos nas estratégias argumentativas adotadas pelo discurso publicitário: a dedução (os anúncios estabelecem alguns tipos de conexão causa-efeito); a analogia (envolve pelo menos dois factos, julgamentos ou comportamentos, numa relação de similitude ou distanciamento); a oposição, em que há apresentação factos ou ideias opostas, salientando a contradição, a incompatibilidade, muitas vezes utilizadas em contra-argumentação; a argumentação racional, que evidencia a relação quase matemática entre argumento e consequência (veja-se, na publicidade, as fórmulas pseudo-científicas ou provas).

1.3 Análise de anúncios sob a perspetiva da linguística pragmática (máximas de conversação e implicatura)

Como uma área da linguística que trouxe para a análise da linguagem o contexto, a pragmática assenta em princípios relacionados com os atos de fala de Austin – atos locutórios, ilocutórios e perlocutórios, numa aceção que integra as condições de produção e de receção dos atos comunicativos, bem como a sua intencionalidade e consequências: “We can similarly distinguish the locutionary act 'he said that...' from the illocutionary act 'he argued that...' and the perlocutionary act 'he convinced me that...'” (Austin, 1962, p. 102).

Essa visão é fundamental para os estudos da linguagem e do discurso, uma vez que situa os atos comunicacionais numa dinâmica mais alargada de interação. Essa perspetiva é particularmente relevante para o estudo de um discurso que, manifestamente, busca a força ilocutória e perlocutória das suas mensagens.

Fonseca (1994, p. 37) refere-se à Linguística do Uso/do Funcionamento do Sistema como sendo a linguística que contempla as questões contextuais que influem a produção e receção das mensagens, dos enunciados, algo que é fundamental para a compreensão e sistematização da “variedade aparentemente inesgotável do exercício discursivo” e que se insere na linguística pragmática.

A pragmática está inevitavelmente relacionada com as máximas de conversação de Grice, bem como com os conceitos de cooperação – “Make your conversational contribution such as required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged” (Grice, 1975, p. 45) –, que assentam nas máximas conversacionais (quantidade, qualidade, relevância e modo) e implicatura. Sendo embora absolutamente pertinente a constatação da observância (ou violação) das máximas de conversação no discurso publicitário, a noção de implicatura/implicação (convencional ou não) torna-se especialmente pertinente pelo facto de se referir às inferências que os interlocutores assumem ou presumem, tendo em consideração o contexto (num sentido abrangente) e objetivos, bem como o que está para além da superfície das mensagens, o implícito, que permite ir ao encontro da ambiguidade e obscuridade, e da ironia, entre outros recursos.

Ruiz Ruiz (2014) debruça-se particularmente sobre o discurso implícito, através de um modelo que permite um olhar mais incisivo sobre a construção do percurso persuasivo das mensagens publicitárias. A sua abordagem assenta em alguns princípios fundamentais, tais como: (a) todo o discurso (social) tem elementos explícitos e implícitos; (b) o discurso implícito deriva do discurso explícito, que não é transmitido por afirmações verbais, mas também por elementos contextuais e não verbais; (c) para inferir o discurso implícito, é essencial considerar o contexto, e (d) poderá haver contradição entre discurso implícito e discurso explícito, mas isto não é necessariamente o que acontece; (e) o discurso implícito não deve ser considerado como o discurso verdadeiro por detrás do explícito; (f) pode assumir diversas formas (Ruiz Ruiz, 2014, p. 173-174).

Tendo em consideração esses pressupostos, esse autor apresenta as diferentes dimensões de desenvolvimento do discurso implícito: “Podemos considerar que el discurso implícito es todo aquello no-dicho explicitamente pero contenido en el discurso” (Ruiz Ruiz, 2014, p. 174), que consideramos especialmente relevantes no domínio do discurso publicitário, uma vez que permitem a verificação das questões subjacentes a determinadas estratégias e proposições, que possibilitam, igualmente, depreender questões mais profundas e de natureza ideológica presentes nessas mensagens (Tuna, 2019).

Assim, Tuna (2019) propõe que se considerem quatro dimensões, salvaguardando previamente que se estabeleça nessas categorizações a intencionalidade e a existência do enunciado (dizer/não dizer): a dimensão insinuada (nesse tipo de discurso implícito, os elementos explícitos induzem ou incitam a inferir os elementos implícitos); a dimensão ocultada ou silenciada (omissão), considerada um não-discurso, uma vez que se trata de omissão intencional por parte do produtor do discurso; a dimensão fracassada (a dimensão do discurso implícito que consiste em dizer implicitamente algo que se pretende ocultar); e a dimensão subjacente ou o que permanece à margem dos envolvidos (aquilo que é dito implicitamente, mas que não se quer que seja dito, nem se quer que não seja).

Ora, todo o discurso social está pejado de manifestações comunicacionais explícitas e implícitas, sendo que o discurso publicitário não é exceção, beneficiando até especialmente dessas possibilidades, uma vez que os interlocutores estão cientes da implicação e predispostos a interpretar os enunciados tendo em conta essa premissa.

2 Características da comunicação publicitária online

Com o desenvolvimento do comércio eletrónico, a publicidade nas redes sociais surge como uma nova estratégia de marketing. O mercado mundial de publicidade em redes sociais atingiu US\$ 32,97 biliões³, tendo-se verificado um crescimento constante desde essa altura. A publicidade nas redes sociais depende de informações sociais na geração, segmentação e

³ Dados de 2016.

transmissão de comunicações de marketing. Através do recurso a comentários, compartilhamento e outras funções, os utilizadores podem participar na comunicação. Nessa medida, entender os efeitos da publicidade nas redes sociais é essencial para a estratégia de marketing de um anunciante (He; Shao, 2018).

Essa tendência, que implica novas formas de interação com os públicos, pode ser parcialmente atribuída aos avanços tecnológicos que se fizeram sentir nas últimas décadas e que, inevitavelmente, tiveram efeitos sobre os modos de comunicar, mas também a alguma capacidade de aproveitar o momento e maximizar as oportunidades que ele pode oferecer, assim como a um esforço apreciável de criatividade (Wilson; Till, 2019), que, neste momento em constante mutação, se apresenta com um espectro ainda mais vasto do que em décadas anteriores (Hardy; Powell; MacRury, 2018).

A este respeito, podemos realmente falar de uma verdadeira revolução das redes sociais (Kingsnorth, 2019), tendo em conta a alteração de paradigma que o seu advento originou. Embora haja pontos em comum nos discursos promocionais pensados para os meios tradicionais e nos que se destinam aos meios digitais, a coexistência de várias possibilidades e a interação específica com o consumidor permitida pelas redes sociais causaram uma disrupção substancial na paisagem dos discursos publicitários. No entanto, há que ter em conta que, apesar das mudanças nas formas de interação e no modo como alguns conteúdos são produzidos e assimilados, a natureza da mensagem publicitária continua a ser, na sua essência, a mesma. No fundo, a publicidade mantém a sua vocação primordial enquanto instrumento retórico (Simões, 2014), podendo ser definida da seguinte forma: “a message from an advertiser, and the intention to persuade” (Thorson; Rodgers, 2019, p. 4). Como os mesmos autores apontam, a simplificação do modelo de comunicação publicitário aos seus aspetos mais centrais significa que há diversos outros estímulos que antes não eram considerados como publicidade e que agora podem ser vistos como tal. Por outro lado, a potencial sensação de irritação e de recusa relativamente a mensagens de natureza promocional continua presente, embora os esforços de criatividade e de criação de empatia com os conteúdos tentem dissipar essas reações: “Advertising messages are particularly likely to induce reactance and skepticism, not only because of the perception of their overt persuasive intent but because that intent is often seen to be self-serving (i.e., achieving greater profits)” (Duff; Faber; Nan, 2019, p. 20).

Estas tentativas de persuasão que se destinam, em última análise, a incentivar a aquisição (no caso da publicidade comercial) ou a adoção de determinados comportamentos (no caso da publicidade não comercial) assumem um carácter abertamente intrusivo no caso da publicidade em meios tradicionais. Deste modo, estamos perante um modelo de interrupção: o discurso publicitário surge como um intruso indesejado que interrompe o fluxo de outros discursos que realmente despertam o nosso interesse e com os quais queremos, efetivamente, interagir (Cook, 2001; Myers, 1994, 1999). Desse modo, falamos aqui de um modelo em que os conteúdos são cuidadosamente produzidos e pagos pelo emissor, inseridos em intervalos criados dentro de outros discursos e divulgados nesses interstícios discursivos, devido a uma

ação financiada, de novo, pelo emissor da mensagem, ou seja, o anunciante (Belch; Belch, 2018). Trata-se de uma mensagem paga ('paid media'), cujo carácter mercantilista é evidente. Por conta da natureza do discurso publicitário, ele assume, nos meios tradicionais, o papel do 'parente pobre', sem credibilidade própria, e que opera nas margens da nossa atenção, não conseguindo (ou apenas raramente) tornar-se protagonista (Simões, 2014).

Mais recentemente, as tentativas de engajamento do público por parte dos conteúdos publicitários, com recurso aos meios digitais e redes sociais, têm como objetivo subverter o anterior estado de coisas, ultrapassando a sensação de intrusão (Lawes, 2020), encorajando uma relação diferenciada por parte dos públicos com esse discurso com uma natureza tão particular, e que, como vimos, é normalmente encarado com suspeição e até desinteresse. Deste modo, procura-se criar um modelo que ultrapasse a ideia de que a publicidade é um mal necessário que surge como consequência inevitável de uma sociedade de consumo: na passagem para os meios digitais, os anunciantes passam, com frequência, a serem detentores dos meios que vão utilizar para divulgar os seus conteúdos promocionais. Com o recurso a *websites*, contas de Instagram e de Facebook (apenas para mencionar alguns) que são propriedade dos anunciantes (*owned media*), estamos perante um panorama que representa um aumento exponencial das possibilidades de veicular mensagens sem ter de recorrer à aquisição de tempo em meios pré-existentes. A essa expansão dos meios corresponde igualmente uma alteração de paradigma no que diz respeito à forma de produção dos materiais e à interação com os conteúdos. Eles deixam de ser necessariamente produzidos pelo anunciante e passam a ser, em muitos casos, co-produzidos e difundidos pelos utilizadores – é neste momento que podemos falar de *earned media*, ou seja, essa forma de difusão e engajamento vai ser conquistada como recompensa pelo valor que esses conteúdos podem representar para os públicos. Desse modo, podemos dizer que esse material, que continua, na sua essência, a ser publicitário e promocional, conquista o seu lugar ao sol devido ao mérito que consegue reclamar junto dos seus públicos, que vê neles entretenimento, informação ou relevância, instituindo-se como co-proprietários virtuais da própria marca e dos seus valores (Yakob, 2022), com todos os benefícios que tal engajamento implica ao nível da memorização e fidelidade para com a marca.

Nessa medida, encontramos-nos, neste momento, perante um cenário onde esses três modelos de comunicação publicitária coexistem, sendo cada um deles utilizado de forma criteriosa de acordo com as características dos públicos que se pretende atingir, as suas preferências no que diz respeito à tipologia de conteúdos que preferem, assim como os diferentes modos de se relacionarem e de interagirem com os meios que divulgam as mensagens. É inegável, no entanto, a grande prevalência da utilização dos meios digitais para a divulgação de conteúdo promocional: o marketing *online* marca, de modo muito visível, a sua presença na web, seja através de *newsletters* enviadas por e-mail, *websites* das marcas ou, por exemplo, *banners* que surgem inesperadamente nos ecrãs, sendo potenciado por bases de dados e motores de busca, em geral, que permitem a busca imediata de informação adicional que complementa a mensagem publicitária, caso o consumidor dela necessite. Efetivamente, no momento presente, estamos perante alterações profundas na internet e no comportamento do

consumidor. Entre elas, é possível referir a existência da banda larga, que veio aumentar a velocidade de navegação, permitir novas formas de utilização e aumentar as próprias expectativas relativamente ao potencial tecnológico inerente a esse desenvolvimento⁴. Quanto à mensurabilidade dos efeitos causados pelos estímulos publicitários no que diz respeito à interação com os conteúdos e concretização da aquisição, há que ter em conta recursos como o *Web Analytics*, que mede a performance e auxilia na compreensão do funcionamento do mercado, no âmbito do Marketing Digital em tempo real, incluindo dados demográficos e psicográficos. Por fim, é igualmente de realçar a existência de dispositivos e sistemas tais como *smartphones*, *touchscreens*, *bluetooth* e a *TV online*, entre muitos outros, que garantem a presença constante e a facilidade com que os veículos de conteúdos publicitários podem ser acessados a qualquer hora do dia na nossa vida quotidiana.

2.1 Os desafios do marketing digital e as potencialidades das redes sociais

O marketing digital tem na sua base, como vimos, uma forma diferente de comunicar com os públicos. Ele permite ultrapassar a dicotomia anterior que implicava algum grau de passividade por parte do recetor das mensagens. A ênfase reside agora na tentativa de engajamento, através do estabelecimento de um diálogo entre emissor e recetor (Kingsnorth, 2022). Esse modelo dialógico tem como objetivo ultrapassar a sensação de que se trata de um discurso intrusivo, convidando os consumidores a co-construir e a contribuir para a narrativa da história da própria marca (Rodriguez, 2020), com recurso a efeitos narrativos de *storytelling*, que apresentam vantagens para a memorização.

Apesar da facilidade de acesso e interação permitida por dispositivos eletrónicos e pelo próprio meio digital, a escassez do espaço para comunicar continua a representar um desafio que tem de ser superado: nos meios tradicionais, um anúncio de TV pode contar com trinta segundos para transmitir a mensagem; no entanto, o meio digital dispõe, com frequência, de apenas cem caracteres ou de menos de um segundo para conseguir obter o efeito pretendido (Kingsnorth, 2022). Deste modo, nas redes sociais, à semelhança do que acontece nas campanhas divulgadas em meios tradicionais, há que ter em conta (1) os objetivos que pretendemos atingir (queremos chegar a novos públicos? Ou queremos que a marca ganhe notoriedade?); (2) como se caracteriza o nosso público-alvo (são jovens ou adultos? São profissionais? Estão desempregados?); (3) em que meios está o público que vamos querer atingir (no Instagram? No Twitter? No Facebook? Estão a acessar as redes no telemóvel ou no computador?); (4) em que momentos a interação tem lugar, ou seja, quando é que o público está *online* com mais frequência? (durante o horário de trabalho? À noite? De manhã ou à hora do jantar?); (5) Como se comporta a concorrência (em que meios está presente e quando? Qual

⁴ A este propósito, refira-se que 54% da população mundial tem presença *online*, sendo que, em alguns países, a taxa atinge os 90%.

é a sua estratégia?); (6) qual é a estratégia no que respeita ao conteúdo que vai ser veiculado nos meios e como é feita a curadoria desse conteúdo?; (7) Como vai ser produzido, na prática, esse conteúdo? (8) Como são geridos os vários canais? Finalmente, é crucial que (9) se estabeleçam métricas de resultados, que nos permitem avaliar a eficácia das ações desenvolvidas (Kingsnorth, 2022).

No que diz respeito às redes sociais, há diversas possibilidades quanto a possíveis veículos promocionais, sendo que cada um deles apresenta vantagens específicas tendo em conta as variáveis anteriormente expostas. Quando se trata de *social networking*, redes como Facebook, LinkedIn ou o Meetup podem ser adaptadas ao tipo de público e às suas características. Por seu lado, as potencialidades de blogues e de *micro-blogging* são também exploradas como veículos de conteúdos promocionais, incentivando a interação e o engajamento; redes que promovem as partilhas, tais como o YouTube, o Flickr e o Pinterest, são formas privilegiadas de difundir as mensagens com efeito de *word-of-mouth*, em que a credibilidade é realçada, o que pode afetar positivamente a intenção de compra (Ismagilova *et al.*, 2020). O Instagram, a título de exemplo, tem vindo a assumir grande popularidade e difusão junto de várias faixas do público, assumindo-se, neste momento, como uma das plataformas mais procuradas pelo marketing *online*, especialmente por parte das gerações mais jovens (Fen; Chen; Kong, 2021), tendo em conta as possibilidades que oferece para utilização de *influencers* (influenciadores) ao serviço das marcas, com ênfase na possibilidade de comunicar em diferido (*reels* e *stories*), mas também no momento imediato (*lives*), permitindo interações e partilhas em tempo real (Georgakopoulou, 2023).

2.2 A criação de conteúdos digitais

Para assegurar um bom conteúdo, esse deverá apresentar credibilidade, ser partilhável, útil ou entreter. Deve suscitar interesse, ser relevante e oportuno. Deve ser inovador, apresentar consonância com os valores da marca e deve surgir como autêntico. Isto permite que o controle dos conteúdos e a sua cadência sejam compartilhados e que o consumidor tenha possibilidade de contribuir ativamente, instituindo-se, assim, as redes como um lugar de diálogo entre marcas e consumidores (Atherton, 2021). Com a utilização conjugada de vários meios, assegura-se a presença da marca em vários espaços, conseguindo-se maior relação de proximidade, direcionamento mais exato da mensagem e maior conhecimento sobre os comportamentos.

2.3 A integração dos novos meios no modelo tradicional

Apesar das suas características inovadoras, os novos meios são passíveis de integração no modelo tradicional, que descreve o modo de atuação da publicidade: (1) atenção (conseguida com *display ads*, eventos, *pay-per-click*, patrocínios); (2) interesse (sustentado com *videoclips*

no YouTube, blogues, *posts* nas redes sociais, SEO⁵); (3) desejo (fomentado por *microsites*, *reviews*/críticas favoráveis, *whitepapers*); e, finalmente, a ação, que se estimula com ofertas especiais e ações promocionais de vários tipos (Evans *et al.*, 2017). A previsão de um benefício hedonista que pode derivar da aquisição é um fator importante para o efeito persuasivo que um estímulo publicitário pode ter nos consumidores. Essa antecipação de uma fruição prazerosa pode ser maximizada nas redes, em que se difundem e compartilham experiências e conteúdos (tanto profissionais como de entretenimento) de modo voluntário, buscando uma sensação de prazer (Shareef *et al.*, 2019).

2.4 As características comuns e diferenciadoras entre a linguagem publicitária tradicional e digital

Ao tentarmos estabelecer pontos comuns no que diz respeito às características linguísticas dos textos publicitários, verificamos que, habitualmente, se recorre à utilização de palavras positivas, evitando-se proibições e conceitos negativos. Existe também menor presença de autorreferencialidade (eu) e maior prevalência de ‘tu/você’ e ‘nós’. Há um elevado número de adjetivos (comparativos e superlativos) com significados positivos, com o objetivo de obter atitudes favoráveis. Realça-se a prevalência de gramática disjuntiva, com frases truncadas e utilização específica de determinadas formas verbais para enfatizar o dinamismo do texto (Evans *et al.*, 2017).

No que diz respeito às características diferenciadoras da linguagem publicitária *online*, Schröder (2017) aponta dois níveis. Ao nível macro, realça-se o carácter misto dos *websites*, em que as funções da linguagem informativa e linguagem promocional convivem; existe maior reciprocidade fomentada pela interatividade, que implica elevado potencial de personalização; o carácter multimodal é evidente e enfatizado; e, finalmente, prevalece o estilo *storytelling*. Ao nível micro, aponta-se a existência de *banners*, títulos e *teasers*; encontra-se uma linguagem semelhante à da publicidade de imprensa, que combina vocabulário positivo (adjetivos) com vocabulário informativo (mais neutro); a linguagem é construída com vista a fomentar proximidade; e, por fim, há prevalência de opções dialógicas.

O objetivo será sempre, em qualquer circunstância, maximizar o engajamento com os públicos. Há várias formas de estimular o envolvimento e a participação, entre as quais se incluem as páginas de marca, os anúncios pagos ou até mesmo *posts* patrocinados, não esquecendo o efeito poderoso que o boca-a-boca eletrónico (eWOM) pode ter na disseminação exponencial dos conteúdos publicitários e, conseqüentemente, no engajamento dos consumidores (Evans *et al.*, 2017).

⁵ SEO refere-se a Search Engine Optimization, ou otimização de motores de busca. São estratégias orgânicas que visam a garantir que o endereço de um *website* é apresentado no topo da lista de resultados de uma pesquisa na Internet, ou seja, formas de otimizar um *website* através dos resultados naturais dos motores de busca (Kingsnorth, 2019, p. 121-123).

É evidente que a utilização de formatos digitais e de redes sociais como veículos publicitários não está isenta de críticas e questionamentos quanto à sua transparência e honestidade, do mesmo modo que a publicidade tradicional também a eles está sujeita. Embora esses formatos ainda gozem de alguma credibilidade, os consumidores têm consciência da sua função mercantilista no momento em que se colocam ao serviço das marcas. Formas híbridas como publicidade nativa (artigos aparentemente só informativos, mas, no fundo, promocionais) ou conteúdos que são produzidos por influenciadores por ‘encomenda’ de uma marca podem fomentar a desconfiança e mesmo a exigência de regulamentação mais clara relativamente a uma área com contornos legais indefinidos. Antecipando tais críticas, diversos *posts*, por exemplo, ostentam *disclaimers*, numa política de transparência, em que conteúdos pagos ou de natureza promocional são identificados com a indicação *SP* (*sponsored content*), *sponsored* ou *paid ad* ou com recurso a *hashtags* identificadores. A ausência dessa precaução pode contribuir para uma diminuição do efeito positivo global que essa estratégia permite obter. Tal como aponta Bouvier (2015), os próprios algoritmos de busca acabam por ser determinantes para o discurso que é produzido, pois os conteúdos com um número elevado de acessos são os mais apreciados e os que despertam maior interesse. Essas temáticas mais procuradas assumem um protagonismo acentuado, na medida em que sinalizam relações sociais valorizadas, atraindo, de acordo com as leis do algoritmo, conteúdos adicionais do mesmo género.

3 A aplicação da análise de discurso ao estudo de caso: uma síntese das abordagens

Os estudos de discurso oferecem diferentes abordagens, todas elas relevantes e esclarecedoras, não só da própria arquitetura linguística das mensagens promocionais, mas também das questões que afetam e moldam a sua produção e receção. Portanto, os modelos e perspectivas adotados na análise da campanha abaixo, selecionada pela sua completude em termos de presença nos meios digitais, aqui em análise, pretendem-se apenas ilustrativos do potencial de abordagens desse cariz, não esgotando, certamente, as possibilidades de análise.

O contributo da CDA proporcionará a identificação de uma questão relacionada com a inserção do discurso nas práticas sociais – a problematização – e de que forma a promoção do consumo da água assenta na confirmação de valores relacionados com o consumo, recorrendo-se a valores dominantes, tais como a validação do ‘natural’ ou a construção social desse ‘natural’ (Williamson, 1978). Identificada a questão, importa a verificação dos elementos contextuais de produção e receção da mensagem, que, com efeito, tem por base a construção dos conceitos de ‘natureza’ e ‘natural’ e a sua validação positiva pela sociedade, que os anunciantes utilizam para a credibilização das suas mensagens. Para tal, ter-se-ão em conta os critérios de análise que terão em conta os padrões e elementos verbais e não verbais do texto em análise (no caso, do *website* da marca de água) e o seu contributo para a corroboração dos valores vigentes, que, por sua vez, viabilizam a formulação de ilações relativamente ao cariz ideológico presente nessas mensagens, ao serviço de um sistema dominante como o do consumo.

LINHA D'ÁGUA

Como expetável, os estudos na área da argumentação refletem os percursos e movimentos argumentativos utilizados na persuasão. Assim, socorrendo-nos do modelo de Charaudeau (2008), demonstraremos as etapas da rota argumentativa da campanha – o momento da problematização ou da exposição da questão a comunicar –, como se trata de uma água saudável e mais natural (mesmo com sabores), seguido do posicionamento da marca, colocando-se como uma figura de autoridade na medida em possui o conhecimento das características (científicas) dessa água e que, como tal, segue em direção à demonstração das evidências – ‘provar’. Consente-nos também a possibilidade de verificação dos diferentes padrões/estratégias argumentativas ao dispor e utilizadas nessa campanha: dedução / analogia / oposição / argumentação racional.

Por fim, a linguística pragmática empresta-nos uma abordagem relativamente à força ilocutória e perlocutória das mensagens, bem como a aferição da observância do princípio da cooperação e a sua manifestação nas mensagens. Claramente, a campanha em análise constrói uma locução com manifesta força ilocutória através de diretivas – o convite à prova e à aquisição – e compromissivas, na medida em que existe a promessa de consumo de um produto saudável. As campanhas nos meios digitais demonstram também a possibilidade de conseguir um ato perlocutório, ao envolver os destinatários na interação das mensagens, persuadindo-os a participar da sua construção através da sua ação direta, tanto no *feedback*, como na ativa construção de vídeos e da sua partilha.

Aplicar-se-á igualmente uma análise do que se encontra implícito na mensagem, através do modelo proposto por Ruiz Ruiz (2014), que irá ao encontro das tipologias de dimensões implícitas nas mensagens da campanha – de que forma é que encontramos uma credibilização através do implícito –, o que subjaz a uma explicação (pseudo) científica da razão da existência do gás natural – qual a função desta informação? O que está implícito e sob que forma? Quais as dimensões de implicitação mais presentes em discursos publicitários?

3.1 As leituras das diferentes análises discursivas

Na imagem na página de abertura do *site* da marca, cujo texto deve aqui ser entendido por forma a compreender os vários elementos e códigos, a proposta argumentativa surge de forma evidenciada: apresentar a água como (indubitavelmente) verdadeiramente natural, incluindo o facto de ser naturalmente gasificada. Ao serviço dessa proposição, encontram-se os elementos visuais, com os quais a garrafa de água se confunde, demonstrando, assim, a completa inserção e proveniência naturais: trata-se de uma oferta da natureza.

O texto que figura na primeira página corrobora através da insistência lexical e de forma assertiva o mesmo *topos* argumentativo, bem como através de frases declarativas, acentuando o estatuto de verdades, conforme se verifica nas palavras sublinhadas para fins de análise – a natureza e o facto de ser única nas suas características naturais:

Só Pedras é Pedras. 100% Natural.

Pedras é uma Água Mineral Natural Gasocarbónica.

O sabor distinto e refrescante desta água são o resultado de um processo lento e natural. Durante o seu percurso pelas profundezas da Terra, Pedras adquire as suas características únicas, reconhecidas em todo o Mundo, como são prova as 31 medalhas de Ouro recebidas.

O processo argumentativo prossegue através do sublinhar e demonstrar da proposição apresentada, ‘31 medalhas de Ouro’, estabelecendo o reconhecimento público que dá sustentação ao proposto. Esses padrões mantêm-se nas páginas seguintes, com que o interlocutor é convidado a interagir, premindo “sabe mais”, um dos poucos (se bem que repetido) elementos textuais com uma diretiva. Esse segundo *frame* apresenta um texto idêntico, não só no que respeita ao conteúdo como à forma, apenas se alterando a última frase: “Pedras vem da natureza até ti. Conhece o seu percurso”.

Mais uma vez, há o convite à navegação pelo *site*. Aí somos confrontados com diferentes cenários naturais, em que o rótulo assenta, fazendo transparecer a figura de uma garrafa, que se funde com esse cenário. Reforça-se o estatuto do natural, que obriga a uma navegação vertical, onde é apresentado um texto ‘científico’ que explica, corrobora e valida o facto de o gás ser natural e a sua formação, terminando com o regresso, desta vez mais sustentado, à premissa inicial:

PEDRAS 100% NATURAL.

Esta água é uma raridade: muito poucas águas com gás em todo o mundo são 100% naturais como Pedras (uma água mineral natural gasocarbónica), o que a torna tão especial e completa. A sua qualidade e características únicas, reconhecidas por especialistas de todo o mundo, já somam desde 1873 mais de 60 prestigiados prémios: International High Quality Trophies do Monde Sélection – International Quality Institute; Superior Taste Awards do International Taste & Quality Institute; medalhas recebidas em exposições internacionais desde Guangzhou (China) a Filadélfia. (E.U.A.).

A recorrência dos *topoi* e percursos argumentativos revela a expectativa de partilha destes valores e posicionamentos ideológicos por parte dos interlocutores, os MR (*members' resources*), sumariamente elencados abaixo:

1. Natural e natureza têm aceções positivas e credíveis; são desejáveis;
2. os potenciais destinatários da mensagem desejam produtos naturais; acreditam nos benefícios da natureza;
3. as autoridades conferentes de prémios têm o conhecimento para a testar a qualidade desta água; validam a proposta;
4. a terminologia científica valida e torna credível a proposta porque os destinatários partilham da crença de que a ciência confere autoridade;
5. o discurso científico tem autoridade e poder na nossa sociedade;
6. o carácter singular e único torna a proposta mais atraente;
7. os destinatários valorizam o que é raro – um pressuposto associado à valorização em termos de consumo;
8. os navegadores da página aderem, por princípio, aos convites à navegação.

Poder-se-ia acrescentar a forma como as frases assertivas mantêm um discurso de autoridade, bem como outras questões de natureza ideológica relacionadas com o diálogo estabelecido com os interlocutores enquanto consumidores. Pressupõe-se o que vão valorizar e o tipo de estratégias discursivas vai ao encontro desses pressupostos. Não é relevante, por

exemplo, o que significa ‘gasocarbónica’, mas tão somente o facto de se tratar de um termo científico que valida a mensagem. Por outro lado, a explicação detalhada relativamente ao percurso e processo percorrido pela água até se tornar água mineral para consumo coloca o consumidor no lugar de aprendente, conferindo ao anunciante e à marca o papel de fontes de autoridade. Em suma, uma apologia do natural, uma construção ideológica, certamente (Williamson, 1978), mas cujos benefícios persuasivos tornam esse construto um elemento estratégico no discurso persuasivo, que beneficia, neste caso, de um meio interativo, em que a participação do interlocutor é desejável e expectável, o que revela, de certa forma, a eficácia da proposta e permite o seu prosseguimento para diferentes partes da comunicação da marca.

A ponte para uma perspetiva do ponto de vista da argumentação torna-se simples, uma vez que está apresentada a problematização – a água é efetivamente natural –, sendo que a posição é de que é melhor por esse facto e ainda melhor pela sua raridade, algo que é demonstrável através das evidências científicas e dos prémios concedidos. Relativamente às modalidades ou modos de raciocínio, estão patentes o raciocínio por dedução: é 100% natural porque vem gasificada na natureza e, como tal, é melhor e mais saudável (pressupondo-se que os interlocutores partilham dessa premissa). Sublinhe-se que essa argumentação está patente nas campanhas das redes sociais – (TikTok, YouTube, Instagram e Facebook) –, em que se recorre a mensagens e textos típicos desses meios, mas em que os elementos visuais e textuais vão ao encontro dos conceitos já veiculados, mantendo também uma certa coerência argumentativa: os frutos naturais presentes em todos os vídeos das águas com sabores e os próprios hashtags: #AguaDasPedras #AguaComGas #AMesaEscolheNatureza (Instagram); #ascoresdanatureza (TikTok). Verifica-se a analogia, pela presença de alusão a ser melhor e única em relação às demais concorrentes, mas também pelo facto de se apresentar uma história reveladora da evolução – diferente, porque mais atual, mas igual a si mesma, pela lealdade relativamente ao compromisso com o ‘natural’, no separador ‘PEDRAS, 150 ANOS’. Encontra-se também, de forma vincada, o raciocínio por cálculo, ou seja, através de um processo argumentativo com base numa lógica mais científica, o que está patente não só na menção reiterada do 100%, como na demonstração detalhada do processo químico que dá origem à gaseificação, em que se pode ler “processo X dá origem a produto Y que, por sua vez, constitui vantagens Z”. Em todos os passos da argumentação, apresenta-se uma prova ‘objetiva’ e quantificável, que promove mais inequivocamente a credibilidade da argumentação.

Do ponto de vista da aplicação dos preceitos da pragmática, de uma forma geral, os elementos controversos relacionam-se com o facto de se tratar de um discurso intrusivo, ou seja, um diálogo não solicitado, mas que se constrói tendo em consideração o princípio da cooperação e as respetivas máximas. Porém, até que ponto é que essas são efetivamente mantidas e poderão constituir um ponto igualmente questionável se considerarmos que frequentemente se acusa a publicidade de não respeitar sempre, à partida, a máxima da qualidade (transparência e verdade das proposições)? Os textos publicitários da marca em análise mitigam esse ceticismo ao constituírem prova constante do que é argumentado, de um modo organizado não só em termos textuais, mas utilizando os instrumentos da comunicação

LINHA D'ÁGUA

digital, constituindo uma estrutura de navegação que facilita o percurso argumentativo. Poder-se-ia apenas ressaltar que a insistência nos motes argumentativos relacionados com o 'natural' (tanto em texto, como em termos visuais) poderá pôr em causa a máxima da quantidade. Pressupõe-se, constantemente, em termos de implicatura, que os interlocutores partilham do juízo valorativo positivo em relação à natureza e à ciência, conforme referido acima.

A aplicação do modelo de Ruiz Ruiz (2014) proporciona, ainda, uma análise do implícito, sendo que a campanha evidencia o que já foi analisado noutros anúncios (Tuna, 2019): o facto de o implícito na publicidade ser de natureza intencional. O discurso insinuado está presente em vários momentos do texto, como, por exemplo, "Só Pedras é Pedras", "Esta água é uma raridade", ou "...com características únicas", em que se infere que as restantes águas minerais com gás não são (tão) naturais, nem apresentam características idênticas – uma alusão (velada) à concorrência. Permite ainda leituras mais abrangentes relativamente ao que socialmente é aceite como válido: o que é natural (independentemente da construção subjacente) é melhor. Verifica-se aqui também uma omissão, intencional, certamente, mas que pressupõe que o consumidor esteja alinhado com esses pressupostos. Isso consegue verificar-se nas redes sociais – corroborando a natureza perlocutória desses enunciados – quando os destinatários colaboram na difusão da marca referindo "Bebo esta água desde pequena. Adoro! Já a minha mãe a preferia! Até morrer aos 83 anos! E já vou nos 78!" (Instagram).

Conclusões

Os meios digitais constituem, indubitavelmente, novas oportunidades para a difusão das mensagens publicitárias das marcas, bem como novos desafios, uma vez que, por um lado estabelecem canais de comunicação com os públicos e, por outro, exigem um repensar dessas formas de comunicar, entre elas a linguagem, que assume características próprias das dinâmicas e interações criadas pelos e nos meios digitais. O meio afeta a forma como comunicamos, tornando-se parte integral da mensagem, neste caso, a mensagem publicitária (Cluley, 2017).

As relações estabelecidas pelos canais *online* apresentam novos modelos de mediação para além das relações de um para um ou um para vários/muitos, próprias dos meios mais tradicionais, propondo modelos como vários/muitos para vários/muitos, permitidos pelas plataformas das redes sociais, em que se verificam múltiplos emissores e recetores e, ainda, modelos de vários/muitos para um. Esse último, também proporcionado por meios digitais das redes sociais, permite o envio de múltiplas mensagens direcionadas distintamente de acordo com o perfil dos indivíduos (Cluley, 2017). Esse papel essencial da mediação tem consequências na construção das mensagens, em todas as suas dimensões e linguagens, o que implica um conhecimento do funcionamento linguístico – aqui entendido de forma a abranger diferentes códigos e modos –, por forma a não só adequar o discurso aos seus destinatários potenciais, mas também a compreender exatamente os artefactos linguísticos e as suas funções na construção de mensagens eficazes e de acordo com os objetivos propostos.

LINHA D'ÁGUA

Do ponto de vista da compreensão e análise das mensagens publicitárias nos diferentes meios digitais ao serviço das marcas, a linguística e os estudos do discurso oferecem múltiplas abordagens, que permitem compreender as formas de construção das mensagens publicitárias, o seu percurso argumentativo, bem como o papel que essas desempenham na sociedade, nas interações sociais, os valores veiculados, confirmados ou, simplesmente, sugeridos.

Embora importe ressaltar que cada meio de publicidade é único, como vimos, a publicidade *online* compartilha, em linhas gerais, os mesmos princípios criativos da publicidade *offline*. Nesse sentido, todos os anunciantes e as suas agências devem entender os padrões de consumo e projetar as mensagens mais adequadas ao público no momento da exibição (McStay, 2010), tendo em conta as características específicas de cada meio e a necessidade de trabalharem em conjunto em campanhas multimodais.

Financiamento

Este trabalho apresentado pelas autoras Elsa Simões e Sandra Tuna foi parcialmente financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no âmbito do Centro de Investigação LabCom - Comunicação e Artes da Universidade da Beira Interior (UBI), <https://doi.org/10.54499/UIDB/00661/2020>, projetos sob a referência UIDB/00661/2020.

Referências

- ARISTÓTELES. *The rhetoric and the poetics of Aristotle*. Tradução W. Rhys Roberts. Nova Iorque: The Modern Library, 1984.
- ATHERTON, J. *Social media strategy: a practical guide to social media marketing and customer engagement*. Londres: Kogan Page, 2021.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- BELCH, G. E.; BELCH, M. A. *Advertising and promotion: an integrated marketing and communication perspective*. 11. ed. Nova Iorque: McGraw-Hill, 2018.
- BOUVIER, G. What is a discourse approach to Twitter, Facebook, YouTube and other social media: connecting with other academic fields? *Journal of Multicultural Discourses*, v. 10, n. 2, p. 149-162, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/17447143.2015.1042381>
- CHARAUDEAU, P. L'argumentation dans une problématique de l'influence. *Revue Argumentation et Analyse du Discours*, (AAD), n. 1, p. 1-17, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4000/aad.193>
- CLULEY, R. *Essentials of advertising*. Londres: Kogan Page, 2017.
- COOK, G. *The discourse of advertising*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2001.
- DUFF, B. R. L.; FABER, R. J.; NAN, X. Coloring outside the lines: suggestions for the future of advertising theory. In: RODGERS, S.; THORSON, E. (Eds.) *Advertising theory*. 2. ed. Nova Iorque e Abingdon: Routledge, 2019, p. 18-31.

LINHA D'ÁGUA

EVANS, N. *et al.* Disclosing Instagram influencer advertising: the effects of disclosure language on advertising recognition, attitudes, and behavioral intent. *Journal of Interactive Advertising*, v. 17, n. 2, p. 138-149, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/15252019.2017.1366885>

FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. Londres & Nova Iorque: Routledge, 1995.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2003.

FEN, Y.; CHEN, H.; KONG, Q. An expert with whom I can identify: the role of narratives in influencer marketing. *International Journal of Advertising*, v. 40, n. 7, p. 972-993, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/02650487.2020.1824751>

FONSECA, J. O lugar da pragmática na teoria e análise linguísticas. *Máthesis*, n. 3, p. 35-42, 1994. DOI: <https://doi.org/10.34632/mathesis.1994.3708>

GEORGAKOPOULOU, A. (S)mall stories online: the intersection of affordances and practices. In: HANDFORD, M.; GEE, J.P. (Eds.) *The Routledge handbook of discourse analysis*. 2. ed. Abingdon e Nova Iorque: Routledge, 2023, p. 441-453.

GOFFMAN, E. *Gender advertisements*. Londres: Harper & Row, 1979.

GRICE, P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. J. (Eds.) *Syntax and semantics 3: Speech Acts*. Nova Iorque: Academic Press, 1975, p. 41-58.

HARDY, J.; POWELL, H.; MacRURY, I. *The advertising handbook*. 4.ed. Abingdon e Nova Iorque: Routledge, 2018.

HE, J.; SHAO, B. Examining the dynamic effects of social network advertising: A semiotic perspective. *Telematics and Informatics*, n. 35, p. 504-516, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tele.2018.01.014>

ISMAGILOVA, E. *et al.* The effect of electronic word of mouth communications on intention to buy: a meta-analysis. *Information Systems Frontiers*, n. 22, p. 1203-1226, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10796-019-09924-y>

KINGSNORTH; S. *Digital marketing strategy: an integrated approach to online marketing* 3. ed. Londres: Kogan Page, 2019.

LAWES, R. *Using semiotics in marketing: how to achieve consumer insight for brand growth and profits*. Londres: Kogan Page, 2020.

LEECH, G. *English in advertising: a linguistic study of advertising in Great Britain*. Londres: Longman, 1966.

MCSTAY, A. A qualitative approach to understanding audience's perceptions of creativity in online advertising. *The qualitative report*, v. 15, n. 1, p. 37-58, 2010. DOI: <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2010.1139>

MYERS, G. *Ad worlds: brands, media, audiences*. Londres: Arnold, 1999.

MYERS, G. *Words in ads*. Londres: Edward Arnold, 1994.

RIPLEY, M. L. Argumentation theorists argue that an ad is an argument. *Argumentation*, v. 22, n. 4, p. 507-519, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10503-008-9102-2>

RIPLEY, M.; GOWING, M. P. Argumentation and emotional cognition in advertisements. *OSSA Conference archive*, n. 19, p. 1-5, 2011. DOI: <https://doi.org/10.17576/pengurusan-2021-63-05>

- RODRIGUEZ, M. *Brand storytelling: put customers at the heart of your brand story*. Londres: Kogan Page, 2020.
- RUIZ RUIZ, J. El discurso implícito: aportaciones para un análisis sociológico. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, v. 146, p. 171-190, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5477/cis/reis.146.171>
- SCHRÖDER, T. Aspects of language advertising online. In: BEDIJS, K.; MAAB, C. (Eds.) *Manual of Romance languages in the media*. Berlin: Walter de Gruyter, 2017, p. 110-129.
- SHAREEF, M. A. *et al.* Social media marketing: comparative effect of advertisement sources. *Journal of Retailing and Consumer Services*, v. 46, p. 58-69, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jretconser.2017.11.001>
- SIMÕES, E. The language of advertising. In: LEUNG, C.; STREET, B. V. (Eds.) *The Routledge companion to English studies*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2014, p. 505-515.
- SIMÕES, E. Discourse(s) in advertising. In: HANDFORD, M.; GEE, J.P. (Eds.) *The Routledge handbook of discourse analysis*. 2. ed. Abingdon e Nova Iorque: Routledge, 2023, p. 525-538.
- THORSON, E.; RODGERS, S. Advertising theory in the digital age. In: RODGERS, S.; THORSON, E. (Eds.) *Advertising Theory*. 2. ed. Londres: Routledge, 2019, p. 3-17.
- TUNA, S. A promoção de jovialidade: a construção de um discurso e argumentação persuasivos. *Redis: Revista de estudos do discurso*, n. 8, p. 200-216, 2019. DOI: <https://doi.org/0.21747/21833958/red8a9>
- VAN DIJK, T.A. Critical discourse analysis. In: TANNEN, D.; HAMILTON, H. E.; SCHIFFRIN, D. (Eds.) *The Handbook of discourse analysis*, 2. ed. Londres: Wiley, 2015, p. 466-485.
- VAN EEMEREN, F. H.; ANDONE, C. Argumentation and communicative practices. In: ROCCI, A.; SAUSSURE, L. (Eds.) *Verbal communication*. Berlin: Walter de Gruyter, 2016, p. 245-268.
- VAN EEMEREN, F. H. Argumentative style: a complex notion. *Argumentation*, v. 33, n. 2, p. 153-171, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10503-019-09478-y>
- WALTON, D. Anticipating objections in argumentation. In: RIBEIRO, H. J. (Ed.) *Rhetoric and argumentation in the beginning of the 21st century*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 87-109.
- WILLIAMSON, J. *Decoding advertisements*. Londres: Marion Boyars, 1978.
- WILSON, R. T.; TILL, B. D. Managing advertising in non-traditional environments: a message processing framework. In: RODGERS, S.; THORSON, E. (Eds.) *Advertising theory*. 2.ed. Abingdon e Nova Iorque: Routledge, 2019, p. 109-123.
- WODAK, R.; MEYER, M. (Eds.) *Methods in critical discourse analysis*. Londres: Sage, 2001.
- YAKOB, F. *Paid attention: innovative advertising for a digital world*. Londres: Kogan Page, 2022.
- YUEN, C. Y. The construal of ideational meaning in print advertisements. In: O'HALLORAN, K. L. (Ed.) *Multimodal Discourse Analysis: systemic-functional perspectives*. Londres e Nova Iorque: Continuum, 2004, p. 163-195.

Artigo / Article

“Doutor, volta e pesquise melhor, falou besteira”: autoridade e argumentação em comentários no YouTube

*“Doctor, go back and research more, you spoke nonsense”:
Authority and Argumentation in YouTube comments*

Gabriel Isola-Lanzoni 

Universidade de São Paulo, Brasil

gabriel.lanzoni@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-2066-1298>

Lucas Pereira da Silva 

Universidade de São Paulo, Brasil

lucas.pereira.silva@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-1670-8129>

Recebido em: 15/07/2023 | Aprovado em: 21/10/2023

Resumo

Movimentos como os de terraplanistas, agentes antivacinas e céticos das mudanças climáticas têm impulsionado a discussão sobre a legitimidade dos conhecimentos construídos na esfera científica. Allchin (2022) entende que esses movimentos constituem o que denomina como Crise da Desinformação Científica, que influenciaria, dentre outras práticas, a forma como a comunicação científica, e sobretudo o debate que ela promove no meio digital, se desenvolve. Neste artigo, temos como objetivo investigar a tensão no reconhecimento de comunicadores científicos como autoridades em relação aos temas que discutem em vídeos de divulgação científica no YouTube. Para tanto, partimos dos estudos argumentativos (Gonçalves-Segundo, 2020; 2023a; Grácio, 2010; Plantin, 2008), em especial, das categorias de esquemas argumentativos e de perguntas críticas (Walton; Reed; Macagno, 2008; Lewiński, 2022; Gonçalves-Segundo, 2023a), e dos estudos sobre autoridade (Allchin, 2022; Lewiński, 2022), e nos debruçamos sobre um *corpus* de comentários do YouTube acerca de um vídeo sobre a segurança das vacinas contra a Covid-19. Identificamos distintos modos de questionamento sobre a autoridade do comunicador científico enquanto um porta-voz da ciência, especialmente no que diz respeito às dimensões da credibilidade, da confiabilidade e da consistência.

Palavras-chave: Autoridade • Argumentação • Comentários • YouTube

Abstract

Movements such as those of flat-earthers, anti-vaccine advocates, and climate change skeptics have fueled discussions about the legitimacy of knowledge constructed in the scientific sphere. Allchin (2022) argues that these movements constitute what he terms the Science Misinformation Crisis, which influences, among other practices, the way scientific communication unfolds, particularly the debate it fosters in digital environments. In this article, our aim is to investigate the tension in the recognition of scientific communicators as authorities regarding the topics they discuss in scientific dissemination videos on YouTube. To do so, we draw on argumentation studies (Gonçalves-Segundo, 2020; 2023a; Grácio, 2010; Plantin, 2008), specifically focusing on argumentative schemes and critical questions categories (Walton; Reed; Macagno, 2008; Lewiński, 2022; Gonçalves-Segundo, 2023a), as well as studies on authority (Allchin, 2022; Lewiński, 2022). We delve into a corpus of YouTube comments on a video discussing the safety of Covid-19 vaccines, identifying different modes of questioning regarding the authority of the scientific communicator as a spokesperson for science, especially concerning credibility, reliability, and consistency dimensions.

Keywords: Authority • Argumentation • Comments • YouTube

Introdução

Movimentos como os de terraplanistas, agentes antivacinas e céticos das mudanças climáticas têm se tornado objeto de investigação em distintos campos do conhecimento (Allchin, 2022; Goodwin, 2020; Lima, 2020; dentre outros). Voltamo-nos a esses temas em trabalhos anteriores (da Silva; Isola-Lanzoni; Gonçalves Segundo, 2021; Isola-Lanzoni; Gonçalves Segundo, 2019) com base em um olhar guiado por questões discursivas e, sobretudo, argumentativas, focalizando as controvérsias sobre temas pertinentes ao campo científico, mas que são politizados na arena pública digital. Partimos centralmente de uma preocupação apresentada por Wodak e Meyer (2016, p. 13) sobre a comunicação em ambientes digitais, uma vez que os autores defendem a necessidade de “analisar, interpretar e explicar o uso de comunicação mediada digitalmente e seus impactos nos modos convencionais e inovadores de comunicação, que parecem inaugurar novos modos de participação e novos espaços públicos”¹.

Com base nessa preocupação, temos como objetivo investigar as disputas em torno do reconhecimento da autoridade de comunicadores em relação aos temas que eles discutem em vídeos de divulgação científica publicados na plataforma YouTube.

A problemática do reconhecimento da autoridade em temas científicos ecoa preocupações prévias de distintas áreas, como mostram investigações recentes nos estudos

¹ No original: “Analysing, understanding and explaining the use of digitally mediated communication and its impact on conventional and new modes of communication which seem to open up new modes of participation and new public spaces”.

discursivos (Khosravinik; Unger, 2016) e argumentativos (Lewiński, 2022; Araszkievicz; Koszowy, 2024), assim como em áreas adjacentes, como o ensino de ciência (Blancke; Boudry, 2022) e a filosofia da ciência (Allchin, 2022). Nossa contribuição às investigações orienta-se à reflexão sobre as formas de ratificação e de refutação da autoridade no ambiente digital – ilustrada por enunciados como o que dá título a este artigo –, sobretudo no fórum instaurado na seção de comentários de vídeos do YouTube, a partir de um olhar centralmente argumentativo.

Para isso, selecionamos comentários postados por distintos usuários em relação ao vídeo “Como as vacinas contra COVID-19 ficaram prontas tão rápido?”, publicado pelo canal Hospital Albert Einstein no dia 5 de fevereiro de 2021. O vídeo integra o projeto “Informativo Einstein: Vacinas contra a COVID-19”, desenvolvido pelo hospital entre os meses de janeiro e outubro de 2021, período que compreende desde a aprovação das vacinas contra a Covid-19 pela Anvisa até a aplicação das segundas doses. O vídeo selecionado totaliza cerca de 2 milhões e 240 mil visualizações e mais de 2 mil comentários e consiste em um dos vídeos sugeridos pela plataforma sobre o tópico ‘vacinação contra a Covid-19’ no âmbito da seção ‘Fontes de informação de saúde’, criada em resposta às críticas de que as redes sociais estariam distribuindo indiscriminadamente publicações orientadas à conturbação do debate público sobre temas de saúde pública. Essa recomendação da plataforma demonstra o potencial de influência do vídeo no debate público sobre o tema. O vídeo é apresentado pelo Dr. Luiz Vicente Rizzo, que ocupa o cargo de Diretor Superintendente do Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein.

Isso posto, o artigo se organiza da seguinte maneira: (i) inicialmente, apresentamos a fundamentação teórica assumida em nosso trabalho, na qual discutimos conceitos importantes da teoria da argumentação, como questão argumentativa (Grácio, 2010; Gonçalves-Segundo, 2020; 2023a), esquema argumentativo (Walton; Reed; Macagno, 2008; Gonçalves-Segundo, 2023a) e pergunta crítica (Walton; Reed; Macagno, 2008; Lewiński, 2022; Gonçalves-Segundo, 2023a), articulando-os à conceituação de Crise da Desinformação Científica (Allchin, 2022) e à dependência epistêmica em especialistas (Hardwig, 1985) para tratar do papel de autoridade no campo científico. Em seguida, (ii) passamos à descrição dos procedimentos metodológicos adotados para a coleta, organização, filtragem, seleção e análise dos comentários. Na sequência, (iii) analisamos três comentários que ilustram os questionamentos construídos por usuários-comentadores acerca da autoridade do divulgador/médico. Em seguida, desenvolvemos as considerações finais, nas quais retomamos o objetivo do artigo e realizamos discussões emergentes das análises. Finalizamos com as referências.

1 Fundamentação teórica

1.1 Argumentação

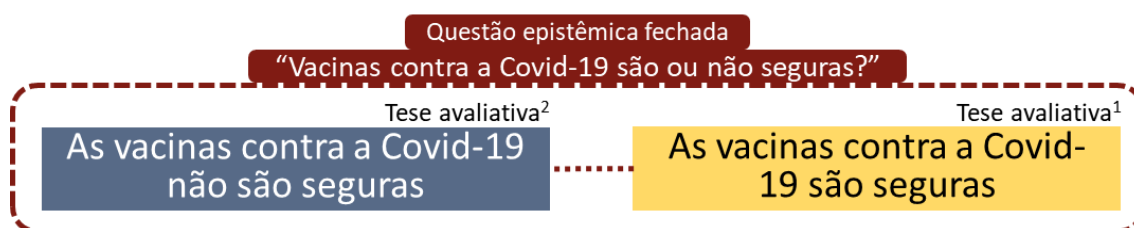
Em conformidade com Plantin (2008), compreendemos que a argumentação se dá fundamentalmente pela confrontação de (ao menos) dois discursos antagônicos, o que demarca

uma **situação argumentativa potencial**. A confrontação consiste em uma situação em que uma descrição ou uma avaliação da realidade ou ainda uma proposta de ação é questionada ou colocada em tensão. Essa situação é caracterizada pela diferença de posicionamentos.

A confrontação é necessária para que haja uma argumentação, mas não é suficiente. Para que se passe a uma **situação argumentativa concreta**, os posicionamentos devem receber investimento sociossemiótico de atores que argumentam em defesa ou em ataque a um dos posicionamentos. É apenas na apresentação de razões orientadas a sustentar os posicionamentos que se constitui uma **questão argumentativa** de fato.

Gonçalves-Segundo (2020), a partir de Grácio (2010), entende que questões argumentativas consistem em recortes temáticos para os quais são apresentadas respostas alternativas, que se configuram como posicionamentos plausíveis sobre o que está sendo discutido. Questões pautam-se no dissenso, e argumentações estão orientadas ao processo de defesa, de questionamento e de crítica dessas respostas possíveis. Um exemplo de questão argumentativa encontra-se na Figura 1.

Figura 1. Exemplo de questão argumentativa com alternativas de resposta



Fonte: Isola-Lanzoni (*no prelo*).

A questão VACINAS CONTRA A COVID-19 SÃO OU NÃO SEGURAS? é representativa da controvérsia que marcou a pandemia de Covid-19 no Brasil e no mundo. Na figura, a questão, representada pelo retângulo tracejado vermelho, consiste em um **problema epistêmico**, isto é, uma diferença de opinião relativa a modos de ver e de compreender o funcionamento de um objeto de tematização em termos de descrições ou avaliações. No caso em pauta, as respostas, explicitadas nos retângulos azul e amarelo, consistem em teses avaliativas acerca do objeto de discurso ‘vacinas contra a covid-19’².

Plantin (2008) entende que questões argumentativas estabelecem uma relação com a *doxa*, entendida, em termos gerais, como a opinião comum, do mesmo modo como o faz Amossy (2018). O conceito demarcaria a distinção entre as respostas à questão em termos

² Julgamos pertinente ressaltar, porém, que *respostas possíveis* não constituem necessariamente dípticos. A discussão aqui recortada constitui-se enquanto tal na medida em que o tema foi construído, na arena pública, como sendo marcado por uma dicotomização, de forma que as possibilidades de concepção e avaliação tendem a se dar pela defesa de um ponto de vista e, tipicamente, pela concomitante necessidade de atacar o ponto de vista alternativo.

daquilo que tende a ser ou não enquadrado como já aceito. Haveria, dessa forma, uma resposta *doxal*, que corresponderia ao que tende a já ser aceito, enquanto haveria também uma resposta *anti-doxal*, contrária a essa tendência.

No âmbito da controvérsia sobre a segurança das vacinas, podemos afirmar que o posicionamento que compreende o caráter seguro das vacinas consiste no lado *doxal*, uma vez que, conforme o relatório “Confiança na ciência no Brasil em tempos de pandemia”, realizado pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT, 2022) em parceria com a Casa de Oswaldo Cruz e a Fiocruz em 2022,

a maioria dos brasileiros tem percepções e atitudes fundamentalmente positivas tanto sobre vacinação em geral quanto sobre as vacinas contra covid19. As vacinas são consideradas importantes para proteger a saúde pública para 86,7% dos respondentes, além de ser seguras (75,7%) e necessárias (69,6%) (“Confiança na ciência no Brasil em tempos de pandemia”, 2022, p. 24).

Uma vez instaurada a situação argumentativa concreta, mediante a defesa e a justificação de posicionamentos – assim como ataques por outros argumentadores –, processos esses realizados por meio da construção e da apresentação de razões, torna-se relevante investigar as formas de realizar tais processos, ou seja, investigar os argumentos e contra-argumentos, entendidos como instâncias de esquemas argumentativos.

Esquemas argumentativos são relevantes em variadas teorias e abordagens sobre a argumentação. Desde as abordagens que privilegiam a propriedade retórica, como a Nova Retórica (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2006[1958]), até as que privilegiam a propriedade dialética, como a Pragmadialética (van Eemeren; Garssen, 2015), encontramos tipologias de esquemas argumentativos. O objeto é, contudo, central para as abordagens lógicas, em especial as informais, em sua busca por compreender as formas de justificar o verossímil e o revogável – focalizando, assim, o raciocínio presuntivo³.

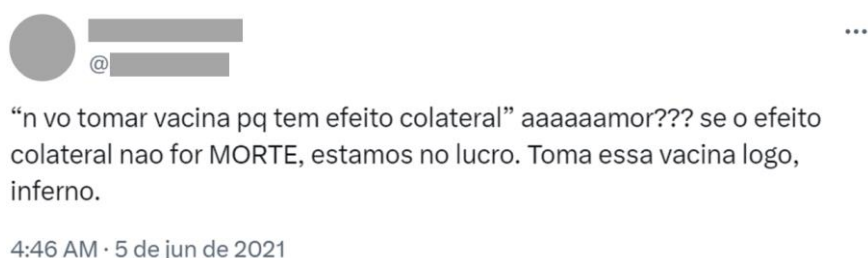
Para essa investigação, adotamos o conceito de esquema argumentativo conforme discutido por Gonçalves-Segundo (2023b, p. 36, negritos do autor, colchete nosso):

esquema é um padrão abstrato de raciocínio argumentativo, composto por um conjunto de **premissas** que, solidariamente, oferecem uma **razão** para se aceitar a **conclusão**, termo usualmente utilizado na Lógica Informal para se referir ao que outras tradições chamam de **tese**. Quando esse padrão abstrato se manifesta concretamente em um texto, suas variáveis são preenchidas semanticamente, em geral a partir de material discursivamente disponível [formando um argumento].

³ De acordo com Gonçalves-Segundo (2022a, p. 109), “raciocínios presuntivos transferem a aceitabilidade das premissas para a conclusão com base em alguma generalização revogável, considerada verossímil em dada comunidade, por representar o típico ou o normal, ainda que tal generalização possa ser anulada com o acréscimo de novas informações”.

Esquemas, assim, consistem em construtos abstratos, uma vez que emergem de inúmeras ocorrências de raciocínios argumentativos similares que foram consolidados histórica e culturalmente em dada sociedade. Ao ser recrutado por um argumentador em um texto, seja para fundamentar um posicionamento, seja para atacar outro posicionamento, o esquema recebe preenchimento material (Macagno, 2015), ou seja, ancora-se no que é pertinente à discussão em pauta. Um exemplo disso pode ser visto no trecho entre aspas, reportado pelo usuário do Twitter em seu tweet, apresentado na Figura 2.

Figura 2. Exemplo 1



Fonte: extraído da plataforma Twitter (renomeado para X)⁴

O trecho relatado “n[ão] vo[u] tomar vacina pq tem efeito colateral”, atribuído a um enunciador vago, instancia um argumento circulante que marcou a pandemia de Covid-19, que se baseia em uma consequência – ter efeitos colaterais – que é lida como negativa e indesejável, cuja leitura que é assumida como real e que decorreria de uma causa – a vacinação –, para defender que a causa não deve ser realizada, de modo a impedir a ocorrência do efeito. Esse argumento consiste em uma instância de um esquema pragmático – conforme a tradição retórica (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2006[1958]) – ou esquema por consequências negativas – considerando a tradição da lógica informal (Walton; Reed; Macagno, 2008; Gonçalves-Segundo, 2023a). O esquema é estruturado, sendo a elaboração de Gonçalves-Segundo (2023a), por duas premissas, uma presunção e uma tese prescritiva, conforme podemos observar no Quadro 1. O argumento reconstruído pode ser visualizado no Quadro 2.

Quadro 1. Esquema argumentativo pragmático (por consequências negativas)

Premissa de causa e efeito	Se o curso de ação <i>a</i> for tomado, então o efeito <i>b</i> ocorre
Premissa de valor	O efeito <i>b</i> é um resultado indesejável
Garantia (presunção de malefício)	Se um efeito é indesejável, então não se deve provocar o evento que o causa
Tese prescritiva	O curso de ação <i>a</i> não deve ser tomado

Fonte: Gonçalves-Segundo (2023a, p. 187)

⁴ Disponível em: <https://twitter.com/aboutjesca/status/1401082928759771136?s=20>.

Quadro 2. Argumento por causa e efeito do exemplo da figura 1

Premissa de causa e efeito	Se alguém tomar vacina, terá efeitos colaterais.
Premissa de valor	Ter efeitos colaterais é um resultado indesejável.
Garantia (presunção de malefício)	Se ter efeitos colaterais é indesejável, então não se deve tomar vacina.
Tese prescritiva	Não se deve tomar vacina.

Fonte: elaboração própria.

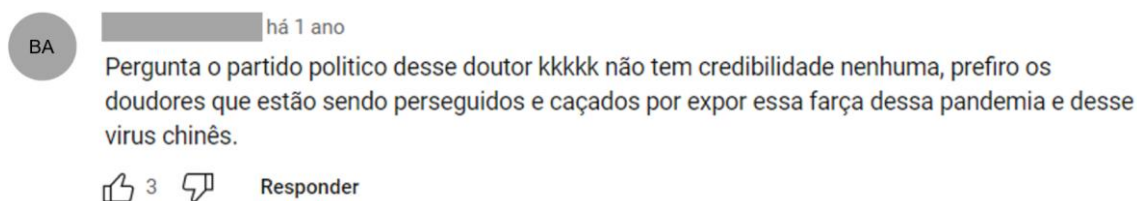
O esquema pragmático (por consequências negativas), enquanto um esquema, consiste em um modo consolidado e validado sócio-historicamente de se argumentar contrariamente a um determinado curso de ação com base nos efeitos indesejados. A relação entre esse padrão de raciocínio (Quadro 1) e o argumento (Quadro 2) pode ser observado em termos de preenchimento das variáveis relevantes (*a* e *b* do Quadro 1) ao tópico de vacinação e efeitos colaterais.

Exploraremos os esquemas argumentativos de forma mais detida na próxima seção, ao articularmos essa categoria com a discussão sobre autoridade e crise da desinformação.

1.2 A autoridade: entre a Crise da Desinformação Científica e a Argumentação

Partimos, em acordo com Allchin (2022) e Rosenau (2012), da concepção de que o presente é caracterizado por uma Crise da Desinformação Científica, marcada pela concorrência de distintas concepções de ciência, resultantes não de uma desconfiança em relação à ciência em si, mas de uma disputa sobre quem está ou não autorizado a falar em nome dela (Allchin, 2022). A fim de ilustrar tal enquadramento, apresentamos na Figura 3 um comentário produzido em relação ao vídeo “Como as vacinas contra COVID-19 ficaram prontas tão rápido?”.

Figura 3. Exemplo 2



Fonte: extraído de Canal Hospital Israelita Albert Einstein (Como as vacinas..., 2021)

No comentário, fica evidente o questionamento sobre a autoridade do argumentador enquanto um porta-voz da ciência. O comentarista não ratifica o posicionamento assumido pelo comunicador científico enquanto um ator validado para falar pela e sobre ciência. Essa rejeição é sustentada pela diferença de posicionamento político que o comentarista infere haver entre si

e o comunicador, possivelmente em decorrência da diferença de posicionamentos em relação à controvérsia sobre a segurança das vacinas – disso advém a leitura de politização do tema. A isso, soma-se a manifestação de confiança em outro conjunto de atores: “os dou[t]ores que estão sendo perseguidos e caçados por expor essa far[s]a dessa pandemia e desse v[í]rus chinês”. Esse questionamento ancora-se em um esquema de *ad hominem circumstantial*. Esse tipo de raciocínio calca-se numa relação de incompatibilidade entre o que o argumentador defende e a sua imagem enquanto alguém autorizado a tratar do tópico pertinente à interação, uma vez que se assume alguma forma de enviesamento. Walton (2006) salienta se tratar de um argumento cujas consequências são significativamente severas, uma vez que o raciocínio é orientado à subtração da possibilidade de o argumentador participar efetivamente do jogo argumentativo. Em outros termos, trata-se “de um argumento que não necessariamente tem como fim atingir a *figura* do orador, mas sim *tudo aquilo que ele se propõe a defender*” (da Silva, 2022, p. 80, grifos do autor).

Essa identificação é relevante para compreendermos que não há uma rejeição à ideia de **dependência epistêmica** em especialistas, mas sim na avaliação sobre quem pode ser classificado dessa forma. O conceito de dependência epistêmica foi proposto por Hardwig (1985) no âmbito da discussão sobre o que poderia ser categorizado como conhecimento e quem poderia assumir ter determinados conhecimentos. Ao ser levado para os estudos sociais e cognitivos, o conceito passou a ser entendido como uma marca da dinâmica social atual: dada a divisão do trabalho intelectual e da especialização de campos de conhecimento e de atuação, haveria a necessidade de se confiar em especialistas em determinados tópicos de certos campos da vida em decorrência da impossibilidade de indivíduos alcançarem aprofundamento suficiente nas mais diversas áreas (Allchin, 2022). O exemplo comum disso seria a confiança em profissionais da saúde⁵.

A dependência em especialistas encontra ecos nos estudos da argumentação, sobretudo no argumento de autoridade, já discutido por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006[1958]). Na defesa de determinadas teses com base em asserções de autoridades residiria uma lei de passagem – uma regra geral comumente aceita na sociedade (Toulmin, 2006[1958]) – de que o que um especialista diz sobre algo pertinente ao seu campo de atuação é mais digno de ser considerado plausível.

Essa dependência, contudo, encontra-se em um ponto de tensão no reconhecimento de autoridades, uma vez que ora se mantém o reconhecimento de determinados atores como autoridades, ora se propõem ou se reconhecem outros atores como autoridades, conforme o exemplo anterior.

⁵ Um paciente opta por determinado curso de tratamento dada a confiança que atribui a profissionais da saúde. Essa confiança pode ser mais bem especificada ao considerarmos o cenário: um paciente com enfermidades no coração tenderia a confiar mais na avaliação de um/a cardiologista e menos na avaliação de um/a ortopedista, mesmo ambos sendo especialistas no campo médico.

Nessa esteira, Lewiński (2022) discute a distinção entre dois tipos de argumentos muito caros aos estudos da argumentação: (i) argumentos orientados a sustentar uma tese, comumente prescritiva, calcada na autoridade (ou na posição de saber) de um ator evocado localmente; e (ii) argumentos orientados a sustentar que um determinado ator deve ser considerado autoridade (ou em uma posição de saber). Essa dinâmica consiste em reconhecer que, em determinadas situações comunicativas, a autoridade evocada pode ser questionada e, em vista disso, uma argumentação subordinada pode ser invocada para defender o estatuto de posição de saber/autoridade desse ator.

Gonçalves-Segundo (2023a, p. 212), partindo da (mas não se restringindo à) formulação de Lewiński (2022), chama atenção para a relação de subordinação comumente estabelecida entre os argumentos, assumindo se tratar de um **argumento por posição de saber**, ao qual há um **argumento por definição** subordinado, conforme como no Quadro 3.

Quadro 3. Relação subordinativa (em cinza claro) entre esquema argumentativo por posição de saber (acima) e esquema argumentativo por definição (abaixo)

Premissa de reconhecimento de posição de saber	A fonte <i>F</i> é considerada autoridade em posição de saber (do ponto de vista do argumentador)
Premissa de explicitação do dizer	(para prescrições) A fonte <i>F</i> recomendou que se faça <i>p</i> (para descrição e avaliações) A fonte <i>F</i> asseverou <i>p</i>
Garantia (presunção de <i>saber-que</i>)	Aquilo que alguém em posição de autoridade assevera ou recomenda pode ser tomado como mais plausível ou pertinente
Tese prescritiva	Deve-se fazer <i>p</i>
Tese descritiva	<i>p</i> é verdade
Tese avaliativa	<i>p</i> é assim
Premissa de estipulação de critérios	Uma autoridade em posição de saber é definida pelo conjunto de propriedades $\{p, q, r...\}$
Premissa de aplicabilidade dos critérios	A fonte <i>F</i> é caracterizada pelas propriedades $\{p, q, r...\}$
Garantia (presunção de inclusão categorial)	Aquilo que possui as propriedades $\{p, q, r...\}$ previstas na definição de autoridade em posição de saber pode ser considerada uma instância de tal categoria
Tese avaliativa (reconhecimento de posição de saber)	A fonte <i>F</i> é (ou pode ser considerada) uma autoridade em posição de saber

Fonte: adaptado de Gonçalves-Segundo (2023a, p. 215)

A estruturação dos esquemas em termos de subordinação faz-se pertinente na medida em que possibilita distinguir, dentre outros casos, ataques que seriam direcionados ao argumento de autoridade propriamente dito daqueles que seriam orientados a explicitar o não pertencimento de determinado ator à categoria de autoridade. Em nosso caso, da posição de autoridade que deve ser ouvida no que se refere à pandemia de Covid-19. Isso fica evidente no exemplo que abre esta seção, uma vez que é possível flagrarmos o argumentador avaliando negativamente o médico/comunicador científico com base na suposição de uma afiliação partidário-ideológica, o que fornece indícios de que esse critério é relevante no reconhecimento da autoridade.

Na esteira dos estudos da Lógica Informal sobre esquemas, Walton, Reed e Macagno (2008) propõem que, para cada questão, haveria um conjunto de **perguntas críticas** que seriam orientadas a testar criticamente a força de determinado argumento e, com isso, pôr à prova seu potencial de resistência a revogabilidade. No caso do esquema por autoridade, os autores propõem originalmente seis perguntas; Gonçalves-Segundo (2023a) e Lewiński (2022) propõem, cada um em sua empreitada, o acréscimo de mais uma pergunta, respectivamente. Vejamo-las no Quadro 4.

Quadro 4. Perguntas críticas vinculadas ao esquema por autoridade

<p>Questionamento sobre a credibilidade: Qual a credibilidade de F como uma autoridade?</p> <p>Questionamento sobre o campo: F é mesmo uma autoridade no campo em que a proposição ou a proposta p está contida?</p> <p>Questionamento sobre a opinião: O que F asseverou que implica p?</p> <p>Questionamento sobre a confiabilidade: F é pessoalmente confiável como fonte?</p> <p>Questionamento sobre a consistência: A proposição p é consistente com o que dizem outros especialistas?</p> <p>Questionamento sobre a evidência de suporte: A asserção de F é baseada em evidências?</p> <p>Questionamento sobre a factualidade do dizer: A fonte F realmente disse p?</p> <p>Questionamento sobre a presunção: O discurso de autoridade é realmente digno de ser aceito ou seguido?</p>

Fonte: Gonçalves-Segundo (2023a, p. 218)

Compreendendo que cada questionamento é tipicamente orientado a pontos específicos do argumento em questão, tomaremos as perguntas como balizadoras para as análises a serem apresentadas. Isto é, dada a dinâmica argumentativa instaurada na seção de comentários no YouTube, no âmbito do vídeo “Como as vacinas ficaram prontas tão rápido?”, torna-se relevante a identificação dos pontos focais de questionamento da autoridade do divulgador científico; desse modo, as perguntas críticas são produtivas. Por conseguinte, organizamos as análises em seções referentes aos questionamentos instanciados nos comentários do *corpus*, explorando um comentário pertinente a cada subcategoria de questionamento, a saber credibilidade, confiabilidade e consistência. Antes, contudo, apresentamos a metodologia de coleta, de filtragem e de definição dos dados.

2 Metodologia para a seleção dos comentários

Parte da problemática em se investigar interações digitais envolve a metodologia de coleta e de seleção de comentários. Em postagens com uma quantidade baixa de comentários, a extração dos dados para análise pode ser realizada de forma manual, sem o auxílio de *softwares*. No caso do vídeo que selecionamos para conduzir as discussões, a forma manual fica inviabilizada, dado o fato de serem encontrados cerca de 2.041 comentários [dados de 18/02/2023]. Essa quantidade elevada atua como uma via de duas mãos: ao passo que potencializa as chances de flagrarmos distintos fenômenos linguísticos, discursivos e argumentativos, também exige que estabeleçamos critérios bem definidos para proceder a uma filtragem daqueles que manifestam o objeto em investigação. O estabelecimento dos critérios

deve ser orientado por hipóteses definidas para potencializar a identificação e a coleta de um fenômeno específico, o que implica um recorte dentre fenômenos correlatos. Em outros termos, é preciso reconhecer que qualquer critério definido implica a redução da variedade de fenômenos. Apresentaremos a seguir os passos que definimos para a seleção dos comentários:

1. **Extração dos comentários:** utilizamos o *software* YouTube Data Tools, desenvolvido por Benhard Rieder, pesquisador da Universidade de Amsterdã, que conduz o projeto *Digital Methods Initiative*⁶. O *software* é de uso livre e permite a coleta dos comentários com base em relevância – de acordo com as definições do YouTube – ou com base na cronologia de postagem.
 - a. Adotamos a coleta que organiza os comentários em ordem cronológica. Os dados são organizados em uma única planilha do tipo .csv⁷. Para melhor visualização, convertimos a planilha para o tipo .xlsx.
2. **Filtragem dos comentários:** realizamos uma busca simples na planilha com os 2.041 comentários extraídos em 18/02/2023⁸. A busca foi feita com os termos ‘doutor’ e ‘especialista’.
 - a. A escolha dos termos deu-se por hipotetizar que sua ocorrência sinalizaria que o comentário, potencialmente, manifestaria o tensionamento da posição do comunicador científico – um médico (‘doutor’) – enquanto uma autoridade para tratar do tópico de segurança das vacinas.
 - b. A busca gerou como resultado 17 comentários que instanciavam o termo ‘doutor’ e 10 comentários com o termo ‘especialista’.
 - i. Em uma análise inicial dos comentários, no que diz respeito à função sintática dos termos, identificamos um funcionamento distinto entre os dois: enquanto o termo ‘doutor’ era utilizado primariamente como um vocativo (13 ocorrências; 76,47%) – simulando uma interação direta com o comunicador científico do vídeo – e secundariamente como sujeito (3; 17,65%) ou como complemento nominal (1; 5,88%), o termo ‘especialista’ apresentou maior variedade de função sintática, ocorrendo como adjunto adnominal (3; 30%), sujeito (2; 20%), predicativo do sujeito (2; 20%), objeto indireto (1; 10%), vocativo (1; 10%) e complemento nominal (1; 10%).

⁶ O YouTube Data Tools está disponível no seguinte link: <https://tools.digitalmethods.net/netvizz/youtube/>.

⁷ Arquivo .csv é um arquivo de texto simples que armazena informações de planilhas e tabelas, tipicamente utilizado na exportação e na importação de dados. Esses arquivos costumam ser convertidos para outros formatos, como o .xlsx – formato da planilha Excel – para otimizar a visualização.

⁸ É relevante indicarmos a data de coleta, uma vez que comentários podem ser excluídos por opção do usuário-comentador, por exclusão do perfil do comentador no YouTube ou mesmo por decisão da plataforma. Uma vez excluído, o comentário não é recuperado por *softwares* de extração de dados.

- ii. Considerando que todas as ocorrências de ‘doutor’ se referiam ao comunicador científico – que se valeria de uma posição típica de porta-voz da ciência –, enquanto ‘especialista’ foi utilizado para se referir tanto ao comunicador quanto a outros agentes (profissionais do esporte, outros comentaristas, entre outros), decidimos focar nos comentários com o termo ‘doutor’, considerando o objetivo deste artigo.
3. **Triagem dos comentários em termos argumentativos:** com os 17 comentários definidos, procedemos à análise argumentativa. Definimos como parâmetros relevantes: i. o posicionamento assumido em relação à questão VACINAS CONTRA A COVID-19 SÃO OU NÃO SEGURAS?; e ii. o desenvolvimento argumentativo em termos de apresentação de razões em relação aos posicionamentos assumidos ou atacados.
- a. Nosso foco voltou-se aos comentários que desenvolviam argumentos, seja para sustentar seus posicionamentos, seja para criticar posicionamentos alheios. Comentários que não apresentavam argumentos foram descartados.
4. **Identificação do tipo de questionamento:** com base nas perguntas críticas do Quadro 4, identificamos o tipo de questionamento a que o comentário se orientava ao opor-se ao divulgador científico.
- a. Focamos nos comentários que envolvem argumentos que tensionam a autoridade do argumentador de forma direta ou indireta.

Seguindo esses passos, chegamos à seguinte distribuição dos comentários, apresentada no Quadro 5.

Quadro 5. Sistematização dos comentários que instanciam o termo ‘doutor’⁹

#	Usuário ¹⁰	Função do termo	Posicionamento	Comentário argumentado	Tipo de questionamento
1	CE	Vocativo	<i>Não determinado</i>	Não	<i>sem questionamento em relação à autoridade</i>
2	ET	Vocativo	<i>Não determinado</i>	Não	<i>sem questionamento em relação à autoridade</i>
3	RP	Vocativo	Vacinas não são seguras	Não	<i>sem questionamento em relação à autoridade</i>
4	CR ¹¹	Vocativo	Vacinas não são seguras	Não	questionamento sobre o campo e sobre a evidência de suporte

⁹ Todos os 17 comentários estão incluídos, nesta ordem, nos Anexos deste artigo.

¹⁰ Orientados pelas recomendações da *Association of Internet Research (AoIR)*, anonimizamos os/as autores/as dos comentários, uma vez que esse dado não consistia em uma variável relevante para as discussões que realizamos neste artigo. Vale destacarmos que os números subscritos na identificação correspondem aos distintos enunciados produzidos pelo mesmo usuário, independentemente do nível de responsividade do comentário – isto é, se respondendo diretamente ao vídeo ou respondendo a um outro comentário.

¹¹ O título deste artigo integra o comentário de CR, que será objeto de discussão no final do artigo.

5	RF	Sujeito	Vacinas são seguras	Sim	<i>sem questionamento em relação à autoridade</i>
6	NA	Vocativo	Vacinas são seguras	Não	<i>sem questionamento em relação à autoridade</i>
7	BP	Sujeito	Vacinas não são seguras	Não	<i>sem questionamento em relação à autoridade</i>
8	BA	Complemento nominal	Vacinas não são seguras	Sim	questionamento sobre a confiabilidade
9	Bh	Vocativo	Vacinas não são seguras	Sim	questionamento sobre a autoridade, sobre a consistência
10	De	Vocativo	Vacinas não são seguras	Sim	<i>sem questionamento em relação à autoridade</i>
11	Fr	Vocativo	Vacinas não são seguras	Não	<i>sem questionamento em relação à autoridade</i>
12	AA	Vocativo	Vacinas não são seguras	Não	<i>sem questionamento em relação à autoridade</i>
13	MM ₁	Vocativo	Vacinas não são seguras	Não	<i>sem questionamento em relação à autoridade</i>
14	DA	Sujeito	Vacinas não são seguras	Não	questionamento sobre a autoridade
15	MM ₂	Vocativo	Vacinas não são seguras	Sim	<i>sem questionamento em relação à autoridade</i>
16	MV	Vocativo	Vacinas não são seguras	Sim	questionamento sobre a confiabilidade
17	JT	Vocativo	Vacinas não são seguras	Sim	questionamento sobre a confiabilidade

Fonte: Elaboração própria

Considerando o objetivo deste artigo, selecionamos os comentários 5, 8 e 9 para a análise, iniciada na próxima seção.

3 Análises e discussões

Para a análise dos comentários, é relevante contextualizarmos o vídeo¹² a que respondem. O vídeo “Como as vacinas contra COVID-19 ficaram prontas tão rápido?” insere-se na discussão sobre a segurança das vacinas contra a Covid-19 e sobre a vacinação na pandemia, aspectos que marcaram o início de 2021, momento em que as vacinas estavam sendo avaliadas pelas agências regulatórias de diversos países e recebendo aprovações. Em termos estruturais, o vídeo tem 3 minutos e 53 segundos de extensão e é organizado em duas partes. Na primeira parte, que ocupa dois terços do texto, o divulgador busca explicitar as razões pelas quais as vacinas ficaram prontas tão rapidamente, respondendo, assim, à pergunta que dá título ao vídeo. Para isso, explora o processo burocrático de aprovação das vacinas pelas agências regulatórias – no caso do Brasil, apenas a Anvisa – e o processo logístico para a sua produção e testagem clínica – fases 1, 2 e 3, sendo a terceira a testagem em seres humanos –, explicando

¹² Disponível em: <https://youtu.be/Z-f8fsdDMIO>.

que o tempo reduzido de aprovação de vacinas ajustou-se ao tempo de aprovação de medicamentos, que são seguros, e que o tempo reduzido de testagem decorreu de planejamento mais fluido entre as etapas. Assim, defende a segurança das vacinas a despeito da redução do tempo de produção e de aprovação. Na segunda parte, o divulgador defende a vacinação com base em dois aspectos: (i) que esse é o meio mais rápido para que a economia volte ao normal; e (ii) que vacinações já foram responsáveis pela erradicação de doenças, como a varíola. Dessa forma, o divulgador engaja-se em duas questões argumentativas: (1) VACINAS CONTRA A COVID-19 SÃO OU NÃO SEGURAS? – que tratamos na primeira seção do artigo; e (2) DEVE-SE OU NÃO TOMAR VACINA CONTRA A COVID-19?¹³.

Embora o divulgador tenha se valido de inúmeros argumentos epistêmico e práticos para sustentar seu posicionamento – alinhado à *doxa* –, depreendemos que os usuários, por vezes, realizaram uma leitura do vídeo por inteiro como um argumento que instancia um esquema por posição de saber (Quadro 3), que poderia ser reconstruído como no Quadro 6.

Quadro 6. Argumento por posição de saber reconstruído a partir da leitura dos usuários-comentadores

Premissa de reconhecimento de posição de saber	O doutor é considerado uma autoridade em posição de saber no que se refere ao assunto de vacinação.
Premissa de explicitação do dizer	(para prescrições) O doutor recomendou que nos vacinemos contra a Covid-19. (para avaliações) O doutor asseverou que as vacinas contra a Covid-19 são seguras.
Garantia (presunção de <i>saber-que</i>)	O que o doutor – enquanto uma autoridade em posição de saber – recomenda ou assevera – devemos nos vacinar e as vacinas são seguras – pode ser tomado como mais plausível ou pertinente.
Tese prescritiva Tese avaliativa	Devemos nos vacinar contra a Covid-19. As vacinas contra a Covid-19 são seguras.

Fonte: Elaboração própria

A depreensão dessa leitura decorre de dois fatores. Primeiro, de comentários que desenvolvem argumentos que visam minar a aceitabilidade de algum componente do argumento por posição de saber. Segundo, por haver uma relação entre os posicionamentos defendidos pelo divulgador e a posição que ocupa no campo da medicina. Por se apresentar como um médico e como diretor do instituto de pesquisa do Hospital Israelita Albert Einstein, ativa determinados estereótipos¹⁴ (Amossy; Pierrot, 2022) sobre avaliações e recomendações médicas, a tal ponto que o vídeo passa a ser interpretado como uma recomendação à ação.

¹³ Para uma análise argumentativa do vídeo, considerando a prática de Divulgação Científica Politizada (DCP), ver Isola-Lanzoni (*no prelo*).

¹⁴ Amossy e Pierrot (2022, p. 89-90) afirmam que “o estereótipo é, então, instaurado a partir de uma verdadeira atividade de decifragem, que consiste em recuperar os atributos de um grupo, de um objeto etc. a partir de formulações variadas. Em outras palavras, o estereótipo não existe em si, não constitui nem um objeto palpável nem uma entidade concreta: ele é uma construção de leitura”.

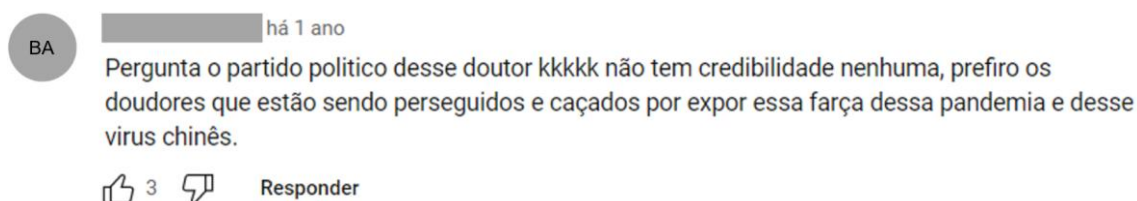
Decorre dessa leitura a identificação de comentários que instanciam questionamentos em relação à autoridade do divulgador científico, enquanto um médico, de tratar do tópico de vacinas.

Passaremos, então, ao comentário que ilustra cada tipo de questionamento encontrado no *corpus*.

3.1 Questionamento sobre a confiabilidade

Começemos com um comentário que instancia um questionamento sobre a confiabilidade do médico, justamente o comentário discutido na fundamentação teórica, reproduzido a seguir na Figura 4.

Figura 4. Comentário de BA



Fonte: extraído de Canal Hospital Israelita Albert Einstein (Como as vacinas..., 2021)

No comentário, BA começa por constatar a necessidade de se questionar acerca das filiações de natureza política por parte do médico/comunicador. Assumindo a polarização que tomou conta do cenário político brasileiro ao longo dos últimos anos e sua extensão à discussão sobre vacinas durante a pandemia, é possível recuperarmos que o comentador aposta que seu leitor também leria o médico como aliado à esquerda do espectro político – assumindo a recorrência com que defensores da vacina eram/são associados a posicionamentos progressistas (Oliveira; Golzio; de Souza, 2023). Isso é reforçado pelas risadas utilizadas logo em seguida – kkkkk –, que pode sinalizar uma atitude de desdém, uma vez que, se de esquerda, a posição por ele defendida é algo que se encontra no âmbito do risível. Nesse sentido, o comentário apresenta um questionamento sobre a confiabilidade da fonte, concluindo negativamente, conforme fica explícito no enunciado – ‘não tem credibilidade nenhuma’ –, o que mostra que tal comentarista considera a afiliação política como um critério relevante para a confiança em uma autoridade científica.

Isso poderia ser representado em termos de um argumento por definição orientado à não inclusão do doutor/divulgador na categoria de autoridades em posição de saber. Representamos isso no Quadro 7, que consiste em um argumento do esquema por definição, apresentado na parte inferior do Quadro 3.

Quadro 7. Argumento de não inclusão na definição de autoridade (exemplo 1)

Premissa de estipulação de critérios	Uma autoridade em posição de saber sobre vacinas não deve ter posicionamento político alinhado à esquerda.
Premissa de não aplicabilidade dos critérios	O doutor do vídeo tem posicionamento político alinhado à esquerda.
Garantia (presunção de não inclusão categorial)	Doutores que tem posicionamento político alinhado à esquerda não possuem a propriedade prevista na definição de autoridade em posição de saber, não podendo ser considerado uma instância dessa categoria.
Tese avaliativa (não reconhecimento de posição de saber)	O doutor do vídeo não é uma autoridade em posição de saber sobre vacinas.

Fonte: elaboração própria.

A tese avaliativa ‘O doutor do vídeo não é uma autoridade em posição de saber sobre vacinas’ explicita o questionamento sobre a confiabilidade do médico em pauta (o Dr. Rizzo), uma vez que ele não seria pessoalmente confiável como uma fonte de saber sobre vacinas, pois teria um alinhamento político à esquerda.

É relevante a identificação de que é o Dr. Rizzo, enquanto divulgador, que é questionado sobre a confiabilidade e não a categoria médica como um todo, uma vez que, na continuação do comentário, BA explicita confiar em médicos e reconhecê-los como autoridades, desde que atendam aos critérios que, do seu ponto de vista, definem uma autoridade em posição de saber. Vejamos no Quadro 8 como isso é realizado.

Quadro 8. Argumento de definição de autoridade (exemplo 1)

Premissa de estipulação de critérios	Uma autoridade em posição de saber sobre vacinas é definida por uma atitude de exposição da farsa da pandemia e do vírus chinês.
Premissa de aplicabilidade dos critérios	Há doutores que estão sendo perseguidos e caçados por exporem a farsa da pandemia e do vírus chinês.
Garantia (presunção de inclusão categorial)	Se a exposição da farsa da pandemia e do vírus chinês está sendo realizada por doutores que estão sendo perseguidos e caçados, então são esses as autoridades em posição de saber sobre vacinas.
Tese avaliativa (reconhecimento de posição de saber)	Doutores que são perseguidos e caçados são autoridades em posição de saber sobre vacinas.

Fonte: elaboração própria.

Ao afirmar que confia nos doutores que estão sendo perseguidos por expor a farsa da pandemia, BA define que essa exposição consiste no critério de definição de autoridades em posição de saber sobre vacinas. A partir dessa estipulação de critério, assume a factualidade de existirem doutores que realizam tal exposição – e eles são justamente os que são perseguidos e caçados (logo, potencialmente injustiçados). Assim, sustenta a tese de que são os perseguidos que são as autoridades em posição de saber, o que não se aplica ao médico do Einstein.

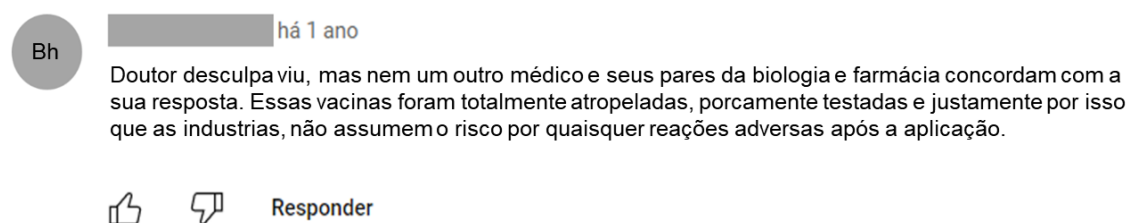
Por conseguinte, ele é construído como um ator que não é confiável para falar em nome da ciência. Note-se que o comentarista, desse modo, busca promover uma substituição dos atores da classe médica que estariam aptos a serem reconhecidos como autoridades, e não uma negação dessa classe como autoridade em potencial.

Por fim, é válido salientar que essa dinâmica se articula ao empreendimento do argumento *ad hominem* circunstancial que discutimos no início da seção 1.2, uma vez que busca retirar o divulgador/médico do jogo argumentativo no que diz respeito a esse tema.

3.2 Questionamento sobre a credibilidade e a consistência

O segundo comentário instância um questionamento sobre a credibilidade, mas de forma articulada ao questionamento sobre a consistência do dizer do divulgador em relação a outras autoridades no tópico, na visão do comentarista. Vejamos o comentário de Bh na Figura 5.

Figura 5. Comentário de Bh



Fonte: extraído de Canal Hospital Israelita Albert Einstein (Como as vacinas..., 2021)

Bh inicia seu comentário indicando seu desalinhamento em relação à posição defendida pelo divulgador no vídeo, sinalizado pelo enunciado ‘Doutor desculpa viu’. O usuário ancora seu desalinhamento na afirmação de que outros agentes envolvidos na verificação da validade das vacinas – outros médicos e seus pares da biologia e da farmácia – discordam das informações tratadas no vídeo e, na sequência, elabora as informações que atribui aos outros agentes. Ao realizar essa contraposição entre o dizer do divulgador e de outros agentes, Bh sinaliza fazer a leitura do vídeo como um argumento por posição de saber (Quadro 6).

A contraposição entre as autoridades permite depreender que (i) Bh não aceitou como válida a explicação presente no vídeo de que a segurança das vacinas contra a Covid-19 não teria sido afetada pela redução de burocracia para a aprovação e pela otimização logística na testagem; e que (ii) o divulgador é enquadrado como um agente isolado ante outras autoridades no âmbito da avaliação sobre as vacinas (ainda que o comentarista não apresente dados para sustentar tal enquadramento).

A partir disso, podemos depreender que o comentário está orientado a estipular uma condição de exceção – em outros termos, uma **reserva**¹⁵ (Toulmin, 2006[1958]) – à presunção (garantia) do argumento por posição de saber (Quadro 6) ao definir que o que uma autoridade diz/sabe/recomenda pode ser considerado mais plausível *desde que* o que é dito/sabido/recomendado seja consistente com o que outras autoridades dizem/sabem/recomendam. Reapresentamos o argumento por posição de saber no Quadro 9 a seguir.

Quadro 9. Argumento por posição de saber com reserva

Premissa de reconhecimento de posição de saber	O doutor é considerado uma autoridade em posição de saber no que se refere ao assunto de vacinação.
Premissa de explicitação do dizer	(para prescrições) O doutor recomendou que nos vacinemos contra a Covid-19. (para avaliações) O doutor asseverou que as vacinas contra a Covid-19 são seguras.
Garantia (presunção de <i>saber-que</i>)	O que o doutor – enquanto uma autoridade em posição de saber – recomenda ou assevera – devemos nos vacinar e as vacinas são seguras – pode ser tomado como mais plausível ou pertinente.
Tese prescritiva Tese avaliativa	Devemos nos vacinar contra a Covid-19. As vacinas contra a Covid-19 são seguras.

Fonte: Elaboração própria

Caso a reserva – ‘*a menos que* o que o doutor asseverou/recomendou não seja consistente com o que outras autoridades em posição de saber asseveram/recomendam’ – seja aceita, reduz-se a plausibilidade das teses de que *vacinas são seguras* e que *devemos nos vacinar* enquanto respostas válidas e possíveis em relação às questões. Interessantemente, Bh assume essa condição de exceção como factual ao afirmar que “nem um outro médico ou seus pares da biologia e farmácia concordam com a sua resposta”. Podemos notar aqui uma valoração positiva da consensualidade, que advém do lugar da quantidade¹⁶ (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2006[1958]) que se encontra na base do argumento da descredibilidade do divulgador, conforme Quadro 10.

¹⁵ Gonçalves-Segundo (2023b, p. 76) afirma que reserva pode ser entendida como “um conjunto de ressalvas ou de restrições que antecipam uma fragilidade do movimento argumentativo como um todo, fragilidades essas que constituem condições de não aplicação ou de revogação do raciocínio realizado em defesa da Alegação”. O conceito foi proposto por Toulmin (2006[1958]) e recebeu refinamentos pelos leitores críticos do *layout*.

¹⁶ Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006[1958], p. 95) afirmam que lugares consistem nas “premissas mais gerais, aliás amiúde subentendidas, que intervêm para justificar a maior parte de nossas escolhas”. Os lugares consistem, assim, em atalhos para a sustentação de teses, uma vez que especificariam relações comumente aceitas, como *quanto mais, melhor* (lugar da quantidade), *quanto mais singular, melhor* (lugar da qualidade) ou *o que valoriza o indivíduo é melhor* (lugar da pessoa).

Quadro 10. Argumento de descredibilidade (exemplo 2)

Premissa de factualidade	O que o doutor afirma não é consistente com o que outros médicos e pares da biologia e da farmácia afirmam.
Garantia (lugar da quantidade)	Não ser consistente com outras autoridades do campo é sinal de descredibilidade.
Tese avaliativa	O doutor não tem credibilidade.

Fonte: elaboração própria.

Nota-se que a contraparte factual da condição de exceção do argumento anterior passa a atuar como premissa factual do argumento de descredibilidade – calcado em um esquema por sinal¹⁷ – que, juntamente da garantia baseada no lugar da quantidade, fundamenta a tese avaliativa de “o doutor não tem credibilidade”. Essa tese, por sua vez, é assumida como premissa de não aplicabilidade dos critérios em um argumento por definição, uma vez que se assume a credibilidade como um critério para definir uma autoridade, tal como representamos no Quadro 11.

Quadro 11. Argumento de não inclusão na definição de autoridade (exemplo 2)

Premissa de estipulação de critérios	Uma autoridade em posição de saber sobre vacinas deve ter credibilidade (=ser consistente com outras autoridades em posição de saber sobre vacinas).
Premissa de não aplicabilidade dos critérios	O doutor do vídeo não tem credibilidade (=não é consistente com outros médicos e pares da biologia e da farmácia).
Garantia (presunção de não inclusão categorial)	Doutores que não têm credibilidade não possuem a propriedade prevista na definição de autoridade em posição de saber, não podendo ser considerado uma instância dessa categoria.
Tese avaliativa (não reconhecimento de posição de saber)	O doutor do vídeo não é uma autoridade em posição de saber sobre vacinas.

Fonte: elaboração própria.

Desse modo, podemos afirmar que a autoridade do divulgador/doutor é questionada por meio da construção de uma oposição, dada como factual, entre o que ele afirma no vídeo e o que outras autoridades – avaliadas como tais pelo comentador – afirmam sobre as vacinas contra a Covid-19. A força do contra-argumento é extraída de uma valoração positiva da consensualidade, lastreada no lugar da quantidade, na avaliação de credibilidade de algum ator que se propõe como autoridade no assunto em debate. Notamos, assim, uma articulação entre os questionamentos sobre a credibilidade e sobre a consistência no não reconhecimento do divulgador científico como um porta-voz autorizado a falar sobre a ciência.

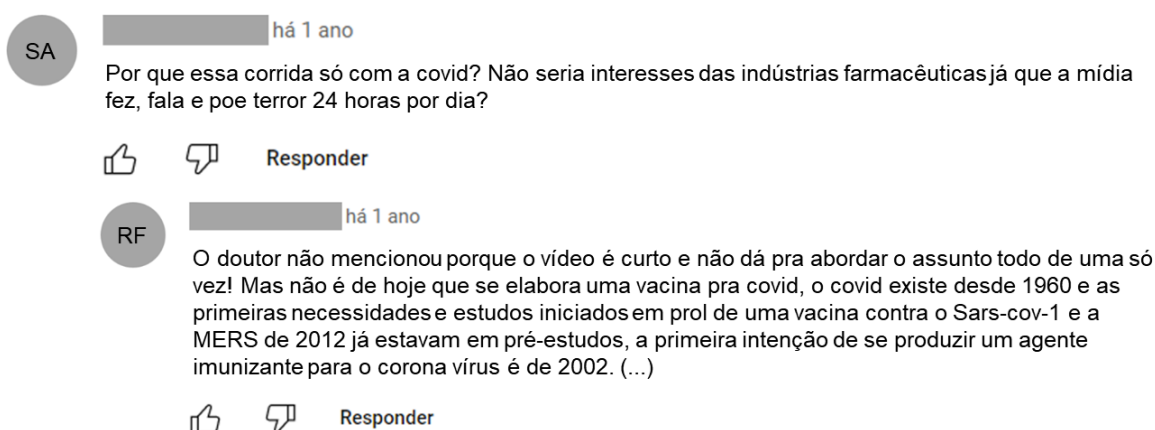
¹⁷ Em um esquema por sinal, defende-se que algo é real pelo fato de haver outra coisa que sinaliza a sua realidade.

Consideramos este exemplo interessante, uma vez que o comentador se vale de um aspecto caro ao meio científico, ou seja, a avaliação por pares orientada a alcançar um consenso (cf. Gil *et al.*, 2001), para atacar a posição *doxal* da controvérsia¹⁸, o que pode se impor uma dificuldade em movimentos de refutação a essa avaliação de descredibilidade do divulgador do vídeo.

3.3 Questionamento sobre a credibilidade

Para a terceira análise, discutiremos um caso de questionamento de autoridade, mas que tem um funcionamento distinto, uma vez que o questionamento advém da leitura que um comentador (RF) faz de um comentário de outro usuário (SA). Vejamos na Figura 6 a interação.

Figura 6. Comentários de SA e RF



Fonte: extraído de Canal Hospital Israelita Albert Einstein (Como as vacinas..., 2021)

Um aspecto relevante que não é restrito a interações no meio digital, mas que ganha relevância em ambientes de comentários, é a possibilidade de identificar modos como comentadores reconstróem o sentido de comentários de outros usuários. SA constrói duas interrogações, uma orientada ao foco exclusivo na produção de uma vacina contra a Covid-19, e outra orientada a possíveis interesses por trás desse foco. Embora tenham sido construídas como interrogativas, elas instanciam questionamentos que não estão orientados a uma busca de informação, no sentido de que SA não teria determinado conhecimento e buscaria alguém que tivesse esse conhecimento de modo que suprisse essa lacuna, configuração que consiste na pré-

¹⁸ Sobre a relação com a *doxa*, vale um comentário: embora a *doxa* brasileira sobre vacinas e sobre vacinação seja a que valora positivamente a segurança e o dever de se vacinar, no universo discursivo construído por Bh em seu comentário, há uma inversão. Podemos depreender que a *doxa* consistiria na avaliação de insegurança das vacinas, uma vez que o comentador afirma que o divulgador/médico discorda de todos os seus pares, que avaliariam o processo de produção das vacinas como inseguro; em outras palavras, o divulgador teria assumido uma posição *anti-doxal* em relação a outras autoridades no assunto. Essa reflexão demonstra a complexidade envolvida na discussão sobre *doxa*. Agradecemos ao/à parecerista que chamou atenção a este aspecto.

condição contextual para uma pergunta genuína (Farhat; Gonçalves-Segundo, 2021); mas sim questionamentos orientados a estabelecer uma avaliação negativa sobre a ausência desses tópicos no vídeo, que é marcada pelos adjuntos interpessoais “só” e “não”, uma vez que demarcam um alinhamento a uma posição contrária à defendida no vídeo. Isso pode ter sido um sinal para que RF realizasse a leitura de que SA estaria questionando, no fundo, a autoridade do divulgador, embora SA não o tematize em seu comentário.

O divulgador/doutor é apenas tratado no comentário de RF, que apresenta justificativas para o fato de o divulgador não ter abordado os tópicos destacados por SA. Desse modo, RF sinaliza ter compreendido que as perguntas estariam orientadas a questionar o divulgador enquanto uma autoridade no tópico, embora proceda também a suprir informações pertinentes ao tema. Não focaremos, contudo, nesse aspecto do comentário.

A partir da leitura de RF, podemos considerar que o questionamento se daria em termos da instauração da questão O DIVULGADOR/DOCTOR É OU NÃO UMA AUTORIDADE EM POSIÇÃO DE SABER?, para a qual SA se alinharia ao posicionamento de que não é uma autoridade. Esse argumento pode ser reconstruído conforme o Quadro 12, com base no esquema por definição (Quadro 3).

Quadro 12. Argumento de questionamento da posição de saber (exemplo 3)

Premissa de estipulação de critérios	Uma autoridade em posição de saber deve tratar de todos os tópicos pertinentes ao tema – vacinação – no qual se engaja (i. segurança das vacinas; ii. exclusividade de foco da/sobre a Covid-19; e iii. interesse das indústrias farmacêuticas).
Premissa de aplicabilidade dos critérios	O divulgador/doutor tratou apenas da segurança das vacinas.
Garantia (presunção de inclusão categorial)	Se o divulgador/doutor tratou apenas de um dos tópicos pertinentes ao tema, negligenciando os outros, que são relevantes para a definição de autoridade em posição de saber, ele não pode ser considerado uma instância de tal categoria.
Tese avaliativa (reconhecimento de posição de saber)	O divulgador/doutor não pode ser considerado uma autoridade em posição de saber.

Fonte: elaboração própria.

A reconstrução desse argumento, embora não enunciado pelo comentador SA, é relevante e consiste em uma etapa necessária em investigações que se debruçam sobre comentários on-line, uma vez que é por meio de tal reconstrução que podemos apreender que RF, assim como Bh anteriormente, busca estipular uma condição de exceção orientada à manutenção da classificação do divulgador como uma autoridade. A reserva poderia ser reconstruída como ‘*a menos que* o suporte/meio de divulgação imponha restrições à abordagem de todos os tópicos pertinentes ao tema’, baseado no primeiro enunciado do comentário.

Por fim, a interação entre esses dois comentários explicita algo transversal a todos os comentários que analisamos: a necessidade de se considerar o funcionamento interacional de um comentário em um fórum, como o do YouTube. Discutiremos esse aspecto de forma articulada às considerações finais.

Considerações finais

Neste artigo, tivemos como objetivo investigar as formas como a autoridade é questionada argumentativamente em fóruns digitais, mais especificamente, na seção de comentários do YouTube. Tal investigação vai na esteira de estudos que se voltam ao reconhecimento de autoridades em distintas práticas. Voltamo-nos sob a prática de divulgação científica sobre as vacinas contra a Covid-19 no YouTube por dois motivos: (i) devido à polarização e politização do tema no contexto brasileiro (Oliveira; Golzio; de Souza, 2023), que culminou no questionamento sobre a ciência e seus porta-vozes; e (ii) devido à possibilidade de flagrarmos discussões acerca do reconhecimento ou não de autoridades em fóruns de comentários. Circunscrevemos, portanto, nossa investigação sobre os comentários, embora esses dependam da publicação do vídeo para serem produzidos e publicados.

Como destacamos ao final das análises, a investigação de comentários demarca algumas problemáticas, sendo a principal o fato de comentários consistirem, tipicamente, em textos curtos, que desenvolvem pontos de vista de forma condensada e em relação a outros textos, que são produzidos, muitas vezes, por outros enunciadores. Isso impõe ao analista a necessidade de adotar uma postura dialética de buscar analisar o comentário em face tanto do texto a que respondem quanto do tema em discussão. Essa foi a postura que adotamos, o que nos levou, por vezes, a reconstruir argumentos que derivavam dos comentários, embora não tivessem sido instanciados pelos enunciadores.

Tais reconstruções mostraram-se necessárias na investigação dos modos de questionamento da autoridade. Norteados por perguntas críticas em relação ao esquema por posição de saber, analisamos três comentários representativos de modos de questionamento da autoridade no âmbito de um vídeo de Divulgação Científica Politizada (DCP) no YouTube, as saber: questionamento sobre a confiabilidade, sobre a consistência e sobre a credibilidade.

Identificamos outros tipos de questionamentos nos comentários do *corpus*, como o que dá título a este artigo: “Doutor’, Volta e pesquise melhor, falou besteira!”. Tal comentário não integrou aqueles selecionados para análise por não ser argumentado, mas descortina uma dinâmica relevante de questionamentos da autoridade.

O comentário joga luz sobre dois modos de questionamentos: sobre a evidência de suporte e sobre o campo. O primeiro – e mais saliente – é destacado pelo trecho “Volta e pesquise melhor, falou besteira!”, em que o comentarista indicia um ataque direcionado às informações trazidas pelo divulgador/médico em seu vídeo. Ao mesmo tempo em que o

comentador sinaliza para o divulgador/médico a necessidade de realizar um trabalho mais sério de pesquisa – implicando negligência do médico –, constrói-se como alguém que teria acesso a informações circulantes, o que o tornaria apto a avaliar as informações do divulgador como “besteira”. Neste cenário, ficaria implicado o despreparo por parte do divulgador/médico em abordar um tópico para o qual deveria ter conhecimento, haja vista ser um médico, o que leva ao questionamento sobre o campo. Para este questionamento, o comentador vale-se das aspas no vocativo, demarcando, dentre diversas funcionalidades desse recurso gráfico, um distanciamento em relação à categorização desse divulgador como um representante da área médica, o que pode levar a uma interpretação de descrédito desse ator em relação ao reconhecimento de autoridade circulante dessa categoria. Desse modo, o estatuto do divulgador não apenas como autoridade para tratar do tópico das vacinas contra a Covid-19 é questionado, assim como a sua função social é tensionada em relação ao seu campo de atuação.

Esses questionamentos, somados aos questionamentos sobre a autoridade, sobre a consistência e sobre a confiabilidade, analisados no artigo, ilustram os modos como a autoridade pode ser tensionada em comentário no YouTube. Vemos como produtivo, contudo, refletir também sobre alguns questionamentos que não foram instanciados nos comentários, buscando levantar hipóteses sobre essa não ocorrência.

Em um contexto de profusão de *fake news* e *deep fakes*, que marcou a pandemia de Covid-19 não apenas no Brasil, mas no mundo, chama a atenção a ausência de questionamento sobre a factualidade do dizer (*A fonte F realmente disse p?*). Hipotetizamos que isso decorra da prática e de seu meio de desenvolvimento. Sendo os comentários elaborados e postados em relação a um vídeo publicado e disponibilizado em uma plataforma como o YouTube que mantém o texto armazenado e público, questionamentos sobre se o divulgador/médico realmente disse algo não se fazem necessário, pois a fala está disponível.

Considerando a discussão que realizamos sobre a dependência epistêmica em especialistas (Hardwig, 1985) e sobre a Crise da Desinformação Científica (Allchin, 2022), faz-se necessário refletir sobre a não ocorrência de questionamentos sobre a presunção de autoridade (*O discurso de autoridade é realmente digno de ser aceito ou seguido?*), ou seja, de autoridades deverem ser ouvidas ou não. Essa ausência de questionamento fica mais explícita nos dois primeiros comentários que analisamos, uma vez que o questionamento sobre a autoridade do divulgador/médico envolve a seleção de outros atores para o papel de autoridade: no comentário de BA, médicos que são perseguidos; no comentário de Bh, outros médicos e seus pares da biologia e da farmácia.

Podemos concluir que não houve – e talvez não haja – um questionamento generalizado sobre a presunção de autoridades serem dignas de serem ouvidas, mas que há uma tendência a uma alteração sobre quais atores são reconhecidos como autoridades. Desse modo, podemos afirmar que as bases da dependência epistêmica em especialistas não foram postas em questão. Com isso, queremos dizer – e nos arriscando a uma generalização – que não há uma crise de negação da autoridade – como, por vezes, é afirmado em estudos sobre negacionismo –, mas

haveria uma crise de autoridade em termos de uma disputa sobre quais as propriedades que definem uma autoridade, que resulta em uma divergência sobre quais atores são reconhecidos como autoridades no âmbito de determinados temas.

Para finalizar, consideramos que a identificação desse ponto de conflito – que foi possível a partir das análises que empreendemos – é um passo fulcral para a estipulação de estratégias que se proponham a endereçar a crise da autoridade de forma a mitigar os efeitos dessa substituição – ou reorganização – de atores reconhecidos como autoridades no âmbito, sobretudo, de temas que envolve saúde coletiva.

Financiamento

Gabriel Isola-Lanzoni agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa de doutorado (n^{os} dos processos: 88887.648232/2021-00 (nacional); e 88887.694380/2022-00 (internacional)).

Lucas Pereira da Silva agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa de doutorado (n^o do processo: 88887.824478/2023-00).

Referências

ALLCHIN, D. Who Speaks for Science? *Science & Education*, v. 31, n. 6, p. 1475-1492, 2022. DOI: <http://doi.org/10.1007/s11191-021-00257-4>.

AMOSSY, R. *A argumentação no discurso*. Tradução Eduardo Lopes Piris; Moisés Olímpio-Ferreira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

AMOSSY, R.; PIERROT, A. H. *Estereótipos e clichês*. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante (coord.). São Paulo: Contexto, 2022.

ARASZKIEWICZ, M.; KOSZOWY, M. The Structure of Arguments from Deontic Authority and How to Successfully Attack Them. *Argumentation*, v. 38, n. 1, p. 1–28, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10503-023-09623-8>.

BLANCKE, S.; BOUDRY, M. “Trust Me, I’m a Scientist”: How Philosophy of Science Can Help Explain Why Science Deserves Primacy in Dealing with Societal Problems. *Science & Education*, v. 31, n. 5, p. 1141-1154, 2022. DOI: <http://doi.org/10.1007/s11191-022-00373-9>.

FARHAT, T. C.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. A semântica das perguntas em português brasileiro: Uma proposta sistêmico-funcional. *Revista do GEL*, v. 18, n. 2, p. 35–65. 2021. DOI: <https://doi.org/10.21165/gel.v18i2.3117>.

DA SILVA, L. P. *Explorando o argumentário: uma análise lógico-discursiva do debate público sobre o Escola Sem Partido*. 2022. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. DOI: <http://doi.org/10.11606/D.8.2022.tde-02012023-123156>.

LINHA D'ÁGUA

DA SILVA, L. P.; ISOLA-LANZONI, G.; GONÇALVES SEGUNDO, P. R. A pandemia no discurso da ecologia midiática conservadora brasileira: uma análise argumentativa. In: MASSMANN, D.; PIRIS, E. L. (Eds.). *A argumentação nos discursos sobre a pandemia da covid-19*. Maceió: EDUFAL, 2021, p. 82–94. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354640143_A_pandemia_no_discurso_da_ecologia_midiatica_conservadora_brasileira_uma_analise_argumentativa. Acesso em: 18 dez. 2021.

GIL, D. *et al.* Para uma imagem não deformada do trabalho científico. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 7, n. 2, p. 125-153, 2001. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1516-73132001000200001>.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. A configuração funcional da argumentação epistêmica: uma releitura do layout de Toulmin em perspectiva multidisciplinar. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, v. 15, n. 3, p. 236-266, 2020. DOI: <http://doi.org/10.1590/2176-457347130>.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. *Argumentação prática: teoria, método e análise*. 395f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2023a.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. O raciocínio argumentativo entre o lógico e o dialético; o modelo de Stephen Toulmin. In: PIRIS, E. L.; GRÁCIO, R. A. (org.). *Introdução às teorias da argumentação*. Campinas: Pontes, 2023b. p. 51-87.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R.; ISOLA-LANZONI, G. A Terra é plana?: uma análise da articulação entre argumentação epistêmica, multimodalidade e popularização científica no YouTube. *Redis: Revista de Estudos do Discurso*, n. 8, p. 84–121, 2019. DOI: <http://doi.org/10.21747/21833958/red8a4>.

GOODWIN, J. Should Climate Scientists Fly? *Informal Logic*, v. 40, n. 2, p. 157–203, 2020. DOI: <http://doi.org/10.22329/il.v40i2.6327>.

GRÁCIO, R. A. *Para uma teoria geral da argumentação: questões teóricas e aplicações didáticas*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Minho, Braga, 2010. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/12486>. Acesso em: 10 jan. 2020.

HARDWIG, J. Epistemic Dependence. *The Journal of Philosophy*, v. 82, n. 7, p. 335, 1985. DOI: <http://doi.org/10.2307/2026523>.

HOOFNAGLE, M.; HOOFNAGLE, C. J. What is Denialism? *SSRN Electronic Journal*, 2007. DOI: <http://doi.org/10.2139/ssrn.4002823>.

KHOSRAVINIK, M.; UNGER, J. W. Critical discourse studies and social media: power, resistance and critique in changing media ecologies. In: WODAK, R.; MEYER, M. (org.). *Methods of Critical Discourse Studies*. Introducing Qualitative Methods series. 3. ed. Los Angeles, Londres, Nova Deli, Singapura e Washington: SAGE, 2016. p. 205-233. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/284725923_Methods_of_Critical_Discourse_Studies_3rd_edition. Acesso em 20 set. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA (INCT-CPCT). *Confiança na ciência no Brasil em tempos de pandemia*. Rio de Janeiro: INCT-CPCT, 2022. Disponível em: <https://www.inct-cpct.ufpa.br/2022/12/15/disponivel-o-resumo-executivo-da-survey-confianca-na-ciencia-no-brasil-em-tempos-de-pandemia-realizada-pelo-inct-cpct-2/>. Acesso em: 12 mai. 2023.

ISOLA-LANZONI, G. Argumentação e explicação na constituição da Divulgação Científica Politizada (DCP): investigando o dissenso em torno da segurança das vacinas. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação. no prelo*.

LEWANDOWSKY, S. *et al.* Debunking Handbook 2020. *Databrary*, 2020. DOI: <http://doi.org/10.17910/b7.1182>.

LEWIŃSKI, M. Challenging Authority with Argumentation: The Pragmatics of Arguments from and to Authority. *Languages*, v. 7, n. 3, p. 1-18, 2022. DOI: <http://doi.org/10.3390/languages7030207>.

LIMA, H. Discursos negacionistas disseminados em rede. *Revista da ABRALIN*, v. 19, n. 3, p. 389-408, 2020. DOI: <http://doi.org/10.25189/rabralin.v19i3.1758>.

OLIVEIRA, D. L.; GOLZIO, D. G.; DE SOUZA, J. P. I. Fake News y pseudociencia: la politización de los discursos sobre Covid-19 en Twitter de Brasil. Chasqui. *Revista Latinoamericana de Comunicación*, v. 1, n. 153, p. 271-290, 2023. DOI: <http://doi.org/10.16921/chasqui.v1i153.4678>.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. Tratado da argumentação: A nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2006[1958].

PLANTIN, C. *A argumentação*: História, teorias, perspectivas. São Paulo: Parábola, 2008.

ROSENAU, J. Science denial: a guide for scientists. *Trends in Microbiology*, v. 20, n. 12, p. 567-569, 2012. DOI: <http://doi.org/10.1016/j.tim.2012.10.002>.

SLOB, W. H. The Voice of the Other: A Dialogic-Rhetorical Understanding of Opponent and of Toulmin's Rebuttal. In: HITCHCOCK, D.; VERHEIJ, B. (org.). *Arguing on the Toulmin Model: New Essays in Argument Analysis and Evaluation*. Argumentation Library. Dordrecht: Springer Netherlands, 2006. p. 165-180. DOI: https://doi.org/10.1007/978-1-4020-4938-5_11.

TOULMIN, S. *Os usos do argumento*. São Paulo: Martins Fontes, 2006[1958].

VAN EEMEREN, F. H.; GARSSSEN, B. J. (Ed.). *Reflections on Theoretical Issues in Argumentation Theory*. New York/Dordrecht: Springer, 2015.

VERHEIJ, B. Evaluating Arguments Based on Toulmin's Scheme. In: HITCHCOCK, D.; VERHEIJ, B. (Eds.). *Arguing on the Toulmin Model: New Essays in Argument Analysis and Evaluation*. Argumentation Library. Dordrecht: Springer Netherlands, 2006. p. 181-202. DOI: https://doi.org/10.1007/978-1-4020-4938-5_12.

WODAK, R.; MEYER, M. (org.). *Methods of Critical Discourse Studies*. 3. ed. Los Angeles, Londres, Nova Deli, Singapura e Washington: SAGE, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/284725923_Methods_of_Critical_Discourse_Studies_3rd_edition. Acesso em 20 set. 2022.

Fonte

COMO AS VACINAS contra COVID-19 ficaram prontas tão rápido?. [S.l.: s.n.], 2021. 1 vídeo (3 min 53 seg). Publicado pelo canal Hospital Israelita Albert Einstein. Disponível em: <https://youtu.be/Z-f8fsdDMI0>. Acesso em: 18 fev. 2022.

Apêndice

Quadro 13. Comentários do *corpus*

#	Usuário	Comentário
1	CE	Verdades pela metade doutor...
2	ET	50% Doutor, disse 10 anos, essa ficou pronta em 1ano, de 10 foi para 5 anos e esta pronta em 1Ano, que é o tema do vídeo, não respondestes esta pergunta.
3	RP	Não convence doutor
4	CR	“Doutor”, Volta e pesquise melhor, falou besteira!
5	RF	O doutor não mencionou porque o vídeo é curto e não dá pra abordar o assunto todo de uma só vez! Mas não é de hoje que se elabora uma vacina pra covid, o covid existe desde 1960 e as primeiras necessidades e estudos iniciados em prol de uma vacina contra o Sars-cov-1 e a MERS de 2012 já estavam em pré-estudos, a primeira intenção de se produzir um agente imunizante para o corona vírus é de 2002. E já existe vacina animal contra corona vírus, não era difícil de se chegar a uma vacina para o covid, o problema é entender as mutações do covid, pois é um vírus altamente mutável e de rápida evolução e alto grau de contágio! A vacina é de longe a forma mais segura de tratar a doença, mas um problema maior que o próprio covid é a estupidez humana que insiste em fechar os olhos pra medicina e pra realidade!
6	NA	Tem pessoas ignorantes não! Criticam tudo! Mas na hora de se vacinarem não abrem mão! Quantas vidas dizimadas! Quantas pessoas perderam seus entes queridos e ainda tem quem negue a existência do vírus e suas mutações! Aja ignorância! Parabéns doutor pelo brilhante esclarecimento e explicação!
7	BP	esse doutor ta usando mascara e luvas? kkkkkkk
8	BA	Pergunta o partido político desse doutor kkkkk não tem credibilidade nenhuma, prefiro os doutores que estão sendo perseguidos e caçados por expor essa farça dessa pandemia e desse virus chinês.
9	Bh	Doutor desculpa viu, mas nem um outro médico e seus pares da biologia e farmácia concordam com a sua resposta. Essas vacinas foram totalmente atropeladas, porcamente testadas e justamente por isso que as industrias, não assumem o risco por quaisquer reações adversas após a aplicação.
10	De	Doutor,saiu muito rapidamente ,só por conta do valor enorme que todos esses laboratórios vão lucrar!Só o tempo vai dizer.sobre sua segurança com! Estamos todos sendo cobaias ,isso é certo!
11	Fr	Parabéns Doutor, muito boa a explicação, tão boa que eu deixo vc ficar com as doses da minha vacina para vc tomar.
12	AA	Doutor VC é só uma peça pro sistema da besta!
13	MM ₁	Falou e Falou mas não explica. O tempo não pode ser abreviado doutor. Há sim que testar com mais eficácia. Foi feito sim a revelia do senhor tempo.
14	DA	APOSTO 1 MILHÃO QUE ESSE DOUTOR NÃO TOMOU ESSE VENENO MAGNÉTICO QUE ALTERAM AS DEFESAS DO NOSSO CORPO
15	MM ₂	Doutor prevenir é melhor que remediar um homem prevenido vale por dois desavisado, Não era melhor impedir que a doença entrasse no Brasil ao invés de produzir remédios para curar a doença? Na sua opinião Quem são os interessados Por isso os culpados por esse assassinato coletivo por esse genocídio em escala nacional?
16	MV	PURA DESONESTIDADE INTELLECTUAL ! QUE ABSURDO. A VACINA É TÃO SEGURA QUE NENHUM LABORATÓRIO SE RESPONSABILIZA JURIDICAMENTE PELOS LIXOS QUE FABRICAM. VERGONHA, DOUTOR !
17	JT	Porque foi feita as pressas e os pais da criança não querem assumir o Filho. Até recomendaram para o governo criar um fundo para futuras indenizações. Parabéns doutor pelo defesa do puro suco da ciência.

Fonte: Elaboração própria.

Artigo / Article

Afinal, o que é um argumento?

What is in fact an argument?

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo 

Universidade de São Paulo, Brasil

paulosegundo@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-5592-8098>

Recebido em: 13/07/2023 | Aprovado em: 12/11/2023

Resumo

Este artigo busca discutir o conceito de argumento, alvo de considerável controvérsia no âmbito dos estudos da argumentação. Nosso objetivo central é apresentar uma contribuição a esse debate a partir de uma proposta unificadora e integradora orientada pela seguinte definição: o argumento é uma unidade de fundamentação de uma resposta a uma questão argumentativa. Com base nessa definição, procuramos, então, discorrer sobre as propriedades do fundamentar, propondo que tal processo possa ser delineado a partir de três operações: a operação lógico-inferencial de atribuição de plausibilidade à tese, que articula a noção de argumento à noção de esquema argumentativo em termos de uma relação tipo-instância; a operação retórica de geração de influência, que incorpora a discussão em torno de comprometer e acordos ao modo de funcionamento do argumento; e a operação dialética de deslocamento do ônus da prova para o outro, que conecta a realidade racional à interacional e intertextual. Cada uma dessas operações é discutida do ponto de vista teórico e operacional, destacando categorias relevantes de análise para dar conta desse conjunto. A fim de mostrar a produtividade da proposta, agregamos a tal debate a análise ilustrativa de um diálogo concreto entre uma menina de quatro anos e seu responsável, publicado no perfil *Fatos de Crianças* do então Twitter (hoje, X).

Palavras-chave: Argumento • Esquema argumentativo • Lógica • Retórica • Dialética

Abstract

This paper aims to discuss the concept of argument, a subject of considerable controversy in the field of argumentation studies. Our central objective is to

LINHA D'ÁGUA

Todo conteúdo da *Linha D'Água* está sob Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0.

provide a contribution to this debate through a unifying and integrative proposal guided by the following definition: an argument is a unit of support for an answer to an argumentative question. Building upon this definition, we proceed to expound on the properties of supporting, suggesting that it can be outlined through three operations: the logical-inferential operation of assigning plausibility to the thesis, which links the concept of argument to the notion of argument scheme in terms of an instance-type relationship; the rhetorical operation of generating influence, incorporating the discussion on commitments and agreements into the functioning of the argument; and the dialectical operation of shifting the burden of proof to the other, connecting rational to interactional and intertextual reality. Each of these operations is discussed from both theoretical and operational perspectives, highlighting relevant categories of analysis to address this complex set. In order to ground the discussion, we provide an illustrative analysis of a dialogue between a four-year-old child and her parent, published on Twitter (now X).

Keywords: Argument • Argument scheme • Logic • Rhetoric • Dialectics

Introdução

Nos últimos vinte anos, temos testemunhado nos estudos da argumentação uma série de esforços – crescentes e, inclusive, descentralizados – de construir formulações teóricas e modelos de análise que primam por um olhar integrador, em vez do olhar fragmentado que caracterizou, inicialmente, o renascimento do campo na segunda metade do século XX, marcado por rígidas divisões entre perspectivas lógicas, retóricas, dialéticas e, mais recentemente, linguísticas. Podemos flagrar tal empreendimento na Pragmadiáletica neerlandesa (van Eemeren, 2010, 2018), na Teoria da Argumentação no Discurso franco-israelense (Amossy, 2018), no Modelo Dialogal francês (Plantin, 2008) e no Modelo de Análise (em Níveis) do Texto Argumentativo argentino (Padilla; Douglas; Lopez, 2011), dentre outros. No Brasil, esses esforços também têm se intensificado, ainda que não tenham gerado ainda uma teoria ou um modelo consolidado de fato.

Este artigo busca, então, concretizar um passo nessa direção, propondo uma discussão sobre o conceito de **argumento** – o que envolve necessariamente o debate sobre uma noção correlata, a de **esquema argumentativo** – a partir da perspectiva integradora com que temos trabalhado no *Projeto DIA – Discurso, Interação e Argumentação em Mídias Digitais* na Universidade de São Paulo, que entende a **argumentação** como uma prática sociossemiótica complexa com propriedades lógicas, retóricas e dialéticas. Por conseguinte, entendemos que qualquer recurso argumentativamente relevante precise ser descrito a partir de tais propriedades, considerando o peso de cada uma delas – não necessariamente equivalente, dada a diversidade de gêneros discursivos e diálogos argumentativos e a variabilidade situacional – nas práticas discursivas em que a argumentação se manifesta. E é exatamente essa a discussão que visamos promover neste artigo, mostrando de que forma o **argumento**, como uma unidade de fundamentação de uma tese, põe em ação **operações lógico-inferenciais, retóricas e dialéticas**

LINHA D'ÁGUA

indiciadas pela construção **sociosemiótica** do enunciado, que envolve coerções e condicionamentos contextuais, cotextuais, interacionais, sociocognitivos e discursivos.

Organizamos o artigo da seguinte forma: na primeira seção, discutimos a perspectiva integradora que tem guiado nossos trabalhos com argumentação nos últimos anos; na segunda seção, além de introduzirmos o texto que servirá de base para a discussão teórica, apresentamos nossa hipótese sobre o funcionamento do **argumento** e, em subseções distintas, realizamos um debate sobre o potencial **lógico-inferencial**, **retórico** e **dialético** do **argumento**, sempre em diálogo com a análise do texto-base; na terceira seção, tecemos considerações finais que, além de sintetizar a discussão, apresentam a consolidação de uma proposta integradora da relação entre **esquema argumentativo** e **argumento**; por fim, arrolamos as referências bibliográficas.

1 A argumentação a partir de uma perspectiva integradora

Por 'prática de argumentação', eu entendo a atividade sociocultural de construir, apresentar, interpretar, criticar e revisar argumentos [...] Essa atividade não pode ser concebida como uma atividade de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos; ela deve ser entendida no âmbito de uma rede de costumes, hábitos e atividades que nasce e é mantida no escopo de uma sociedade a que essa mesma prática serve (Johnson, 2000, p. 12, tradução nossa).

Partimos dessa elaboração de Ralph Johnson, um dos pais do campo da Lógica Informal, em seu importante livro *Manifest Rationality*, para dirigir a atenção para o seguinte fato: a **argumentação** consiste em uma atividade realizada semioticamente e inscrita em dadas configurações históricas e socioculturais – e, como toda prática que envolve a correlação entre o semiótico e o social, não está livre de um regime de coerções que estruturam suas formas de manifestação concreta, como bem explana Fairclough (2003), dentre outros pesquisadores dos estudos do discurso.

Isso quer dizer que essas distintas configurações incidem, direta ou indiretamente, (i) nas formas pelas quais construímos, enquadrados, mantemos, alimentamos, gerimos e resolvemos conflitos de opinião; (ii) nas maneiras pelas quais apresentamos nossas posições no âmbito desses conflitos e usamos as distintas modalidades (semióticas) para realizá-las e para blindá-las diante da crítica do outro, bem como para questionar e atacar as posições e as razões oferecidas pelo outro; (iii) nos modos pelos quais nos valemos de distintos recursos, calcados em quem somos (ou aparentamos ser), nas disposições afetivas dos outros e nos padrões de raciocinar argumentativamente compartilhados (por nossa sociedade e pelos grupos aos quais nos filiamos) para influenciar o outro e o curso da interação; e, por fim, (iv) na seleção dos padrões de raciocínio avaliados como pertinentes para tornar uma posição plausível. Em outros termos, o dialético, o retórico e o lógico estão todos correlacionados a uma fundação social e semiótica – e essa é a primeira das premissas fundamentais de nossa abordagem integradora. Amossy (2018) parte de princípio similar, e a convocação para um olhar antropológico sobre o argumentar, estimulada recentemente por Tindale (2021), vai na mesma direção. Ambos os autores são, nesse sentido, claramente inspiradores para a nossa perspectiva.

LINHA D'ÁGUA

Nós argumentamos porque a experiência humana é diversa e fundamentalmente intersubjetiva, envolvendo distâncias – para usar a metáfora de Meyer (2007) – entre as nossas formas de pensar, de ver, de sentir e de agir e as dos outros, que precisam ser constantemente negociadas para que consigamos dar continuidade à vida social (o que não significa plena estabilidade, mas um jogo complexo entre estabilidade e dinamicidade, reprodução e transformação). O “outro” é, portanto, um elemento fundamental da constituição da argumentação – não é despropositada, portanto, a relevância atribuída ao auditório em tantas perspectivas sobre o argumentar (Amossy, 2018; Bitzer, 1968; Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996[1958]; Tindale, 2015; van Eemeren, 2010). É para ele que explicitamos a plausibilidade de nossa posição; é ele quem influenciemos; é com ele que gerimos nossa diferença de opinião; é com ele que nos (des)afiliamos em termos de uma comunidade de preferências, crenças e valores. E esse é nosso segundo princípio fundamental de trabalho – a **argumentação** como uma atividade intrinsecamente intersubjetiva.

Toda essa formulação inicial, que parte de um diálogo entre diferentes tradições de pensamento nos estudos da argumentação e uma perspectiva sociossemiótica sobre a linguagem, é fruto de uma tendência contemporânea de buscar diluir fronteiras entre os distintos campos disciplinares que se debruçam sobre o **argumentar**, como apontamos na introdução. Chegamos a um tal momento na área que, embora ainda sejam relevantes os aprofundamentos particulares a cada perspectiva, já é possível – e inclusive desejável – articularmos, com os devidos cuidados, conceitos, métodos e interesses dessas distintas perspectivas para um olhar mais holístico sobre as práticas argumentativas.

Logo, entendemos como produtivo enquadrar a **argumentação** a partir de suas propriedades **sociossemiótica**, **dialética**, **retórica** e **lógica**. Por razões de espaço, apresentaremos sinteticamente a forma como temos trabalhado em nosso projeto de pesquisa com essa ideia; para detalhes, *cf.* Gonçalves-Segundo (2023a).

Dentre todas as referidas propriedades da argumentação, começaremos da **sociossemiótica**, dado que é a mais complexa, por comportar três subpropriedades: a **semiótica**, a **discursiva** e a **interativa**.

A subpropriedade **semiótica** aponta para o incontornável fato de a argumentação, materializada textualmente na vida social, ser realizada pela combinação de recursos semióticos provenientes das distintas modalidades moldadas sócio-histórica e culturalmente para a construção de sentido¹. Nesse sentido, é de interesse do analista da argumentação depreender o papel dos elementos linguísticos (como conectivos, figuras e modalizações), imagéticos (como posicionamento, angulação, saliência e vetorização) e gestuais (gestos referenciais, pragmáticos e interativos), para apenas citar alguns, no âmbito da atribuição de plausibilidade às posições, na geração de influência e na gestão do conflito de opinião (Tseronis, 2018; Gonçalves-Segundo, 2021; Gonçalves-Segundo, Macagno e Azevedo, 2021).

¹ Tal concepção de modalidade advém das discussões da Semiótica Social, em especial, de Jewitt e Kress (2003).

A segunda subpropriedade do **sociosemiótico**, a **discursiva**, engloba as coerções representacionais, acionais e identitárias envolvidas na prática de argumentar. Partindo da concepção de Fairclough (2003) sobre o funcionamento social da semiose, entendemos que a argumentação se desenvolve sob as determinações de **ordens do discurso**, que envolvem padrões sociosemióticos de representar (os **discursos**), de (inter)agir (os **gêneros**) e de ser (os **estilos**, ligados a identidades/posições sociais específicas). Para Fairclough e Fairclough (2012, p. 83, tradução nossa, itálicos dos autores), “esferas sociais, instituições e organizações são constituídas por múltiplas práticas sociais integradas como redes, e a dimensão semiótica de tal rede é uma *ordem do discurso*, uma configuração de diferentes gêneros, diferentes discursos e diferentes estilos”. Para os interesses da discussão deste artigo, vale destacarmos os **discursos**, que, como “modos de representar aspectos do mundo que podem ser em geral identificados com diferentes posições ou perspectivas de diferentes grupos de atores sociais” (Fairclough; Fairclough, 2012, p. 82, tradução nossa), alimentam as teses, as premissas e as presunções dos argumentos e consistem na fonte primária de acordos e/ou de desacordos entre os participantes da interação argumentativa², seja ela monogerida, bigerida ou poligerida.

Por fim, a subpropriedade **interativa** abarca os aspectos situados da argumentação, ou seja, a configuração local da argumentação no âmbito de um texto, entendido como um evento, uma unidade de sentido em contexto (Cavalcante *et al.*, 2022). Este texto pode ser monogerido, bigerido ou poligerido e envolver participantes com maior ou menor grau de intimidade (dimensão horizontal das relações interpessoais), com maior ou menor grau de diferenciação hierárquica (dimensão vertical das relações interpessoais), sob dadas restrições espaço-temporais e disposições emocionais, tratando de questões específicas e tendo à disposição um dado conjunto de materiais e modalidades. Todos esses fatores, atualizados dinamicamente ao longo da interação, especialmente nas bigeridas e poligeridas, alteram o contexto de ação, requisitando respostas verbais e não verbais adaptadas às novas condições. No que tange à discussão sobre o **argumento**, foco deste artigo, trataremos apenas da relação entre o interativo e o dialético no âmbito da dinâmica de deslocamento do ônus da prova.

A propriedade **dialética** refere-se ao processo de gestão do conflito de opinião, ou seja, ao conjunto de procedimentos associados à abertura, ao (re)enquadramento, à manutenção, ao desenvolvimento e ao fechamento de tal conflito. Em geral, isso abarca compreender como, em uma interação, essa diferença vai sendo dissolvida (em direção, portanto, ao fechamento) ou acentuada (em direção, portanto, à abertura) a partir tanto da defesa de uma posição quanto do questionamento e da crítica à posição e às razões apresentadas pelo outro ou atribuídas a ele. Nesse processo, são relevantes: (i) a dinâmica de papéis actanciais (a distribuição e a atualização de atores nos papéis de Proponente, Oponente e Terceiro), como bem debatem Plantin (2008), Grácio (2010), Damasceno-Morais (2022), Emediato e Damasceno-Morais (2022), Piris e Gonçalves-Segundo (2023); (ii) as distintas formas de conceder e de reagir

² Explicaremos os termos técnicos arrolados neste parágrafo – tese, premissa, presunção e acordo – na próxima seção.

criticamente, seja questionando, objetando, ressaltando ou dispensando as razões apresentadas pelo outro (Johnson, 2019; Krabbe; van Laar, 2011; Marraud, 2020; Toulmin, 2006[1958]); e (iii) os diversos padrões interacionais, tipos de diálogo ou gêneros de atividade argumentativa (van Eemeren; Peng, 2017; van Eemeren, 2018; Walton, 2019; Walton; Krabbe, 1995), como deliberação, negociação, investigação, uma vez que cada um deles envolve diferentes tipos de procedimentos argumentativos ratificados que constroem a forma de gerir o conflito. Neste texto, dado o foco na conceituação de **argumento**, daremos especial atenção à discussão sobre a **dialética** dos argumentos, tal qual promovida por Marraud (2015), e sobre o já mencionado (deslocamento do) ônus da prova, uma dimensão fulcral do funcionamento da interação argumentativa (Plantin, 2008; van Eemeren, 2018).

A propriedade **retórica** abarca a dinâmica da influência (Amossy, 2018), na medida em que entendemos que a argumentação se orienta ao outro e, portanto, a modificar sua visão acerca de uma dada posição ou razão, seja porque os atos argumentativos podem fazer com que ele reveja sua posição inicial, seja porque contribuem para que ele compreenda ou pondere uma outra possibilidade razoável de ver, sentir, pensar ou agir no mundo, seja ainda porque podem levá-lo a ratificar sua posição anterior, fortalecendo-a. São fundamentais para pensar essa dinâmica as noções de auditório e de público (Amossy, 2018; Bitzer, 1968; Gonçalves-Segundo, 2023a; Palmieri; Mazzali-Lurati, 2016; Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996[1958]), de acordo e desacordo (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996[1958]), de *doxa* (Seixas, 2023; Silva, 2016), além de todo o milenar debate sobre as provas retóricas – *ethos*, *pathos* e *logos* (Amossy, 2018; Fiorin, 2015; Galinari, 2014; Maingueneau, 2018; Meyer, 2007; Micheli, 2010; Piris, 2012, 2019; Reboul, 2004). Neste artigo, a discussão em torno da propriedade **retórica** ficará centrada no âmbito do *logos* na sua correlação com as noções citadas.

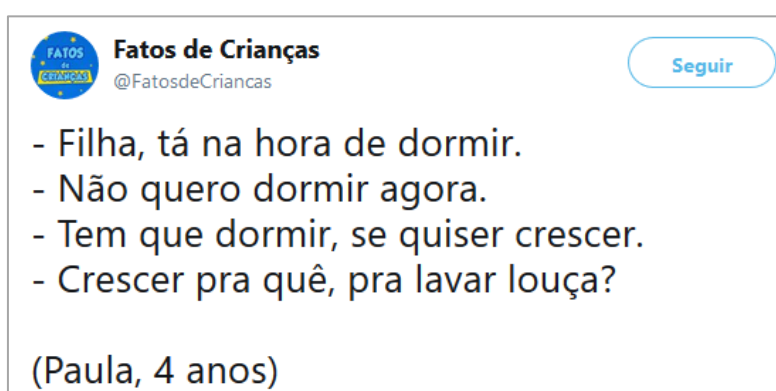
Por fim, mas não menos importante, a propriedade **lógica** diz respeito ao funcionamento do raciocínio argumentativo, em especial à discussão sobre como os participantes de uma atividade argumentativa fortalecem suas posições ou enfraquecem as posições dos outros, ampliando ou subtraindo plausibilidade, ao recorrerem às formas que nossa sociedade e cultura forjaram e validaram como aptas para defender, questionar ou criticar posições. Logo, interessa ao analista da argumentação entender os padrões de raciocínio argumentativo distribuídos e consolidados sócio-histórica e culturalmente – os ditos **esquemas argumentativos** (Gonçalves-Segundo, 2023a; Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2002; Rigotti; Greco, 2019; Walton; Reed; Macagno, 2008) –, os regimes de racionalidade ao qual estão subordinados (Koren, 2011; Seixas, *no prelo*), os modos pelos quais eles se estruturam e, por conseguinte, os modos pelos quais eles podem ser atacados/criticados. Neste artigo, a discussão sobre o **lógico** em relação ao **argumento** será proeminente, até por conta de ser uma das propriedades que menos se tem dado atenção na tradição de estudos da argumentação no Brasil.

Isso posto, passemos, então, à questão central deste artigo: *o que é um argumento?*

2 As operações constitutivas do fundamental: delimitando o funcionamento do argumento

Para conduzirmos nossa discussão, consideramos produtivo partirmos de um caso concreto. Elegemos para isso a seguinte postagem do extinto perfil *Fatos de Criança* no *Twitter* (hoje, *X*), que reproduz um diálogo cotidiano entre filha e responsável. Tal perfil, que também era bastante ativo no *Instagram*, postava diálogos avaliados como divertidos e inusitados envolvendo crianças na sua interação com adultos. Em geral, os diálogos eram enviados pelos pais ou responsáveis, e o perfil os publicava após um processo de triagem e edição³. A Figura 1 apresenta a postagem que guiará nossa discussão:

Figura 1. Diálogo entre filha e responsável publicado por *Fatos de Crianças*



Fonte: <https://twitter.com/FatosdeCrianças/status/1073562842148810753>. Acesso em: 17 mar. 2019⁴.

Tal diálogo consiste em um exemplar de uma interação cotidiana bastante familiar para quem tem filhos. Chega uma determinada hora da noite, e os pais convocam as crianças a ir para a cama dormir; não raro, contudo, enfrentam algum grau de resistência, seja por qual for a razão: a criança quer continuar brincando, quer continuar assistindo a algum programa na TV (ou no YouTube), dentre outras atividades possíveis. Esse conflito de posições – a **confrontação** (van Eemeren, 2018) – consiste na “faísca” que pode dar origem ao “fogo” argumentativo, caso haja condições e investimento no processo de sustentação, questionamento e contestação dessas mesmas posições. Em termos técnicos, toda **confrontação** pode ser representada por uma **questão argumentativa** (Lewiński, 2015; Plantin, 2008), fechada ou aberta, em geral, reconstruída pelo pesquisador no processo de análise; no caso, poderíamos expressá-la da seguinte forma: *Paula tem ou não ir que dormir nesse momento?*⁵

³ Um perfil análogo é o *Frases de Crianças*, ativo em várias plataformas, cujo slogan é *As pérolas das nossas pérolas!*

⁴ Atualmente, não é mais possível acessar o link, pois o perfil não está mais em atividade.

⁵ Consideramos importante frisar que, como a questão argumentativa consiste, em geral, em uma reconstrução do analista, é bem comum que diferentes pesquisadores proponham versões distintas. O importante é que elas sejam, de fato, condizentes com o que se desenvolve no fluxo textual ou na controvérsia.

Decorre dessa concepção a ideia de que **teses (posições, alegações** ou ainda **pontos de vista**, a depender da teoria, do modelo ou do autor) consistem em **respostas** a uma **questão argumentativa**, respostas essas que são, em princípio, incompatíveis entre si e que evidenciam uma tomada de posição, um posicionamento do ator frente a um assunto ao qual se agrega discutibilidade. Recuperamos de Grácio (2022) a noção de **discutibilidade** para chamarmos a atenção para o fato de que apenas argumentamos sobre o que é discutível, ainda que essa discutibilidade não seja natural – ela emerge histórica, social e interacionalmente, a partir das condições que delimitam a situação argumentativa (Plantin, 2008)⁶. Isso posto, podemos afirmar, então, que há duas teses em conflito no diálogo: a positiva, de que *Paula tem que ir dormir naquele momento*, conforme podemos reconstruir do enunciado *Filha, tá na hora de dormir*, um ato de fala indireto⁷ (Searle, 1979) proferido pelo responsável, e a negativa, indiciada pelo enunciado *Não quero dormir agora*, que apresenta um posicionamento volitivo de resistência (*não querer*), contrário a um posicionamento assertivo normativo (*tá na hora de dormir*) que implica uma ordem (*tem que ir dormir*).

Esse confronto de posições, no entanto, não necessariamente desemboca em uma argumentação. Isso irá ocorrer, dando origem a situação argumentativa concreta, apenas se houver um aprofundamento no processo de posicionamento (Plantin, 2008); em nosso entendimento, esse aprofundamento se materializa na produção de atos de **fundamentação** de posições. Nessa concepção, portanto, o **argumento** é considerado uma **unidade de fundamentação** de uma **resposta** a uma **questão argumentativa**.

Na medida em que definimos o **argumento** como uma unidade de **fundamentação**, cabe discutirmos em que consiste o ato argumentativo de **fundamentar**. Como nos baseamos em uma perspectiva integradora, as explicações precisam ser consideradas a partir da dinâmica entre as propriedades constitutivas do argumentar. Nesse sentido, entendemos que **fundamentar** realiza, a partir da materialidade semiótica dos enunciados verbais, imagéticos e/ou multimodais, sob as coerções discursivas e interativas,

⁶ Um exemplo bastante concreto do que queremos dizer é um vídeo viral em que duas crianças pequenas discutem se um dado bovino é boi ou vaca (<https://youtu.be/ad9Sw3FHMT8>). Ainda que as crianças não argumentem de fato, o vídeo flagra uma situação em que emerge uma discutibilidade local, relevante apenas entre aquelas crianças, naquele momento, naquele espaço, durante aquela interação. Nesse caso, não se desenvolve uma situação argumentativa concreta porque as posições não são fundamentadas, o que já mostra que nem sempre a discutibilidade culmina no argumentar, ainda que lhe seja uma condição necessária. Voltaremos a esse ponto na sequência.

⁷ Um ato de fala indireto é aquele em que o ato ilocutório primário, o que se intenciona dizer, não coincide com o ato ilocutório secundário, o que foi expresso. No caso, o assertivo *Filha, está na hora de dormir* “retrataria” um estado de mundo a partir da perspectiva do responsável; no entanto, ele foi usado – e inclusive interpretado pela filha – como se fosse um ato ilocutório diretivo, uma ordem de que ela teria que ir dormir naquele momento. Esse diretivo seria o ato ilocutório primário. Há uma relação de implicatura, do tipo griceano, indiciada pelo falante (no caso, o responsável), que se torna inferível pelo ouvinte (no caso, a filha). Para uma boa introdução a toda essa discussão, cf. Ferreira (2023); para aprofundamento, cf. Grice (1975), Lewiński (2021), Searle (1979).

- a operação **lógico-inferencial** de transferir a **aceitabilidade** das premissas/dados para a tese, atribuindo-lhe **plausibilidade**, a partir de um laço de **relevância** promovido pela presunção/garantia – tal operação baseia-se em uma larga tradição de estudos ligados às perspectivas lógicas e lógico-dialéticas da argumentação, no seio da qual podemos incluir o modelo de argumento de Toulmin (2006[1958]), detalhado em Toulmin, Rieke e Janik (1984[1978]), e a teoria de esquemas argumentativos, tal qual discutida pela Lógica Informal canadense, em especial, nos trabalhos de Walton, Reed e Macagno (2008), Walton e Macagno (2015) e Macagno (2015), além das contribuições brasileiras ao tema, em especial, Gonçalves-Segundo (2020, 2022, 2023a, 2023b) e Seixas (2019, 2023);
- a operação **retórica** de gerar **influência** sobre o outro, conduzindo-o a ponderar modos alternativos de pensar, de ver, de sentir e de agir, que podem culminar na revisão da posição inicial, na ratificação da mesma posição ou ainda no reconhecimento de uma outra posição como digna de atenção – essa operação ancora-se em uma tradição milenar orientada a investigar o valor e a força dos raciocínios argumentativos e o papel da dinâmica de acordos e desacordos, da adaptação ao auditório e da situação concreta de argumentar como fatores centrais da promoção da adesão, conforme podemos depreender da obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996[1958]), Bitzer (1968, 1980), Reboul (2004), Amossy (2018), Fiorin (2015), Palmieri e Mazzali-Lurati (2016);
- a operação **dialética** de **deslocar o ônus da prova** para o outro lado, ou seja, para quem está alinhado à outra perspectiva, transferindo a responsabilidade por sustentar a posição alternativa a quem, na dinâmica argumentativa, não partilha da mesma posição, (ainda) não aderiu à nova tese defendida ou não a considerou como mais plausível do que aquela com a qual já se estava inicialmente alinhado – tal operação lastreia-se também em discussão sistemática realizada no âmbito da Pragmadialética (van Eemeren, 2018), na teoria do raciocínio presuntivo de Walton (2001, 2006), aprofundada no âmbito da sua conceituação de esquemas argumentativos (Walton; Reed; Macagno, 2008), e na dinâmica actancial discutida no modelo dialogal de Plantin (2008).

Logo, o **argumento**, como unidade de **fundamentação**, realiza, simultaneamente, essas três operações: atribui plausibilidade à posição, deslocando o ônus da prova para o outro e catalisando um processo de geração de influência. Por meio do procedimento de análise dos argumentos, conseguimos descrever e explicar como essas operações estão sendo orquestradas em uma unidade textual; por meio do processo de avaliação dos argumentos, podemos mensurar a força de cada uma dessas operações e sua concretização efetiva, seja por uma abordagem ética (ou seja, teoricamente motivada), que parte de critérios normativos de ordem lógica, retórica e dialética, seja por uma abordagem êmica (ou seja, empiricamente motivada), que parte de como os atores reagem aos argumentos, de forma complacente, questionadora ou resistente, na própria interação em curso ou na produção de um novo texto.

LINHA D'ÁGUA

Nas próximas três subseções, discutiremos o funcionamento de cada uma dessas operações constitutivas do **argumento**, relacionando-as à interação postada pelo perfil *Fatos de Crianças*.

2.1 A operação lógico-inferencial do argumento

Ainda que a argumentação, como sabiamente discute Grácio (2010, 2022), não possa ser reduzida à dimensão do raciocínio, é forçoso reconhecer que também não é possível compreender, de fato, o funcionamento do argumentar sem considerarmos as formas de raciocínio culturalmente consolidadas para defender, questionar e criticar posições na vida social.

De modo geral, os **raciocínios argumentativos** tendem a ser **retrospectivos** – e não prospectivos. Isso quer dizer que eles estão orientados não a encontrar uma conclusão ou chegar a uma decisão, mas a justificar ou defender uma posição diante do outro⁸ ou ainda a questionar ou criticar uma posição ou uma razão oferecida para fundamentá-la. Toulmin (2006[1958], p. 25), em seu clássico *Os Usos do Argumento*, deixa essa orientação clara, quando afirma o seguinte acerca do seu modelo de argumento: “não estamos interessados em chegar a conclusões, mas em como – depois de as termos alcançado – apresentar um argumento para lhe dar apoio”.

Raciocínios argumentativos, no entanto, raramente vêm “desenhados” em uma unidade textual. A dinâmica sociossemiótica concreta deixa muitos implícitos, implícitos esses basilares para conseguirmos entender ou explicar de que forma um dado argumento está, de fato, atribuindo plausibilidade a uma posição. Logo, é importante já anteciparmos que: (i) diferentemente do que se possa imaginar (e este é um dos motivos pelo qual a extração automática de argumentos ainda consiste em uma tarefa de inegável complexidade para os cientistas da computação e de dados), não há necessariamente conectivos explícitos que marcam as fronteiras entre os componentes de um argumento; (ii) não há uma ordem rígida na construção enunciativa do argumento (ou seja, a tese pode ser o primeiro elemento a ser explicitado textualmente ou o último; as razões, igualmente, podem ser construídas antes ou depois da tese); e (iii) o típico é que haja conteúdo proposicional implícito, evidência do caráter entimemático do argumento (Aristóteles, *Retórica I*; Macagno; Damele, 2013; Walton, 2008), o que exige a reconstrução do que não fora enunciado a partir de arcações teóricos advindos dos estudos semânticos, pragmáticos, textuais ou discursivos⁹. E é por conta justamente de toda essa dificuldade que analisar os argumentos a partir de uma teoria de **esquemas**

⁸ Para uma discussão mais ampla, cf. Yu e Zenker (2020).

⁹ Veremos, ainda nesta seção, que as presunções/garantias estão quase sempre implícitas, mas dados/premissas e teses/alegações também podem estar. O grau de explicitação/implicação decorre, em geral, de fatores co(n)textuais e sociocognitivos.

argumentativos é produtivo, uma vez que ela permite controlar a dispersão de implícitos possíveis, o que representa, em especial para o analista em formação, uma barreira de árdua transposição. Voltaremos a isso em breve.

Para que a discussão se torne mais palpável, vale retomarmos a nossa postagem. É do segundo turno conversacional do responsável que podemos depreender um ato de fundamentação¹⁰: *Tem que dormir, se quiser crescer*. Sem grandes dificuldades, somos capazes de interpretar que esse enunciado “nucleia” o processo de defesa da tese do responsável. Para o analista, no entanto, tal identificação não basta. É necessário mostrar de que maneira esse enunciado indicia um **raciocínio argumentativo** mobilizado para atribuir **plausibilidade** à posição. A pergunta que guia o analista é a seguinte: “Como é possível que o conteúdo proposicional¹¹ x sirva para defender/sustentar/justificar a tese y ?”; em nosso caso, “como é possível que, ao dizer que a filha ‘tem que dormir se quiser crescer’, o pai consiga defender que ‘a filha tem que ir dormir naquele momento?’”. A busca pela resposta a essa pergunta é justamente a tarefa que o analista da **operação lógico-inferencial do argumento** precisa realizar.

Em princípio, podemos arrolar algumas “condições”: (i) se o evento de *crescer* for tomado como desejável, como positivo, ou seja, como gerando um “benefício”; (ii) se houver uma relação causal tida como aceitável entre *dormir* e *crescer*; (iii) se uma dada cultura reconhecer como válido indicar um curso de ação e decidir por 207realiza-lo com base nos benefícios projetados de sua implementação ou concretização. É essa combinação de condições, que aprendemos em nossa integração social em uma dada cultura argumentativa, que nos faz reconhecer que um simples enunciado como aquele é parte de uma **razão** ofertada para que nós façamos algo.

Nos Estudos da Argumentação, é a teoria dos **esquemas argumentativos** que fornece esse quadro de condições de funcionamento dos **argumentos**, operacionalizado a partir de uma estrutura composta por três componentes funcionais básicos¹²:

¹⁰ Chamamos a atenção para o fato de que afirmamos que é possível *depreender* um ato de fundamentação. Esse enunciado, sozinho, é apenas uma evidência de um dos componentes do **argumento**.

¹¹ Estamos utilizando o termo “conteúdo proposicional” para nos referirmos ao conjunto de elementos referenciais e predicativos que compõem o enunciado.

¹² Vale, nesse ponto, fazermos uma grande ressalva. Embora seja comum que os **argumentos** e os **esquemas argumentativos** sejam descritos a partir de três componentes funcionais, às vezes, o quadro teórico apresenta apenas dois nomes para os três componentes. Walton e Macagno (2015) e Macagno (2015), por exemplo, denominam tanto os dados quanto a garantia toulminiana como premissa, apesar de reconhecerem haver uma distinção conceitual e funcional entre as premissas que atuam como dados e aquelas que atuam como garantia. Na Pragmadiálética (Juthe, 2019; van Eemeren, 2018), diferencia-se entre a premissa material (equivalente ao dado) e a premissa de conexão (equivalente à garantia). A abordagem mais inovadora, nesse sentido, advém do *Modelo Argumentum de Tópicas* (Rigotti; Greco, 2019), que propõe que a estrutura de um argumento tenha cinco componentes: o *endoxon*, o dado, a primeira conclusão, a máxima, e a segunda conclusão (no fundo, a tese).

- as **premissas** (materiais) (van Eemeren, 2018; Walton; Macagno, 2015) ou **dados** (Toulmin, 2006[1958]), ou seja, as proposições, derivadas de enunciados, que atuam como pontos de partida cuja aceitabilidade, em maior ou menor grau, é primordial para o processo de atribuição de **plausibilidade** à **tese**, uma vez que há transferência da confiabilidade desses dados para a tese, como bem discute van Eemeren (2018) – utilizaremos, no restante deste artigo, o termo **premissa** para nos referirmos a este componente;
- as **presunções** (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996[1958]), **premissas de conexão** (Juthe, 2019; van Eemeren, 2018), **premissas doxais** (Seixas, 2019), **leis de passagem** (Plantin, 2008) ou **garantias** (Toulmin, 2006[1958]), isto é, as proposições usualmente implícitas que representam o que é considerado como normal, *dóxico* ou pré-legitimado por um dado grupo de referência e funciona como um laço que une a(s) premissa(s) (materiais) à tese, atribuindo àquela(s) **relevância** para sustentar esta última – utilizaremos, a partir de agora, tanto o termo **presunção** quanto **garantia** para nos referirmos a este componente;
- as **teses** (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996[1958]; van Eemeren, 2018), **alegações** (Toulmin, 2006[1958]) ou **conclusões** (Plantin, 2008; Walton; Macagno, 2015), ou seja, as proposições, explícitas ou implícitas, que representam as distintas respostas a uma questão argumentativa, resultante da agregação de **discutibilidade** à centração de um tópico discursivo. **Teses** são, em geral, mais controversas do que as premissas e as presunções, e a atribuição de **plausibilidade** a elas consiste no fim último da **operação lógico-inferencial** do **argumento** – privilegiaremos o termo **tese** neste artigo.

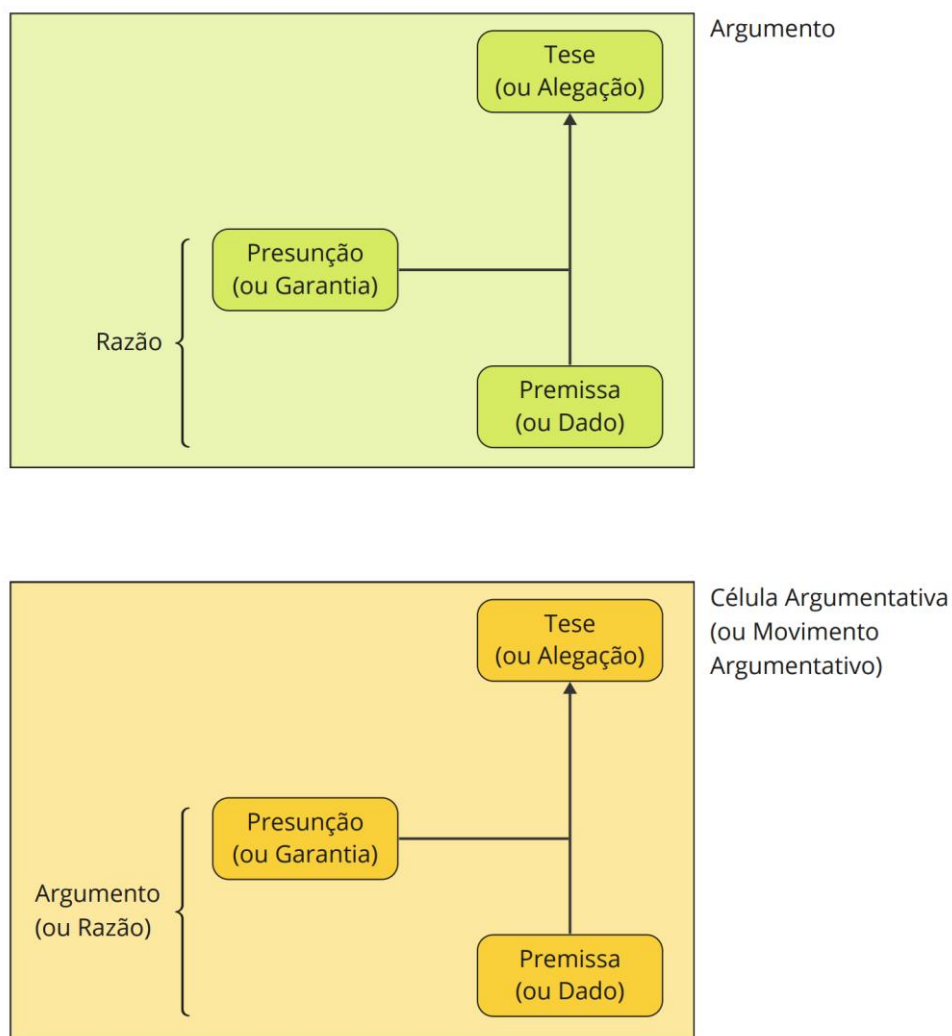
Emerge da relação entre as **premissas** e as **presunções** uma quarta noção – a noção de **razão**. É apenas quando uma premissa aceitável se combina a uma presunção relevante que se configura uma razão capaz de atribuir plausibilidade à tese. Sem a presunção, não sabemos como o que foi dito tem força para sustentar a tese; sem a premissa, não sabemos as particularidades do caso em discussão que fazem com que a presunção se aplique. Logo, é a **razão** que sustenta a **tese**, formando com ela a **unidade de fundamentação** que denominamos **argumento**.

Nem toda teoria da argumentação reserva a denominação **argumento** para o conjunto formado por **premissa**, **presunção** e **tese**. Isso é mais comum na tradição anglófona, embora não se trate de algo sistemático, como ressalva Juthe (2019). Alternativamente, é possível denominar o conjunto como um todo como **célula argumentativa**, como o faz Plantin (1990), ou ainda como **movimento argumentativo**, como já fizemos em textos anteriores (Gonçalves-Segundo, 2020). Nesse caso, parece-nos coerente usar o termo **argumento** como sinônimo de **razão**, englobando a combinação entre **premissa** e **presunção**. Isso garantiria o que consideramos imprescindível: a relação do conceito de **argumento** com o ato de **fundamentar**.

Se igualado apenas à **premissa**, o conceito de **argumento** passaria a abranger apenas uma fração da **fundamentação**, ocultando o papel imprescindível da **garantia/presunção** para a configuração da defesa de ou da crítica a uma **tese**. Sem **garantia/presunção**, uma **premissa** não tem valor para sustentar uma **tese**. Esses três componentes são mutuamente constitutivos. Isso não impede, é claro, que, no senso comum, continue se usando o termo “argumento” em sinonímia com premissa, tomando-o com o ponto de partida semântico-discursivo (ou material) usualmente explícito. É do ponto de vista teórico que o problema emerge, uma vez que a função de fundamentação do argumento, que nos parece cara aos estudos da argumentação, ficaria, em larga medida, inconsistente.

A Figura 2, a seguir, mostra as distintas possibilidades que julgamos coerentes com nossa posição teórica. Adotaremos, ao longo do artigo, a primeira alternativa (em verde), mas a segunda é igualmente válida e não colide com a nossa discussão. A distinção, no fundo, se dá entre incluir ou não a **tese** no âmbito da própria unidade de **fundamentação** (o **argumento**).

Figura 2. Alternativas terminológicas em relação à noção de argumento



Fonte: Elaboração própria

Vejam, então, tudo isso na prática. O Quadro 1, a seguir, apresenta a reconstrução do argumento do responsável – como uma reconstrução, é bem provável que analistas diferentes façam formulações relativamente distintas; o importante, como já mencionamos, é que elas sejam capazes de capturar o raciocínio mobilizado no processo argumentativo¹³.

Quadro 1. Reconstrução do argumento da desejabilidade do crescimento

Argumento	Razão	Premissa de causa e efeito	Se uma criança, como Paula, dorme, então ela cresce
		Premissa de valor	O crescimento é (um resultado) desejável
		Presunção/Garantia	Se o crescimento é desejável, então deve-se fazer o que o provoca, ou seja, dormir
Tese	Tese prescritiva	Paula tem que ir dormir (nesse momento)	

Fonte: Elaboração própria

É importante observar que essa reconstrução respeita as condições (i), (ii) e (iii) que discutimos anteriormente, sistematizando-as em um quadro descritivo que torna visíveis os elementos pertinentes que estruturam o raciocínio argumentativo, mesmo aqueles que não foram enunciados. E como sabemos que eles são os elementos pertinentes? Pela análise de muitos dados de argumentos similares, de críticas e questionamentos a esses argumentos, que enfocam distintos pontos do raciocínio. Como veremos mais adiante, no último turno do diálogo, a filha construirá um contra-argumento orientado a refutar a premissa de valor, justamente um dos componentes que se encontra implícito. E, de fato, ela não precisa ser, em geral, explicitada porque quando aprendemos a usar esse tipo de **raciocínio argumentativo**, aprendemos que, para estimular alguém a fazer algo por meio de uma consequência, essa consequência precisa ser positiva, desejável. Se uma crítica é direcionada ao valor do efeito, questionando sua positividade, isso é um sinal de que tal valoração é um elemento do **raciocínio argumentativo**. Identificar esses componentes é a tarefa do teórico interessado na operação lógico-inferencial; por isso, a relevância de a análise considerar seriamente esses estudos como ponto de partida.

Para que a discussão fique mais clara, vale tomarmos pontualmente um novo exemplar textual. Trata-se de um texto ligado a uma campanha de saúde promovida pela SulAmérica em seu perfil no X (antes, Twitter). Na postagem, podemos observar em funcionamento um **argumento** cujo raciocínio (do ponto de vista **procedural**) é idêntico ao que acabamos de discutir, ainda que a questão argumentativa seja outra e, portanto, o material **semântico-discursivo** que constitui a **razão** e a **tese** sejam completamente distintos. Segue o texto (Figura 1), acompanhado da reconstrução do argumento (Quadro 2).

¹³ Inserimos as duas colunas à esquerda, neste quadro, apenas para fins didáticos.

Figura 3. Texto de incentivo à atividade física regular publicado pelo perfil da SulAmérica



Fonte: <https://twitter.com/Sulamerica/status/1507688444851625985>. Acesso em: 19 ago. 2023.

Quadro 2. Reconstrução do argumento da sensação de bem-estar físico e mental

Premissa de causa e efeito	Fazer atividade física regular produz e libera endorfina no organismo, o que promove sensação de bem-estar físico e mental
Premissa de valor	Ter sensação de bem-estar físico e mental é desejável
Presunção/Garantia	Se é desejável ter sensação de bem-estar físico e mental, então deve-se fazer atividade física regular
Tese prescritiva	Deve-se fazer atividade física regular

Fonte: Elaboração própria

Essa identidade (ou equivalência) em termos do funcionamento lógico-inferencial *abstrato* do raciocínio argumentativo (denominado aspecto **procedural** do raciocínio) é justamente o que subjaz à noção de **esquema argumentativo**. A despeito das inúmeras definições e tipologias, há um núcleo em comum na visão que a área tem hoje de **esquema**: trata-se de uma estrutura abstrata, com uma dimensão inferencial, com elementos explícitos e implícitos – logo, de caráter entimemático – que representa uma forma culturalmente consolidada de atribuir plausibilidade a uma tese a partir de uma dada configuração de premissas e presunções¹⁴ (*cf.* Amossy, 2018; Gonçalves-Segundo, 2021, 2023a; Macagno, 2015; Plantin, 2008; van Eemeren, 2018; Walton; Macagno, 2015; Yu; Zenker, 2020). No caso desses dois argumentos, essa estrutura abstrata subjacente (ou seja, o aspecto procedural do raciocínio) é tradicionalmente denominada como **esquema por consequências positivas**

¹⁴ Nas considerações finais, apresentaremos nossa definição de esquema argumentativo, tecendo relação com a noção de argumento, a partir da perspectiva integradora que delineamos na primeira seção.

(Macagno, 2015), um subtipo do **esquema pragmático**, discutido longamente por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996[1958]) em seu *Tratado da Argumentação*.

No Quadro 3, na sequência, representamos a estrutura lógico-inferencial desse esquema, que pode ser comparada aos argumentos descritos nos Quadros 1 e 2. Ao fazer isso, poderemos observar como tais **argumentos** (**células** ou **movimentos argumentativos**, caso se adote a terminologia alternativa) consistem em **instâncias**, concretizações do **esquema** por consequências positivas, na medida em que o que os argumentos concretos fazem é extrair dessa estrutura abstrata culturalmente partilhada o procedimento do raciocínio para, a partir dele, prover a defesa de uma **tese** a partir do material **semântico-discursivo** pertinente. Logo, durante uma argumentação concreta, nós atualizamos os esquemas disponíveis em dada cultura com o material semântico-discursivo adequado à questão em debate; no caso de querer fazer a filha ir dormir, a desejabilidade do crescimento; no caso de incentivar a atividade física, a desejabilidade da sensação de bem-estar físico e mental.

Aproveitamos já para chamar atenção para o fato – que, acreditamos, já deva ter sido inferido pelo leitor – de que o **esquema** e, portanto, o **argumento** que o concretiza comporta duas premissas; isso não é um problema e não é contraditório com a afirmação que fizemos anteriormente de que **esquemas/argumentos** comportam três componentes funcionais (premissa, presunção e tese). Os três estão presentes no **esquema/argumento**, mas é possível – e, inclusive, bem comum – que um dado **raciocínio argumentativo**, dada sua complexidade, seja realizado por mais de uma premissa¹⁵. Todo esquema, contudo, comportará sempre uma única **presunção/garantia** e uma única **tese**.

Quadro 3. Esquema argumentativo pragmático (por consequências positivas)

Premissa de causa e efeito	Se o curso de ação <i>a</i> for tomado, então o efeito <i>b</i> ocorrerá
Premissa de valor	O efeito <i>b</i> é um resultado desejável
Presunção/Garantia ¹⁶	Se um efeito é desejável, então deve-se provocar o evento que o causa
Tese prescritiva	O curso de ação <i>a</i> deve ser tomado

Fonte: Gonçalves-Segundo (2023a, p. 187)

¹⁵ Normalmente, quando mais de uma, ocorrem duas, como no caso do argumento pragmático; de forma mais rara, há esquemas, como o da regra da justiça, que é mais bem descrito com três premissas – *cf.* Gonçalves-Segundo (2023a).

¹⁶ É central ratificarmos que a função da **presunção/garantia** é estabelecer a **relevância** das **premissas** para a defesa da **tese**. Logo, ela precisa articular semanticamente o conteúdo da premissa com o da tese, por exemplo, em termos causais ou analógicos. Nesse sentido, ela não deve acrescentar “informações novas”, como bem ressalta Toulmin (2006[1958]). Especialmente no tocante ao **esquema**, ela indicia um modo de argumentar que se mostrou produtivo em nossa sociedade; no **argumento**, esse modo de argumentar é atualizado com elementos **semântico-discursivos** pertinentes à discussão, incorporando, assim, material *dóxico* ou discursivo (e a decisão por falar em *doxa* ou discurso depende, em grande medida, da teoria mobilizada pelo pesquisador para explicar essas ligações socialmente partilhadas).

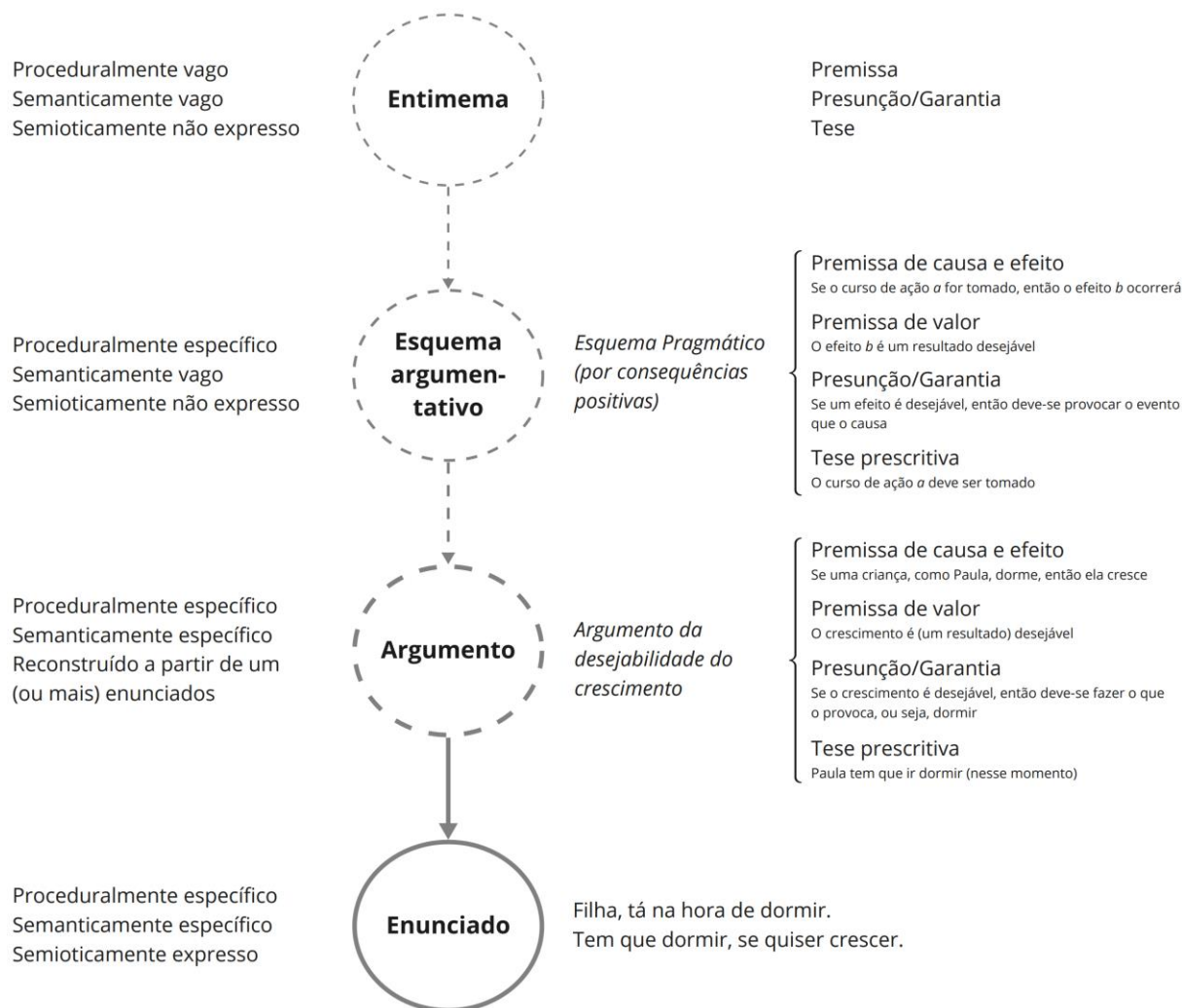
Considerando, portanto, que o **argumento** é a **unidade de fundamentação** de uma **resposta** a uma **questão argumentativa** e que um **argumento** é uma **instância** de um **esquema argumentativo**, podemos concluir que um **esquema argumentativo** é, do ponto de vista lógico-inferencial, um padrão procedural de raciocínio retrospectivo mobilizável para fundamentar um tipo de resposta a uma questão argumentativa¹⁷. No caso do esquema argumentativo por consequências positivas e, por conseguinte, dos argumentos que o concretizam, o tipo de resposta é, em geral, uma tese prescritiva, isto é, uma proposta de ação.

Uma vez realizada toda essa discussão, vale nos determos na Figura 4, que representa o *continuum* entre o **raciocínio argumentativo entimemático**, o **esquema argumentativo**, o **argumento (reconstruído)** e o **enunciado** contextualizado e condicionado pelas diversas coerções que se aplicam ao uso da linguagem (em suas diferentes modalidades) na construção de significados argumentativos.

A verticalidade da Figura 4 busca representar uma gradação de concretude e abstração. Quanto mais para cima, mais abstrato; quanto mais para baixo, mais concreto. A espessura do tracejamento das bordas amplia essa concepção, na medida em que buscamos representar, com ela, a incorporação de níveis de especificidade nas unidades de fundamentação à tese: no entimema, ponto onde o tracejamento é menos espesso, ocorre o grau máximo de vagueza procedural e semântico-discursiva, além de inexpressividade semiótica; já no esquema, agrega-se especificidade procedural; no argumento, adiciona-se especificidade semântico-discursiva; e, no enunciado, expressão semiótica. Logo, nesse último nível, há especificidade em todas as dimensões, motivo pelo qual desenhamos a circunferência com borda mais espessa e sem tracejamento.

¹⁷ Entendemos, a partir da Pragmadiálética (van Eemeren, 2018), que as teses podem ser descritivas, avaliativas ou prescritivas. Há esquemas com menor restrição procedural, ou seja, com uma razão que permite sustentar distintos tipos de tese (por exemplo, o esquema argumentativo de autoridade), assim como esquemas com maior restrição procedural, ou seja, especializados em um único tipo de tese (por exemplo, o esquema argumentativo por regra da justiça, especializado em teses prescritivas).

Figura 4. O *continuum* de unidades de fundamentação a teses



Fonte: Elaboração própria

Por fim, vale mencionarmos que, ainda que seja primordial compreender o funcionamento de um **raciocínio argumentativo** indiciado concretamente em um texto, seja ele monogerido, bigerido ou poligerido, de forma que consigamos depreender os elementos que se fazem relevantes, naquela cultura, para a justificação ou defesa de uma posição, não é necessário utilizar um quadro para a descrição do **argumento**, como fizemos anteriormente, ou ainda um **diagrama**, como apresentaremos ao final da seção 2.3, embora tais instrumentos sejam, sim, muito produtivos, por deixarem claro (para o leitor) o material que constitui a estrutura do **raciocínio argumentativo**. O analista pode muito bem descrever o argumento sem valer-se desses recursos metodológicos, explicando, textualmente, o seu funcionamento. Isso não é demérito algum e consiste em um procedimento igualmente válido. O que é problemático é não recuperar, ainda que hipoteticamente, o que fica implícito e que torna uma dada **premissa** relevante para defender uma **tese**. Sem isso, negligenciamos aspectos discursivos e/ou *dóxicos* de extrema importância, deixando em segundo plano (ou até apagando) formas acordadas social e culturalmente de defender, questionar e criticar **teses**.

LINHA D'ÁGUA

2.2 A operação retórica do argumento

Aplicar um **esquema argumentativo** em um dado ponto da situação argumentativa, atualizando-o com material semântico-discursivo pertinente à questão, atribui (em princípio) **plausibilidade** à **tese**. Assim, podemos dizer que o **argumento** se sustenta em uma **operação lógico-inferencial** que contribui para tornar a **tese** digna de atenção, como uma resposta que não é arbitrária nem necessária¹⁸.

Atribuir **plausibilidade**, contudo, não é suficiente para gerar **adesão**, embora assumamos, na esteira de diversas correntes da teoria da argumentação, como a Lógica Informal, a Nova Retórica e a Pragmadialética, que a plausibilidade (ou verossimilhança) é, sim, um fator de **influência**. Contudo, para que haja possibilidade de realinhamento de posição (Plantin, 2012) – em termos mais tradicionais, persuasão –, a **fundamentação** precisa “ecoar” com o que o outro considera **real** ou **preferível**, com o que esse outro se compromete (em maior ou menor grau).

Em termos práticos, a filha precisaria assumir que é **real** a relação causal entre *crescer* e *dormir*, que *crescer* é de fato *desejável* (logo, algo **preferível**) e que esse efeito é mesmo relevante o suficiente para dissuadi-la e levá-la a agir de outra maneira. Em outras palavras, a força de **influência** do argumento vem, em partes, dos **acordos** (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996[1958]) entre os participantes da interação. A projeção de **acordos** constitui um dos elementos centrais da operação **retórica** do ato de **fundamentar**.

Podemos, inspirados na (mas não restritos à) Nova Retórica (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996[1958]), compreender os **acordos** como **pontos de partida intersubjetivos**, como aquilo que o argumentador constrói como partilhado entre ele e o outro a quem ele visa influenciar, aquilo com que ambos, em tese, se comprometeriam, no mínimo, a aceitar como razoável, ponderando sua verossimilhança sem uma atitude resistente, e, no máximo, aceitar como correto ou verdadeiro, estando dispostos a defendê-lo, em face de uma questão ou crítica.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996[1958]) distinguem dois tipos de **acordo**: (i) os **acordos** sobre o **real**, que teriam pretensão de validade para o auditório universal¹⁹; e (ii) os **acordos** sobre o **preferível**, que teriam pretensão de validade para o auditório particular. Dentre os primeiros, os autores incluem os **fatos**, as **verdades** e as **presunções**; dentre os últimos, os **valores**, as **hierarquias de valores** e os **lugares** (*loci*)²⁰.

¹⁸ Emparamos de Grácio (2022) a ideia de a argumentação operar entre o arbitrário e o necessário, e a adaptamos à nossa formulação teórica sobre o argumento.

¹⁹ É impossível, no escopo deste artigo, dar conta de toda a controvérsia em torno do conceito de auditório universal na Nova Retórica. Particularmente, aderimos à concepção de que se trata de um ideal sócio-historicamente ancorado – e, portanto, dinâmico – de razoabilidade, outra noção bastante disputada. Como mostraremos na sequência, não trataremos de acordos sobre o real em função do auditório universal; logo, tal polémica não atinge nossa proposta, detalhada em Gonçalves-Segundo (2023a). Para quem se interessar pela discussão sobre a noção de auditório universal em Perelman, cf. Jørgensen (2012) e Tindale (2015); para uma introdução sobre o debate em torno da razoabilidade, cf. Isola-Lanzoni e da Silva (*no prelo*), e para um aprofundamento, Perelman (1979) e McCormick (2005).

²⁰ Para uma discussão mais detalhada da questão dos acordos, incluindo formas de operacionalização analítica, ausentes no *Tratado da Argumentação*, cf. Gonçalves-Segundo (2023a).

Em nossa releitura da noção, que parte de um olhar integrador, entendemos os **acordos sobre o real** como pontos de partida com pretensão de validade para públicos ou grupos de referência distintos, uma vez que, ao projetar esse tipo de **acordo**, o argumentador aposta na validação social de tais representações como crenças justificadas, respaldadas por procedimentos fiadores de veracidade ou normalidade, típicos da esfera religiosa, científica ou jornalística. Tais **acordos** sustentam a construção daquilo que o **auditório** textualmente indiciado pelo argumentador consideraria, em princípio, como incontestado, incontroverso – ainda que sempre passível de revogação, com a apresentação de novos dados.

Já os **acordos sobre o preferível** têm pretensão de validade para públicos ou grupos de referências específicos, na medida em que o argumentador, ao projetar esse tipo de **acordo**, aposta no que diferencia os grupos humanos como determinantes para as escolhas e para as decisões. Tais **acordos**, nesse sentido, sustentam a construção daquilo que o auditório textualmente indiciado pelo enunciador consideraria (in)desejável ou (des)preocupante.

É possível depreender que tais definições partem de uma dissociação entre a noção de **público** e de **auditório**, fundamental para a nossa concepção integradora, que encontra eco também em Amossy (2018). Conforme discutimos em Gonçalves-Segundo (2023a), entendemos **públicos** como *stakeholders* textuais envolvidos em uma prática argumentativa (Palmieri; Mazzali-Lurati, 2016); em outros termos, conjuntos de atores sociais concretos a quem interessa a questão em debate, sendo, portanto, aqueles a quem, em maior ou menor grau, o argumentador visa influenciar – **públicos** são concretos e empíricos, e suas reações podem ser analisadas, por exemplo, por meio de comentários em mídias digitais. Já **auditórios** são construtos sociossemióticos do argumentador, uma “ficção verbal” (Amossy, 2018, p. 55)²¹ que pode ser depreendida da forma como a argumentação se materializa textualmente.

Como partimos do princípio de que a operação **retórica** de **influenciar** é constitutiva do ato de **fundamentar**, assumimos que o tipo e o conteúdo do **acordo** projetado pelo argumentador configuram uma imagem daqueles a quem ele deseja **influenciar**. Essa imagem é, então, ofertada ao **público**, empírico e concreto, para identificação. Caso não haja identificação, o processo de **influência** acaba perdendo força – ao se projetar que dadas premissas ou presunções sejam, em alguma medida, também alvo de comprometimento do outro quando elas, de fato, não o são (ainda que possam ser coerentes e atribuam plausibilidade à tese), diminui-se a força que a **razão** tem para, potencialmente, diminuir o ceticismo ou a resistência do outro diante da **tese** apresentada. Em vez de gerar adesão, elas podem apenas ser tomadas como dignas de atenção e como alternativas interessantes de ver, pensar, agir e sentir ou podem ainda ser totalmente rechaçadas.

No caso de interações dialogais, como a que estamos nos valendo para conduzir a discussão neste artigo, a filha é o público do responsável; o responsável é o público da filha; o responsável projeta uma imagem da filha como auditório; a filha projeta uma imagem do responsável como auditório. Como quem quer persuadir a filha a ir dormir é o responsável,

²¹ Preferimos “ficção discursiva” para englobar outras possibilidades semióticas nessa projeção.

daremos prosseguimento ao debate da operação **retórica** tomando-o como ponto de referência e analisando como a filha, posicionada inicialmente como público, reage argumentativamente à imagem dela construída como auditório.

Ao direcionar nosso olhar ao segundo turno da filha – *Crescer pra quê, pra lavar louça?* –, podemos verificar, empiricamente, em que medida o que o pai projetou como acordado com a filha (como auditório), de fato, é considerado como real ou preferível por ela (como público).

Em primeiro lugar, Paula parece comprometer-se, assim como o pai, com a relação de causa e efeito entre *dormir* e *crescer*, uma vez que, além de não haver nenhum enunciado que questione a ligação, em termos de factualidade ou probabilidade, ela parece assumir que o crescimento, de fato, ocorrerá ao formular sua pergunta retórica. Nesse sentido, a intervenção da filha sinaliza que o **acordo sobre o real** projetado pelo responsável, o Proponente, de fato, se aplica.

Todavia, ela não se compromete com a apreciação valorativa (positiva) do efeito de *dormir*, proposta pelo pai como acordada entre eles. Em outros termos, o pai “aposta” que a filha também valore como desejável o ato de *crescer*, o que, no entanto, não ocorre. Em termos mais técnicos, o pai projeta um **auditório** para quem *crescer é desejável*, mas o **público** não se identifica com isso, o que motiva o ato de contra-argumentar, sobre o qual nos debruçaremos na próxima seção. Logo, ainda que a criança ratifique o **acordo sobre o real** projetado pelo pai, ela não faz o mesmo no tocante ao **acordo sobre o preferível**, sinalizando não se comprometer com a desejabilidade do crescimento, uma questão de **valor**.

Nesse sentido, o que observamos, nesta breve interação – e o que a torna, inclusive, engraçada –, é o quanto uma criança, de apenas quatro anos, já consegue depreender a **premissa de valor** implícita, direcionar um ataque em relação a ela, apresentando **razões** que sustentam sua **posição** e, assim, confrontar a **tese prescritiva** do pai para adiar ir dormir. Essa dinâmica só se justifica, na medida em que, ao fundamentar sua proposta, o responsável gera um efeito de **influência** – e se ele vai provocar ou não **adesão**, em maior ou menor grau, de forma mais ou menos duradoura ou mais ou menos imediata, é uma questão dependente de vários fatores, dentre eles, os **acordos**.

Passemos, então, ao debate sobre a operação **dialética** do **fundamentar**.

2.3 A operação dialética do argumento

O que exatamente significa **dialético** em argumentação está longe de ser consensual, como bem ressalta Johnson (2020[2009]). Dentre as variadas concepções, ressaltamos uma discussão realizada por Marraud (2015), que distingue entre uma **dialética dos argumentadores**, que abrange os procedimentos e as normas envolvidas no processo de gestão do conflito de opinião (da confrontação à resolução), e uma **dialética dos argumentos**, que abarca a relação de oposição entre as posições e as razões desenvolvidas no conflito de opinião. Por conseguinte, a **dialética dos argumentos** envolve comparação e testagem de fundamentações e contra-fundamentações.

LINHA D'ÁGUA

Quando pensamos na **dialética dos argumentos**, estamos assumindo a posição, defendida no âmbito da Pragmadialética (van Eemeren, 2018), de que **argumentos não** são capazes de extinguir o dissenso em termos (apenas) justificatórios, de forma a provar, por definitivo, que uma dada **tese** – descritiva, avaliativa ou prescritiva – seja a única possível, a melhor, a mais pertinente, capaz de saturar a questão de uma vez por todas para qualquer ser humano razoável. Por isso, desde o início, insistimos que, ao **fundamentar**, atribuímos **plausibilidade** (não, verdade) à **tese** e geramos um processo de **influência** sobre o outro, dependente, dentre outros fatores, de **acordos**.

Quando construímos um **argumento**, ou seja, fundamentamos uma **tese**, a partir da instanciamento de um **esquema argumentativo** semântico-discursivamente atualizado e, portanto, ancorado em termos *dóxicos* ou discursivos, nós deslocamos para o outro lado o **ônus da prova**, de forma que caberá ao outro, se discordar, (i) refutar internamente o argumento anterior, atacando algum componente da fundamentação alheia, ou (ii) refutar externamente a posição anterior, apresentando argumentos a favor da tese alternativa (Gonçalves-Segundo, 2020, 2023b; Walton, 2013). De toda forma, uma comparação entre as fundamentações e um julgamento local, realizado pelos argumentadores, integrará o processo de resolução do conflito de opinião, que poderá ou não culminar em um realinhamento de posição (ou persuasão) e consenso.

Essa teorização acerca do funcionamento dos **argumentos** como **instâncias de esquemas** é uma das proposições centrais da teoria do **raciocínio presuntivo** desenvolvida por Douglas Walton. Para Walton (2006), **esquemas argumentativos** são **padrões de raciocínio presuntivo**, um tipo de raciocínio orientado a atribuir plausibilidade à tese e a transferir o ônus da prova para o outro. Logo, **argumentos** geram efeitos sobre as pessoas e seus modos de agir, seja na interação imediata, com a produção de turnos conversacionais que explicitam uma ratificação ou uma recusa a ratificar a posição anterior, seja na produção de um outro texto, que dialogará com tal argumento, de forma a ratificá-lo, complementá-lo, questioná-lo ou refutá-lo, o que pressupõe algum tipo de relação intertextual²². Nesse sentido, a força do **argumento** (em termos dialéticos) reside no seu potencial de fechar ou saturar a questão, dificultando a emergência de crítica, ou seja, fazendo com que o outro, a quem o **ônus da prova** foi transferido, não seja capaz de contra-argumentar e, portanto, de refutar a fundamentação alheia.

O segundo turno da filha – *Crescer pra quê, pra lavar louça?* – exemplifica muito bem a **propriedade dialética do fundamental** (Macagno, 2015; Walton; Macagno, 2015). O responsável, ao aplicar um **esquema** socialmente reconhecido e historicamente consolidado (o esquema pragmático por consequências positivas) e valer-se de comprometimentos sobre o **real** (a relação causal entre *dormir* e *crescer*) e o **preferível** (a *desejabilidade* do *crescer*), construindo-os como intersubjetivamente pertinentes, ou seja, **acordados**, acaba deslocando o **ônus da prova** para a filha.

²² Para uma tipologia atual de relações intertextuais, cf. Cavalcante *et al.* (2022).

Em outros termos, o responsável gera uma **presunção** a favor da sua posição, tornando-a **plausível e candidata a adesão**, de forma que caberá à filha o trabalho de enfrentar o “peso” deslocado para a tese de que *ela tem que ir dormir*, caso ela não se alinhe à posição do responsável. Ao **contra-argumentar**, ela mostra que assume o **ônus** e que é capaz de **opor-se à fundamentação** do seu parceiro de interação, prorrogando o processo de resolução do conflito de opinião entre ambos – ou seja, a contra-argumentação colabora para manter a questão ainda aberta.

Antes de detalharmos esse processo, o que envolve reconstruir o **argumento** indiciado pela criança, vale debatermos um uso do termo **presunção** feito no parágrafo anterior, que difere do que realizamos na seção 2.1. Isso se deve ao fato de que o termo pode ser usado em uma acepção de **produto**, ou seja, uma **presunção** como uma proposição que atribui **relevância** ao **argumento** (sinônimo de garantia ou de lei de passagem), conforme podemos observar nos quadros 1, 2 e 3, ou em uma acepção de **processo**, ou seja, a **presunção** como o processo de fazer com que uma **tese** ganhe o estatuto provisório de **plausível**, de digna de atenção e, portanto, candidata à adesão, a menos que haja revogação por recursos de refutação²³.

Dito isso, o Quadro 5, abaixo, mostra a reconstrução do argumento de Paula, uma instância do **esquema das consequências para a avaliação** (exposto no Quadro 4), segundo categorização de Macagno e Walton (2018):

Quadro 4. Esquema argumentativo das consequências para a avaliação

Premissa de causa e efeito	Se <i>a</i> ocorre, então o efeito <i>b</i> ocorre
Premissa de valor	O efeito <i>b</i> é um resultado desejável
Presunção/Garantia	Aquilo que produz um efeito (in)desejável é também (in)desejável
Tese avaliativa	<i>a</i> é (in)desejável

Fonte: Adaptado de Macagno e Walton (2018, p. 535)

Quadro 5. Argumento da indesejabilidade do crescimento

Premissa de causa e efeito	Se alguém cresce, tem que lavar louça
Premissa de valor	Lavar louça é (um resultado) desejável
Presunção/Garantia	Se lavar louça é indesejável, então crescer também o é.
Tese avaliativa	O crescimento é (um resultado) indesejável

Fonte: Elaboração própria

Uma pergunta de ordem metodológica relevante que poderia nos ser feita é a seguinte: “como sabemos que, para Paula, o crescimento é indesejável?” Para isso, precisamos olhar para a propriedade **sociosemiótica**. A construção interrogativa {*Verbo + pra quê?*} implica que o fazer ou o acontecimento denotado no verbo é tido como negativo por envolver um efeito tido como igualmente negativo, seja por ser prejudicial, inútil, desgastante, dentre outras possibilidades. Por conseguinte, ao enunciar *Crescer pra quê?*, a menina já está implicando uma avaliação negativa desse processo, mostrando sua indesejabilidade. Isso se completa pelo

²³ Foge ao escopo deste artigo discutir a diversidade de formas de oposição argumentativa.

fato de que a pergunta é respondida com a construção *pra lavar louça*, que, além de absorver a carga negativa implicada da pergunta, invoca uma valoração social e afetiva negativa, que integra a *doxa* de dados grupos, para os quais a realização de atividades domésticas é tida como menor e/ou enfadonha. Isso mostra, portanto, que não é possível negligenciar, da análise dos **argumentos**, os elementos culturais, discursivos, ideológicos e enciclopédicos que marcam a realidade enunciativa, na medida em que são os **enunciados** que materializam os **argumentos**, indiciando a instanciação de um dado tipo de raciocínio, que só é reconstruído (proposicionalmente) quando a totalidade do seu funcionamento é levada a sério.

Na figura 5, a seguir, mostramos a interação entre os **argumentos** do responsável e da filha, de modo a marcar, explicitamente, o ponto de contato entre eles. Por meio do recurso metodológico do diagrama²⁴, podemos mostrar visualmente o exato ponto em que o contra-argumento da filha ataca a fundamentação do pai – a premissa de valor. Ressaltamos que, nesse contato, emerge uma **questão subordinada** (ou subquestão), um efeito incontornável da oposição argumentativa.

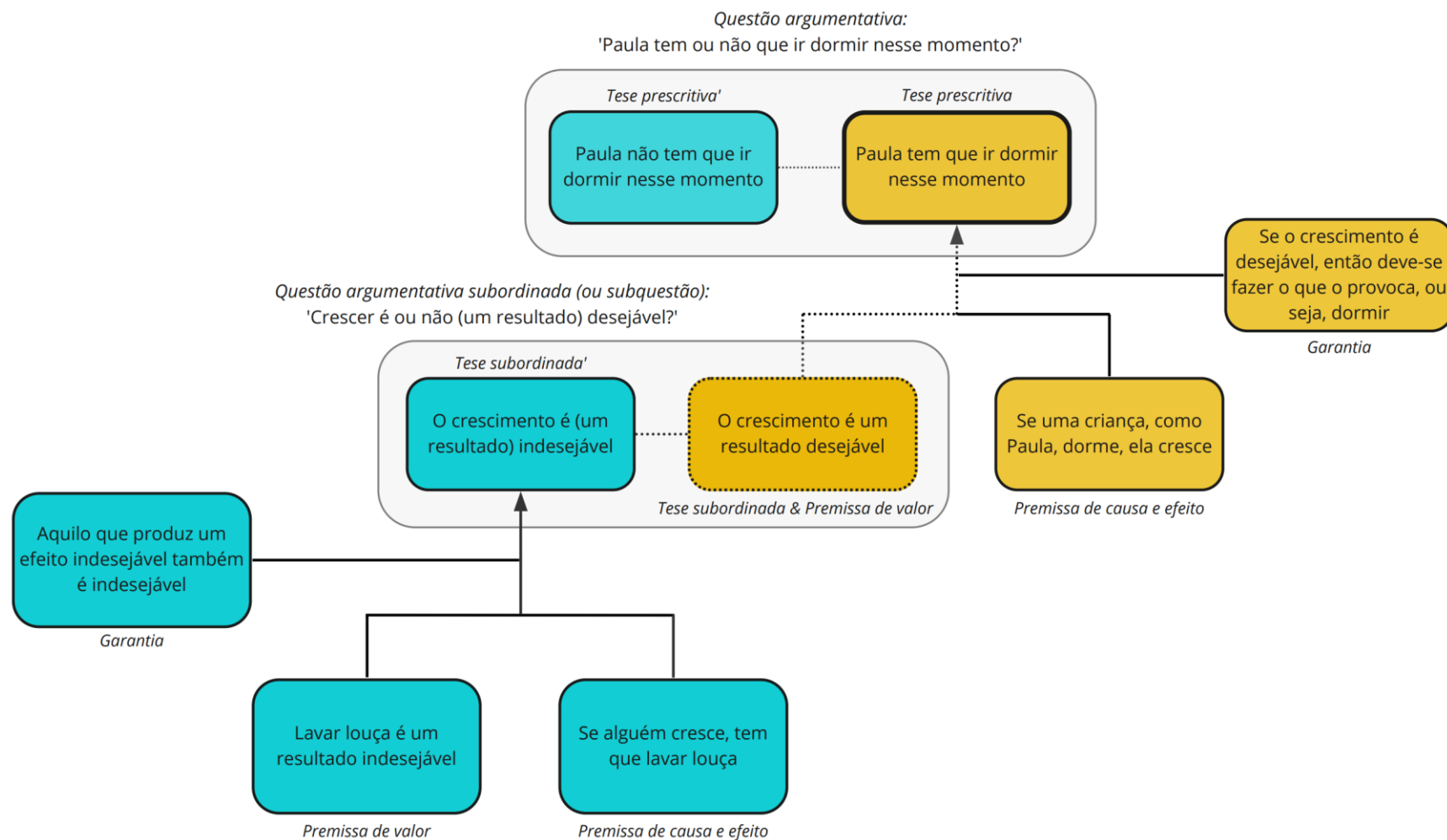
Denominamos **questão subordinada** ou **subquestão** a questão argumentativa que emerge do questionamento ou do ataque, realizado pelo Oponente ou antecipado pelo Proponente, a uma das premissas ou à presunção/garantia que compõem a razão que sustenta uma tese. Quando uma **subquestão** emerge, o componente focalizado em termos de dúvida ou crítica torna-se bifuncional – em outros termos, ele continua sendo premissa ou presunção do argumento pertinente à **questão subordinante** (muitas vezes, a **questão nuclear** do debate, como ocorre na interação sob análise – *Paula tem ou não que ir dormir nesse momento?*), mas também se torna tese da **questão subordinada**, para a qual convergirá uma razão.

É exatamente isso que ocorre no diálogo sob análise. Ao refutar internamente o argumento do pai, a garota faz emergir a subquestão *Crescer é ou não (um resultado) desejável?*, apresentando uma **razão** para a resposta (implícita) de polaridade negativa²⁵. Como não temos acesso à continuidade do diálogo, não sabemos como o responsável acabou lidando com a nova transferência de **ônus da prova**, dessa vez, realizada pela filha. Imaginamos que, antes de qualquer coisa, o contra-argumento deva ter gerado boas risadas.

²⁴ Diagramas são grafos direcionados que representam visualmente a relação entre os componentes de um argumento (ou seja, relações intra-argumentos) e a relação entre argumentos (isto é, relações inter-argumentos, seja em termos de defesa ou de ataque). Ainda que haja dadas convenções já consolidadas na área, cada perspectiva tem suas especificidades. Em nossa proposta, os **nós** representam os componentes de um argumento: premissas/dados, garantias/presunções, teses/posições. As **arestas** (ou vetores) originam-se nas premissas e nas presunções e se encontram antes de prosseguirem para a tese, para onde o destino da aresta converge. O ponto de encontro entre premissas e presunções serve para mostrar a indissociabilidade desses componentes na formação de uma razão. Nós optamos por incluir no diagrama todas as questões argumentativas que são relevantes, da questão nuclear, localizada, em geral, na região superior, às questões subordinadas, em número (a princípio) indefinido, uma vez que isso depende de cada interação argumentativa (no caso do diálogo sob análise, há apenas uma subquestão). As questões são visualmente marcadas por meio de um retângulo curvo de fundo acinzentado. Em geral, colorimos os componentes dos argumentos em função dos lados da disputa; no caso, o argumento do pai está em amarelo ocre; o da filha, em azul. As linhas pontilhadas grossas que aparecem no centro da imagem representam os componentes que são atingidos/enfraquecidos pelo contra-argumento da filha (tomando-a como ponto de referência).

²⁵ Aproveitamos para destacar que se trata de um caso em que a tese se encontra implícita, possibilidade para a qual havíamos chamado atenção na seção 2.1.

Figura 5. Diagrama da interação opositiva entre o argumento de consequências para a avaliação da filha e o argumento por consequências positivas do responsável



Fonte: Elaboração própria

LINHA D'ÁGUA

Considerações finais

Nosso objetivo, neste artigo, foi discutir o conceito de **argumento** como **unidade de fundamentação** de uma **resposta** a uma **questão argumentativa**, depreendido a partir da **construção enunciativa** e, portanto, das pistas textuais, contextuais, cotextuais, sociocognitivas, discursivas e interativas que atravessam o uso concreto da linguagem em práticas sociais.

Tal **fundamentação** exerce:

- a **operação lógico-inferencial** de transferir aceitabilidade da **premissa** para a **tese**, tornando-a **plausível**, por meio do laço de **relevância** gerado pela **presunção**, uma vez que todo **argumento** herda a estrutura procedural de raciocínio específica do **esquema** que ele instancia;
- a **operação retórica** de gerar **influência** sobre o outro, que pode ou não culminar em **adesão**; minimamente, essa **influência** leva ao conhecimento e à ponderação da razoabilidade de outras formas de ver, sentir, pensar e agir, o que está diretamente relacionado – ainda que de forma não suficiente, uma vez que há outros fatores que interferem na adesão – ao processo de identificação do **público** com o **auditório** indiciado textualmente por meio dos **acordos** projetados pelo argumentador; no máximo, a **influência** promove um realinhamento de posições;
- a **operação dialética** de deslocar o **ônus da prova** para o outro lado, que precisará contra-argumentar interna ou externamente em caso de discordância (considerando, é claro, o princípio de continuidade do engajamento no debate; o outro sempre pode optar por calar-se, não considerando que valha a pena dedicar-se à contra-argumentação – de toda forma, o ônus da prova foi a ele deslocado. Optar por fazer uso dele ou não é entrar em outra seara de discussão). Tal contra-argumento pode ser concretizado na própria interação em curso, no caso de um debate, por exemplo, ou pode se materializar em um outro texto, como no caso de articulistas de opinião que discutem entre si nas suas colunas semanais, o que chama a atenção para a possibilidade de tal deslocamento se dar em termos intertextuais estritos (Cavalcante *et al.*, 2022).

Isso posto, torna-se necessário apresentar uma noção alternativa de **esquema argumentativo**, redesenhando sua relação com o **argumento**, de forma a capturar a essência de nossa perspectiva integradora:

Esquemas argumentativos consistem em padrões de raciocínio argumentativo presuntivo, ou seja, revogável, dotados de uma estrutura inferencial abstrata socialmente consolidada e reconhecida como apta a gerar uma presunção a favor de uma dada tese. **Esquemas** transferem sua estrutura de fundamentação para o **argumento** – instância do esquema e unidade de fundamentação de uma tese – que, quando indiciado pelo enunciado, desloca o ônus da prova para o outro lado. **Esquemas** estão para **argumentos** assim como tipos estão para instâncias: enquanto **esquemas** são proceduralmente específicos, dado que compostos por uma unidade entre razão (premissa(s) + presunção/garantia) e tese, e semântico-discursivamente vagos, visto que as razões e teses apresentam variáveis a serem preenchidas situacionalmente, **argumentos** herdam a especificidade procedural dos **esquemas** e agregam especificidade semântico-discursiva pertinente à questão em pauta por meio da atualização das variáveis relevantes. Logo, ao produzir um **argumento**, o argumentador revela comprometer-se com dadas concepções sobre o real e o preferível, resultantes da agregação de especificidade semântico-discursiva, projetando-as como acordadas, em maior ou menor grau, em relação ao auditório que constrói, convidando o público a com isso se identificar, o que funciona como um motor de influência.

Esperamos, assim, que essa conceituação possa ser produtiva para os estudos contemporâneos de argumentação, na medida em que ela procura abarcar várias dimensões da manifestação da nossa racionalidade no processo de **fundamentar**. De forma análoga, pensamos que esta discussão possa ser um ponto de partida relevante para abordagens renovadas sobre o **argumento**, considerando suas múltiplas **operações** constitutivas, que precisam ser, cada vez mais, aprofundadas.

Financiamento

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da estadia como Professor Visitante na Universidade do Porto, no âmbito do PrInt – Programa Institucional de Internacionalização (nº do processo: 88887.694701/2022-00).

Referências

AMOSSY, R. *A argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto, 2018.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

BITZER, L. F. Functional Communication: A Situational Perspective. In: WHITE, E. E. (org.). *Rhetoric in Transition: Studies in the Nature and Uses of Rhetoric*. University Park/London: The Pennsylvania State University Press, 1980. p. 21–38.

BITZER, L. F. The Rhetorical Situation. *Philosophy & Rhetoric*, v. 1, n. 1, p. 1–14, 1968. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40236733>. Acesso em: 16 jan. 2014.

LINHA D'ÁGUA

- CAVALCANTE, M. M. *et al.* *Linguística Textual: conceitos e aplicações*. Campinas: Pontes Editores, 2022.
- DAMASCENO-MORAIS, R. Quem é esse tal de Terceiro, afinal?. *Revista de Letras*, v. 1, n. 41, p. 8–25, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36517/revletras.41.1.1>.
- EMEDIATO, W.; DAMASCENO-MORAIS, R. Perspectiva dialogal e análise dialógica: a argumentação biface. In: AZEVEDO, I. C. M. de; DAMASCENO-MORAIS, R. (org.). *Introdução à análise da argumentação*. Campinas: Pontes Editores, 2022. p. 193–221.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N.; FAIRCLOUGH, I. *Political discourse analysis*. New York: Routledge, 2012.
- FERREIRA, M. *Pragmática: significado, comunicação e dinâmica contextual*. São Paulo: Contexto, 2023.
- FIORIN, J. L. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.
- GALINARI, M. M. Logos, ethos e pathos: “três lados” da mesma moeda. *Alfa: Revista de Linguística* (São José do Rio Preto), v. 58, n. 2, p. 257–286, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1405-1>.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. A configuração funcional da argumentação epistêmica: uma releitura do layout de Toulmin em perspectiva multidisciplinar. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, v. 15, n. 3, p. 236–266, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2176-457347130>.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Argumentação multimodal: múltiplos olhares para um objeto complexo. In: GONÇALVES-SEGUNDO, P. R.; PIRIS, E. L. (orgs.). *Estudos de linguagem, argumentação e discurso*. Campinas: Pontes Editores, 2021. p. 73–109.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Lógica Informal: uma introdução aos procedimentos de análise e de avaliação dos argumentos. In: AZEVEDO, I. C. M. de; DAMASCENO-MORAIS, R. (org.). *Introdução à análise da argumentação*. Campinas: Pontes Editores, 2022. p. 101–133.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. *Argumentação prática: teoria, método e análise*. 2023. 395 f. Tese de livre-docência - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023a.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. O raciocínio argumentativo entre o lógico e o dialético: o modelo de Stephen Toulmin. In: PIRIS, E. L.; GRÁCIO, R. A. (org.). *Introdução às teorias da argumentação*. Campinas: Pontes, 2023b. p. 51–87.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. R.; MACAGNO, F.; AZEVEDO, I. C. M. de. Argumentação multimodal: desafios e tendências recentes. Uma introdução ao número especial. *Revista da ABRALIN*, v. 20, n. 3, p. 722–736, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v20i3.2020>.
- GRÁCIO, R. A. *Ensinar a argumentar ou convidar ao confronto com a incerteza*. Coimbra: Grácio Editor, 2022.
- GRÁCIO, R. A. *Para uma teoria geral da argumentação: questões teóricas e aplicações didáticas*. 2010. 434f - Universidade do Minho, Braga, 2010.
- GRICE, H. P. Logic and Conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (org.). *Syntax and Semantics*. New York: Academic Press, v. 3: Speech Acts, 1975. p. 41–58.
- ISOLA-LANZONI, G.; DA SILVA, L. P. O lugar da argumentação na interculturalidade: reflexões a partir do curso Problems in the Anthropology of Argument. In: PIRIS, E. L.; AZEVEDO, I. C. M. de (org.), *no prelo*.
- JEWITT, C.; KRESS, G. R. (orgs.). *Multimodal literacy*. New York: P. Lang, 2003.
- JOHNSON, R. H. *Manifest rationality: a pragmatic theory of argument*. Mahwah, N.J: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

JOHNSON, R. Revisitando o Triunvirato lógica/dialética/retórica. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, v. 20, n. 1, p. 254–273, 2020[2009]. DOI: <https://doi.org/10.17648/eidea-20-2708>.

JOHNSON, R. H. The dialectical tier revisited. In: PUPPO, F. (org.). *Informal Logic: A “Canadian” Approach to Argument*. Windsor: Windsor Studies in Argumentation, 2019. p. 176–195. Disponível em: <https://philarchive.org/rec/PUPILA>. Acesso em: 16 jan. 2024.

JØRGENSEN, C. Interpretando o Auditório Universal de Perelman: Gross versus Crosswhite. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, v. 3, n. 1, p. 133–141, 2012. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/412>. Acesso em: 16 jan. 2014.

JUTHE, A. Reconstructing Complex Pro/Con Argumentation. *Argumentation*, v. 33, n. 3, p. 413–454, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10503-018-9467-9>.

KOREN, R. De la rationalité et/ou de l'irrationalité des polémiqueurs: Certitudes et incertitudes. *Semen*, n. 31, p. 81–95, 2011. DOI: <https://doi.org/10.4000/semen.9061>.

KRABBE, E. C. W.; VAN LAAR, J. A. The Ways of Criticism. *Argumentation*, v. 25, n. 2, p. 199–227, 2011. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s10503-011-9209-8>. Acesso em: 16 jan. 2014.

LEWIŃSKI, M. Debating multiple positions in multi-party online deliberation: Sides, positions, and cases. In: LEWIŃSKI, M.; MOHAMMED, D. (org.). *Argumentation in political deliberation*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2015. p. 151–176.

LEWINSKI, M. Speech Act Pluralism in Argumentative Polylogues. *Informal Logic*, v. 41, n. 3, p. 421–451, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22329/il.v41i3.6855>.

MACAGNO, F. A Means-End Classification of Argumentation Schemes. In: VAN EEMEREN, F. H.; GARSSSEN, B. (org.). *Reflections on Theoretical Issues in Argumentation Theory*. Cham: Springer International Publishing, 2015. p. 183–201.

MACAGNO, F.; DAMELE, G. The Dialogical Force of Implicit Premises. Presumptions in Enthymemes. *Informal Logic*, v. 33, n. 3, p. 361, 2013. DOI: <https://doi.org/10.22329/il.v33i3.3679>.

MACAGNO, F.; WALTON, D. Practical Reasoning Arguments: A Modular Approach. *Argumentation*, v. 32, n. 4, p. 519–547, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10503-018-9450-5>.

MACCORMICK, N. *Rhetoric and The Rule of Law*. Oxford: Oxford University Press, 2005. Disponível em: <https://academic.oup.com/book/9667>. Acesso em: 14 jan. 2024.

MAINGUENEAU, D. Retorno crítico à noção de ethos. *Letras de Hoje*, v. 53, n. 3, p. 321–330, 2018. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2018.3.32914>.

MARRAUD, H. Do Arguers Dream of Logical Standards? Arguers' dialectic vs. Arguments' dialectic. *Revista Iberoamericana de Argumentación*, v. 10, p. 1–18, 2015. Disponível em: <https://revistas.uam.es/ria/article/view/8141/8475>. Acesso em: 19 fev. 2024.

MARRAUD, H. On the Logical Ways to Counter an Argument: A Typology and Some Theoretical Consequences. In: VAN EEMEREN, F. H.; GARSSSEN, B. (org.). *From Argument Schemes to Argumentative Relations in the Wild*. Cham: Springer International Publishing, 2020. p. 149–166.

MEYER, M. *Questões de Retórica: Linguagem, Razão e Sedução*. Lisboa: Edições 70, 2007.

MICHELI, R. Emotions as Objects of Argumentative Constructions. *Argumentation*, v. 24, n. 1, p. 1–17, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10503-008-9120-0>.

PADILLA, C.; DOUGLAS, S.; LOPEZ, E. *Yo argumento: Taller de prácticas de comprensión y producción de textos argumentativos*. Córdoba: Comunic-Arte, 2011.

PALMIERI, R.; MAZZALI-LURATI, S. Multiple Audiences as Text Stakeholders: A Conceptual Framework for Analyzing Complex Rhetorical Situations. *Argumentation*, v. 30, n. 4, p. 467–499, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10503-016-9394-6>.

PERELMAN, C. *The New Rhetoric and the Humanities*. Dordrecht: Springer Netherlands, 1979.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996[1958].

PIRIS, E. L. A dimensão subjetiva da argumentação e do discurso: focalizando as noções de ethos e de pathos. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, v. 2, p. 52–62, 2012. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/400>. Acesso em: 16 jan. 2014.

PIRIS, E. L. O ethos e suas noções conexas: análise do discurso do líder do governo na sessão parlamentar que antecedeu o AI-5. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 61, p. 1–18, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20396/ce1.v61i0.8655042>.

PIRIS, E. L.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Discurso e contradiscurso em um debate parlamentar sobre a descriminalização da maconha no Brasil: uma análise orientada pelo modelo dialogal da argumentação. *Rétor*, v. 13, n. 2, p. 118–143, jul./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.61146/retor.v13.n2.207>.

PLANTIN, C. *Essais sur l'argumentation: introduction à l'étude linguistique de la parole argumentative*. Paris: Ed. Kimé, 1990.

PLANTIN, C. *A argumentação: História, teorias, perspectivas*. São Paulo: Parábola, 2008.

PLANTIN, C. Persuasion or Alignment?. *Argumentation*, v. 26, n. 1, p. 83–97, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10503-011-9243-6>.

REBOUL, O. *Introdução à retórica*. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIGOTTI, E.; GRECO, S. *Inference in Argumentation: A Topics-Based Approach to Argument Schemes*. Cham: Springer International Publishing, 2019.

SEARLE, J. R. *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SEIXAS, R. *Entre a retórica do impeachment e a do golpe: análise do conflito de lógicas argumentativas na doxa política brasileira*. 2019. 433 f. Doutorado em Estudos Linguísticos - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/32368>. Acesso em: 11 jan. 2024.

SEIXAS, R. O terreno pantanoso da doxa: Reflexões para um tratamento lógico-discursivo da argumentação. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, v. 23, n. 2, p. 142–160, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47369/eidea-23-2-3741>.

SEIXAS, R. Como argumentam esquerda e direita? Sobre regimes de racionalidade, cognição argumentativa e doxa política brasileira em polêmica contemporânea, *no prelo*.

SILVA, C. M. D. M. E. O conceito de doxa (opinião) em Aristóteles. *Linha D'Água*, v. 29, n. 2, p. 43, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v29i2p43-67>.

TINDALE, C. W. *The anthropology of argument: cultural foundations of rhetoric and reason*. New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2021.

TINDALE, C. W. *The Philosophy of Argument and Audience Reception*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

TOULMIN, S. *Os usos do argumento*. São Paulo: Martins Fontes, 2006[1958].

TOULMIN, S.; RIEKE, R.; JANIK, A. *An introduction to reasoning*. 2. ed. New York: Macmillan Publishing Company, 1984[1978].

TSERONIS, A. Multimodal argumentation: Beyond the verbal/visual divide. *Semiotica*, v. 2018, n. 220, p. 41–67, 2018. DOI <https://doi.org/10.1515/sem-2015-0144>.

VAN EEMEREN, F. H. *Strategic maneuvering in argumentative discourse: extending the pragma-dialectical theory of argumentation*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Pub, 2010.

VAN EEMEREN, F. H. *Argumentation Theory: A Pragma-Dialectical Perspective*. Cham: Springer International Publishing, 2018.

VAN EEMEREN, F. H.; PENG, W. (org.). *Contextualizing pragma-dialectics*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2017.

WALTON, D. Abductive, presumptive and plausible arguments. *Informal Logic*, v. 21, n. 2, 2001. Disponível em: http://ojs.uwindsor.ca/ojs/ledy/index.php/informal_logic/article/view/2241. Acesso em: 22 ago. 2020.

WALTON, D. N. *Fundamentals of critical argumentation*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2006.

WALTON, D. N. *Methods of argumentation*. New York: Cambridge University Press, 2013.

WALTON, D. How the context of dialogue of an argument influences its evaluation. In: PUPPO, F. (org.). *Informal Logic: A “Canadian” Approach to Argument*. Windsor: Windsor Studies in Argumentation, 2019. p. 196–233. Disponível em: <https://philarchive.org/rec/PUPILA>.

WALTON, D. The three bases for the enthymeme: A dialogical theory. *Journal of Applied Logic*, v. 6, n. 3, p. 361–379, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jal.2007.06.002>.

WALTON, D. N.; KRABBE, E. C. W. *Commitment in dialogue: basic concepts of interpersonal reasoning*. Albany: State University of New York Press, 1995.

WALTON, D.; MACAGNO, F. A classification system for argumentation schemes. *Argument & Computation*, v. 6, n. 3, p. 219–245, 2015. Disponível em: <https://content.iospress.com/articles/argument-and-computation/1123772>. Acesso em: 16 jan. 2024.

WALTON, D.; REED, C.; MACAGNO, F. *Argumentation Schemes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

YU, S.; ZENKER, F. Schemes, Critical Questions, and Complete Argument Evaluation. *Argumentation*, v. 34, p. 469–498, 2020. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s10503-020-09512-4>. Acesso em: 10 jun. 2020.

Artigo / Article

O *ethos* da inexistência

The ethos of non-existence

Girlândia Gesteira Santos 

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil
girlandiagesteira@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0009-0005-8540-9562>

Yuri Andrei Batista Santos 

Université Grenoble Alpes, França
batista.yuriandrei@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3805-0586>

Vânia Lúcia Menezes Torga 

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil
vltorga@uol.com.br
<https://orcid.org/0000-0003-3639-1608>

Recebido em: 15/06/2023 | Aprovado em: 01/10/2023

Resumo

Na linha do diálogo entre os estudos do discurso e os estudos da argumentação, analisamos a construção do *ethos* no paratexto da obra *Recordações da minha inexistência* - memórias, de Rebecca Solnit (2021). Tendo em vista uma escrita que traça um discurso contra hegemônico no contexto social subjacente, importa-nos observar como o projeto de dizer dessa escrita autobiográfica se articula em função da construção do *ethos* discursivo da autora-narradora-personagem. Para tanto, analisamos as construções discursivas dos elementos paratextuais da obra. Consideramos que o *ethos* da inexistência feminina nessa obra se dá em condições linguísticas e extralinguísticas que compõem um eu que ressoa na coletividade. A partir das análises do paratexto da referida obra, destacamos como a construção do *ethos* discursivo da autora-narradora-personagem reflete e refrata os conflitos sociais constitutivos da autorrepresentação feminina na contemporaneidade de forma aporética, demarcando a autorreferência feminina por meio da lógica de um não-lugar.

Palavras-chave: Escritas autobiográficas • Literatura feminina • Estudos do discurso • Metalinguística • Argumentação

Abstract

In the line of dialogue between discourse studies and argumentation studies, we analyze the construction of ethos in the paratext of the book *Recordações da minha inexistência - memórias (Recollections of my non-existence - memoir)* by Rebecca Solnit (2021). In view of a writing that traces a counter-hegemonic discourse in the underlying social context in the argumentative dimension, an important point to observe is how the discursive project of this autobiographical writing articulates itself in the construction of the narrative ethos of the author-narrator-personage. To this end, we will analyse the paratextual elements of the work. We consider that the ethos of female non-existence in this work occurs in linguistic and extralinguistic conditions that compose a self which resonates in the collectivity. From the analyses of the paratext of the work, we highlight how the construction of the discursive ethos of the author-narrator-character reflects and refracts the constitutive social conflicts of female self-representation in contemporaneity, in an aporetic way marking the female self-reference through the logic of a non-place.

Keywords: Autobiographical writing • Women's literature • Discourse studies
• Metalinguistics • Argumentation

Ser significa ser para o outro e, através dele, para si.
(Bakhtin, 2011)

Introdução

Narrar uma existência não é uma atividade simples se considerarmos a dialogicidade constitutiva entre o vivido, o dado, o narrado e o criado. Ademais, toda narração cria imagens que passam pelo centro valorativo do eu e do outro, pois, conforme vimos na epígrafe, “ser significa ser para o outro” (Bakhtin, 2011, p. 341).

Nas relações eu-outro, a linguagem se constitui como *ato ético, estético*, com o qual os sujeitos assumem ativamente seu papel na existência. Por esse viés, a autobiografia pode ser vista como uma maneira de apresentar a si pelo e para o outro, é um certo argumentar diante da vida. Como ato enunciativo das relações entre língua e falantes, ela coloca a linguagem em funcionamento, a partir de estratégias argumentativas que operam sobre os modos de sentir e pensar do outro.

Diante disso, passamos a considerar o funcionamento e a operacionalidade da escrita autobiográfica, a partir das estratégias linguístico-discursivas que, na *dimensão argumentativa* (Amossy, 2018), delineiam o *ethos* da inexistência. Observamos que a escrita autobiográfica feminina em nosso *corpus* transcende o espaço biográfico do eu e, sob a perspectiva da autora, passa a apresentar e representar à coletividade.

O objetivo é analisar as singularidades na construção da imagem de si da autora em *Recordações da minha inexistência - memórias* (Solnit, 2021), tendo em vista que se trata de um relato autobiográfico e realiza o diálogo ético-estético no discurso literário. Configura-se um projeto discursivo que evidencia na dimensão do eu-nós a problemática de ser corpo feminino sem seu lugar de existência.

LINHA D'ÁGUA

A obra reconta a história de uma jovem mulher que enfrenta “a sua própria aniquilação de maneiras inumeráveis” (Solnit, 2021, p.10). Entre apagamentos e silenciamentos, a autora-narradora-personagem entrelaça suas memórias aos avanços e desafios do movimento feminista nas últimas décadas.

Memórias de enfrentamento que se iniciam em 1981, aos dezenove anos, quando sozinha decide conquistar seu espaço em uma sociedade patriarcal. A violência, o assédio e o descrédito que as mulheres sofriam na vida cotidiana e nos círculos intelectuais são delineados pela narradora em um cenário inquietante de memórias, traduzindo a atmosfera de medo e de opressão vivenciados.

Orientamo-nos teórico-metodologicamente em Amossy (2018, 2019) para a análise da argumentação; em Bakhtin (2015) sobre a metalinguística; Santos e Torga (2020) e Santos (2021) sobre a percepção da escrita autobiográfica. Como critério na segmentação do *corpus de trabalho*, optamos por analisar, primariamente, os elementos paratextuais: título, subtítulo, capa contracapa e agradecimentos. Complementarmente, analisamos excertos do texto que ampliam e corroboram as considerações observadas no nível dos elementos paratextuais.

Iniciamos por discutir o envolvimento da metalinguística e as considerações da linguagem em perspectiva bakhtiniana, pensando como as contribuições dos estudos da argumentação em correlação aos estudos do discurso servem à compreensão da escrita autobiográfica. Em seguida, refletimos a construção do *ethos* em suas estratégias discursivas, partindo das análises do paratexto na obra para o entendimento da arquitetura do registro de uma (in)existência, a partir do *ethos*.

1 A construção do *ethos* na escrita autobiográfica

A Metalinguística bakhtiniana é compreendida no princípio das relações dialógicas, que considera os enunciados concretos não em critérios puramente linguísticos, mas nas relações que determinam suas particularidades em toda a construção discursiva da linguagem (Bakhtin, 2015, p. 208). Para a leitura da escrita autobiográfica, ela se efetiva quando consideramos o acabamento linguístico, extralinguístico, contextual e situacional como elementos concretos na linguagem que efetiva a existência.

Nessa perspectiva, é importante pensarmos a que serve o estudo do *ethos* na escrita autobiográfica. Desde a Retórica clássica, o *ethos* concerne à construção da credibilidade do orador frente a seu auditório. Segundo Amossy (2019), “o orador que mostra em seu discurso um caráter honesto parecerá mais digno de crédito aos olhos de seu auditório” (Amossy, 2019, p. 29, grifos da autora). De maneira imediata, vemos que a autobiografia parte de uma prerrogativa de confiabilidade dada às próprias características do gênero, seja pela integridade da imagem autoral, creditada na correferencialidade autor-narrador-personagem (Lejeune, 2014), seja pela ideia de realidade presumida no relato autorreferencial.

Entretanto, pelo modelo dialógico e em contraste a essa proposição, entendemos que os leitores moldam os enunciados enquanto eles ainda estão sendo feitos, do ponto de vista de destinatário presumido. Dessa posição ativa e responsiva, efetuam sua coparticipação e esteticamente influenciam na linguagem (Morson; Emerson, 2008). Portanto, se olharmos sob o prisma da *metalinguística* para o *espaço biográfico* (Arfuch, 2010), como lugar das múltiplas vozes – sociais, ideológicas, políticas, culturais etc. –, veremos que certos acabamentos da imagem que se quer, diz e/ou constrói de si mesmo surgem em estratégias que mobilizam a *dimensão argumentativa*. Elas consolidam, no projeto autobiográfico, a autoridade do enunciador em virtude da interação discursiva com seu público.

A dimensão argumentativa, então, permite refletir, no âmbito das escritas autobiográficas, as múltiplas possibilidades de se apresentar, representar discursivamente ante seu auditório. Sobre isso, corrobora Amossy (2019):

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si. Que a maneira de dizer induz a uma imagem que facilita, ou mesmo condiciona a boa realização do projeto, é algo que ninguém pode ignorar sem arcar com as consequências [...] A apresentação de si não se limita a uma técnica apreendida, a um artifício: ela se efetua, frequentemente, à revelia dos parceiros, nas trocas verbais mais corriqueiras e mais pessoais (Amossy, 2019, p. 9).

Na dimensão argumentativa, o *ethos discursivo* vai delineando a imagem do argumentador a partir de seu ângulo de visão e do seu posicionamento diante da vida. Essa imagem é a construção/reconstrução gradativa do que se quer imprimir em seu interlocutor. Podemos dizer, então, que o elo entre os estudos do discurso e os estudos da argumentação é a consideração do destinatário como o centro de valor ativo na construção da imagem, como entende Bakhtin (1997).

Nessa linha, afirma Amossy (2018):

O uso da palavra está, necessariamente, ligado à questão da eficácia. [...] o discurso procura sempre produzir um impacto sobre seu público. Esforça-se, frequentemente, para fazê-lo aderir a uma tese: ele possui, então, uma *visada argumentativa*. Mas o discurso também pode, mais modestamente, procurar modificar a orientação dos modos de ver e de sentir: nesse caso, ele possui uma *dimensão argumentativa* (Amossy, 2018, p. 7, grifos da autora).

Seguimos o caminho teórico-metodológico construído em Santos (2021) para refletir sobre a construção do *ethos discursivo* no discurso do argumentador, sob a perspectiva do: a) *ethos prévio*, a imagem preexistente do locutor; a reputação, que precede o dizer corrente e incide sobre ele por meio de aspectos (lugar social do sujeito, sua profissão, papel cultural etc.) presentes no discurso de forma acentuada pelo fundo extraverbal; b) o *ethos discursivo*, que é a imagem que o argumentador constrói em seu discurso na produção do enunciado concreto.

Mediante o exposto, consideramos tantos os aspectos preexistentes ao dizer quanto o dito, que servem à construção da imagem do eu na autobiografia. Com isso, importa-nos analisar a estilística do *corpus* a partir das relações dialógicas que pelo *ethos discursivo*, na dimensão argumentativa da linguagem, formam o *ethos* da inexistência.

2 O *ethos* na construção da dimensão argumentativa

Considerando o *ethos* no paratexto da obra *Recordações da minha inexistência: memórias* (2021), tratamos de uma escrita de si que se dá nos embates dialógicos projetados nas margens de um discurso que extrapola os limites do dito e contém, em seus modos de produção, distintos estágios de acabamento e níveis de resignificação. Nesse sentido, consideramos que:

[...] a autobiografia se constitui, então, pela relação do que uma vez foi em vínculo com as luzes do que agora é, perpassando as dimensões da memória, do factual, do sonho e da ficcionalização do acontecimento. No discurso autobiográfico, sobretudo, cabe uma relação de resignificação no âmbito do gesto de produção e, de igual forma, no gesto de compreensão ativa instaurado pelos leitores/interlocutores. A estes se faz necessária uma leitura do texto autobiográfico que admita as sinuosas curvas na representação do dado vivencial, em detrimento de uma enganosa promessa de plena fidelidade ao acontecimento em relação ao relato autorreferente (Santos, 2021, p. 9).

Santos (2021) fundamenta a compreensão das escritas autobiográficas como composições subjetivas do espaço biográfico que, nos (in)acabamentos de um eu que não se fecha em si mesmo, constituem-se em outros nos contornos sinuosos da própria representação.

Na obra *Recordações da minha inexistência: memórias* (Solnit, 2021), a autora-narradora-personagem narra sua juventude, iniciada nos anos 1981, aos dezenove anos, entremeando-a à sua formação de escritora, jornalista e feminista. Sua autobiografia ganha tons de ensaio ativista, característica residual dos seus contatos com os movimentos feministas, do seu engajamento social e de sua atuação profissional.

Ao relatar em tom poético os traumas e assédios vividos por seu corpo feminino em um mundo predominantemente masculino, a narradora aciona a memória coletiva de uma vivência que não é única, singular, particular, mas comum a todas as mulheres. Os traços biografados em detalhes apresentam as vivências de uma menina que vivia o conflito do desaparecer/aparecer, construindo a imagem de uma sobrevivente.

Entre a infância e a juventude, a magreza era a forma substancial de aniquilar o próprio corpo, um corpo em batalha entre o viver e o sobreviver. Ao expor as agressões sofridas e a violência de uma sociedade machista e excludente, a narradora encontra na escrita literária o espaço para reivindicar a voz, seu lugar na existência, a partir de relatos que evidenciam a inexistência de um lugar.

Assim, Solnit (2021) ultrapassa sua singularidade autobiográfica em direção a uma coletividade com o objetivo de não apenas reforçar o elo da interlocução, mas de dar voz às mulheres. Se “a palavra é um objeto cultural e como tal possui memória” (Amorim, 2009, p. 14), a memória de uma mulher que saiu da condição de silenciada em uma sociedade que silencia mulheres ganha corpo, voz e espaço no seu papel social de escritora feminista. Portanto, a memória individual sai da ordem do individual e passa a representar e reverberar o coletivo, pela recorrência e reincidência dos eventos reconhecidos como comuns à coletividade, conforme a citação:

A voz de uma escritora deveria ser exclusivamente dela. É o que torna alguém distinto e reconhecível, e não exatamente o estilo, nem é apenas o tom ou o assunto; é algo que vem da personalidade e dos princípios da escritora, é onde estão localizados o seu senso de humor e sua seriedade, as coisas em que você acredita, as razões para escrever, sobre quem e sobre o que escreve, e para quem. Mas os temas feministas que se tornaram parte importante do meu trabalho depois de “Os homens explicam tudo para mim” *são escritos para outras mulheres, a respeito delas e, com frequência, com a voz de outras mulheres falando da sobrevivência* (Solnit, 2021, p. 237, grifo nosso).

Sendo uma autobiografia, da qual o leitor espera o registro das memórias de uma vida, há uma quebra de expectativa já no título. A rememoração de uma inexistência rasura a compreensão convencional do gênero autobiografia, que instaura desde o título a inscrição de um não lugar a ser ampliado pelo lugar de fala, explicitamente feminino e feminista da autora-narradora-personagem. Tal rasura faz ir em busca da construção da significação nas possibilidades linguísticas, extralinguísticas que estilizam o funcionamento da escrita autobiográfica em vias de sua argumentação.

Por esse prisma, a escrita de Solnit (2021) deixa rastros de uma autorreferência construída nas relações entre um eu-íntimo e um eu-coletivo. Visualiza-se, assim, uma escrita de si que pauta as problemáticas sociais do eu-nós pela função ético-moral que constitui o discurso literário contemporâneo. Desse modo, passaremos a perseguir nos ditos, interditos e não ditos os contornos de um ‘eu’ multifacetado, ressignificado em *eu-outro-de-si-mesmo*, conforme formulado em Santos e Torga (2020).

Composicionalmente, a obra é constituída por capa, contracapa, título, sumário, posfácio e agradecimentos. O corpo do texto está dividido em oito partes, sequenciadas em progressão psicológica, a saber: “Casa de espelhos”; “Sirenes de nevoeiro e música gospel”; “A vida em tempos de guerra”; “Desaparecendo até sumir”; “Livramento, à noite”; “Algumas utilidades das margens”; “Mergulhando nos destroços”; “Audibilidade, credibilidade, relevância”.

No verso da folha de rosto, há a fotografia de uma escrivanhinha – símbolo emblemático de uma escrita de sobrevivência e sobreviventes¹. Vejamos a ilustração:

¹ O móvel é nomeado pela autora de “escrivanhinha ou penteadeira feminina” e foi presente de uma amiga que sobreviveu a um ataque homicida no qual levou quinze facadas de um ex-namorado. Trata-se de uma mesa que

Figura 1. Imagem do verso da contracapa da obra



Fonte: contracapa (Solnit, 2021)

No decorrer dos relatos, encontramos citações de outros autores/as, poemas, trechos de periódicos, menções a acontecimentos e movimentos: culturais, artísticos e históricos, a exemplo do *Take Back the Night*², movimento feminista dos anos 1970. Essa materialidade linguístico-discursiva contém elementos para projetar luzes sobre a apresentação que a narradora faz de si para seu auditório social.

Passamos a demonstrar como o *ethos prévio* e o *ethos discursivo* são construídos ante o auditório social. Na linha dos estudos bakhtinianos sobre *enunciado concreto*, compreendemos como paratextos não somente aqueles que se avizinham à obra e preparam o leitor para o diálogo central, mas aqueles que, inseridos no texto, confirmam, refutam e/ou reforçam o *ethos discursivo*, a partir da dialogicidade constitutiva entre autor-leitor-obra-leitura. Desse modo, se constrói a dimensão argumentativa, a partir de aspectos como: lugar, singularidade e receptividade do dizer. A esse respeito, corrobora Sabiá (2005):

Os leitores não entram diretamente em contato com o texto ficcional, mas entram de forma mediatizada. Essa mediatização se inscreve no marco global da lógica comunicacional e pragmática que subjaz a toda obra literária e se efetua por meio de uma série de instrumento e estratégias que são compreendidas como “paratexto”. Esse termo se refere a um conjunto de produções, da ordem do discurso e da imagem, que acompanham o texto, o introduzem, o apresentam, o comentam e condicionam sua recepção [...] [funcionando como] elos da estratégia de inscrição do autor e do leitor em uma situação interativa (Sabiá, 2005, p.9, grifos do autor, tradução nossa).³

recebera como pagamento de salário quando trabalhou para uma mãe solo que foi despejada de seu apartamento (Solnit, 2021, p. 51-52).

² *Take Back the Night* – Organização Internacional sem fins lucrativos que, desde os anos 70, realiza centenas de eventos em vários países contra a violência da mulher em todas as suas formas. Disponível em: <https://takebackthenight.org/history/>. Acesso em: 15 de jun de 2023

³ *Los lectores no entramos nunca en contacto con el texto novelesco de modo directo sino de forma mediatizada. Esta mediatización se inscribe en el marco global de la lógica comunicacional y pragmática que subyace a toda obra literaria y se efectúa por medio de una serie de instrumentos y estrategias que se engloban bajo el nombre de “paratexto”. Tal término se refiere a un conjunto de producciones, del orden del discurso y de la*

Nessa perspectiva, os paratextos antecipam ao leitor significações importantes que servem de mote ao texto principal. Segundo Brait (2019, p. 252), “é espécie de antessala interativa por meio da qual o leitor adentra a obra”. É também por eles que se constrói o *ethos prévio*. Assim, puxando os fios contextuais, passamos às análises do *ethos prévio* para entender qual é o lugar da autoria.

Rebecca Solnit é mulher estadunidense, urbanista, especializada em jornalismo, escritora de temas políticos, artes e meio ambiente. É também historiadora, ativista e leitora de autoras como: Roxane Gay, Silvia Plath, citadas na obra. Em 2008, escreveu um ensaio chamado *Os homens explicam tudo para mim* e consolidou sua escrita feminista, cunhando também o termo *mansplaining*. O *ethos* pré-discursivo inferível nas informações de sua formação e atuação profissional confere autoridade à voz narradora, que se vale dessa prerrogativa para embasar sua interação com seus leitores, a partir da construção da credibilidade e confiabilidade.

Atravessada por acontecimentos de uma infância e juventude vivida entre abusos, agressões, assédios, silenciamentos e apagamentos, a narradora traça discursivamente a trajetória da formação que deu voz a uma escritora feminista com audibilidade, credibilidade e relevância, adjetivos que são discutidos e aprofundados na seção que está assim intitulada na obra.

Na orelha da obra, há informações que reiteram a credibilidade da autora, como a caracterização do estilo de sua escrita como “afiado”, o que permite conceituá-la como “uma das mais brilhantes escritoras de não ficção da atualidade”. Já seus trabalhos são definidos como “marcantes e basilares para crescente conscientização sobre a condição feminina que vem ocorrendo nos últimos tempos”. Apresenta, ainda, uma breve biografia da escritora, citando suas publicações importantes, a quantidade de livros, sua origem, o lugar e a posição de escritora na sociedade. O verbo ser na terceira pessoa em “é escritora, historiadora e ativista” indicia um locutor que fala pela escritora, é um sujeito que enuncia do lugar da editoração e, desse lugar credenciado, diz sobre ela. Desse modo, são outras vozes e outros sujeitos corroborando à construção da audibilidade, credibilidade e relevância da autora.

Vejamos:

REBECCA SOLNIT é escritora, historiadora e ativista. É autora de *Os homens explicam tudo para mim* (Cultrix, 2017), *A mãe de todas as perguntas* (Companhia das Letras, 2017) e *De quem é esta história?* (Companhia das Letras, 2020), além de mais de quinze livros sobre feminismo, história indígena e ocidental, poder popular, mudança social e insurreição, entre outros temas contemporâneos. Nascida e criada na Califórnia, é colunista do *The Guardian* e colaboradora do portal *Literary Hub*.

Por outro lado, considerando que “o discurso sobre o mundo se funde com o discurso confessional sobre si mesmo”, é preciso refletir sobre as condições específicas do auditório

imagen, que acompañan al texto, lo introducen, lo presentan, lo comentan y condicionan su recepción [...] ellos en una estrategia de inscripción del autor y del lector en una situación interactiva (Sabiá, 2005, p. 9).

social no contexto da obra, as razões composicionais e condições que envolvem o quando e o para quem se enuncia (Bakhtin, 2015, p. 88).

Acreditamos que, na dimensão argumentativa, “a orientação social é justamente uma daquelas forças vivas e organizadoras que, junto com as condições do enunciado (a situação) constituem não somente a sua força estilística, mas até mesmo a sua estrutura puramente gramatical” (Volóchinov, 2019, p. 280). Isso significa que a condição do auditório social é imprescindível para conferir valor à obra, portanto, passamos a analisar o contexto da produção-recepção dessa literatura na dimensão argumentativa do narrador e de seus respectivos interlocutores.

Nesses termos, vale considerar o contexto da publicação original e da tradução. *Recollections of My Non-Existence - memoir* foi publicada pela autora nos Estados Unidos, no ano de 2020. Nesse ano, o país estava sob a governança do Presidente Donald Trump, republicano conhecido pelos seus modos ofensivos, desrespeitosos, através da promoção de uma política misógina de constantes ataques e assédios às mulheres. Essa conduta levou à mobilização de diversos protestos de mulheres e manifestações dos movimentos feministas, a exemplo do *Me too*⁴, que ganhou foco nas redes sociais, inclusive, durante o julgamento público do produtor cineasta Harvey Weinstein, acusado de abuso sexual por 90 mulheres, sentenciado a vinte anos de prisão.

Outro fato que marcou esse período foi a disputa presidencial entre o então presidente Trump e o candidato democrata Joe Biden. A vitória de Joe Biden caracterizou um encerramento de um ciclo opressor e a abertura de uma nova fase marcada pela representatividade feminina com a participação da deputada Kamala Harris, uma mulher negra, como primeira vice-presidente na história dos EUA. Esse fato projeta luzes na visibilidade e audibilidade das mulheres.

É interessante observarmos a dialogicidade social, contextual que ecoa dos EUA e ressoa em solo brasileiro. Em 2021, a obra é traduzida e publicada no Brasil. O cenário brasileiro que a acolheu também seguia padrões conservadores, figurados na pessoa do agora ex-presidente Jair Bolsonaro, cujas condutas e comportamentos conservadores, fundamentalistas, geraram a chamada “necropolítica” (Mbembe, 2018). Diante de uma pandemia mundial, o descaso, a má gestão de recursos públicos e sua postura misógina facilitaram não somente a morte de milhares de brasileiros pela covid-19 como também o acréscimo do feminicídio em contextos periféricos.

Nesse âmbito, a voz da autora-narradora-personagem se junta ao coro das americanas, brasileiras e de todas mulheres sobreviventes, retomadas pelo eu-coletivo desse (in)existir.

⁴ Movimento internacional que viralizou em 2017 com hashtag (*#metoo*) com o objetivo de demonstrar a prevalência de agressões sexuais, principalmente em locais de trabalho. O Brasil tem o canal do movimento em: <https://metoobrasil.org.br/>.

Neste espaço-tempo onde viver é resistir, a escrita autobiográfica de Solnit (2021) compõe os discursos de resistência comum à contemporaneidade histórica entre culturas distintas, as quais compartilham das mesmas raízes fundantes do patriarcado, assim como vemos no curso da obra:

O fato de que muitos homens desejaram e ainda desejam agredir e ferir mulheres, especialmente as jovens, o fato de que muita gente sente prazer com essas agressões, e que muitas outras pessoas descartam a importância delas, me impactou de uma maneira profundamente pessoal; mas acuradamente não foi pessoal. Não havia nenhum ajuste que eu pudesse fazer na minha psique ou na minha vida que tornasse esse problema aceitável ou inexistente, e não havia aonde ir para deixá-lo para trás.

Os problemas estavam inseridos na sociedade e talvez no mundo em que eu me encontrava; e a tarefa de sobreviver também era a de compreender a situação e de trabalhar para transformá-la – para todos, não só para mim. Havia, porém, maneira de quebrar o silêncio que é parte integrante dessas tribulações – era a rebelião, era o despontar para a vida e assumir o poder de contar histórias, as minhas e as de outras pessoas. Uma floresta de histórias, em vez de árvores isoladas; e escrever seria traçar alguns caminhos entre elas (Solnit, 2021, p. 55-56).

Por essa via, as escritas auto-bio-gráficas femininas são enunci(ações) opostas, vozes insurgentes à margem dos discursos dominantes, portanto, contra-hegemônicas.

A escrita autobiográfica que aqui se apresenta é uma contra-resposta direta à conjuntura contemporânea que interconecta Brasil e EUA. Dialogicamente, seu projeto discursivo (re)produz ecos recorrentes e ressoantes dos acontecimentos que estão na baila das relações sociais. É a plena demarcação de um lugar na conversa social. Nas palavras da autora:

Ter uma voz não significa apenas ter a capacidade animal de emitir sons, mas a capacidade de participar plenamente das conversas que configuram a sua sociedade, suas relações com os demais e a sua própria vida (Solnit, 2021, p. 245).

Mediante o contexto extralinguístico e através dos enunciados concretos, fica claro a quem a narradora endereça seu discurso: às mulheres, às jovens da geração presente e das posteriores, para as quais sua experiência é espelho. Isso pode ser comprovado no excerto: “Mas posso desejar que *as jovens que vêm depois de mim* possam saltar alguns desses velhos obstáculos, e *alguns dos meus textos têm esse objetivo*, pelo menos nomeando esses obstáculos” (Solnit, 2021, p. 11, grifos nossos).

Nomear esses velhos obstáculos é materializar linguisticamente essa experiência para estabelecer um diálogo entre o eu e o(s) outro(s) nesse processo de (in)acabamentos e contínuos vir-a-ser. Em outras palavras, é um eu em seus diferentes estágios (autor-narradora-personagem), mas também o nós (todas as mulheres), refletidas e refratadas na palavra. São frames que desvelam e revelam um trauma constante, o do corpo feminino (des)habitar uma sociedade predominantemente masculina.

Assim, a obra é quase um manual à sobrevivência, mais do que isso, é a voz da resistência da luta pela vida, pela existência feminina, conforme sugere o excerto:

Muitas vezes eu não sabia contra o que e por que eu estava resistindo, e assim minha rebeldia era turva, incoerente, errática. Aqueles anos tentando não sucumbir, ou então sucumbir como alguém que vai afundando num atoleiro e começa a agitar os braços desesperadamente para escapar, isso incontáveis e incontáveis vezes, me voltam à mente agora quando vejo as jovens ao meu redor

nas mesmas batalhas. *A luta não era apenas pela sobrevivência do corpo, embora isso pudesse ser bastante intenso, mas para sobreviver como uma pessoa de posse dos seus direitos, incluindo o direito à participação, à dignidade e a ter uma voz. Mais do que sobreviver: viver* (Solnit, 2021, p.10, grifo nosso).

Vemos que a construção das estratégias argumentativas, a partir do *ethos discursivo*, efetiva a relação de credibilidade do relato autobiográfico perante seu auditório social. Isso acontece porque o discurso que se materializa é enunciado por quem viveu, para quem também compartilha da mesma experiência. Desse modo, é perceptível como o contexto atende responsivamente as expectativas do auditório social, a partir de um destinatário estrategicamente presumido pela autora-criadora.

Entendemos, com isso, que o *ethos discursivo* resume o desempenho do argumentador frente a seu projeto de dizer, e assim, tudo está dialogicamente arquitetado na dimensão argumentativa, a partir de um não lugar, que não somente afigura, como respalda a ambivalência que consolida o *ethos* da inexistência, o qual aprofundaremos a seguir.

3 O *ethos* da inexistência

Amossy (2019) afirma que, “por sua própria maneira de se enunciar, o discurso mostra uma regulação eufórica do sujeito que se sustenta e do leitor que ele pretende ter” (Amossy, 2019, p. 91). Nessa perspectiva, a escrita autobiográfica de Solnit (2021) vai incorporando o *ethos* da inexistência através de um leitor que, presumidamente, reconhece, partilha e legitima essa experiência a partir do que, quem e como enuncia.

Passamos a explorar a construção do *ethos* no título da obra, a partir dos ecos da reputação da autoria, construído pelo *ethos prévio*. Se o título é a janela que revela o horizonte da obra, podemos considerá-lo como importante elemento na construção da significação prévia do leitor, visto que ele mobiliza as expectativas e estabelece o elo entre a obra e o seu destinatário presumido.

Vejamos as relações de sentidos do *ethos discursivo* no título, *Recordações da minha inexistência* – memórias (Solnit, 2021). As expressões “recordações” e “memórias” validam, na obra, a caracterização da autobiografia. Afinal, a memória é condição *sine quo non* na constituição desse gênero. Entretanto, é importante destacar que essas memórias passam pelo *centro valorativo* do que é ou não significativo lembrar, em tal projeto de dizer. Porém, só rememoramos acontecimentos vividos e, aqui, levantamos uma prerrogativa: como lembrar do que não existiu? As relações argumentativas e a dialogicidade que constituem o *ethos discursivo* respondem a isso. Considere a imagem:

Figura 2. Imagem da capa



Fonte: (Solnit, 2021)

O nome da autora aparece em letras maiores, focalizando o olhar do leitor, porém, está escrito em minúsculo, sugerindo a ideia de que é sujeito (enunciador, participante), mas também é tema (assunto comum). Desse modo, reitera a ideia de que a autorreferencialidade centrada na autora respalda o *ethos* discursivo, ressignificando o eu à coletividade.

Retomando a expressão “da minha inexistência”, vemos que a construção de posse em “da minha” restringe o vínculo causal à perspectiva individual. A autoridade que assina a obra enuncia-se a partir de um lugar social institucionalmente reconhecido e traz à pauta a existência de um não-lugar experimentado nos estágios das vivências na(s) voz(es) da(s) mulher(es)-sobrevivente(s). Esse não lugar inscreve, no discurso, as mulheres ainda não autoras de suas próprias elocuições.

Por outro lado, a mencionada “inexistência” se contrapõe à imagem da capa, figurada na presença de uma mulher que aparece em preto e branco de costas, estilizando sensualidade. O *ethos* discursivo na dimensão argumentativa encaminha a interpretação de que a não existência não é a do corpo físico, mas social. Essa dualidade proposta na ausência/presença, existência/inexistência contém a metáfora dos invisíveis, nesse caso, o corpo feminino.

Isso só é compreendido quando recuperamos e correlacionamos os sentidos arquitetados pelo *ethos discursivo*, considerando a orientação dialógica que integra as partes ao todo, a partir da ressignificação do autorreferente textual.

Portanto, temos um orador que se adapta ao seu destinatário e garante a eficácia da sua argumentação. E assim, já no título da obra, a imbricação eu-nós é ressoante, presumindo na voz coletiva do auditório social. Desse modo, é imperativo o envolvimento de uma narradora ativista, conforme constatado no *ethos prévio*, que, a partir do *ethos discursivo*, cria uma narrativa consciente de sua *audibilidade, credibilidade e relevância*, como exposto nos excertos:

A voz de uma escritora deveria ser exclusivamente dela. É o que torna alguém distinto e reconhecível, e não é exatamente o estilo, nem apenas o tom ou o assunto; é algo que vem da personalidade e dos princípios da escritora, é onde estão localizados o seu senso de humor e sua seriedade, as coisas em que você acredita, suas razões para escrever, sobre quem e sobre o que escreve, e para quem (Solnit, 2021, p. 237- 238).

Sua credibilidade decorre, em parte, de como a sua sociedade vê as pessoas como você, e já vimos repetidas vezes que por mais que algumas mulheres sejam credíveis segundo critérios supostamente objetivos, reforçados por provas, testemunhas e padrões de comportamento bem documentados, suas palavras não merecerão crédito de pessoas comprometidas em proteger os homens e seus privilégios. A própria definição de mulher sob o patriarcado é concebida para justificar a desigualdade, incluindo desigualdade de credibilidade [...] A violência de gênero é possibilitada por essa falta de audibilidade, credibilidade e relevância (Solnit, 2021, p. 244-245; 247).

Na primeira citação, fica explícita a enunciação da autora-criadora, que em seu “trabalho-criativo”, tem o objetivo de tornar-se visível frente a seu auditório social, que não é aquele que apenas valida a obra, mas aquele que fará parte do coro. Além disso, as referências aos artistas, pesquisas e movimentos reforçam sua credibilidade perante seu público.

Gozando de uma autoridade, essa voz sai do espaço individual e passa a ser representativa da coletividade, enunciado por todas as mulheres não validadas socialmente, como sugere a segunda citação.

Assim, a autora-criadora assume a narração a partir de uma voz coletiva e alcança diante de seu destinatário a credibilidade para relatar uma inexistência, justificável pela experiência universal. A construção da imagem de si em Solnit (2021), portanto, é sempre autorreferenciada ressignificada do/pelo *ethos da inexistência* feminina.

Consideremos que estes excertos do texto da obra ampliam as condições observadas nas análises do paratexto, vejamos:

Naquele tempo eu desmaiava de vez em quando e tinha tonturas com frequência, mas essa ocasião foi memorável porque não me pareceu que o mundo estava desaparecendo da minha consciência, mas sim que eu estava desaparecendo do mundo. Eu era a pessoa que estava desaparecendo e também aquela pessoa sem corpo observando à distância – era as duas e nenhuma das duas. Naquela época eu estava tentando desaparecer e aparecer, tentando estar em segurança e ser alguém, e esses objetivos muitas vezes conflitavam entre si. E eu me observava para ver se conseguia ler no espelho aquilo que eu poderia ser, e se eu estava à altura, e se todas as coisas que já tinham me dito a meu respeito eram verdadeiras. Ser uma jovem mulher significa enfrentar a sua própria aniquilação de maneiras inumeráveis, ou então fugir dela, ou do conhecimento dela, ou todas essas coisas ao mesmo tempo (Solnit, 2021, p. 9-10).

É comum deduzir que esse trabalho é impelido pela raiva, mas o ativismo em geral é impelido pelo amor – toda uma vida passada entre ativistas me convenceu disso. E outra coisa – embora os remédios para traumas mais oferecidos na nossa sociedade privatizada sejam remédios individuais, *fazer algo para os outros e com os outros*, algo para mudar as circunstâncias sob as quais você foi ferido, é uma experiência de conexão e de poder que supera aquela sensação de isolamento e impotência inerentes ao trauma (Solnit, 2021, p. 242, grifo nosso).

Nesses fragmentos, presenciamos um diálogo do eu autora-narradora-personagem consigo mesma, tornando-se *corpo-corpus* de sua observação, a partir de uma exterioridade. A extralocalização é a maneira de avaliar os acontecimentos, ou seja, é no espelho do eu que se

reflete um duplo, um eu multifacetado em fins de sua (in)conclusibilidade: *era as duas e nenhuma das duas*.

No segundo fragmento, a autora-narradora-personagem confirma a interpretação do *ethos discursivo* de uma narrativa ativista impelida pelo amor, descrito como “experiência de conexão e de poder”. O trauma que é individual ganha outra dimensão, sai da ordem do íntimo e passa a ocupar o espaço biográfico comum a comunidade feminina. Ao compartilhar sua experiência, a narradora cria conexão com os outros-de-si-mesmo e com seu auditório social e, assim, supera a *sensação de isolamento e impotência diante do trauma*, pois seu auditório lhe dá poder para dizer/fazer/ser, portanto, existir.

Outro exemplo no desdobramento do *ethos discursivo* pode ser observado quando a narradora se refere ao que significa ser uma jovem mulher, a partir de um não-ser e/ou de um não-lugar de ser, seja pela aniquilação, fuga, desconhecimento *ou todas essas coisas ao mesmo tempo*.

Nesse viés, o *ethos discursivo* dessa narração destina-se ao auditório universal, respaldado nos relatos de um passado de um eu que, no presente da narração, representa o coro do seu auditório social. Isso constrói, na dimensão argumentativa, uma escrita que autobiografa o espaço feminino da contemporaneidade. Essa ideia se confirma quando a narradora sugere a transferência do tratamento de um trauma individual pelo princípio da ação coletiva, superando o bloqueio do recinto da interioridade ao compartilhar a experiência *para outros e com outros*. Como sugere Arfuch (2010), isso é o que, de fato, constitui o espaço biográfico.

Por fim, na sessão de agradecimentos, a autora-criadora expõe uma lista longa de menções aos participantes e contribuintes da sua formação familiar, social, política, cultural, acadêmica, profissional etc., característica que consolida e reitera a imagem de prestígio da autora-narradora-personagem. No fragmento final, a autora-narradora personagem reafirma a proposição, a partir da exposição do lugar de onde se fala, validando a construção feita pelo leitor no *ethos prévio*, vejamos:

Em retrospecto, este é um livro sobre obstáculos e animosidades, mas também sobre construtores de pontes e sobre bondades e gentilezas, e a estes devo tantos agradecimentos; a estes devo minha sobrevivência. Estou aqui devido às forças que protegem os vulneráveis, incentivam os excêntricos e educam os ignorantes (Solnit, 2021, p. 257).

Uma obra “sobre obstáculos e animosidades” expõe a singularidade da escrita autobiográfica feminina. Uma escrita à revelia de um sistema que aniquila corpos femininos, do qual ela é sobrevivente. Sobrevivente por contar com *forças que protegem os vulneráveis, incentivam os excêntricos e educam os ignorantes*. Bem, aqui, se evidencia um traço de enunciar pela coletividade.

A condição de existência de narrar por si, para si, para outros e por outros em Solnit (2021) só é possível a partir das vozes que, nesse projeto de dizer, *abriram espaço para outras vozes serem ouvidas*. Vozes de um auditório que participa ativamente nessa conversa social,

através de fóruns, mídias sociais, notícias, livros, tribunais etc. Vozes que contrariam a cultura do silenciamento, do apagamento e do aniquilamento. Vozes que, tal qual a narradora, foram protegidas, incentivadas e educadas pelo legado do feminismo, a quem ela agradece. Vejamos:

Agradeço a todas as mulheres que provaram que as histórias podem mudar o mundo, mulheres que mudaram a história coletiva a partir daquela velha história abrangente construída sobre silêncios intermináveis, agradeço às inúmeras contadoras de histórias nas mídias sociais, nos fóruns públicos, nas conversas, nas notícias, nos livros e nos tribunais, que quebraram esses silêncios com suas vozes e, assim, abriram espaço para outras vozes serem ouvidas – talvez antes que estas também se tornassem sobreviventes com histórias terríveis para contar [...] Agradeço, ao feminismo. Agradeço às interseções. Um brinde à libertação de todos os seres (Solnit, 2021, p. 260).

O encerramento da obra com o enunciado “- *um brinde à libertação de todos os seres*” se alinha à construção do *ethos discursivo* como um todo.

Em primeira instância, podemos interpretá-lo como ato comemorativo pela conclusão de uma obra que rompeu os obstáculos sociais e passou a existir. De outro modo, consideramos que o levantar um brinde carrega, metaforicamente, a simbologia do hastear a bandeira de luta pela liberdade de todos os corpos. Assim, a autora-narradora personagem reitera e reafirma seu papel social de feminista.

Dito isso, podemos considerar que a imagem preestabelecida no *ethos da inexistência*, acionado pelo *ethos prévio*, é afetado e condicionado dialogicamente ao *ethos discursivo* da obra. Assim, na esfera autobiográfica, a escrita de Solnit (2021) circunscreve, nos contornos do *ethos* autoral (eu-de-si-mesmo) e do *ethos* da narradora (eu-outras), o espaço biográfico feminino contemporâneo, no *ethos discursivo*, de uma (in)existência sempre questionável.

Considerações finais

Nas discussões aqui empreendidas, através de um percurso teórico-metodológico baseado nos estudos discursivos da metalinguística bakhtiniana e da argumentação, direcionamos nosso olhar sobre a dimensão argumentativa da escrita autobiográfica de Solnit (2021), a partir da construção do *ethos da inexistência*.

Sob diferentes perspectivas teóricas e seguindo o caminho analítico traçado por Santos (2021), pudemos compreender que o *ethos discursivo* em todo o entorno da obra está orientado em virtude do auditório social. Assim, na escrita autobiográfica, ele se dá nos e pelos desdobramentos de uma autorreferência ressignificada que, através do eu, reflete e refrata a coletividade.

No viés analítico, vimos que os paratextos, na dimensão argumentativa de *Recordações da minha inexistência*: memórias (Solnit, 2021), enquanto *corpus*, serviram ao atendimento dos objetivos desta proposta, articulando sentidos que orientaram, metodologicamente, nossa interpretação.

Enfim, consideramos, neste estudo, que o narrador constrói em virtude de seus objetivos e a partir de seu destinatário o *ethos discursivo* e, já desde o *ethos prévio*, desestabiliza a convencionalidade do gênero autobiográfico pela dimensão argumentativa que projeta o *ethos* da inexistência. O *ethos* da inexistência é respaldado pelo contexto e pelas referências que tornam audível, credível e relevante a voz narradora. Por outro lado, é importante pensarmos que, na esfera da autobiografia, as escritas se articulam em função de um autorreferente ressignificado, cuja singularidade do eu espelha a coletividade.

Para fins de um fechamento provisório, consideramos que a escrita autobiográfica de Solnit (2021) é valorada em um contexto que a abraça, integra e sela esse projeto de dizer como significativo nesse espaço-tempo. Com isso, a obra não se limita a descrever uma experiência íntima e privada por traços biográficos da escritora-narradora-personagem, mas autobiografa a condição de ser mulher e não ter um lugar ativo na participação social.

Portanto, podemos dizer que é o espaço biográfico feminino da contemporaneidade que modula a materialidade linguístico-discursiva dessa enunciação, constituindo o aqui chamado *ethos da inexistência*. Aquele que (des)escrito no espelho do passado da autora-narradora-personagem reflete o ainda presente na narratividade da vida de tantas mulheres (in)existentes.

Referências

- AMORIM, M. Memória do objeto – uma transposição bakhtiniana e algumas questões para a educação. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 8-22, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/2993/1927>. Acesso em: 09 out. 2023.
- AMOSSY, R. *A argumentação no discurso*. Tradução de Angela M. S. Corrêa *et al.* São Paulo: Contexto, 2018.
- AMOSSY, R. (Org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2019.
- ARFUCH, L. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010
- BAJTIN, M. Hacia una filosofía del acto ético. In: BAJTIN, M. *Hacia una filosofía del acto ético - De los borradores y otros escritos*. Traducción de Tatiana Bubnova. Comentarios de I. Zavala y A. Ponzio. San Juan: Universidad de Puerto Rico/Anthropos, 1997, p. 7-81.
- BAKHTIN, M. Reformulação do livro sobre Dostoiévski. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 337-358.
- BAKHTIN, M. O discurso em Dostoiévski. In: BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, p. 207-234.
- BRAIT, B. *Discursos de Resistência: do paratexto ao texto ou vice-versa*. Alfa. São Paulo, v. 63, n. 2, p. 243-263, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alfa/a/ytTWBVFcYsjjjQhMtfR5gxF/?format=pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.
- LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico*. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Org. Jovita Maria Gerheim Noronha. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

LINHA D'ÁGUA

MORSON, G.; EMERSON, C. *Mikhail Bakhtin: criação de uma prosaística*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SABIÁ, S. Paratexto: títulos, dedicatorias y epígrafes en algunas novelas mexicanas. *Espéculo: Revista de estudios literários*, n. 31, 2005. Disponível em: <https://biblioteca.org.ar/libros/152176.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2024.

SANTOS, Y. O ethos de um legado. *Entrepalavras*, v. 11, n. 2, e2083, p. 1-19, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321-22083>.

SANTOS, Y. A. B; TORGA, V. L. M. Autobiografia e (res) significação. *Bakhtiniana*, v. 15, p. 119-140, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2176-457342467>.

SOLNIT, R. *Recordações da minha inexistência: memórias*. Tradução de Isa Mara Lando. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

VOLÓCHINOV, V. (Círculo de Bakhtin). Estilística do discurso literário II – A construção do enunciado (1930) *In: VOLÓCHINOV, V. (Círculo de Bakhtin). A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas*. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas por Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2019, p. 266-306.

Artigo / Article

Bakhtin e Possenti em diálogo: caminhos para a compreensão do fenômeno do riso/humor na contemporaneidade

*Dialogues between Bakhtin and Possenti: paths for understanding the
laughter/humor phenomenon in contemporaneity*

Beatriz Amorim de Azevedo e Silva 

Universidade de São Paulo, Brasil

beatriz.amorim.silva@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-9472-3434>

Recebido em: 27/06/2023 | Aprovado em: 25/10/2023

Resumo

Partindo dos textos principais de Mikhail Bakhtin (2010[1965]; 2013[1963]; 2017[1970-1971]; 2019[1965]) sobre o riso, este artigo visa responder a duas perguntas: (i) como podemos afirmar a existência de uma ligação entre o riso situado no contexto da cultura popular e cômica medieval e o riso contemporâneo? e (ii) como localizar, descrever e analisar o riso em termos discursivos em um *corpus*? Para tanto, a teoria bakhtiniana é confrontada com textos de Sírio Possenti (1991; 2003; 2007; 2018) sobre o humor, gerando uma (re)leitura dialógica que traça pontes entre as reflexões bakhtinianas sobre o riso em seu alcance histórico máximo e as diversas formas do humor contemporâneo, tal como caracterizadas por Possenti. A partir desse entrecruzamento teórico, propõe-se uma linha de compreensão do humor enquanto fenômeno discursivo, bem como uma interpretação da organização de suas manifestações contemporâneas: a distinção entre enunciados/gêneros tipicamente humorísticos e enunciados/gêneros carnavalizados. Finalmente, levantamos problemas de pesquisa potenciais a serem explorados por futuras análises de *corpora* humorísticos contemporâneos.

Palavras-chave: Análise do discurso • Mikhail Bakhtin • Sírio Possenti • Enunciados e gêneros tipicamente humorísticos • Enunciados e gêneros carnavalizados

LINHA D'ÁGUA

Todo conteúdo da *Linha D'Água* está sob Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0.

Abstract

Drawing from Mikhail Bakhtin's main texts on laughter (2010[1965]; 2013[1963]; 2017[1970-1971]; 2019[1965]), this article aims to answer two questions: (i) how can we assert the existence of a connection between the laughter set in the context of medieval popular and comic culture and the contemporary laughter? and (ii) how can we locate, describe, and analyze laughter in discursive terms in a *corpus*? To this end, the Bakhtinian theory is confronted with texts by Sírío Possenti on humor (1991; 2003; 2007; 2018), which generates a dialogical (re)reading that traces bridges between the Bakhtinian reflections on laughter at its maximum historical scope and the various forms of contemporary humor, as characterized by Possenti. Through this theoretical intersection, a way of understanding humor is proposed as a discursive phenomenon, as well as the disposition of its contemporary manifestations: the distinction between typically humoristic utterances/genres and carnivalized utterances/genres. Lastly, this reflection raises potential research problems to be explored by future analyzes of contemporary humoristic corpora.

Keywords: Discourse analysis • Mikhail Bakhtin • Sírío Possenti • Typically humoristic utterances and genres • Carnivalized utterances and genres

Introdução¹

Mikhail Bakhtin é uma das grandes referências para se pensar o fenômeno do riso em sua materialização linguístico-discursiva, isto é, em enunciados que fazem rir. Sua obra apresenta uma variedade de conceitos e reflexões que recobrem práticas culturais e discursivas desde a Antiguidade até a Idade Contemporânea, ainda que seja necessário levar em conta o alcance máximo de suas reflexões dada a sua própria historicidade (Bakhtin morre em 1975). Seu tratamento do tema, no entanto, não visa estabelecer uma definição universal do riso. Ao contrário, o fenômeno é estudado pelo autor sempre de maneira situada, relacionada ao contexto histórico, sociocultural e discursivo em que ele se manifesta.

Por consequência, não é possível fazer uma transposição direta das reflexões bakhtinianas sobre o riso para a análise de *corpora* atuais. É necessário, antes, questionarmos sobre como preencher essa lacuna entre os fenômenos do riso tal como estudados por Bakhtin e o seu estado atual na contemporaneidade. Em outras palavras: como podemos afirmar a existência de uma ligação do riso situado no contexto da cultura popular e cômica medieval com o riso contemporâneo? Leve-se em conta que Bakhtin afirma que o riso grotesco, tal como descrito no contexto da Idade Média, perde força ao longo dos séculos posteriores ao

¹ Este trabalho foi apresentado em versão anterior, ainda em desenvolvimento, no 22º InPLA, em 2021 e, na versão atual, no IX JADIS & IV CIED, em 2022. Os comentários e contribuições feitos sobre ambas as apresentações foram de grande valia e estão sendo considerados nessa versão final. Agradeço, ainda, aos membros do Grupo de Pesquisa Diálogo (USP/CNPq) pela discussão e pelas trocas que tivemos com relação a este texto, que foram essenciais e enriqueceram o seu aspecto crítico e dialógico. Por fim, agradeço à Prof.^a Dr.^a Sheila Grillo, pelas constantes revisões, apontamentos e sugestões ao longo da elaboração deste texto como parte de minha dissertação.

Renascimento e chega já ao século XIX por meio de resquícios, materializados em formas reduzidas, como o humor, o sarcasmo e a ironia.

Outra questão se coloca na passagem da teorização conceitual à prática de análise e interpretação: como localizar, descrever e analisar o riso em termos discursivos em um *corpus*? Tal dúvida se coloca uma vez que a extensa malha conceitual desenvolvida por Bakhtin permite, por um lado, recobrir uma grande diversidade de fenômenos ligados ao riso, mas, por outro, gera múltiplas possibilidades de como localizá-los discursivamente. Por exemplo, seria o riso um tom cômico (Bakhtin, 2017[1970-1971]), uma forma de perceber, compreender e interpretar a realidade (Bakhtin, 2013[1963]), ou, ainda, como um todo unificado de formas e gêneros com um objetivo e um objeto em comum (Bakhtin, 2010[1965]; 2019[1965])?

Com o objetivo de responder a essas duas perguntas, este artigo estabelece uma discussão teórica² a partir do diálogo entre a conceitualização bakhtiniana de riso e o trabalho de um autor que, embora seja de outra linha de Análise do Discurso (a qual inspira-se fortemente em Foucault e possui nomes como Dominique Maingueneau), contribui para a reflexão sobre o tema ao abordar o fenômeno do riso em seu estado contemporâneo: referimo-nos ao trabalho de Sírio Possenti sobre o conceito de humor (Possenti, 1991; 2003; 2007; 2018).

A escolha desse autor se dá pela sua posição proeminente no cenário acadêmico brasileiro enquanto estudioso do humor pela perspectiva de sua materialização discursiva. Ao longo de sua extensa produção sobre o tema, Possenti analisa, conceitualiza e interpreta o fenômeno por diversos vieses, ressaltando seu caráter complexo e multifacetado, da mesma maneira que no trabalho bakhtiniano.

Desse modo, este texto contrapõe duas visões – o riso de Bakhtin e o humor de Possenti – que, partindo de escolas teóricas distintas e situando-se em contextos históricos apartados, buscam compreender o mesmo fenômeno em toda a sua complexidade. Acreditamos que esse diálogo será produtivo para chegarmos a um produto dialógico que nos permita criar saídas para responder às perguntas que propomos como nosso objetivo central e, assim, caminhar para a compreensão do fenômeno do riso na contemporaneidade.

Para tanto, iniciaremos a discussão por uma retomada dos trabalhos de Bakhtin em que o tema do *riso* é abordado, com foco em duas obras principais apontadas por Brait (2019): *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais* (Bakhtin, 2010[1965]) e *Problemas da poética de Dostoiévski* (Bakhtin, 2013[1963]). Ao longo das discussões, no entanto, faremos referências a outros textos de Bakhtin sobre o tema: *Sobre a pré-história do discurso romanesco* (Bakhtin, 2019[1965]) e *Fragments de 1970-1971* (Bakhtin, 2017[1970-1971]).

² A escolha de definir uma natureza estritamente teórica para este artigo se dá, primeiramente, para que haja espaço suficiente para expor as ideias principais de ambos os autores sobre o fenômeno do riso e, em segundo lugar, pela complexidade das discussões pretendidas, de modo que a inclusão de uma análise, embora interessante, não permitiria que nos aprofundássemos nas reflexões e no estabelecimento de parâmetros para a compreensão do riso/humor na contemporaneidade.

Em seguida, exporemos o modo como o *humor* é conceitualizado por Possenti, para discutir de maneira mais aprofundada um texto que, segundo o autor, consiste em um “trabalho com caráter de programa” (Possenti, 2018, p. 8): *O humor é um campo*, do livro *Cinco ensaios sobre humor e análise do discurso* (2018). De fato, como veremos, o ensaio em questão representa uma tomada de posição do autor com relação à sua compreensão do fenômeno no âmbito da Análise do Discurso. Além deste texto principal, faremos referência a outros artigos seus que investigam o tema do humor por diferentes ângulos: *Humor de circunstância* (2007), *Limites do humor* (2003) e *Pelo humor na lingüística* (1991).

A partir das reflexões presentes nas obras de ambos os autores, passaremos, na terceira e última parte de nosso artigo, a refletir sobre os pontos de contato entre as duas visões teóricas e discutir possíveis caminhos para a compreensão de *corpora* contemporâneos diversos que materializem o fenômeno do riso/humor.

1 Mikhail Bakhtin e o riso

O riso bakhtiniano está conectado a uma rede de conceitos trabalhados pelo autor, como o carnaval e a carnavalização, o realismo grotesco, a ironia e a paródia, para citar alguns. Os escritos de Bakhtin sobre esses temas contribuem para a caracterização do fenômeno do riso como complexo e multifacetado, de modo que o estudo aprofundado dessa noção resvala, necessariamente, nessa teia conceitual, que também deve ser tomada enquanto objeto de compreensão.

Nesse sentido, nosso foco nesta seção é expor como o conceito de riso aparece ao longo dos escritos de Bakhtin. Não obstante, para cumprir essa tarefa, será necessário mobilizar tal teia conceitual que circunda o fenômeno conforme avançamos, uma vez que as discussões presentes nas obras do autor com relação a esses temas revelam, também, aspectos que compõem a sua concepção de riso.

Iniciaremos nossa exploração pelo texto que tem como foco de pesquisa os fenômenos relacionados ao riso em momento mais inaugural: o livro *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais* (2010 [1965]), no qual o autor explora a obra de Rabelais em relação direta com a *cultura cômica popular* da Idade Média e do Renascimento.

Bakhtin divide as infinitas manifestações dessa cultura em três grandes categorias: (i) as formas dos ritos e espetáculos (ressaltando-se os festejos carnavalescos); (ii) as obras cômicas verbais; e (iii) as diversas formas do vocabulário familiar e grosseiro. Unindo todas estas formas culturais, encontra-se o *riso enquanto fenômeno sociocultural*, cujas características centrais são o seu *aspecto popular, ambivalente e universal*:

Não é, portanto, uma reação individual diante de um ou outro fato ‘cômico’ isolado. O riso carnavalesco é em primeiro lugar patrimônio *do povo* (esse caráter popular, como dissemos, é inerente à própria natureza do carnaval); *todos* riem, o riso é ‘geral’; em segundo lugar, é *universal*, atinge a todas as coisas e pessoas (inclusive as que participam no carnaval), o mundo inteiro parece cômico e é percebido e considerado no seu aspecto jocoso, no seu alegre relativismo; por último, esse riso é *ambivalente*: alegre e cheio de alvoroço, mas ao mesmo tempo burlador e sarcástico, nega e afirma, amortalha e ressuscita simultaneamente (Bakhtin, 2010[1965], p. 10, grifos do autor).

Esse riso popular, carnavalesco (uma vez que relacionado a esse festejo), adquire relevância ao manifestar uma visão de mundo distinta da apresentada ao homem medieval pelas formas discursivas oficiais, vindas da Igreja ou do Estado feudal. Por esse motivo, as formas culturais cômicas populares da Idade Média serviam como uma “fuga provisória dos moldes da vida ordinária (isto é, oficial)” (Bakhtin, 2010[1965], p. 6), para uma segunda vida na qual se aboliavam as fronteiras espaciais e as relações hierárquicas e vivia-se em um regime utópico de liberdade, universalidade, igualdade e abundância; uma vida pautada pela sensação de renovação e renascimento e movida pela esperança que acompanha o indivíduo medieval em sua vida comum.

Observa-se, então, que o espírito carnavalesco, festivo e cômico, adentra todos os aspectos da vida discursiva do homem medieval, desde seus ritos e festejos cotidianos, até suas obras literárias e, ainda, sua própria linguagem familiar. Segundo Bakhtin (2010[1965]), é tamanha a influência do que chama de *concepção carnavalesca do mundo* que força uma mudança paradigmática na visão e no pensamento dos homens, que passam a olhar o cotidiano pelas lentes do cômico. Gêneros literários e retóricos cultos, ritos religiosos, costumes oficiais, conteúdos escolares – tudo é revisto, pondo em xeque sua imposição naturalizada, seu aspecto arbitrário e institucional.

Desse novo estado das coisas surge uma nova forma de comunicação: novas formas vocabulares e gestuais, livres das restrições impostas à comunicação regular, opostas à ideia de acabamento, perfeição e imutabilidade, permitindo uma aproximação maior entre os indivíduos – Bakhtin dá a esta nova forma comunicacional o nome de *linguagem carnavalesca típica*.

Outro conceito importante que Bakhtin emprega ao trabalhar com a cultura cômica popular medieval é o *grotesco*. O autor nomeará como *realismo grotesco* o sistema de imagens da cultura cômica popular medieval, na qual predomina fortemente uma aceção positiva do *princípio da vida material e corporal*, considerando-o universal, festivo e utópico, pois representa não só o âmbito corporal (necessidades humanas básicas, como comida, bebida e sexo, e as partes do corpo relacionadas à satisfação destas necessidades), mas relaciona-se também com os âmbitos sociais e cósmicos.

Ainda, como traço marcante do sistema imagético grotesco, encontra-se o *rebaixamento*, isto é, “a transferência ao plano material e corporal, o da terra e do corpo na sua indissolúvel unidade, de tudo que é elevado, espiritual, ideal e abstrato” (Bakhtin, 2010[1965], p. 17).

Desse modo, o realismo grotesco rebaixa, aproxima da terra, corporifica os temas que aborda, materializando-os e degradando-os, mas também renovando-os, dada a ambivalência do riso popular.

Assim se configura a cultura cômica popular no contexto da Idade Média³, segundo Bakhtin. Essa adquire uma importância central na vida social ao longo deste período, sendo os gêneros cômicos tão ou mais importantes que os gêneros sérios, ao possibilitar ao homem medieval acessar uma visão de mundo distinta da que já lhe era apresentada no cotidiano e, com isso, expressar a verdade sobre o mundo em sua totalidade.

Isso pois, na Idade Média, embora os gêneros cômicos fossem de suma importância para a vida social e reconhecidos como tal pelas autoridades, eles não penetravam as esferas oficiais da ideologia e da literatura elevada, nas quais o tom sério dominava como a única forma capaz de expressar a verdade. Em oposição, portanto, a cultura do riso popular se construía inteiramente no âmbito extraoficial, com um radicalismo e liberdade ainda mais acentuados.

A cultura cômica permanecerá nesse estado de coexistência paralela com a cultura oficial séria até o fim da Idade Média, quando as fronteiras entre esses dois universos começam a se abalar, culminando, no Renascimento, na entrada dos gêneros cômicos nas esferas oficiais por meio da língua vulgar. Tradições romanas da liberdade do riso, como as saturnais, voltam a ser estudadas e conhecidas, o que permite a construção de uma visão sobre o riso predominantemente positiva e profunda, como uma força criadora e regeneradora, associada à própria espiritualidade, liberdade e natureza humanas.

De acordo com Bakhtin (2010[1965]), o riso popular advindo da Idade Média “fecunda” a literatura do Renascimento, tornando-se a expressão da consciência nova, livre, crítica e histórica da época, e é por ela fecundado, uma vez que sofre inúmeras mudanças daí em diante. Assim, para o autor, o século XVI representa o apogeu da história do riso, cujo ponto culminante é Rabelais.

A partir dos séculos XVII e XVIII, tem-se uma série de mudanças socioculturais que causam um progressivo distanciamento do universo cômico popular daquilo que é considerado o cânone clássico valorado na época, reduzindo suas produções, valores e sistemas imagéticos a algo com menor qualidade e valor. Inicia-se um processo de empobrecimento das manifestações da cultura cômica popular e, conjuntamente, das imagens grotescas, uma vez que elas perdem seu aspecto positivo e passam a ser vistas somente com um sentido reprovador, satírico e ridicularizante.

³ Não pretendemos, aqui, assumir que todo o período da Idade Média foi marcado por essa mesma concepção de riso. O próprio Bakhtin ressalta o caráter historicamente circunscrito de sua análise: “nada mais fazemos que revelar uma forma historicamente definida do riso popular, na Idade Média e durante o Renascimento, não em toda a sua amplitude, mas unicamente nos limites da análise da obra rabelaisiana” (Bakhtin, 2010[1965], p. 103). Portanto, ao apresentarmos as considerações de Bakhtin sobre esse período histórico de modo amplo e generalizado, pretendemos evidenciar o contraste entre a existência de uma cultura cômica popular na Idade Média – e sua avaliação social – e a evolução histórica dessa concepção de riso do Renascimento em diante.

A população perde o contato direto com a cultura cômica e seu sistema imagético, os quais se tornam uma mera tradição literária. Em gêneros cômicos inferiores e em gêneros não canônicos, que mantêm seu caráter questionador e oposicionista, as formas do carnaval se transformam em procedimentos literários, os quais se localizam principalmente no tema e na composição do enunciado e se utilizam de imagens estáticas, formalizadas e reificadas.

Há uma mudança na própria percepção social do riso. Se antes, na Idade Média e no Renascimento, ele possuía um valor profundo de concepção do mundo em sua verdade contraditória e universal – sendo, portanto, tão importante quanto o sério – do século XVII em diante, o riso pode apenas referir-se a fenômenos parciais da vida social, de caráter negativo, enquanto aspectos importantes só podem ser expressos pelo tom sério.

Mais adiante, com o surgimento do Romantismo, observa-se um ressurgimento do grotesco, porém orientado para a subjetividade individual, influenciado pelos símbolos carnavalescos que sobreviveram pela tradição literária. O carnaval torna-se uma sensação individual, solitária e subjetiva. Igualmente, o riso se transmuta, atenuando-se ao que Bakhtin chama de *formas reduzidas do riso*: o humor, a ironia e o sarcasmo. Estas mantêm um caráter universal e libertador, mas perdem a força regeneradora do riso medieval, isto é, seu polo positivo e alegre, tornando-se algo com valor primordialmente negativo e cínico.

Após o Romantismo, já na segunda metade do século XIX, o grotesco passa a ter cada vez menos destaque, sendo reduzido às formas do cômico vulgar ou a formas particulares de sátira: “o século XIX burguês só tinha olhos para a comicidade satírica, o riso retórico, triste, sério e sentencioso [...]. Admitia-se ainda o riso puramente recreativo, despreocupado e trivial. O sério tinha que permanecer grave, isto é, monótono e sem relevo.” (Bakhtin, 2010[1965], p. 44). Assim, ele ressurgirá apenas no século XX, dividido em duas linhas principais: o grotesco modernista, que retoma tradições do grotesco romântico, e o grotesco realista, que retoma o realismo grotesco medieval.

Dessa retrospectiva histórica, o autor conclui que formas historicamente determinadas do riso se opõem não ao sério de uma maneira geral, mas à forma historicamente determinada do sério com que convivem em seu contexto discursivo. A construção do sério e do riso como fenômenos socioculturais e discursivos é, portanto, dialógica – o riso se constrói em oposição ao sério tal como ele se apresenta em sua época determinada e, em troca, o sério reage ao cenário do cômico com o qual se depara.

Já em *Problemas da poética de Dostoiévski* (2013[1963]), Bakhtin aborda aspectos do riso já em processo de decadência no século XIX, focando-se no conceito de carnavalização e sua influência nos romances de Dostoiévski. Para tanto, discorre sobre esse conceito, tendo como base a seguinte noção de riso:

O riso é uma posição estética determinada diante da realidade, mas intraduzível à linguagem da lógica, isto é, é um método de visão artística e interpretação da realidade e, conseqüentemente, um método de construção da imagem artística, do sujeito e do gênero. O riso carnavalesco ambivalente possuía uma enorme força criativa, força essa formadora de gênero (Bakhtin, 2013[1963], p. 189).

O autor inicia colocando o problema cultural do carnaval enquanto conjunto de todas as festividades, ritos e formas carnavalescas, que são definidos por características essenciais, por uma origem histórica comum e por influências provocadas na linguagem e literatura de suas épocas. Bakhtin define o carnaval como “uma forma *sincrética de espetáculo* de caráter ritual, muito complexa e variada, que, sob base carnavalesca geral, apresenta diversos matizes e variações dependendo da diferença de épocas, povos e festejos particulares.” (Bakhtin, 2013[1963], p. 139, destaques do autor).

O carnaval era capaz, segundo Bakhtin, de criar um “mundo às avessas” para seus participantes, não só no plano idealista, mas também na vivência concreto-sensorial que pode ser de fato experimentada pelos indivíduos. Bakhtin atribui a essa experiência sensorial a grande influência desse fenômeno na literatura, tanto na forma como na formação dos gêneros.

Tal influência será a *carnavalização*, isto é, a penetração do carnaval, sua linguagem e sua cosmovisão na linguagem do cotidiano e da literatura, que surge com mais força à época do Renascimento, quando:

A cosmovisão carnavalesca com suas categorias, o riso carnavalesco, a simbólica das ações carnavalescas de coroação-descoroação, das mudanças e trocas de trajés, a ambivalência carnavalesca e todos os matizes da linguagem carnavalesca livre – a familiar, a cinicamente franca, a excêntrica e a elogioso-injuriosa, etc. – penetraram a fundo em quase todos os gêneros da literatura de ficção (Bakhtin, 2013[1963], p. 149).

A partir do Renascimento, do século XVII em diante, Bakhtin aponta o declínio da vida carnavalesca e o enfraquecimento de sua influência enquanto cosmovisão. Dessa época em diante, portanto, a carnavalização muda de face: deixa de ter caráter imediato, ou seja, ser diretamente inspirada pela experiência carnavalesca original, e se torna uma tradição literária, influenciada pela literatura anteriormente carnavalizada. Assim, a carnavalização se estabelece como tradição literária e de gênero que, no entanto, não deixa de ter sua importância enquanto representante de resquícios que sejam da cosmovisão libertadora, questionadora e universalizante do carnaval:

Na evolução posterior da literatura europeia, a carnavalização ajudou constantemente a remover barreiras de toda espécie entre os gêneros, entre os sistemas herméticos de pensamento, entre diferentes estilos, etc., destruindo toda hermeticidade e o desconhecimento mútuo, aproximando os elementos distantes e unificando os dispersos. Nisso reside a grande função da carnavalização na história da literatura (Bakhtin, 2013[1963], p. 154).

Concluindo essa retomada de dois textos essenciais de Bakhtin sobre o riso, o que se vê é uma exploração extensa e detalhada da história desse fenômeno sociocultural e das manifestações discursivas a ele relacionadas, que remontam às primeiras manifestações linguageiras humanas, como a dança, o mito e os rituais, atingem o ápice de sua expressão na Idade Média e no Renascimento e passam por uma fase de declínio na Idade Moderna, sobrevivendo apenas em formas reduzidas.

O riso, em Bakhtin, possui uma importância tamanha ao longo da história que é capaz de mobilizar em torno de si diversas formas culturais (a cultura cômica popular), linguísticas (a linguagem carnavalesca típica), literárias (a literatura carnavalizada), além de gêneros discursivos diversos (dos ritos carnavalescos às paródias) e um sistema próprio de imagens (o realismo grotesco), tudo em torno de um princípio central comum: a força libertadora e transgressora da mundivisão cômica, capaz de gerar uma segunda realidade, livre das amarras e imposições do mundo oficial.

2 Sírio Possenti e o humor

Nesta seção, exploraremos o extenso trabalho de Possenti sobre o tema do *humor e sua relação com a linguagem e com o discurso*, particularmente na abordagem de piadas, anedotas e chistes. A partir de sua pesquisa com tais gêneros, o autor entende o humor como um produto do trabalho com a linguagem – isto é, nenhum tema por si só faz rir, de modo que, no processo de tomada de qualquer objeto empírico como conteúdo temático, é necessário que se apliquem determinadas técnicas de trabalho com a linguagem para produzir humor:

As piadas exploram outros fatos de linguagem, que têm mais a ver com limites da gramática (léxico, morfologia, sintaxe e semântica) e mesmo das assim chamadas regras pragmáticas do que com questões de *finesse*. Talvez não seja descabido dizer que as piadas jogam (também no sentido de *divertir-se*, mas, principalmente, de mobilizar regras...) com as aparentes regularidades gramaticais. Mais: além de levar a língua a seus limites, as piadas exigem uma precisa seleção de elementos *não-linguísticos*, contextuais ou intertextuais (Possenti, 2003, p. 104, grifos do autor).

Assim, segundo o autor, as piadas, enquanto representantes dos enunciados humorísticos em geral, são objetos de estudo interessantes para a linguística pois elas “estão nos limites da linguagem” (Possenti, 2003, p. 107), uma vez que são capazes de pôr à prova concepções teóricas de língua que a supõem perfeitamente clara, compreensível e funcional: “[...] as piadas nos mostram uma língua funcionando segundo outros parâmetros – ou, querendo preservar esta face sua *pública*, nos mostram uma língua que se camufla, que se compraz no equívoco, de mil formas.” (Possenti, 2003, p. 107, grifos do autor). Tal concepção de humor dialoga com a linguagem carnavalesca típica tal como apresentada por Bakhtin (2010[1965]): em ambos os casos, vê-se a criação de enunciados capazes de desafiar limites e fronteiras, opondo-se à ideia de acabamento e imutabilidade.

Mais especificamente na Análise do Discurso, a relevância do estudo desses *corpora* estaria no fato de que, como se vê pelo trecho anteriormente citado, Possenti não limita o humor a um efeito gerado apenas pelo emprego de determinados mecanismos linguísticos. Para o autor, esses mecanismos funcionam apenas na relação com os fatores não verbais que são necessariamente mobilizados na produção, circulação e recepção de enunciados humorísticos, como seu contexto, seu sujeito-autor ou seu interlocutor (real ou presumido):

[...] as piadas não exigem um autor, mas exigem que quem as conta e quem as ouve se comportem segundo certas restrições de ordem gramatical, conversacional, textual, sob pena de destruir ou não captar o efeito de humor. Assim, se não exigem uma “origem”, exigem um trabalho dos falantes e um domínio de um conjunto complexo de regularidades (Possenti, 1991, p. 518).

Consequentemente, encontra-se em Possenti (2007) a concepção do humor como universal, não mais dependente de elementos culturais e situacionais que qualquer outro tipo de texto:

Os textos humorísticos, como outros textos, exploram certos fatos e outros textos, próximos e distantes, e seguem outros procedimentos característicos desse gênero (criam surpresas, mudam de direção etc.) como o fazem também outros gêneros em relação a seus procedimentos característicos. O que nos faz pensar que o humor é cultural, ou mais dependente de fatores culturais do que outros fenômenos – textuais ou não – é, mais frequentemente, o desconhecimento dos dados e, talvez especialmente, o fato de que, no caso do humor, há uma manifestação clara de seu funcionamento, o riso. Quando ele não ocorre, atribuímos esse fato a uma diferença de cultura. Mas pode ocorrer que confundamos o que é apenas uma manifestação mais ou menos lateral com aquilo que seria uma característica definidora de um conjunto heterogêneo de textos (comédias, piadas, charges) ou, talvez mesmo, de um tipo de discurso (Possenti, 2007, p. 343).

Destacamos o período final da citação de Possenti, em que os enunciados humorísticos são tomados enquanto conjunto heterogêneo de textos, reunindo gêneros textuais distintos, ou, ainda, enquanto um tipo próprio de discurso. Essa questão será trabalhada em Possenti (2018), em que o autor propõe considerar *o humor um campo*.

Primeiramente, atenhamo-nos ao uso do conceito de campo. O autor parte da concepção bourdieusiana desse termo⁴, tomado enquanto microcosmo que medeia as relações entre indivíduo e sociedade, impondo-lhes práticas e regras específicas. Nesse sentido, fazemos uma primeira interferência em nossa abordagem do texto de Possenti, relativa à compatibilidade entre a noção de esfera no Círculo de Bakhtin e a noção de campo em Bourdieu. Para tanto, recorreremos ao texto de Grillo (2006), que realiza uma comparação entre as duas perspectivas, traçando aproximações e distanciamentos.

Segundo a autora, ambas as concepções podem ser vistas de modo complementar, tendo em vista que partem de um terreno teórico similar e possuem um mesmo objetivo: compreender a natureza complexa das práticas culturais, recusando um determinismo direto das relações socioeconômicas sobre sua composição e, ao mesmo tempo, negando um individualismo puro, livre de quaisquer coerções. Sendo assim, ambas as linhas de pensamento concebem o campo ou esfera como espaço de transformação ou refração das forças externas segundo a sua própria lógica. Assim, a base teórica bourdieusiana empregada por Possenti não representa um empecilho para que conciliemos as suas proposições com os escritos bakhtinianos.

⁴ Possenti (2018) faz referência a um verbete elaborado por Lahire (2017) com relação ao conceito de campo em Bourdieu.

No entanto, Possenti (2018) baliza-se não só pela noção de campo em Bourdieu, mas também pela apreensão que Maingueneau faz desse conceito para entendê-lo no escopo dos estudos do discurso, propondo a existência de campos discursivos. Maingueneau (2008) define o campo discursivo como

[...] um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo. “Concorrência” deve ser entendida da maneira mais ampla; ela inclui tanto o confronto aberto quanto a aliança, a neutralidade aparente, etc.... entre discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida. Pode-se tratar do campo político, filosófico, dramático, gramatical etc.... Esse recorte em “campos” não define zonas insulares; é apenas uma abstração necessária, que deve permitir múltiplas redes de trocas (Maingueneau, 2008, p. 34).

Assim, o conceito bourdieusiano de campo é tomado por Maingueneau para entender também em que medida a produção discursiva é também orientada por regras, operações, práticas e convenções específicas que definem e delimitam fronteiras entre diferentes tipos de discurso. É nesse sentido que Possenti postula a existência de um campo humorístico com organização e funcionamento singulares e distintos dos demais campos, ainda que aproximáveis aos do campo literário.

Ainda, para fins de comparação, ele apresenta a maneira como o discurso cômico aparece e é categorizado por Maingueneau (2007). Para o autor francês, o discurso cômico seria um exemplo de unidade tópica transversa, ou registro. Tal denominação se refere à categoria de fenômenos discursivos que, ainda que passíveis de delimitação em fronteiras claras, atravessam textos pertencentes a múltiplos gêneros do discurso. Segundo o autor, as unidades transversas, ou registros, podem ser do tipo linguístico, funcional ou comunicacional, sendo o discurso cômico um exemplo do último caso:

[...] finalmente, outros registros combinam traços linguísticos, funcionais e sociais para constituir registros de tipo *comunicacional*: “discurso cômico”, “discurso de vulgarização”, “discurso didático”, etc. Ainda que tais registros invistam determinados gêneros privilegiados, eles não podem neles se fechar (Maingueneau, 2007, p. 32).

Possenti traz ao texto a concepção de Maingueneau sobre o discurso cômico para contrapô-la à sua própria e destacá-la como mais vantajosa:

Mas penso que assumir o discurso humorístico é um campo (menos organizado do que o científico, certamente) produz uma compreensão mais adequada do que classificá-lo por critérios funcionais ou comunicacionais. Permite – ou gera – outro olhar. E é hora de fazê-lo! Até porque o humor ganha espaços cada vez mais numerosos e relevantes no mundo atual. Deve-se enfatizar que este fato se reflete na profissionalização de seus “praticantes”, um traço extremamente relevante na configuração de um campo, já que se trata de levar em conta, ao lado dos textos, as práticas características às quais os sujeitos aderem, precisam aderir, ou às quais resistem, apesar de tudo (Possenti, 2018, p. 27).

Tendo, desse modo, estabelecido e justificado sua proposta teórico-metodológica, o autor lista algumas das características do campo humorístico:

- O humor, como a literatura, trata de qualquer assunto e luta continuamente contra proibições ou controles de sua produção (o que, segundo o autor, contribui para delimitar esses campos em relação aos demais):

Se o humor é um campo, isto significa que existe mais um domínio circunscrito no interior do qual não só se produz obra (humor), mas também se luta pelo direito de definir as regras que o regem. Para empregar um termo caro a Dominique Maingueneau e que aparece em diversas de suas obras, cada discurso *gere* de determinada maneira sua relação com as coisas, com a sociedade, com o mundo. Assim, seus debates internos ao mesmo tempo derivam de questões sociais e fazem transbordar para a sociedade as questões que lhe são próprias (Possenti, 2018, p. 10, grifo do autor).

- O humor, como a literatura, não se pretende “pragmático”, embora alguns defendam seu papel cultural e/ou político, nem faz quaisquer compromissos com a expressão de uma verdade: “[...] o humor tem suas regras, seu universo, suas funções. Haverá certamente alguma relação com a realidade, mas construída segundo as regras do humor, análogas às da ficção” (Possenti, 2018, p. 37);
- O campo humorístico abarca vários gêneros⁵, como comédia, charge, trocadilho, narrativas, crônicas, piadas, programas de rádio e TV, canais de YouTube, bem como a exploração humorística de outros tipos de texto – aqui inclusas as paródias. Além disso, pode haver manifestações humorísticas no interior de (quase) todos os tipos de texto: “Talvez, com exceção dos textos científicos e das redações escolares (como as do Enem), em todos os espaços pode haver pitadas de humor – e a reivindicação, por seus autores, de serem interpretados como quem estivesse brincando [...] reivindicam leituras específicas” (Possenti, 2018, p. 29).

Além disso, elenca alguns problemas de pesquisa que surgem de sua proposta, tais como: a questão da autoria de enunciados humorísticos, a interação do humor com questões mercadológicas, a reclassificação de certas obras ou gêneros como pertencentes ao campo do humor, entre outros.

3 Um caminho a seguir no diálogo entre as teorias

A partir dessa breve exploração de como Bakhtin e Possenti conceitualizam o riso e o humor em seus escritos, respectivamente, podemos começar a traçar alguns pontos de

⁵ Como definir se um gênero possui uma natureza humorística? Segundo Possenti (2018), é necessário averiguar se “[...] prevalece o fato de que se trata de ‘boa’ poesia ou o fato de que há graça, caricatura, ridículo, certos jogos de linguagem, ‘sentimento do contrário?’” (Possenti, 2018, p. 39). Em outras palavras, a cada caso analisado, deve-se observar se a entrada do humor no enunciado descaracteriza-o como pertencente a seu próprio gênero ou esfera, transformando-o, portanto, em novo gênero, de natureza humorística.

convergência entre as duas perspectivas que nos auxiliem a fazer uma ponte entre o desenvolvimento do riso enquanto fenômeno sociocultural em Bakhtin e a caracterização discursiva do humor contemporâneo em Possenti.

3.1 Riso x humor

O primeiro ponto a ser comparado entre as teorias é a nomenclatura utilizada. Em Bakhtin (2010[1965]), na edição em russo (Bakhtin, 1990), são utilizados os termos «смеховая литература» (smekhovaya literatura) e «народная смеховая культура» (narodnaya smekhovaya kul'tura), que podem ser traduzidos literalmente como “literatura do riso” e “cultura popular do riso”, uma vez que a raiz «смех» significa riso e é, inclusive, o termo usado por Bakhtin para se referir ao riso da Idade Média. Por outro lado, como visto anteriormente, Bakhtin (2010[1965]) emprega o termo “humor” («юмор», no russo) para se referir a uma das formas reduzidas do riso, isto é, resquícios atuais do riso medieval que mantêm somente seu aspecto negativo, sem o lado positivo e regenerador que conferia sua ambivalência característica.

Em Possenti, por sua vez, o termo “humor” é utilizado para se referir diretamente ao fenômeno complexo que resulta do trabalho com aspectos verbais e não verbais feito pelo autor do enunciado para dar ao objeto tematizado determinado tratamento, tornando-o humorístico. O riso, por sua vez, é o resultado, o efeito que a recepção e a compreensão do enunciado humorístico provocam no interlocutor.

Tem-se, então, um primeiro ponto de distanciamento entre os dois autores. No entanto, uma investigação mais detida revela possíveis conexões entre as duas perspectivas que podem nos guiar na resposta da primeira questão que propomos: como podemos afirmar a existência de uma ligação entre o riso situado no contexto da cultura popular e cômica medieval e o riso contemporâneo?

Tanto o riso bakhtiniano quanto o humor possentiano são encontrados em uma variedade de situações: seja no cenário medieval, com a abrangência da cultura cômica popular (Bakhtin, 2010[1965]); seja na Idade Moderna, com a popularização e democratização do riso pela linguagem moderna (Bakhtin, 2017[1970-1971]); seja na contemporaneidade, na qual Possenti afirma existirem numerosos gêneros humorísticos, além das manifestações humorísticas em todos os tipos de texto (Possenti, 2018).

Por um lado, há um caráter de universalidade no espriamento do riso/humor para diversas formas, gêneros e esferas da linguagem, tanto na Idade Média quanto na contemporaneidade, de modo que ambos os contextos são descritos pelos autores como possuindo poucas situações em que não se espera encontrar alguma forma do riso, ainda que reduzida (humor).

Por outro lado, Bakhtin (2010[1965]) afirma que, quando o grotesco se põe a serviço de alguma tendência abstrata, este acaba por se desnaturalizar, uma vez que é deformado, vergado em direção à expressão de um sentido “moral”, em vez de exprimir as contradições e dualidades da vida. Nesse sentido, a distinção entre riso e humor é importante em sua obra, ao marcar a evolução histórica das manifestações culturais e discursivas do riso, as quais se tornam empobrecidas do Renascimento em diante, perdendo seu aspecto ambivalente, questionador e desafiador diante dos discursos monotonais. Similarmente, a multiplicação e a diversificação de possibilidades de produção de enunciados humorísticos, unidas à sua institucionalização na atualidade (Possenti, 2018), justificariam a caracterização do humor contemporâneo como desprovido do caráter revolucionário de seu “ancestral” medieval – mas não completamente, pois, segundo Bakhtin, mesmo as formas reduzidas do riso ainda carregam resquícios de sua natureza desafiadora, universalizante e questionadora.

Assim, tendo em vista esses dois ângulos pelos quais o humor contemporâneo pode ser examinado, consideramos que não podemos reduzir todas as suas diversas manifestações culturais e discursivas em uma predefinição abstrata da existência ou não da ambivalência cômica como uma de suas características. Essa caracterização, a nosso ver, deve ser feita com relação a cada *corpus* analisado, de maneira que o acúmulo de pesquisas sobre enunciados e gêneros humorísticos contemporâneos diversos leve a uma melhor compreensão da multiplicidade de formas do humor na atualidade, cada uma a seu modo e com seu lugar específico na vida social e cultural.

A título de exemplo, citamos a manutenção do carnaval no Brasil como uma festa e uma cultura que mantêm alguns dos aspectos subversivos, ambivalentes e destronadores atribuídos ao carnaval medieval em Bakhtin, como seu caráter público e livre, no qual os participantes podem renunciar às imposições oficiais em prol da liberdade, bem como a horizontalização das hierarquias e a satirização de papéis sociais, por meio do travestimento, por exemplo. Em um polo diametralmente oposto, temos o uso do humor em propagandas e outras campanhas publicitárias, nas quais ele é objetificado e reduzido a uma função pragmática/argumentativa – o convencimento.

Ademais, é necessário levar em conta que, consoante Bakhtin, mesmo que os enunciados e gêneros da atualidade não possam ser identificados imediatamente com as formas medievais do riso, estas últimas ressoam nas formas languageiras e culturais contemporâneas. Assim, a pesquisa e a análise de fenômenos ligados ao riso em *corpora* atuais devem investigar, a cada caso, se há elementos que remontam ao riso carnavalesco, popular e ambivalente de Bakhtin, ainda que de modo reduzido ou vestigial. Pode-se, por exemplo, interpretar o descompromisso do humor contemporâneo com a verdade e com o politicamente correto que Possenti (2018) aborda como uma expressão vestigial dessa natureza de desafio ao âmbito oficial e às autoridades.

Concluimos, então, que a visão bakhtiniana do riso e a visão possentiana do humor não são contraditórias entre si, pois apresentam pontos de convergência que nos permitem propor

que, em vez de opormos o uso do termo “humor” nas duas teorias, tracemos uma ponte, ao ver no “humor” bakhtiniano uma proposta para o que seria o humor atual, resquício da cultura cômica medieval (ainda que com ecos de seu espírito carnavalesco), e, em Possenti, uma exploração e caracterização desse humor atual. Essa conjunção teórica pode fornecer uma saída para estender as considerações de Bakhtin sobre o riso e sua evolução sociohistórica para o humor na contemporaneidade.

3.2 O campo do humor em Possenti: uma proposta compatível com o riso bakhtiniano?

Na seção anterior, estabelecemos os conceitos de riso e humor para Bakhtin e Possenti e traçamos relações entre as duas visões teóricas, elegendo o humor como um ponto de encontro entre a concepção bakhtiniana do riso e sua evolução histórico-cultural e a concepção possentiana sobre as manifestações humorísticas contemporâneas.

Passamos, agora, à segunda questão que propomos neste artigo: como localizar, descrever e analisar esse humor em termos discursivos em um *corpus*? Em outras palavras, o que é, então, o humor e em que parte do discurso ele se localiza (por exemplo, o estilo do enunciado, a construção composicional, a entonação expressiva, etc.)? Como expressar o conceito de humor a partir de categorias de análise?

Retomando Bakhtin, podemos entender todo o desenvolvimento que o autor faz sobre o tema como um estudo diacrônico de um conjunto de fenômenos e práticas ligadas ao riso que se alteram conforme a situação histórico-social em que se encontram e se constroem em relação dialógica com as formas do sério que encontram. Estas, entretanto, não seriam desvinculadas entre si e sim manteriam, como elemento unificador, uma maneira específica de observar a realidade e reagir a ela: por meio de uma cosmovisão libertadora, questionadora e universalizante, motivada pela tentativa de construção de um segundo mundo e uma segunda vida social para a qual o indivíduo poderia fugir das coerções de seu cotidiano.

Ainda nas exposições de Bakhtin sobre as formas da cultura cômica popular e da linguagem carnavalesca, vemos o estabelecimento de uma lógica própria de constituição de seus enunciados, a qual determina: de que modo os objetos do sentido podem ser abordados – por um ponto de vista rebaixador, destronador, absurdista, marcado pela chave da subversão, desestabilização e questionamento; a relação entre interlocutores – de aproximação e apagamento das hierarquias para construção de uma horizontalidade que é a base do tom cômico proposto em Bakhtin (2017[1970-1971]); e a relação com os enunciados preexistentes – que se tornam candidatos à parodização e à ridicularização dentro da lógica paródico-travestizante, mas sempre marcados pela ambivalência.

Sendo assim, o texto bakhtiniano nos dá respaldo para interpretar o riso como uma força organizadora e refratora da existência individual e social desde as primeiras expressões

linguageiras até a atualidade, com um conjunto de particularidades e regras próprias. Tal posição dialoga diretamente com a concepção possentiana do humor como um campo, que possuiria regras e práticas próprias para a produção, recepção e circulação de enunciados que o distinguem dos demais campos dentro do espaço social.

A proposta de Possenti, por um lado, reforça o caráter específico do humor enquanto espaço social definidor de práticas próprias (e, em consequência, gêneros próprios), o que poderia apontar para uma percepção social positiva do humor atual. Por outro lado, ela possui uma diferença significativa com relação ao riso cômico medieval bakhtiniano, caracterizado por seu caráter extraoficial, o qual lhe dava um radicalismo inerente que, em um humor institucionalizado, acaba por se perder ou, pelo menos, mudar de forma.

Bakhtin não chega a dar esse passo, isto é, estabelecer o riso enquanto esfera da atividade humana. O autor até propõe um *universo unificado de formas paródico-travestizantes* (Bakhtin, 2010[1965]), as quais possuiriam um objetivo em comum (criar uma dúplice cômica dos enunciados e gêneros sérios) e um objeto em comum (a linguagem e o enunciado alheios). No entanto, é necessário levar em conta, primeiramente, que essa proposição é feita pelo autor para descrever a situação social e discursiva de um contexto específico – no caso, a Antiguidade. Além disso, mesmo nesse caso, o autor ressalta o caráter plural, diversificado, “multígeno, pluriestilístico” (Bakhtin, 2019[1965], p. 34) que define esse conjunto heterogêneo de formas paródicas, o que distancia essa classificação da ideia possentiana de um campo do humor, cujo foco está nas características e regras específicas que definem os enunciados e gêneros abarcados nesse campo e que os diferem dos demais.

Nota-se, portanto, que Bakhtin dá destaque, em sua caracterização discursiva do riso, ao caráter universal, múltiplo e multifacetado do fenômeno, de modo que sua ocorrência não poderia se limitar a uma única esfera da atividade humana, mas atravessaria todas as esferas, tomando todo e qualquer enunciado, gênero, estilo e voz como objeto de paródia, de satirização. Adicionalmente, o riso carnavalesco bakhtiniano é caracteristicamente revolucionário: opõe-se a normas e regulamentos, rejeita imposições arbitrárias e institucionais e tem postura crítica e questionadora, contrária às ideias de acabamento e imutabilidade.

Mesmo o enfraquecimento desse espírito carnavalesco que domina o riso da Idade Média e do Renascimento, segundo Bakhtin, não leva ao surgimento de uma esfera do riso, e sim à subordinação e restrição desse universo de manifestações culturais e discursivas à esfera literária (Bakhtin, 2010[1965]; 2013). Já na Idade Moderna, Bakhtin (2017[1970-1971]) evidencia a presença da ironia (uma das formas reduzidas do riso) novamente de maneira generalizada, espalhada em diversas formas e elementos da fala humana:

A ironia entrou em todas as línguas da Idade Moderna [...], entrou em todas as palavras e formas (sobretudo as sintáticas; por exemplo, a ironia destruiu a periodicidade desmedida e “empolada” do discurso). A ironia existe em toda parte – da ironia mínima, imperceptível, à estridente, que confina com o riso (Bakhtin, 2017[1970-1971], p. 21).

Seria possível argumentar que o humor, enquanto outra forma reduzida do riso medieval, traçou um caminho evolutivo distinto da ironia e poderia ser descrito na atualidade como uma esfera (ou campo) própria, como faz Possenti (2018)? Para tanto, seria necessário assumir que os enunciados e gêneros humorísticos perderam de fato a força ambivalente, crítica e questionadora característica do riso medieval e, por consequência, tornaram-se mais suscetíveis à institucionalização, à organização em gêneros específicos, à conformação com determinadas normas e práticas estabelecidas. No entanto, retomamos que não tomaremos essa posição neste texto, uma vez que, a nosso ver, são necessárias mais pesquisas que permitam estabelecer de que maneiras esse caráter revolucionário do riso medieval persiste, ainda que enfraquecido, no riso contemporâneo.

Além disso, é necessário levar em conta como a escolha de uma determinada concepção teórico-metodológica adequa-se aos objetivos pretendidos pela pesquisa. Nesse sentido, a consideração de uma esfera (ou campo) do humor não enfatiza o seu caráter múltiplo e variado, e sim contribui para a sistematização e categorização de suas manifestações linguístico-discursivas, que é o objetivo de Possenti. Portanto, consideramos que, tendo em vista nosso objetivo de estabelecer caminhos para a análise de *corpora* humorísticos os mais diversos na atualidade, tal proposição não necessariamente nos auxilia a pensar, mapear e organizar as diversas situações sociodiscursivas em que o humor é encontrado na contemporaneidade. Por exemplo, como distinguir, entre os gêneros próprios à esfera humorística, a “exploração humorística de outros tipos de texto” (Possenti, 2018, p. 27) e as “manifestações humorísticas no interior de todos os tipos de texto” (Possenti, 2018, p. 27-28)? Ainda, nesse último caso, como compreender os casos de enunciados que não pertencem à esfera humorística, mas apresentam humor?

Para solucionar essas questões, parece-nos necessária uma distinção mais específica do que a classificação global do humor como um campo/esfera de atividade humana. É preciso marcar uma distinção entre enunciados/gêneros cujo objetivo primário é o humor e enunciados/gêneros que apenas incorporam alguns elementos humorísticos com intuítos específicos (e estratégicos), sem que isso mude seu objetivo primário. Por exemplo, como diferenciar o uso de um tom cômico em uma apresentação teatral cômica e em uma apresentação de caso durante um julgamento em um tribunal?

Por que isso é importante? Bakhtin (2017[1970-1971]) usa o termo *tom* para definir o fenômeno do sério e do riso, distinguindo, assim, tom sério e tom cômico. Para o autor, o tom é uma escolha de autoria do sujeito-autor de um enunciado, a qual reflete (e refrata) a percepção que este tem de sua inter-relação com os interlocutores participantes da situação discursiva (entre o si e o outro).

Assim, ao construir um enunciado humorístico, o autor levaria em conta as expectativas e o conhecimento prévio de seus interlocutores para obter o efeito desejado com sua fala. Estando o autor em uma situação em que já seria esperado que houvesse humor, resta-lhe apenas surpreender seus interlocutores com o conteúdo de seu enunciado, uma vez que a forma

humorística não estará necessariamente rompendo quaisquer expectativas, desafiando quaisquer dogmas do discurso sério e oficial: isto é, não há um caráter revolucionário do emprego da forma nessa situação.

Em oposição, quando encontramos a inserção de imagens, formas, gêneros, entonações, isto é, quaisquer elementos típicos do humor em um enunciado ou gênero cujos interlocutores não esperariam normalmente encontrá-los, há um caráter revolucionário não só no conteúdo desses elementos, mas também na forma. Isso porque a própria presença de um elemento humorístico nesses enunciados é inesperada, desafiadora, e, portanto, carrega um caráter revolucionário e que se aproxima da ambivalência cômica do riso carnavalesco medieval, ao destruir as concepções anteriores de um gênero típico para reconstruí-las a partir de um novo olhar.

Começamos, então, a traçar um caminho para o entendimento do humor na contemporaneidade no diálogo entre as duas teorias. Não assumiremos, portanto, neste artigo, a hipótese da existência de uma esfera do humor, como proposto por Possenti (2018). Não obstante, tal perspectiva de Possenti indica um caminho para a caracterização dos enunciados e gêneros tipicamente humorísticos na contemporaneidade ao ressaltar a existência de uma lógica própria que orienta sua constituição: eles funcionam pelas próprias regras, materializam um ponto de vista específico sobre a realidade e como interagir com ela e possuem marcas linguístico-discursivas que os definem e os singularizam dentro da cadeia discursiva. São essas características que exploraremos a seguir.

3.3 As manifestações do humor na contemporaneidade: uma proposta de sistematização

Mesmo que não nos subscrevamos à sua concepção de uma esfera/campo do humor, tal proposição possentiana carrega em si a visão, encontrada também em Bakhtin, de que a unidade entre as inúmeras e diversas formas pelas quais o humor contemporâneo se materializa está na sua capacidade enquanto força organizadora e refratora da existência individual e social, capaz, portanto, de estabelecer enunciados e gêneros com características específicas e definidas.

Assim, assumimos neste texto que o humor se materializa linguístico-discursivamente por diversas modalidades que *não se excluem entre si* – seja como tom, seja como tema, seja como projeto discursivo, seja como elemento estilístico, etc. – e, mais importante ainda, em diversas situações de fala. Consequentemente, consideramos que todos os pontos de vista anteriormente identificados no pensamento bakhtiniano são *complementares*, ao apresentarem diferentes visões sobre elementos linguístico-estilísticos que caracterizam os *enunciados e gêneros tipicamente humorísticos* contemporâneos.

Portanto, se temos, por um lado, gêneros tipicamente sérios, temos, por outro lado, *enunciados e gêneros tipicamente humorísticos*, cuja função na vida social é *divertir*. Isto é,

tais enunciados são elaborados pelo seu sujeito-autor tendo como objetivo discursivo o divertimento do interlocutor (com viés crítico e desafiador, ou não), que pode ou não se exteriorizar por meio do riso enquanto expressão corporal. Esse divertimento está relacionado, mais intimamente, ao prazer não pragmático, isto é, não relacionado de alguma forma à sobrevivência, ou, para trazer ao contexto atual, não relacionado às exigências e necessidades do mundo oficial.

Por consequência, os gêneros humorísticos atuais ainda podem carregar consigo (ainda que em forma de resquícios) os princípios centrais da liberdade, da transgressão dos moldes preestabelecidos e da oposição às esferas oficiais, permitindo ao indivíduo uma fuga momentânea para uma realidade de desobrigações pragmáticas. Ele é levado, assim, a se alienar de sua realidade e das coerções do mundo oficial por um momento para adentrar um mundo em que as tensões sociais e culturais estão mais relaxadas, em que há maior liberdade de pensar, dizer e agir sem consequências tão graves⁶.

Especificamente na contemporaneidade, tais enunciados e gêneros humorísticos seriam responsáveis por gerar um espaço para além do mundo oficial que pode ser empregado tanto de forma a reaproximá-lo do universo capitalista dos meios de produção (o uso do humor na publicidade, o entretenimento enquanto indústria cultural tal como mencionado por Coan (2012)), quanto para afastá-lo ainda mais, rumo à crítica e, em última instância, à subversão dos gêneros e formas sérios, monotonais, dogmáticos e fechados.

Enquanto gêneros tipicamente humorísticos atuais, podemos elencar piadas e outras narrativas com objetivo de fazer rir, como anedotas, *sketches* e *stand-ups*; programas televisivos cujo intuito é apresentar variedades divertidas e inesperadas aos telespectadores, como *talk shows*, *reality shows*, programas de auditório, além dos programas exclusivamente humorísticos; e os gêneros citados por Bakhtin que ainda sobrevivem, ainda que com menor destaque, como espetáculos circenses, apresentações de números de feiras livres e praças públicas e ritos festivos – destacando-se o carnaval, que possui no Brasil uma relevância cultural tão significativa quanto a descrita pelo filósofo na Europa medieval.

Tais gêneros partilham uma origem e história, tal como descrito por Bakhtin em detalhes, e, portanto, possuem determinadas características comuns, ainda que cada gênero (ou cada enunciado específico) escolha lidar mais ou menos com este *background* discursivo: estamos falando, especificamente, do sistema de imagens e valores grotescos e do tom predominantemente cômico. Caracterizamos, assim, os enunciados e gêneros tipicamente humorísticos. A partir desses, passamos a determinar qual o lugar de manifestações humorísticas que se dão em enunciados de esferas predominantemente sérias.

⁶ Retomamos aqui o problema dos tabus no discurso humorístico abordado por Possenti (2018), para o qual propomos a questão: até que ponto “tudo vale” no humor contemporâneo, e em que ponto a recepção daquele humor passa de positiva, reconhecendo nele uma crítica ácida, mas necessária, para negativa, em que não se percebe mais um caráter de subversão e desafio, e sim de preconceito e discurso de ódio?

Retomando a institucionalização do humor contemporâneo constatada por Possenti (2018), temos que, como consequência desse processo, os enunciados e gêneros tipicamente humorísticos tornam-se *loci* em que se permite e se concede a extrapolação dos limites típicos e padronizados de um gênero, o que, por oposição, reforça a impossibilidade da presença do humor nas demais situações, consideradas tipicamente sérias. Assim, esse desafio à expressão da verdade, do humano e do belo é, até certo ponto, tolerado e esperado pelo interlocutor desses gêneros⁷, perdendo em parte seu caráter contestador.

Há, portanto, uma tendência de separação entre tipos de gêneros semelhante à anunciada em Bakhtin (2010[1965]), ao tratar dos gêneros cômicos em contraposição a gêneros sérios na Idade Média, e que reaparece na atualidade, formando de fato grupos distintos entre enunciados em que é esperado encontrar alguma forma de humor e enunciados em que, em teoria, devem ser monotônicos e sérios.

No entanto, em uma tendência oposta, conforme Coan (2012) aponta, cresce cada vez mais a inserção de elementos humorísticos em gêneros sérios com intuito mercadológico – a indústria do entretenimento. Disso pode-se concluir que, no horizonte social e ideológico em que esses enunciados estão inseridos, embora haja tal separação entre gêneros humorísticos e sérios, essas fronteiras não são intransponíveis, permitindo influências do primeiro na composição do segundo⁸.

Para melhor definir esse movimento de diálogo atual entre os enunciados e gêneros humorísticos e sérios, evocamos o conceito bakhtiniano de *carnavalização* (Bakhtin, 2013[1963]). No entanto, enquanto o autor emprega esse termo para se referir à penetração do riso carnavalesco e os demais elementos culturais e discursivos da cultura cômica popular especificamente nos enunciados e gêneros literários, a leitura aqui proposta toma o termo por um viés mais expandido e generalizado, enquanto uma *modalidade de relações dialógicas entre enunciados/gêneros humorísticos e enunciados/gêneros sérios*, para, por meio da apropriação de certos gêneros, sistemas imagéticos ou mecanismos linguístico-discursivos, conferir ao enunciado sério um efeito similar ao obtido pelo discurso humorístico (liberdade, transgressão de padrões, etc.) e, com isso, atingir determinado efeito em seu enunciado, como, por exemplo, apelo popular.

Tal distinção proposta entre enunciados e gêneros carnavalizados e enunciados e gêneros humorísticos é relevante, uma vez que há uma diferença fundamental em empregar

⁷ Um exemplo disso é o gênero do *stand-up comedy*, em que um indivíduo conversa com a plateia sobre temas e histórias de seu cotidiano, podendo inclusive utilizar de imagens grotescas (predominam, por exemplo, as imagens do baixo corporal) e linguagem carnalizada (como o uso de palavrões e formas linguísticas mais íntimas para se referir à plateia). Por ser institucionalizado e reconhecido como um gênero em que esses aspectos estão presentes, é concedido ao humorista abordar certos tópicos de modo mais pungente e agressivo, o que é justificado pela situação em que a fala ocorre.

⁸ No entanto, isso nada nos diz sobre como o humor é percebido, isto é, se há uma percepção social de inferiorização e desvalorização do riso em relação aos enunciados de tom sério (ou outros sobretônicos mais complexos, como Coan (2012) explora ao tratar do conceito de entretenimento na contemporaneidade). Esse é um problema de pesquisa potencial para a abordagem de *corpora* humorísticos contemporâneos.

formas linguístico-discursivas tipicamente humorísticas em enunciados/gêneros em que o humor já é uma tradição e, portanto, seu emprego representa uma percepção própria da realidade, e em enunciados que, ao pertencerem a um gênero ou esfera primordialmente séria, partem de outra concepção da vida social e se submetem a outros condicionamentos.

Nestes últimos, a inserção de elementos, gêneros ou formas tipicamente humorísticas ainda é capaz de surpreender o interlocutor e desestabilizar a estrutura previamente definida do gênero. Sendo assim, consideramos que pesquisas e análises contemporâneas que investiguem a presença de elementos humorísticos em enunciados e gêneros de esferas tipicamente sérias, dogmáticas e fechadas podem iluminar as maneiras pelas quais o humor pode, ainda que de modo limitado, representar uma postura de desafio, resistência, destruição das normas impostas pelas camadas superiores para criação de novas estruturas mais livres, democráticas e pluritônicas. Nesse caso, a pergunta que cabe fazer aos *corpora* analisados é: com que intenção ocorre o emprego das formas típicas do humor no enunciado ou gênero tipicamente sério e o que isso diz da percepção social que ele tem do humor?

Consequências e conclusões

Neste artigo, apresentamos uma (re)leitura dialógica das considerações teórico-metodológicas de dois pensadores do riso e do humor como fenômenos discursivos, Mikhail Bakhtin e Sírio Possenti, a fim de sistematizar as reflexões bakhtinianas sobre o riso e suas várias práticas culturais e discursivas e, ao mesmo tempo, estender seu escopo, em diálogo com Possenti, com vistas a operacionalizá-las para a análise de *corpora* contemporâneos.

Para atingir esse primeiro objetivo, visamos contemplar os diversos aspectos – verbais e extraverbais – apresentados ao longo dos textos de Bakhtin para definir e caracterizar as práticas discursivas do riso. A partir do diálogo dessa concepção com a de Possenti, propomos a consideração de tais aspectos como complementares para a definição do humor como fenômeno cultural e discursivo e, por consequência, dos enunciados e gêneros tipicamente humorísticos. Com isso, objetivamos dar o devido destaque ao caráter multiforme e multifacetado que Bakhtin atribui ao riso enquanto fenômeno que afeta em todos os níveis a vida individual e social humana ao longo da história.

Já com relação ao segundo objetivo, buscamos estabelecer uma ponte entre o alcance temporal máximo das descrições de Bakhtin e a maneira como as diversas práticas humorísticas se organizam na atualidade, refletindo e refratando essa cadeia discursiva histórica. Para tanto, apoiamos-nos em Possenti e sua conceitualização e descrição do humor, o que nos permitiu dar um primeiro passo para a compreensão de como esses enunciados estão distribuídos no contexto discursivo contemporâneo. Nesse sentido, propomos a distinção entre enunciados e gêneros tipicamente humorísticos e enunciados e gêneros que denominamos carnavalizados, isto é, que são tipicamente sérios, mas que estabelecem relações dialógicas com esse universo discursivo humorístico, apropriando-se de certos elementos característicos para obter um efeito de sentido específico.

LINHA D'ÁGUA

Adicionalmente, o diálogo entre as teorias revelou um conjunto de questões que podem ser tomadas como problemas de pesquisa na análise de *corpora* humorísticos contemporâneos:

- Podemos afirmar que o humor contemporâneo perdeu de fato toda a força ambivalente, desafiadora, subversiva e revolucionária do riso medieval descrito por Bakhtin?
- É possível encontrar resquícios, ecos, desse espírito carnavalesco nas práticas humorísticas atuais?
- Se sim, como se dá o embate entre esse impulso crítico, insubmisso, contrário a qualquer tipo de imposição arbitrária e normativa, que ainda sobreviveria no humor, e as tendências de institucionalização, classificação, rotulagem que agem sobre ele, advindas da situação histórico-social contemporânea?
- Ainda, qual a percepção histórico-social das práticas do riso presentes no contexto de produção atual e como ela varia de acordo com comunidades linguístico-culturais distintas?

Portanto, ao longo desse texto, pudemos discutir o conceito de riso e humor no diálogo entre as considerações teóricas de Bakhtin e Possenti, a fim de contribuir para as pesquisas sobre fenômenos discursivos ligados ao riso na contemporaneidade. As reflexões propostas, no entanto, são ainda iniciais e poderão se beneficiar de maiores debates e confrontos com outros problemas de pesquisa relacionados ao tema, bem como análises concretas de *corpora* humorísticos. Desse modo, esperamos que o cotejo de diferentes hipóteses possa conduzir a um produto dialético que supere ambas as suas limitações, para que, por meio do diálogo, possamos avançar a ciência.

Financiamento

Beatriz Amorim de Azevedo e Silva agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da pesquisa “Entre a diversão e o aprendizado: entrecruzamentos dos movimentos da didatização e do entretenimento em enunciados do gênero videoaula” (nº do processo: 2021/00129-0).

Referências

BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução por Yara Frateschi Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2010[1965].

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução direta do russo, notas e prefácio por Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013[1963].

LINHA D'ÁGUA

BAKHTIN, M. Fragmentos de 1970-1971. In: BAKHTIN, M. *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas*. Organização, tradução, posfácio e notas por Paulo Bezerra. Notas da edição russa por Serguei Botcharov. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2017[1970-1971]. p. 367-392.

BAKHTIN, M. Sobre a pré-história do discurso romanesco. In: BAKHTIN, M. *Teoria do Romance III: o romance como gênero literário*. Tradução por Paulo Bezerra; organização da edição russa por Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2019[1965]. p. 11-63.

BAKHTIN, M. *Творчество Франсуа Рабле и народная культура средневековья и Ренессанса*. Moscou: Художественная Литература, 1990.

BRAIT, B. Do que rimos com Bakhtin? In: BRAIT, B.; PISTORI, M. H. C.; FRANCELENO, P. F. (org.). *Linguagem e conhecimento (Bakhtin, Volóchinov, Medviédev)*. Campinas: Pontes, 2019. p. 43-72.

COAN, E. I. O domínio do entretenimento na contemporaneidade, *Ação Midiática: Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura*, n. 4, p. 1-16, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/32457>. Acesso em: 19 mar. 2021.

GRILLO, S. V. C. Esfera e campo. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 133-160.

LAHIRE, B. Campo. In: CATANI, A. M. *et al* (org.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 64-66.

MAINGUENEAU, D. A análise do discurso e suas fronteiras, *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, p. 13-37, 2007. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/nucleos/nad/MAINGUENEAU%20-%20An%C3%A1lise%20do%20discurso%20e%20suas%20fronteiras.pdf. Acesso em: 08 fev. 2022.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Tradução por Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. (Lingua[gem] 27).

POSSENTI, S. Pelo humor na lingüística. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 7, n. 2, p. 491-519, 1991. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45996>. Acesso em: 12 jun. 2023.

POSSENTI, S. Limites do humor. *Letras*, n. 26, p. 103-110, 2003. DOI: <http://doi.org/10.5902/2176148511885>.

POSSENTI, S. Humor de circunstância, *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 9, p. 333-344, 2007. DOI: <http://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i9p333-344>.

POSSENTI, S. *Cinco ensaios sobre humor e análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2018. (Na ponta da língua 25).

Artigo / Article

Como os suportes revista, jornal e internet impactam a produção do gênero discursivo reportagem

How magazines, newspapers, and the internet impact the production of the discursive genre of journalism

Giulia Chiaradia Gramuglia Araujo 

Universidade de São Paulo, Brasil

ggccggaa@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0001-9417-7549>

Recebido em: 03/10/2023 | Aprovado em: 12/11/2023

Resumo

Em *Os Gêneros do Discurso*, escrito entre 1952 e 1953, Bakhtin definiu os gêneros discursivos como sendo enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis. Tal reflexão, contudo, foi feita em um contexto pré-internet, sem considerar os impactos que os suportes – como papel, rádio, televisão ou, mais recentemente, computador e dispositivos móveis – têm nos gêneros. Para Bertocchi, por exemplo, os gêneros não podem ser definidos apenas pela sua estrutura prototípica e temática, uma vez que o suporte também pode gerar novos tipos de enunciados. Corroborando essa linha de raciocínio, este artigo identificou que, no jornalismo, o suporte pode interferir no gênero discursivo usado. Dessa forma, sistematizou-se as diferenças dos gêneros reportagem de site (ciber-reportagem), reportagem de jornal e reportagem de revista. As reflexões aqui feitas foram pautadas pelo Círculo de Bakhtin e por uma entrevista inédita com o jornalista Fernando de Barros, ex-editor da Folha de S. Paulo e ex-diretor da revista Piauí.

Palavras-chave: Gêneros do discurso • Círculo de Bakhtin • Jornalismo • Internet • Reportagem

Abstract

In 'Speech Genres and Other Late Essays' written between 1952 and 1953, Bakhtin defined discursive genres as stylistic, thematic, and compositional

utterances that are relatively stable. However, this reflection was made in a pre-internet context, without considering the impacts that mediums such as paper, radio, television, or more recently, computers and mobile devices have on genres. According to Bertocchi, genres cannot be defined solely by their prototypical structure and theme since the medium can also generate new types of utterances. Supporting this line of reasoning, this article identified that, in journalism, the medium can interfere with the discursive genre used. Thus, the differences between website reportage (cyber-reportage), newspaper reportage, and magazine reportage were systematized. The reflections made here were based on the Bakhtin Circle and an unpublished interview with journalist Fernando de Barros, former editor of Folha de S. Paulo and former director of Piauí magazine.

Keywords: Speech Genres • Bakhtin Circle • Journalism • Internet • Reportage

Introdução

Escrito por Mikhail Bakhtin entre 1952 e 1953, em Saransk, o ensaio *Os Gêneros do Discurso* integrava um projeto de livro não lançado pelo autor, sendo publicado pela primeira vez em 1978, duas décadas depois de ter sido redigido e três anos após a morte do teórico russo.

Nessa obra, Bakhtin (2016) define gênero do discurso como sendo enunciados cujo estilo – ou seja, seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, conteúdo temático e construção composicional são relativamente estáveis. O autor também defende que os gêneros refletem as condições específicas e as finalidades de cada campo da atividade humana, sendo a diversidade entre gêneros infinita, pois ela cresce e se diferencia à medida que cada campo se desenvolve e ganha complexidade.

Na época em que esse ensaio foi escrito, o suporte rádio já existia há algumas décadas, e a televisão vinha se consolidando em solo soviético e no mundo após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A internet, por sua vez, ainda estava longe de ser usada massivamente. Dessa forma, não é uma surpresa que Bakhtin não tenha abordado o impacto do suporte na produção de um enunciado – apesar de Valentin Volóchinov, em seu ensaio *Estilística do discurso literário II: A construção do enunciado*, já ter pontuado em uma nota de rodapé que palestrar para um auditório visível não era o mesmo que, através do microfone, palestrar para ouvintes de uma rádio.

Isso não significa, no entanto, que não se possa reelaborar dialogicamente a teoria bakhtiniana para o atual contexto multimidiático. Conforme Irene Machado, o teórico tinha um compromisso com o conhecimento da linguagem como manifestação viva das relações culturais. Desta forma:

É possível entrar em contato com as repercussões das formulações de Bakhtin sobre os gêneros discursivos no contexto das interações de uma cultura dialogicizada não apenas pela palavra, mas por linguagens de comunicação, ou seja, ritos das mediações tecnológicas. Afinal, ao refletir sobre o diálogo como

forma elementar da comunicação, Bakhtin valorizou, indistintamente, esferas de usos da linguagem que não estão circunscritas aos limites de um único meio. Com isso, abriu caminho para as realizações que estão além dos domínios da voz como, por exemplo, os meios de comunicação de massa ou as mídias eletrônico-digitais. Meios, evidentemente, não estudados por ele (Machado, 2018, p. 163).

Nesse sentido, Daniela Bertocchi (2010), ao discorrer sobre o jornalismo, afirma que os gêneros não podem ser definidos apenas pela sua estrutura prototípica e temática, já que o suporte também pode gerar novos tipos de enunciados – como nos casos do debate em mesa-redonda (TV) e da nota em SMS (digital).

Assim sendo, o objetivo deste artigo é – a partir dos pressupostos teóricos do Círculo de Bakhtin e de uma entrevista inédita com o jornalista Fernando de Barros e Silva, ex-editor do jornal Folha de S. Paulo (FSP), ex-diretor de redação da revista piauí e apresentador do *podcast* Foro de Teresina – referenciar de que modo um suporte pode impactar a elaboração de um enunciado, gerando diferentes gêneros discursivos no jornalismo.

Este artigo utilizou o gênero reportagem como exemplo dessa diferenciação de enunciado – um gênero que é definido pelo Manual de Redação do jornal Folha de S. Paulo (2021) como sendo a essência do jornalismo – e identificou que, após anos de existência e complexificação do campo jornalístico, o gênero matriz reportagem gerou descendentes como – para citar apenas aqueles cujo enunciado é um texto escrito – a ciber-reportagem, a reportagem de jornal e a reportagem de revista. Em consonância com a metodologia bakhtiniana, verifica-se que – ao nos determos na história do jornalismo brasileiro e, em especial, da reportagem – a evolução entre os gêneros discursivos ocorre a partir de uma transformação dialógica, em que cada gênero vive o seu presente, mas também ecoa o seu passado.

1 Gêneros do discurso e seus descendentes

No que diz respeito à insurreição de um gênero a partir de outro, conforme explicação da professora Machado (2018), em um autêntico processo dialógico, os discursos e processos de transmissão das mensagens se deixam contaminar, permitindo o surgimento de híbridos. Ainda segundo a professora, trata-se de um processo de transformação, e não da substituição de uma forma discursiva por outra.

E é exatamente porque o surgimento de um gênero discursivo ocorre por meio de um típico processo dialógico que, para uma análise aprofundada de um novo gênero e de suas características, é necessário contextualizar o ambiente no qual ele foi gerado e também estudar o gênero do qual ele se origina. Tal qual feito por Bakhtin (2018) em seu exame do gênero romance polifônico inaugurado por Dostoiévski, tais contextualizações são fundamentais para uma investigação mais aprofundada e uma compreensão mais concreta das peculiaridades dos gêneros aqui em estudo, uma vez que:

O gênero sempre é e não é o mesmo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo. O gênero renasce e se renova em cada nova etapa do desenvolvimento da literatura e em cada obra individual de um dado gênero. [...] O gênero vive do presente, mas sempre *recorda* o seu passado, o seu começo (Bakhtin, 2018, p. 121, itálico do autor).

Nos casos dos gêneros discursivos aqui analisados – ciber-reportagem, reportagem de revista e reportagem de jornal –, desde o início de seu gênero matriz, nota-se que suas histórias e enunciados estão intrinsecamente ligados às evoluções tecnológicas da sociedade.

2 A origem da reportagem

Conforme Marcondes Filho (2008), o suporte jornal surge, um século depois da invenção da imprensa de Gutenberg (séc. XV), como um instrumento do capitalismo financeiro e comercial que precisava ter mais rapidamente informações sobre exportações, importações e movimento de capital para acelerar o fluxo de troca de mercadorias.

O gênero reportagem, no entanto, não nasceu instantaneamente. Advinda do francês, mas tendo a sua raiz etimológica no verbo inglês “*to report*”¹, a palavra “reportagem” entrou para o português em 1899, conforme o dicionário Houaiss. Seu surgimento enquanto gênero se deu em decorrência das mudanças sociais causadas pela segunda Revolução Industrial (séc. XIX), que – entre outras coisas – provocou um aumento no total de pessoas letradas na Europa, assim gerando uma demanda por uma readequação do estilo das matérias publicadas pelos jornais. O novo público queria um texto mais popular, mais próximo da oralidade (Lage, 2008, p. 13).

Foi então que nasceram a reportagem e o seu instrumento, o repórter.

Do ponto de vista técnico, escritores de folhetins e jornalistas obrigaram-se a reformar a modalidade escrita da língua, aproximando-a dos usos orais ou cultivando figuras de estilo espetaculares, ora exagerando no sentimentalismo, ora incorporando a invenção léxica e gramatical das ruas. Descobriu-se a importância dos títulos, que são como anúncios do texto, e dos furos, ou notícias em primeira mão (Lage, 2008, p. 15).

Grillo (2004) explica que, diferentemente do gênero notícia – que é um registro sucinto que se propõe a reproduzir o referente, assim se empenhando em produzir um “efeito de real” –, a reportagem “busca o aprofundamento do fato, o que se dá principalmente na busca de exposição das fontes de informação, criando um ‘efeito de objetividade’, ou seja, a fundamentação das informações nos discursos dos atores sociais” (Grillo, 2004, p. 91). Dessa forma, a diferença entre nota, notícia e reportagem seria uma gradação de aprofundamento e de detalhamento do acontecimento noticiado.

¹ Ou seja, reportar, relatar, narrar.

Panorama realizado por Kindermann (2003) sobre as características do gênero reportagem segue a mesma linha. Conforme a autora, a reportagem é uma notícia ampliada, um enunciado que vai além da notificação, que se situa no detalhamento, na interpretação e nas consequências.

Grillo (2004), no entanto, ressalva que as definições feitas pelos manuais da redação a respeito dos verbetes “reportagem” e “notícias” são pouco precisas. Por exemplo, segundo a definição dada pelo Manual da FSP – edição de 1992 –, e por ela transcrita, a reportagem seria o relato de um acontecimento importante e que foi feito por um jornalista que tenha estado no local.

Com o passar dos anos e com o desenvolvimento tecnológico, o campo do jornalismo foi se modificando e Grillo (2004) detectou que a versão do Manual da Redação da FSP de 2001 introduziu novas diretrizes que visavam promover uma maior flexibilização em favor de uma parceria mais estreita entre os fatos e a análise nos gêneros informativos. Em sua análise, Grillo (2004) apontou que a expansão do jornalismo on-line poderia ter sido uma das causas para a autorredefinição na forma de representação da imprensa. E de fato, ao olhar para o passado, pode-se notar como os suportes jornal, revista e, mais recentemente, internet impactaram e impactam a produção do gênero reportagem.

3 A reportagem de jornal

Com a atividade de impressão proibida no Brasil colonial, o primeiro jornal editado no país só foi possível com a vinda da família real portuguesa para cá em 1808 e, subsequentemente, com a instalação da tipografia da Imprensa Régia. Conforme Martins e Luca (2008, p. 36), naquela primeira geração da imprensa brasileira,

Não havia incompatibilidade entre o local, nacional e internacional, nem entre as dimensões opinativas e informativas: o cotidiano e questões locais misturavam-se com discussões doutrinárias dos rumos que o Estado e a nação deviam tomar, ao lado de notícias nacionais, internacionais e interprovinciais.

Ainda segundo as autoras, a divisão que se tinha era a de que o jornal tratava de política, e de que a revista tratava de literatura. Essa lógica começou a ser modificada em meados do século XIX, quando os primeiros equipamentos vindos em 1808 passaram a ser substituídos pela prensa mecânica e por novos desenvolvimentos técnicos como a zincografia – técnica que possibilitava a impressão de imagens – e a cromolitografia – método que possibilitou o uso de cores em impressões. Somava-se a esse contexto a criação do telefone e do telégrafo, que aceleraram a transmissão de dados para as redações jornalísticas.

Tais invenções, no entanto, demandavam altos gastos e a receita dos periódicos não cobria os custos. É nesse contexto que, segundo Marcondes Filho (2008), a imprensa começa a se consolidar enquanto uma empresa capitalista, que precisa vender notícias – e assim inicia-se a lógica do “furo” jornalístico – para se autofinanciar. Foi a partir daí também que se

estabeleceram novas diferenciações entre jornal e revista: o primeiro seria diário e vespertino, com a função de divulgar notícias; a segunda, por sua vez, teria uma periodicidade maior, tendo o papel de se aprofundar em temas e de ser um momento de lazer, através da impressão de imagens.

Naquele período, a informação deixou de ser um acréscimo cultural e se tornou essencial na vida das pessoas. Nesse contexto, entrou no texto jornalístico a figura do especialista, ou seja, a daquele profissional que vai dissertar, e até mesmo opinar, sobre determinado assunto – sendo o jornalista a pessoa que vai traduzir esse discurso (Lage, 2008, p. 22). Posteriormente, com as invenções do rádio e da televisão, a imprensa não só migrou para esses canais como também mudou a forma de se fazer jornal e revistas.

A concorrência com a televisão exigiu que o jornalismo impresso se especializasse nas formas opinativas e interpretativas, deixando a abordagem puramente informativa a cargo do jornalismo televisivo. Essa imperiosidade garantiu, pelo menos, a sobrevivência do jornal como empresa e sua separação clara do jornalismo televisivo (Marcondes Filho, 2008, p. 156).

No século XXI, com a massificação da internet e o advento das redes sociais, o acesso à informação tornou-se instantâneo e global, trazendo um maior sentimento de velocidade, e, mais uma vez, o jornalismo e seus gêneros tiveram de se reinventar.

Atualmente, conforme a última edição do Manual do jornal FSP (2021), o gênero reportagem é um enunciado “balizado por regras técnicas e padrões de conduta, traz relatos fidedignos e atuais sobre **fatos, pessoas, ideias e produtos relevantes**” (Folha de S.Paulo, 2021, p. 123, grifo nosso).

4 A reportagem de revista

Conforme a seção anterior, o começo da imprensa, no Brasil, se deu com a vinda da Família Real. Naquele início, as revistas com suas gravuras foram fundamentais para entreterem em um país com o índice de analfabetismo tão alto. Mas, com o governo Vargas (1930-1945) e sua política de escolarização, o mercado de leitores começou a se ampliar. Nesse contexto, se populariza *O Cruzeiro*, uma revista lida por toda a família e que mudou o padrão adotado até então pelos magazines, em que o texto era o predominante. Isso se deu com a introdução da dupla repórter-fotógrafo, com reportagens iniciadas com fotos de página inteira e os nomes de seus dois realizadores (Mira, 2001).

Com a televisão, a indústria cultural se consolidou no país e o mercado de revistas iniciou um processo de segmentação de seus títulos – a revista voltada para todos os públicos e gostos perdia seu espaço. Uma das revistas que nasce nesse contexto é a Quatro Rodas, pioneira em prestar um serviço ao leitor, como testes de desempenho de carro ou com tabela de preços de veículos, conforme relata Corrêa (*apud* Martins; Luca, 2008, p. 211).

O jornalismo de serviço em revistas foi visto no início como um jornalismo de segunda categoria, esquecendo – quem era dessa opinião – que se tratava de uma maneira eficiente de servir e de fidelizar o leitor, dando-lhe informações úteis para sua vida pessoal. E hoje, com raras exceções, jornais e revistas de todos os tipos, inclusive as semanais, consideram “servir o leitor” parte de sua missão editorial.

Surge então, no final de 1960, a revista *Veja*, que, conforme Mira (2001), adotou um modelo de negócio que departamentalizou as notícias em editorias e subeditorias, “criando um sistema de pesquisa e checagem para suprir os redatores com a informação que dá o entorno de cada notícia, além de todo um pessoal ligado a seus departamentos comerciais, de assinatura, de marketing etc.” (Mira, 2001, p. 91). Ela inaugurou no Brasil o modelo *newsweeklies*, ou seja, publicações projetadas para fornecer uma cobertura semanal e aprofundada de notícias, análises, reportagens e artigos de opinião sobre uma variedade de tópicos que incluem política, economia, cultura e entretenimento. O mesmo modelo usado pela *Time*, *Newsweek* e *The Economist*.

Apesar de tais inovações, o começo de *Veja* foi um fracasso de vendas para a editora Abril. Conforme Corrêa (*apud* Martins; Luca, 2008), a revista levou quase seis anos para deixar de dar prejuízo, e o fez muito em consequência da implementação de um sistema de assinaturas.

A expectativa gerada por uma marca que falava em ver (apesar do *e leia* pequenino embaixo de *Veja*), fez com que a revista ilustrada aguardada por quem comprou o primeiro número fosse um enorme desapontamento. Era uma revista cheia de texto, [...] não tinha o formato grande de *Manchete*, nem tantas páginas coloridas. Para um público que não conhecia o gênero, a revista era muito compacta, com muito texto para ler, e a novidade não foi muito bem entendida (Martins; Luca, 2008, p. 218).

Aos poucos, *Veja* foi ganhando relevância com importantes furos de investigações jornalísticas, como, em 1992, a entrevista exclusiva com Pedro Collor de Mello, irmão do ex-presidente Fernando Collor de Mello, na qual ele denunciou irregularidades envolvendo desvio de recursos públicos, ou então, em 2004, a transcrição de um vídeo que flagrava um esquema de pagamento de propina envolvendo o então deputado Roberto Jefferson, uma negociata que depois ficou conhecido como Mensalão.

Em 2006, já com uma maior consolidação da TV a cabo no país e uma maior penetração da internet nas classes A e B, Ferreira (2006) notou em sua tese que a *Veja* havia adotado uma estratégia de imagnetização dos textos, em que as fotografias estavam cada vez maiores e em mais páginas estabelecendo um outro ritmo de leitura que substituiu o olhar de um esquadramento lento e rigoroso pelo olhar passageiro e breve. Ainda conforme Ferreira (2006, p. 315), “desvencilhada do tempo da reflexão pela descartabilidade das informações, dos objetos, pela volúpia do consumo permanente, a prática de leitura inscrita em *Veja*, exemplifica metonimicamente a ordem discursiva da sociedade de consumo”.

Naquele mesmo ano, a revista piauí é lançada, se anunciando, em sua carta de intenções, como uma revista para quem gosta de ler e sem ser ranzinza ou chata em seus textos.

Segundo Carvalho (2014), a piauí constituiu sua identidade pela negação de outros modelos, sobretudo das revistas de celebridades e de semanais como a Veja.

Predomina, nas revistas semanais de informação, a pretensão de explicar, sem nuances, os fatos aprisionados (na maior parte das vezes) na ideologia neoliberal, materializados na forma de textos curtos, econômicos, líquidos. A brecha vislumbrada pelos criadores de piauí foi romper com esse modelo, criar um outro espaço discursivo. Ao fazê-lo resgata as referências dos anos 1960 (Carvalho, 2014, p. 121).

Tendo as publicações Realidade e O Pasquim como influências confessas – a primeira por seu jornalismo literário² e a segunda pela sua quebra de convenções na linguagem e nas temáticas jornalísticas –, piauí surge como uma revista mensal, com textos densos, ou seja, no lugar de notas informativas cercadas por fotos, há reportagens longas, com raras fotografias. Conforme Carvalho (2014), piauí projeta um leitor que a consuma em etapas, no prazo de um mês. Dessa forma, o leitor interagiria com o texto em um tempo mais dilatado e reflexivo, indo contra a prática predominante da vida moderna de uma leitura ágil e superficial.

Atualmente, com a expansão da internet móvel, novamente o papel da revista, junto com seus enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis, foi ressignificado. Conforme o jornalista Fernando de Barros relatou em entrevista exclusiva para este artigo (Anexo), anteriormente, as revistas semanais até forneciam algumas informações exclusivas, mas a sua real ambição era ser um resumo aprofundado da semana, até por terem uma dinâmica menos urgente que a do jornal em decorrência das diferentes periodicidades de distribuição.

Esse formato, no entanto, tornou-se obsoleto, e o total de revistas semanais minguou. Atualmente, com o novo modo de vida estabelecido pela internet, mesmo o jornal, que estava submetido a uma urgência grande, ficou lento. Segundo Barros (Anexo), “a gente tem a sensação de que vai ler o jornal e já leu tudo aquilo. Então, a gente vai para ler as análises, ler mais os colunistas e tal”.

Em face dessa diferença de periodicidade, o repórter de revista acaba tendo um tempo maior de apuração e de produção. Por isso, para Barros (Anexo), espera-se que o texto de uma reportagem de revista seja superior ao texto do jornal: “Se o texto da revista for igual ao texto do jornal, a revista está fazendo um trabalho malfeito, porque tem uma pressa que é diferente”.

Ainda conforme Barros (Anexo), sem dúvida, foi a Veja, já em seus primeiros anos, que estabeleceu um padrão elevado de qualidade em seus textos. No entanto, esse padrão virou uma camisa de força. A Veja foi se editorializando, havendo por parte da chefia uma intervenção muito grande no trabalho dos repórteres, com uma edição mais invasiva – mais editorializante –, algo que nos jornais é menos possível, até pela dinâmica mais rápida de publicação, em que nem sempre há tempo de o texto ir para a edição e para a revisão.

² Conforme Carvalho (2014), o jornalismo literário não se esforça por perseguir a objetividade. Pelo contrário, seu principal pressuposto reside na incorporação da subjetividade do jornalista à narrativa.

Opondo-se a essa antiga lógica de ser um resumo semanal, a revista piauí se propõe a ser inessencial no bom sentido, abordando pautas diferentes e que surpreendam, pautas que não vão ficar velhas em pouco tempo. Apesar de também ter a pretensão de ser relevante e conectada ao noticiário, para Barros (Anexo), no entanto, é inevitável que o espaço físico das revistas diminua e que o espaço on-line ganhe mais importância: “É uma fatalidade dos tempos”.

Dessa forma, é preciso encontrar uma abordagem diferente, o que torna a criatividade essencial nesses momentos. Por exemplo, nos casos das chamadas coberturas de pautas quentes – ou *hard news* –, em que há uma constante evolução das informações, com diferentes desdobramentos que podem deixar uma notícia desatualizada em poucas horas, reportagens do tipo reconstituição são uma possibilidade para a revista. Para Barros, nesses casos, é aconselhável que a revista física espere um pouco o desenrolar dos eventos, de modo que um repórter tenha a oportunidade de passar um tempo considerável na região do noticiado, apurando novas informações e criando uma narrativa completa, com começo, meio e fim.

Esse tipo de abordagem não é novo, muitos profissionais da imprensa o utilizam, principalmente em efemérides. No entanto, na revista, o comprometimento com o tempo é maior. Os repórteres dedicam semanas e até mesmo meses a um único assunto, algo que poucos jornalistas de outros meios de comunicação conseguem fazer, pois suas periodicidades são menores. Dessa forma, o papel dos repórteres de revista é o de mostrar que é possível encontrar histórias valiosas ao olhar para trás e iluminar um assunto que já foi amplamente abordado. Essa abordagem simples, quase um lugar-comum, pode funcionar bem se for executada adequadamente e se o objeto escolhido for cuidadosamente selecionado.

Ainda para Barros, uma reportagem do tipo perfil – ou seja, uma reportagem sobre uma pessoa específica – também é algo que funciona bem para as revistas no atual contexto de menor perenidade do tempo de vida de uma matéria.

5 A Ciber-reportagem

A internet teve sua origem na década de 1960, no contexto da Guerra Fria (1947-1991), sendo por décadas utilizada de forma restrita pelos militares e pelas universidades. Mas foi apenas em 1989 que se deu o nascimento da internet como a conhecemos, quando um grupo chefiado por Timothy Berners-Lee e Robert Cailliau criou o *world wide web* – o famoso WWW –, um protocolo baseado em hipertextos e que suportava linguagem multimídia.

Já no Brasil, a internet comercial foi oficialmente lançada no feriado de 1º de maio de 1995. Logo em seu início, surgem os primeiros portais de notícias – o BOL e, uma semana depois, o UOL –; no entanto, nesse estágio inicial, os enunciados publicados por eles eram, basicamente, a reprodução de textos do impresso. Durante anos, prevaleceu a lógica de se replicar integralmente os gêneros do jornal e da revista no ciberespaço – algo similar ao que aconteceu com a televisão, que, em seu início, importou do rádio e do teatro seus enunciados

relativamente estáveis; com o passar do tempo, as emissoras foram refinando seus discursos e os gêneros televisivos foram surgindo e se desenvolvendo.

Foi somente em 2011 que ocorreu o *turn point* que possibilitou a produção de uma ciber-reportagem, ou seja, que possibilitou o surgimento de um novo gênero que, em virtude dos impactos e características do digital, desenvolveu enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis próprios e diferentes daqueles das reportagens de jornal e de revista.

De acordo com Longhi (2014), a criação do HTML5 representou um avanço significativo na linguagem do protocolo WWW. Essa evolução permitiu a geração de formas inovadoras de *design*, – como o *parallax scrolling*³ –, e trouxe melhorias na navegação e imersão do usuário. Se, anteriormente, os internautas precisavam instalar o Adobe Flash para visualizar vídeos, com o HTML5 tornou-se possível reunir texto escrito, imagens, vídeos e sons em uma mesma aba, proporcionando a experiência de uma grande variedade de elementos verbivocovisuais (Paula; Serni, 2017) compondo um único enunciado. Essa mudança na tecnologia *web* abriu caminho para a criação de conteúdos mais dinâmicos e interativos, impulsionando o desenvolvimento de diferentes cibergêneros.

No que diz respeito ao descendente direto da reportagem no ciberespaço, a matéria que inaugurou essa nova forma de se publicar informação foi a *Snow Fall*⁴, feita pelo site do jornal The New York Times. Já no caso do Brasil, Longhi (2014) considera que o gênero ciber-reportagem estreou aqui em dezembro de 2013, com a matéria *A Batalha de Belo Monte*⁵, publicada pelo *site* da FSP.

Conforme mapeado por Araujo (2022), atualmente, são características mínimas da ciber-reportagem o audiovisual (enunciados verbivocovisuais), a infografia e a interatividade. Já a hiperlinkagem, uma boa usabilidade em dispositivos móveis e técnicas de SEO⁶ são prerrogativas de textos ciberjornalísticos como um todo e idealmente devem ser usados nesse cibergênero. Já um design bem-feito e uma equipe multidisciplinar – com jornalistas, desenvolvedores e *web designers* trabalhando juntos – são características adicionais da ciber-reportagem, ou seja, não são uma condição, mas enriquecem o enunciado.

³ Efeito que “permite ‘velocidades’ diferentes para as camadas de leitura, onde a camada de trás move-se mais lentamente que a da frente, criando um efeito de terceira dimensão” (Longhi, 2015, p. 11).

⁴ Disponível em: <https://www.nytimes.com/projects/2012/snow-fall/index.html>. Acesso em: 5 maio 2020.

⁵ Disponível em: <https://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/>. Acesso em: 5 maio 2020.

⁶ Search Engine Optimization, ou seja, critérios usados por buscadores – como o Google, Yahoo!, Bing – que ranqueiam os demais sites nas páginas de pesquisas feitas por internautas. Conforme verificado por Araujo (2022), muitas vezes SEO impacta a construção composicional da matéria, especialmente na elaboração do título. Algumas fórmulas de bons títulos de SEO são o de lista – 10 dicas para bons títulos de SEO –, de tutorial – Como utilizar técnicas de SEO em títulos –, de questionamento – Será que SEO impacta a produção de títulos? –, de guia – SEO: tudo o que você precisa saber para fazer um bom título – etc.

A tudo isso, também se deve somar características essenciais do gênero matriz reportagem. Na prática, isso significa uma boa história com informações relevantes, enunciados maiores, mais detalhados e analíticos do que os de uma notícia, um tempo maior de apuração, além da elaboração de um roteiro – um plano de ação que detalhe as questões a serem respondidas ao longo da apuração, o enfoque a ser dado, o formato e o material de apoio a ser criado – antecedendo a execução da pauta.

Dessa forma, é importante que o jornalista pense o seu texto a partir do conceito de uma narrativa, de fato, multimídia, ou seja, uma narrativa em que o texto e os demais elementos da matéria completem-se entre si, criando uma leitura fluida. Pois é apenas dessa maneira que estilo, construção composicional e conteúdo temático do enunciado alcançarão seu potencial digital, e não serão simplesmente reportagens do gênero de revista ou de jornal que foram publicadas no ciberespaço. Conforme Araujo (2022) apurou ao entrevistar um ex-editor do portal UOL:

O jornalista que for produzir isso [uma ciber-reportagem] tem que saber contar uma história assim e saber tratar a matéria dele como se fosse um projeto. Pois ao tratar só como “aqui está meu texto” a tese até desenrola, mas enquanto conceito de uma narrativa de fato multimídia, pode estar um excelente texto, mas é nítido que perde força e perde interesse. Você realmente tem que estar disposto a encontrar, com os recursos que a internet permite, a melhor forma de contar uma história (Araujo, 2022, p. 110).

Nesse sentido, a utilização de fotos (estáticas ou em movimento, no tamanho padrão ou estourando a tela) e vídeos é importante, pois, conforme verificou Araujo (2022), se no impresso o uso de imagens é feito para dar um respiro à leitura, no digital isso se torna ainda mais fundamental para não cansar o internauta.

Ainda em relação à linguagem multimídia, o uso de infográficos dinâmicos – ainda mais os que carregam bem em dispositivos móveis – é mais do que bem-vindo e confere uma dimensão interativa ao enunciado. Já o design, por sua vez, não só deve ser bonito como também baseado na usabilidade. Por exemplo, nos casos de ciber-reportagens feitas em capítulos, é recomendável que o sumário dessa série seja posto na parte da página que carregue mais facilmente e que as cores escolhidas sejam as que menos causam cansaço durante a leitura.

Nota-se, portanto, que, quando uma reportagem é de fato pensada para aproveitar o máximo de recursos do ciberespaço, as possibilidades oferecidas pelo suporte impactam na **construção composicional**, estilo e conteúdo temático do enunciado, assim gerando um gênero descendente da reportagem.

Conclusão

Bakhtin definiu gêneros do discurso como enunciados relativamente estáveis, com características estilísticas, temáticas e composicionais específicas, mas não considerou o

impacto dos suportes na produção do discurso. No entanto, é possível estabelecer diálogos entre a sua teoria e o atual contexto cibernético. Afinal, as possibilidades de renovação entre os gêneros são infinitas, uma vez que eles acompanham as complexificações dos campos de atividades humanas.

Com tais reflexões em mente, este artigo entende que, atualmente, passados quase três décadas de internet comercial no país, as construções composicionais do jornalismo, e em especial do gênero reportagem, se desenvolveram e se tornaram gêneros discursivos distintos que variam conforme o suporte que as publica.

Verificou-se que a reportagem de jornal passou a ser mais analítica e perdeu a obrigação de o repórter ter presenciado o fato ali narrado. A reportagem de revista deixou de ser um resumo da semana e começou a apostar mais em reportagens do tipo reconstituição e perfil. Já a ciber-reportagem, fora as particularidades essenciais de seu gênero matriz, tem como característica mínima a utilização de enunciados verbivocovisuais, infografia e interatividade. Enquanto hiperlinkagem, boa usabilidade e técnicas de SEO são prerrogativas de textos ciberjornalísticos como um todo.

Em resumo, as mudanças causadas pela internet trouxeram desafios tanto para as revistas quanto para os jornais. As revistas semanais perderam relevância diante do mundo acelerado da internet, enquanto os jornais apostam em enunciados mais analíticos para se manterem atualizados em um contexto de hipervelocidade na produção jornalística. As revistas precisam encontrar maneiras de se reinventar e oferecer conteúdo de qualidade, enquanto os jornais buscam se adaptar às demandas do público. E mesmo o ciberjornalismo ainda está desenvolvendo e consolidando os seus gêneros típicos, como a ciber-reportagem, o *amp story*, o *post* jornalístico em rede social, o *podcast*, entre outros.

Em última análise, o sucesso dependerá da capacidade de inovação, de criatividade e da escolha adequada dos objetos de cobertura.

Referências

ARAUJO, G. C. G. *Reportagem em convergência: a cobertura inicial da Covid-19 nos sites e nos impressos da Folha de S. Paulo e de O Estado de S. Paulo*. 166f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso [1952-1953]*. 1.ed. Organização, posfácio, tradução e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostóievski*. 5.ed. Tradução, notas e prefácio de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.

BERTOCCHI, D. Gêneros no Ciberjornalismo. In: MELO, J. M.; ASSIS, F. (Org.). *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010, p. 315-328.

CARVALHO, P. H. V. *Revista Piauí: acontecimento no arquivo de brasilidade*. Aracaju: EDUNIT, 2014.

LINHA D'ÁGUA

FERREIRA, L. C. *Práticas de leitura contemporâneas: representações discursivas do leitor inscritas na revista Veja*. 337f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/11449/102356>. Acesso em: 01 fev. 2024.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual da Redação: as normas de escrita e conduta do principal jornal do país*. Barueri: Publifolha, 2021.

GRILLO, S. V. de C. *A Produção do Real em Gêneros do Jornal Impresso*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

KINDERMANN, C. O estudo dos gêneros do jornal: o caso da reportagem. In: ENCONTRO DO CELSUL, 5., 2003. Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba, 2003. p. 352-359.

LAGE, N. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

LONGHI, R. R. O turning point da grande reportagem multimídia. *Famecos*, v. 21, n. 3, p. 897-917, 2014. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2014.3.18660>.

LONGHI, R. R. A grande reportagem multimídia como gênero expressivo no ciberjornalismo. In: VI Simpósio Internacional de ciberjornalismo, 2015, Campo Grande, MS. *Anais [...]*. Campo Grande, 2015. p. 1-13.

MACHADO, I. Gêneros discursivos. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 151-166.

MARCONDES FILHO, C. *Ser Jornalista*. 6.ed. São Paulo: Summus, 2008.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. *História da imprensa no Brasil*. Editora Contexto, 2008.

MIRA, M. C. *O Leitor E A Banca De Revistas: A Segmentação Da Cultura No Século XX*. São Paulo: Olho d'Água: Fapesp, 2001.

PAULA, L.; SERNI, N. M. A vida na arte: A verbivovisualidade do gênero filme musical. *Raido*, v. 11, n. 25, p. 178-201, 2017. DOI: <https://doi.org/10.30612/raido.v11i25.6507>.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 2.ed. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.

Anexo

Entrevista exclusiva concedida por Fernando de Barros e Silva, jornalista, ex-editor dos cadernos Brasil e Painel do jornal Folha de S. Paulo e ex-diretor de redação da revista piauí. Atualmente, é apresentador do *podcast* Foro de Teresina e repórter da piauí.

Quais as diferenças que você vê entre uma reportagem de revista e uma reportagem de jornal?

Depende da revista. O jornal está submetido a uma dinâmica, a uma urgência, que as revistas não têm ou têm em outra medida. As revistas semanais, que praticamente morreram nesse novo mundo da internet, tentavam ser um pouco um resumo. Elas também traziam coisas exclusivas, mas elas tinham a ambição de ser um resumo da semana mesmo. Isso se tornou obsoleto no mundo de hoje e elas foram minguando.

Então, o jornal está submetido a uma urgência grande – ou estava submetido a uma urgência grande, porque agora, nesse mundo da internet, o jornal já fica, ele próprio, lento. A gente tem a sensação de que vai ler o jornal e já leu tudo aquilo. Então, a gente vai ler as análises, você vai ler mais os colunistas e tal.

Em relação às reportagens, o texto das revistas tende a ser melhor, ou tem a obrigação de ser melhor. Se o texto da revista for igual ao texto do jornal, a revista está fazendo um trabalho malfeito, porque tem uma pressa que é diferente.

No caso das revistas, sem dúvida, o texto da Veja foi o que estabeleceu um padrão elevado de texto. A gente tem que pensar na Veja que na sua fundação, no final dos anos 1960, ao longo dos anos 1970, criou um padrão de texto muito bom. E começou a ter cacoetes, e aquilo virou uma camisa de força. Pela minha experiência como leitor e pelos relatos, ela foi se editorializando, e há por parte da chefia uma intervenção muito grande no trabalho dos repórteres. Você vê uma edição mais invasiva e uma edição mais editorializante.

Já nos jornais, isso é menos perceptível, menos possível de se fazer, até. Tem o espaço dos editoriais, o espaço dos manifestos e tal, mas o jornal é um pouco aquela coisa que está nos Manuais da Folha e que é uma frase do Otávio Frias, de ser o registro taquigráfico da história.

No caso da piauí, a diferença é muito grande. Embora tenha a pretensão de ser relevante, de estar conectada ao noticiário, a despeito disso, a piauí tem uma pretensão também de ser uma revista inessencial no bom sentido, de ter pautas diferentes, pautas que o cara pensava que não ia encontrar, a composição é diferente. Você não está conectado ao noticiário, como a revista semanal e os jornais estão, ou estavam.

Então, basicamente, as diferenças são o tempo para apurar e o espaço para escrever – no caso da internet, o tamanho também é elástico, é ilimitado, a rigor. É que não combina muito com o meio você fazer uma coisa muito longa. As pessoas não aguentam. É como se uma revista como a piauí pedisse uma forma de revista física, pedisse um objeto físico que é quase um fetiche. E é uma revista que se coleciona também, as capas são assim, assado. A experiência da leitura longa tá um pouco ligada a esse papel, é gostoso pegar a revista física.

E tem todo o processo de confecção, que, no caso da piauí, tem essa preocupação formal, vamos dizer assim, de como é que a gente vai contar essa história. A história está com começo, meio e fim? A

gente está propondo que o sujeito perca duas, três, quatro horas da vida dele lendo uma história só. Então, a gente tem que contar bem. Tem um pouco essa ideia de que a maneira como você conta é tão fundamental quanto aquilo que você tá contando.

Como você definiria esse estilo, essa preocupação estética com o texto?

Eu acho que não tem uma receita daí. A piauí aposta numa coisa autoral. Sendo que cada repórter tem as suas idiossincrasias, a revista tem as suas idiossincrasias, e o editor tem as suas idiossincrasias.

Tem uma questão muito controversa – e que eu aprendi na Folha a evitar – que é o uso da primeira pessoa. Na piauí é muito frequente. E a gente discutia em que caso isso era aceitável, em que caso isso estava exagerado. Não tem uma receita, uma dose certa. Mas você vai discutindo caso a caso. Mas o trabalho de quem escreve e de quem edita é intenso, é grande.

Me conta um pouco da relação entre o site e a revista.

Quando eu cheguei, embora a gente já reconhecesse que o jornalismo estava caminhando para esse lado do on-line, a revista ainda era muito só a revista física. Ela era, enfim, a dona do pedaço mesmo.

E não se olhava muito pro site. Durante alguns anos, foi assim. Mas, enfim, a gente foi vendo a necessidade de profissionalizar o site, começar a ter uma produção independente da revista, mas que preservasse um pouco o DNA da piauí no site.

A gente fez uma reforma gráfica na casa do site. Se estabeleceu uma equipe autônoma. A gente tentou também fazer com que as pessoas enxergassem o site como mais um produto da marca piauí. O site se desenvolveu bastante.

O espaço da revista física vai diminuir e o espaço do site vai aumentar. Eu acho que é uma fatalidade dos tempos. E o desafio da revista é justamente como é que você vai cobrir? Em um episódio de *hard news*, você tem que inventar uma maneira diferente de conta. Você tem que ser criativo.

E lá na frente, você pode fazer a reportagem de reconstituições no impresso. A gente pode mandar, daqui a três ou quatro meses, um repórter para ficar um mês na região para contar tudo muito detalhadamente, descobrindo coisas novas e, principalmente, criando uma narrativa com começo, meio e fim. Porque nos casos em que a coisa muda todo dia, a revista física não tem o que fazer. É o tipo de caso que você tem que esperar ele acabar ou esperar passar o momento.

Isso é antigo. Isso, de certa forma, todo mundo faz. As efemérides, por exemplo. Mas é diferente. Na revista, o tempo que você dedica é maior. você vai para um lugar e fica 20 dias, depois você precisa ficar mais uma semana. Isso pouca gente faz.

A coisa da internet é uma coisa de informação ininterrupta, né? E criou essa coisa de que você tá sempre correndo atrás do prejuízo. Mas quando você olha pra trás, joga uma luz lá e fala, “vamos fazer com calma aqui. Isso já foi super falado, mas vamos apostar que tem muita coisa aqui pra ser contada e tal”. Isso funciona. Eu acho que é uma ideia simples, quase um lugar-comum. Mas se você executar bem, escolher bem o seu objeto, fica bom.